



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA
PROFHISTÓRIA**

ALLAN DOMINGOS BORGES ALVES

**OS EIXOS QUE SE CRUZAM (E PERMANECEM): O RISCO DA HISTÓRIA
ÚNICA NO ENSINO DE HISTÓRIA DO DISTRITO FEDERAL**

Goiânia
2025



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese Outro*: _____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

Allan Domingos Borges Alves

3. Título do trabalho

Os Eixos que se cruzam (e permanecem): o risco da história única no ensino de história do Distrito Federal

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Sonia Maria De Magalhaes, Professor do Magistério Superior**, em 29/09/2025, às 16:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Allan Domingos Borges Alves, Discente**, em 29/09/2025, às 16:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5685788** e o código CRC **9D5016F5**.

Referência: Processo nº 23070.041705/2025-15

SEI nº 5685788

ALLAN DOMINGOS BORGES ALVES

**OS EIXOS QUE SE CRUZAM (E PERMANECEM): O RISCO DA HISTÓRIA ÚNICA NO
ENSINO DE HISTÓRIA DO DISTRITO FEDERAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória), Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás (UFG), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre profissional em Ensino de História.

Linha de Pesquisa: Saberes históricos no espaço escolar.

Área de concentração: Ensino de História

Orientadora: Prof^a Dr^a Sônia Maria de Magalhães

Goiânia
2025

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Alves, Allan Domingos Borges

Os eixos que cruzam (e permanecem): o risco da história única no ensino de História do Distrito Federal [manuscrito] / Allan Domingos Borges Alves. - 2025.

CCIV, 204 f.

Orientador: Profa. Dra. Sônia Maria de Magalhães.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História (FH), Programa de Pós-graduação em Ensino de História, Goiânia, 2025.

Bibliografia. Apêndice.

Inclui siglas, abreviaturas, lista de figuras, lista de tabelas.

1. Ensino de História. 2. História do Distrito Federal. 3. Livro Didático. 4. Currículo. I. Magalhães, Sônia Maria de, orient. II. Título.

CDU 94



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE HISTÓRIA

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº **061/2025** da sessão de Defesa da **Dissertação** de **ALLAN DOMINGOS BORGES ALVES**, que confere o título de **MESTRE em Ensino de História (ProfHistória/UFG)**, na área de concentração em **Ensino de História**.

Ao/s **vinte e nove dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e cinco**, a partir da(s) **09h00min**, via **Videoconferência**, realizou-se a sessão pública de **Defesa de Dissertação** intitulada **“OS EIXOS QUE SE CRUZAM (E PERMANECEM): A PRESENÇA DA HISTÓRIA ÚNICA NOS LIVROS DIDÁTICOS DO DISTRITO FEDERAL”**. Os trabalhos foram instalados pelo(a) Orientador(a), Professor(a) Doutor(a) **Sônia Maria de Magalhães (ProfHistória/PPGH/UFG)** com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professor(a) Doutor(a) **Jiani Fernando Langaro (ProfHistória/PPGH/UFG)**, membro titular interno; Professor(a) Doutor(a) **Lucas Pires Ribeiro (UEG)**, membro titular externo. Durante a arguição os membros da banca **fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta, a fim de concluir o Julgamento da **Dissertação**, tendo sido(a) o(a) candidato(a) **aprovado(a)** pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo(a) Professor(a) Doutor(a) **Sônia Maria de Magalhães**, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, ao(s) **vinte e nove dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e cinco**.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Breno Mendes, Coordenador de Pós-Graduação**, em 07/10/2025, às 15:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jiani Fernando Langaro, Professor do Magistério Superior**, em 07/10/2025, às 15:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sonia Maria De Magalhaes, Professor do Magistério Superior**, em 07/10/2025, às 15:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0,
informando o código verificador **5705855** e o código CRC **1B48E5C6**.

Referência: Processo nº 23070.041705/2025-15

SEI nº 5705855

AGRADECIMENTOS

Ao concluir esse trabalho acadêmico me vejo rodeado de diversos livros, papéis empilhados, anotações e fichamentos. Um completo cenário de bagunça, dessas que só quem bagunçou entende e que passa a falsa impressão de que foi um caminho trilhado solitário em meio ao caos. É certo, porém, que em momento algum estive só e foram muitos os que estiveram ao meu lado nessa empreitada, ajudando de forma direta e indireta no desenvolver dessa pesquisa. Em primeiro lugar agradeço a minha querida vó, dona Domingas (in memoriam), candanga, pioneira, dessas que se aventuraram ainda em 1958 a viver nesse Planalto Central e fazer daqui seu lar. Todos os seus testemunhos de vida me conduziram nessa trajetória, construindo em mim uma influência que não pode ser medida. Sua vida é minha pesquisa, espero que se orgulhe onde estiver.

Agradeço de forma especial a minha orientadora, Profa. Dra. Sônia Maria de Magalhães, que com enorme paciência me auxiliou nessa jornada, aguentando minhas desculpas e meus atrasos, acreditando no projeto quando eu mesmo achava que não chegaria a lugar algum. Devo também agradecimentos a Profa. Dra. Cristiane de Assis Portella que de forma indireta e a distância contribuiu enormemente para a pesquisa, desde quando ela ainda não existia durante minha participação no curso “Outras Brasília” em 2020 até conversas rápidas em simpósios em 2024.

Agradeço a minha família, sobretudo a minha mãe Selma, que demonstrava sem disfarçar um misto de orgulho e frustração quando eu me ausentava de eventos familiares por estar envolvido na pesquisa. Seu incentivo aos estudos desde criança me fizeram quem eu sou hoje. Agradeço ao meu amor, minha companheira Larissa, por todo o apoio e compreensão durante o período de estudos. Simplesmente estar ao meu lado foi a força que eu precisava em momentos complicados.

Aos meus companheiros de estrada Diogo Lacerda, Edcarlos Alvino e Carlos Henrique. Dividimos muito mais que carro e caronas no trecho Gama-Goiânia ao longo do primeiro ano de curso. Dividimos experiências, angústias, ansiedades e conquistas ao longo desse processo e com vocês é nítido que tudo ficou mais leve. Junto com as nossas pesquisas, surgiu uma amizade para a vida.

Por fim, agradeço a todos os companheiros do ProfHistória com quem compartilhamos textos, referências e experiências ao longo do curso. Gente fantástica que ousa estudar e ensinar História, e que se compromete a fazer isso cada dia melhor

num país que valoriza cada dia menos quem o faz. Agradeço a bibliotecária da Biblioteca Pública do Gama que mais que me auxiliar, doou em definitivo livros que acabaram sendo importantes na pesquisa. Agradeço aos demais professores do curso e da secretaria da Faculdade de História.

Sem vocês não seria possível.

RESUMO:

Esta pesquisa se propõe a analisar os eixos narrativos sobre o ensino de História do Distrito Federal presentes nos livros didáticos, identificando elementos de uma cultura histórica dominante e de contra-narrativas relacionadas à história de Brasília. Foram analisadas três coleções, duas delas adotadas em larga escala via PNLD entre os anos de 2010 e 2015, e uma terceira muito presente em escolas da rede privada de ensino desde 2002. Ressaltamos que esses livros atualmente constituem elementos remanescentes da cultura material escolar, uma vez que foram descontinuados e não são mais adotados. Indicam elementos daquilo que se pretendeu ensinar sobre o passado do Distrito Federal. Iniciamos identificando como se construiu na historiografia de Brasília uma narrativa oficial que se tornou hegemônica dentro de uma cultura histórica e como essa narrativa foi criticada por outros movimentos historiográficos. Levantamos quatro características principais dessa narrativa dominante, que denominamos eixos narrativos, utilizados como categorias de análise para examinar as coleções didáticas, identificando suas permanências e sua superação. A metodologia utilizada foi a análise de conteúdo dos livros didáticos, apresentando semelhanças e diferenças entre cada coleção e percebendo indícios de permanência e de ruptura com uma “história única” sobre Brasília. Por fim, propomos cinco oficinas temáticas com base na metodologia das “Oficinas de História”, centradas na análise de documentos históricos por estudantes. As atividades abordam temas como migração, pré-existências, invisibilização feminina, remoções e violência policial, buscando promover uma aprendizagem crítica tanto sobre o passado local quanto sobre os processos de construção do conhecimento histórico. A dissertação contribui, assim, com o ensino de História do Distrito Federal na educação básica, problematizando e superando representações tradicionais hegemônicas.

Palavras chave: Ensino de História, História do Distrito Federal, Livro Didático, Currículo.

ABSTRACT:

This research aims to analyze the narrative axes present in the teaching of the History of the Federal District as depicted in school textbooks, identifying elements of a dominant historical culture and counter-narratives related to Brasília's history. Three textbook collections were analyzed: two widely adopted through the National Textbook Program (PNLD) between 2010 and 2015, and a third extensively used in private schools since 2002. These textbooks, currently discontinued, constitute remnants of school material culture, revealing what was once intended to be taught about the past of the Federal District. The study begins by examining how an official, hegemonic narrative about Brasília was constructed within historiography and how it was later challenged by other historiographical movements. Four key characteristics of this dominant narrative were identified—referred to as narrative axes—and used as analytical categories to examine the collections, highlighting both their continuities and ruptures. The methodology employed was content analysis, emphasizing similarities and differences among the collections and identifying traces of permanence and divergence from a "single history" of Brasília. Finally, five thematic workshops are proposed, based on the methodology of "History Workshops," centered on the analysis of historical documents by students. The activities address topics such as migration, pre-existing populations, female invisibility, forced evictions, and police violence, aiming to foster critical learning about both the local past and the processes of historical knowledge production. This dissertation thus contributes to the teaching of the History of the Federal District in basic education by problematizing and overcoming traditional hegemonic representations.

Keywords: History Teaching, History of the Federal District, Textbook, Curriculum.

LISTA DE FIGURAS:

| | |
|---|-----|
| Figura 1 – Capa da obra “A Mudança da Capital” – Adirson Vasconcelos..... | 23 |
| Figura 2 – Capa da Revista Brasília – 21/04/1960 | 26 |
| Figura 3 – Capa da obra “História de Brasília” – Ernesto Silva | 27 |
| Figura 4 – Capa da obra “Brasília: a cidade e o homem” – José Pastore | 30 |
| Figura 5 – Capa da obra “Capital da esperança” – Gustavo Lins Ribeiro | 32 |
| Figura 6 – Capa da obra “Poeira e Batom no Planalto Central” – Tânia Fontenele Morão e Mônica de Oliveira | 35 |
| Figura 7 – Memorial JK. Brasília-DF | 40 |
| Figura 8 – Ponte JK. Brasília-DF | 40 |
| Figura 9 – Espaço Lúcio Costa | 40 |
| Figura 10 – Espaço Oscar Niemeyer | 40 |
| Figura 11 – Capa da obra “Distrito Federal: História e Sociedade” | 62 |
| Figura 12 – Capa da obra “História do Distrito Federal” | 64 |
| Figura 13 – Capa da obra “Distrito Federal: História e Geografia” | 66 |
| Figura 14 – Sumário da obra “Distrito Federal: História e Geografia” | 71 |
| Figura 15 – Página da obra “Distrito Federal: História e Sociedade” | 75 |
| Figura 16 – Página da obra “Distrito Federal: História e Sociedade” | 78 |
| Figura 17 – Página da obra “Distrito Federal: História e Sociedade” | 79 |
| Figura 18 – Página da obra “História do Distrito Federal” | 80 |
| Figura 19 – Página da obra “História do Distrito Federal” | 82 |
| Figura 20 – Sumário da obra “Distrito Federal: História e Geografia” | 84 |
| Figura 21 – Página da obra “História do Distrito Federal” | 87 |
| Figura 22 – Página da obra “Distrito Federal: História e Geografia” | 90 |
| Figura 23 – Página da obra “Distrito Federal: História e Geografia” | 91 |
| Figura 24 – Página da obra “Distrito Federal: História e Sociedade” | 93 |
| Figura 25 – Página da obra “Distrito Federal: História e Sociedade” | 95 |
| Figura 26 – Página da obra “História do Distrito Federal” | 96 |
| Figura 27 – Página da obra “Distrito Federal: História e Geografia” | 99 |
| Figura 28 – Página da obra “Distrito Federal: História e Sociedade” | 101 |
| Figura 29 – Página da obra “Distrito Federal: História e Geografia” | 107 |
| Figura 30 – Página da obra “Distrito Federal: História e Sociedade” | 109 |

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1 Objetivos e Conteúdos para o 4º ano, componente curricular História 58

Tabela 1 Quantidade de livros adquiridos da coleção Distrito Federal – História e Sociedade via PNLD entre 2010 e 2015 63

Tabela 2 Quantidade de livros adquiridos da coleção História do Distrito Federal via PNLD entre 2010 e 2015 65

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|----------------|--|
| ArPDF | Arquivo Público do Distrito Federal |
| BNCC | Base Nacional Comum Curricular |
| CLDF | Câmara Legislativa do Distrito Federal |
| CNE/CP | Conselho Nacional de Educação / Conselho Pleno |
| CNLD | Comissão Nacional do Livro Didático |
| COLTED | Comissão do Livro Técnico e Livro Didático |
| DF | Distrito Federal |
| FENAME | Fundação Nacional do Material Escolar |
| FNDE | Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação |
| GEB | Guarda Especial de Brasília |
| IHGB | Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro |
| INL | Instituto Nacional do Livro |
| JK | Juscelino Kubitschek |
| MEC | Ministério da Educação |
| NOVACAP | Companhia Urbanizadora da Nova Capital |
| PCN | Parâmetros Curriculares Nacionais |
| PLIFED | Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental |
| PLD | Programa do Livro Didático |
| PNBE | Programa Nacional Biblioteca da Escola |
| PNLD | Programa Nacional do Livro e do Material Didático |
| RA | Região Administrativa |
| SEEDF | Secretaria de Estado e Educação do Distrito Federal |
| UEG | Universidade Estadual de Goiás |
| UFG | Universidade Federal de Goiás |
| UFMG | Universidade Federal de Minas Gerais |
| UFMT | Universidade Federal de Mato Grosso |
| UNB | Universidade de Brasília |
| UNICAMP | Universidade Estadual de Campinas |
| UPIS | União Pioneira de Integração Social |
| USAID | United States Agency for International Development |

SUMÁRIO:

| | |
|--|-----|
| INTRODUÇÃO | 15 |
| CAPÍTULO 1 – HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA DO DISTRITO FEDERAL. ENTRE O HEGEMÔNICO E A PLURALIDADE | 21 |
| 1.1 O primeiro movimento: a narrativa oficial que se tornou hegemônica | 21 |
| 1.2 Outros olhares sobre Brasília: da crítica a uma história plural | 27 |
| 1.3 Cultura histórica: a vitória da tradição e a permanência da história hegemônica ... | 36 |
| CAPÍTULO 2 – CURRÍCULO EDITADO. O LIVRO DIDÁTICO COMO CULTURA MATERIAL | 42 |
| 2.1 A história do Livro Didático de História – o Livro Didático no Brasil | 45 |
| 2.2 Da Base ao Livro: BNCC como “ponte de mão única” para o PNLD | 52 |
| 2.3 O lugar da história local | 56 |
| CAPÍTULO 3 – O DF EM SALA DE AULA. O QUE SE ENSINOU E O QUE SE APRENDEU A PARTIR DOS LIVROS DIDÁTICOS | 61 |
| 3.1 Apresentação dos livros didáticos | 61 |
| 3.2 Eixos Narrativos: categorias de análise | 67 |
| 3.3 Análise dos livros didáticos | 69 |
| 3.3.1 Recorte temporal | 69 |
| 3.3.2 Narrativa “JKcentrada” | 83 |
| 3.3.3 Os donos da História | 88 |
| 3.3.4 Os “Candangos” sem rosto e sem voz | 97 |
| 3.3.5 História do centro e do concreto | 104 |
| 3.4 Considerações finais | 111 |
| CAPÍTULO 4 – DETETIVES DA HISTÓRIA – OFICINAS PEDAGÓGICAS SOBRE A HISTÓRIA DO DISTRITO FEDERAL | 114 |
| 4.1 O uso de documentos históricos em sala de aula | 114 |
| 4.2 Oficinas de História – investigando o passado do Distrito Federal | 117 |
| REFERÊNCIAS | 126 |
| APÊNDICE (OFICINAS DE HISTÓRIA) | 136 |

INTRODUÇÃO

Ao longo dos mais de 10 anos de carreira como professor da Educação Básica em escolas públicas do Distrito Federal algo sempre me incomodou durante as aulas de História. Uma inquietação não minha, a princípio, mas que partia dos próprios alunos. Todo ano isso se repetia, tornando-a logo também uma inquietação minha. A História ensinada parecia algo distante demais aos estudantes, em geral crianças entre os 13 e 15 anos de idade, oriundos da periferia de Brasília assim como eu o fui. Um passado distante não somente cronologicamente, mas também geograficamente: a história das revoluções europeias, das guerras também europeias, das inovações e transformações mais uma vez iniciadas no continente europeu, bem distantes do Distrito Federal. Quando os conteúdos planejados se voltavam ao Brasil essa história não parecia menos distantes a eles: revoltas no Rio de Janeiro, políticos e grandes homens de Minas e São Paulo, organizações econômicas de capitanias no nordeste brasileiro.

A formação acadêmica, assim como cursos e estudos continuados durante a carreira como professor e por fim as leituras relacionadas ao Programa de Pós-graduação do ProfHistória por diversas vezes nos fez repensar sobre os perigos de uma história única, como bem nos alertou Chimamanda Ngozi Adichie¹ (ADICHIE, 2009). Mas ao pisar em sala de aula para o exercício da docência a força dessa história única se assemelha a correnteza de um rio, difícil nadar contra e não fazer nada é o mesmo que abraça-la, aderi-la. Como romper com uma tradição que se apresenta tão consolidada no Ensino de História? Como se desvencilhar ao mesmo tempo do eurocentrismo que norteia muitos dos conteúdos propostos ao ensino de História e inserir o estudante nessa história, como sujeito histórico e participante dela?

A partir dessas inquietações surge a necessidade, além da grande vontade, de trabalhar mais o passado tendo como ponto de partida a História Local. O uso de uma escala mais próxima à realidade de nossos estudantes pode representar uma importante metodologia para romper com o eurocentrismo e ao mesmo tempo levar nossos estudantes a enxergarem a historicidade em sua própria cidade, historicidade em si próprio e na sua família. Acerca disso, Aryana Costa escreve:

¹ Escritora e ativista feminista nigeriana. Em palestra no evento TED Global em 2009 discursou sobre “Os perigos de uma história única”, onde apresentou as consequências dos estereótipos gerados pelas narrativas comuns relacionadas ao seu país natal.

O problema desse tipo de narrativa é que ele se faz passar por uma história geral e, portanto, universal. Como se valesse de igual medida para todos os recortes geográficos ou para todos os grupos sociais, presumindo ser capaz de explicá-los. No nível da história geral, isso é chamado por um termo já bastante conhecido: eurocentrismo. A mesma lógica (de uma parte se fazer passar pelo todo), porém, também ocorre na história nacional. Isso acontece, por exemplo, quando no nosso dia a dia acreditamos que somente uma cidade como o Rio de Janeiro é “histórica”. Por causa do patrimônio preservado, também outras cidades como Minas Gerais ou Salvador, por exemplo, são lembradas. Mas quando olhamos ao nosso redor, nos nossos bairros, associações, para as pessoas com quem convivemos, não enxergamos história neles e tampouco em nós mesmos. E por vezes, por isso, até (n)os desvalorizamos. Por raramente vermos “gente como a gente” como objetos das histórias que estudamos, também não aprendemos a nos vermos a nós próprios como objetos de história no próprio presente. Muito menos, então, como sujeitos. (COSTA, 2019. p.133)

Porém, o uso da história local no ensino de História traz consigo enormes desafios, e mesmo quando o professor se dispõe a navegar por esses mares, isso por si só não significa romper com a correnteza da “história única”. Afinal de contas, a própria história local pode ser um enorme reforço de versões narrativas hegemônicas que muito se assemelham a tradições historiográficas de uma história geral, universalizante, a história dos grandes homens, os primeiros, os fundadores, os ilustres com papel político. A história ensinada sobre Brasília e sua periferia dialoga com as experiências vividas e sentidas por esses alunos ou permanece tão distante como se fosse ensinada a história do Rio de Janeiro colonial ou da França de Luís XIV?

Partindo destes questionamentos iniciais, nos propomos nessa pesquisa buscar entender o que está posto no ensino de História do Distrito Federal nas escolas de Brasília. Sabemos que Brasília foi planejada para ser a nova capital do Brasil, colocando em prática antigos planos para a interiorização do país e cumprindo inclusive preceitos estabelecidos na Constituição republicana de 1891. Mas foi durante o governo do presidente Juscelino Kubitschek (1956 – 1960) que esses planos enfim começaram a ser realizados. Para isso, uma intensa mobilização nacional se fez necessária para tirar do papel o plano urbanista de Lúcio Costa com a assinatura arquitetônica de Oscar Niemeyer e a partir de outubro de 1956 se iniciaram as monumentais obras da construção da nova capital do Brasil. Em 21 de abril de 1960 a cidade foi inaugurada com a presença de chefes de estado e das centenas de trabalhadores que participaram da empreitada.

Todo esse período foi extensamente documentado por variados meios disponíveis a época: filmes, fotografias, registros cartográficos, textos jornalísticos e documentos oficiais escritos. A maioria deles relatam o tamanho da façanha de construir

uma cidade “no meio do nada”. A partir daqui surge uma narrativa da história de Brasília totalmente centrada na construção, tendo seus protagonistas muito bem definidos, citados como personagens heroicos da história nacional e responsáveis diretos pela existência da cidade. Cogitamos que essa narrativa histórica possui limitações e lacunas e é incapaz de trazer uma compreensão mais ampla da história do Distrito Federal. Seria essa versão narrativa clássica a predominante no ensino de história local nas escolas do Distrito Federal, gerando assim uma história única e hegemônica?

Muitos caminhos metodológicos seriam possíveis na tentativa de responder a essa pergunta motivadora, porém, nenhum deles isoladamente poderia respondê-la de forma definitiva. Optamos aqui por analisar os materiais didáticos produzidos e utilizados em escolas da educação básica sobre a história do Distrito Federal. Contudo, as coleções destinadas à história regional foram gradualmente excluídas do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) num processo a partir do ano de 2017, entre elas as coleções destinadas à história do Distrito Federal. Atualmente, professores em todos os lugares do país que insistirem em romper com a correnteza da “história única” universalizante não podem mais contar com o apoio do livro didático produzido, avaliado e adquirido via PNLD. Nossa pesquisa se concentrou então nos materiais didáticos que foram produzidos e adotados antes desse trágico movimento de descontinuidade dos livros regionais, analisando aqueles que estiveram presentes nas salas de aula entre 2002 e 2015. Afinal de contas, uma história foi, ou se pretendeu, ser ensinada através deles. Quais as versões narrativas se sobressaíram na construção desse conhecimento histórico e qual o peso do livro didático produzido e adotado nesse processo? Esses livros reproduzem uma história hegemônica ou serviram de instrumento para questionar essa hegemonia?

Inspirado em Antonio Gramsci, o intelectual galês Raymond Williams compreende a hegemonia não apenas como um mecanismo de dominação política, mas como um processo cultural vivido. Ela opera nas práticas cotidianas, nos currículos, nos discursos, articulando consentimento e liderança intelectual. Para Williams (1977, p.114-115), hegemonia é o conjunto de pressões, limites e sentidos dominantes que estruturam o “campo do pensável” em uma sociedade, sem excluir tensões, disputas e alternativas. Assim, falar em narrativa histórica hegemônica significa reconhecer que certos modos de contar a história de Brasília ocupam uma posição de liderança cultural, orientando o que é apresentado nas aulas, mas nem sempre de maneira absoluta.

A expressão “história única”, difundida por Adichie (2009), alerta para o perigo de se reduzir a pluralidade das experiências humanas a um único enredo. Já a noção de história hegemônica, derivada do pensamento de Willians, implica um processo mais dinâmico: há narrativas dominantes, mas sempre em tensão com elementos residuais (sobrevivências de outros tempos) e emergentes (novas leituras e vozes). No caso dos livros didáticos do Distrito Federal, não se trata de uma história única no sentido de total eliminação de alternativas, algo típico de regimes totalitários, mas de uma história dominante, que organiza o espaço curricular e simbólico, mas convive com fissuras e possibilidades de outras interpretações. Mesmo que algumas dessas possibilidades só sejam percebidas por um olhar atento de quem os analisa, algo que nos propomos a fazer ao longo desse trabalho.

O Capítulo 1 foca no conhecimento histórico produzido sobre o Distrito Federal. Buscamos fazer uma breve análise historiográfica sobre Brasília, desde seus primeiros relatos apologéticos, passando por sua crítica, ampliação de objetos de estudo, interdisciplinaridades, alcançando uma história pluriperspectivada. Consideramos quatro principais movimentos dessa historiografia, divididos principalmente por características de escrita, bem como seus objetivos e objetos de estudo em comum, e não encaixados de forma cronológica linear sequencial. A partir desse panorama historiográfico, analisamos a formação de uma cultura histórica dominante sobre Brasília, identificando suas principais características. Chamaremos essas características ao longo do trabalho de Eixos narrativos dominantes, que nos servirão como categorias de análise das coleções didáticas.

O Capítulo 2 é focado em analisar o potencial de estudo do livro didático para historiadores da educação, muito além da análise e da crítica de seus conteúdos, entendendo-o como um objeto amplo da cultura material escolar, com forte poder curricular e ainda hoje onipresente em salas de aula espalhadas pelo país. Faremos um panorama histórico do livro didático no Brasil, contextualizando sua produção e utilização sempre atrelada aos interesses do Estado e ao poder instituído, sendo inclusive diversas vezes entendido como uma ferramenta de reprodução da ideologia do Estado. O impacto do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), seus avanços ao longo das quatro décadas de existência, bem como seus retrocessos por influência da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2017 também são abordados, finalizando com uma análise de qual espaço a história local tem dentro do Ensino de História, seja nos livros ou em documentos curriculares prescritos.

O Capítulo 3 apresenta os livros didáticos analisados, sendo dois deles adotados em larga escala via PNLD para escolas públicas do Distrito Federal entre os anos de 2010 e 2015: *Distrito Federal: História e Sociedade*, das autoras Bianca Amaral e Diane Valdez, lançado pela Editora FTD e *História do Distrito Federal*, escrito por Cristiano Alencar Arrais e Eliezar Cardoso de Oliveira, produzido pela Editora Scipione. A terceira coleção analisada é *Distrito Federal: História e Geografia*, de Denise Pereira e Maria Vilaní de Almeida, lançada inicialmente em 2002 pela editora FTD e com outras quatro edições publicadas em anos seguintes (2007, 2010, 2013 e 2015). Essa coleção jamais esteve contemplada nos editais do PNLD, porém se mostra presente no ensino de história de Brasília, principalmente se ampliarmos nosso olhar para escolas da rede privada de ensino. É no Capítulo 3 que buscamos identificar os Eixos Narrativos dominantes da história de Brasília em cada coleção, enxergando suas permanências ou tentativas de ruptura.

Concluimos nosso trabalho no capítulo 4 com um conjunto de cinco oficinas pedagógicas relacionadas a história do Distrito Federal. Não buscamos com essas atividades substituir os livros didáticos descontinuados após a influência da BNCC no PNLD a nível nacional, nem de criar um novo modelo de livro didático. Constituem uma proposta pedagógica que tem como metodologia a utilização de documentos históricos em sala de aula para serem analisados e problematizados por estudantes. Para tanto, nossos objetivos aqui foram de construir oficinas temáticas de história que levem os alunos a estudar a história de Brasília, evitando, ou rompendo com os eixos narrativos clássicos apresentados ao longo da dissertação. Optamos por uma metodologia baseada em práticas investigativas onde o aluno será desafiado a analisar documentos históricos para tentar extrair alguma interpretação a partir dessa análise. Essa metodologia tem como base o trabalho das professoras Ana Mascia Lagôa, Keila Grinberg e Lúcia Grinberg intitulado “Oficinas de História” (2000). Tratamos o uso destes documentos para além da mera ilustração, uma vez que os alunos partirão da análise deles para buscar conexões que os permitam formular hipóteses, por vezes comparar documentos distintos, reconhecer diferenças e semelhanças e até a crítica dessas fontes. Entretanto, evitando a ideia de “pequenos historiadores”, responsáveis por criar representações históricas complexas a partir da análise documental.

Temas como migração, pré-existências do Distrito Federal, presença e invisibilização feminina, remoções de invasões próximas ao centro planejado e um caso específico de violência policial contra os trabalhadores constituem os cinco dossiês

temáticos. Buscamos assim que os estudantes tenham acesso aos conhecimentos históricos sobre o passado do Distrito Federal ao mesmo tempo em que tenham também acesso com o processo de produção de conhecimento, ampliando o contato de cada um com documentos históricos. Aqui reforçamos: a sala de aula também é espaço para construção de conhecimento histórico, por isso as oficinas de História apresentadas buscam ao mesmo tempo ensinar história de Brasília, hora evitando, hora desconstruindo narrativas tradicionais hegemônicas e seus eixos principais, mas também ensinar como o conhecimento histórico é produzido, rompendo a falsa noção de que o passado já está dado, já está contado.

As oficinas temáticas foram construídas tendo como público final tanto o professor como os alunos. Todas elas apresentam uma “área do professor”, destacando os conteúdos, objetivos de aprendizagem e estratégias possíveis para a aplicação da atividade, sempre com margens suficientes para adaptações de acordo com cada realidade escolar. Após isso, iniciamos a parte destinada aos estudantes, com linguagem clara, instruções, perguntas motivadoras e as pistas, isso é, as fontes históricas de cada atividade. Buscamos assim contribuir com o ensino de história do Distrito Federal na educação básica, rompendo com a narrativa clássica dominante sobre o passado da região e ampliando o contato de professores e alunos com documentos históricos em sala de aula.

O título desta dissertação, “Os eixos que se cruzam (e permanecem): o risco da história única no ensino de História do Distrito Federal”, traduz a preocupação central desta investigação: compreender como certas narrativas sobre Brasília, consolidadas dentro de uma cultura histórica desde os primeiros trabalhos historiográficos apologéticos à construção da nova capital, continuam a orientar os livros didáticos utilizados em sala de aula. A expressão “história única” é empregada aqui de modo crítico, não para afirmar a existência de um relato homogêneo e imutável, mas para problematizar a tendência (ou não) de privilegiar um conjunto restrito de perspectivas como os Eixos narrativos dominantes levantados ao longo do trabalho. Ao mesmo tempo, a discussão dialoga com o conceito de “hegemonia cultural” de Raymond Williams (1977), que entende a hegemonia como um processo vivo, atravessado por disputas, pressões e brechas para sentidos residuais e emergentes. Assim, falar em “risco da história única” permite reconhecer que, embora esses eixos formem uma narrativa dominante, ela não elimina completamente outras vozes, que resistem e reconfiguram o ensino de História do Distrito Federal.

CAPÍTULO 1: HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA DO DISTRITO FEDERAL. ENTRE O HEGEMÔNICO E A PLURALIDADE

1.1 – O primeiro movimento: a narrativa oficial que se tornou hegemônica

Brasília nasceu documentada. Mesmo anos antes de sua inauguração oficial em 21 de abril de 1960, a cidade já seria objeto de debate entre críticos opositoristas e defensores da ideia de interiorização da Nova Capital. Mais que documentada: analisada, relatada, filmada, fotografada e narrada. Não seria exagero afirmar que a historiografia de Brasília surge antes mesmo que própria cidade.

Laurent Vidal afirma que “toda fundação de cidade é uma oportunidade de reescritura da História, a do grupo fundador como a da nação” (VIDAL, 2009, p.243). Brasília seria para seus fundadores essa oportunidade de construir um novo Brasil, moderno e voltado para o futuro. O símbolo máximo do nacional-desenvolvimentismo dominante do período. Por isso não poderia fracassar como projeto, nem como ideia. É dentro desse cenário de intensas críticas quanto à viabilidade e mesmo necessidade de uma nova capital que surgem os primeiros textos com uma clara intencionalidade: defender a cidade e as obras, legitimar a transferência tanto politicamente quanto historicamente, encaixando-a dentro de um processo mais antigo que aquele momento então vivido, transformando-o em culminância grandiosa de um sonho de interiorização secular. Portanto, Brasília não seria uma cidade historicizada somente após seu surgimento, sua construção e inauguração. Pelo contrário, para essa historiografia apologética, a construção da Nova Capital estaria dentro de um processo histórico mais amplo, conferindo à Brasília um passado que a sustente, dando ao presente daquele momento a autoridade histórica de quem cumpre um destino da nação.

Os textos que se dedicaram, ou mesmo se dedicam, a escrever a história da cidade acabaram por atribuir a ela uma historicidade que antecede em muito o momento de sua construção e inauguração. Livros, romances, artigos de jornais e revistas, publicados desde o início do governo Juscelino Kubitschek até os nossos dias, fazem menção a essa antecedência da ideia de interiorização da capital federal buscando dar a esse empreendimento maior legitimidade (CEBALLOS, 2005, p.11).

Essa relação pode ser explicada a partir da própria formação do pensamento histórico. Para o historiador e filósofo alemão Jörn Rüsen (2022), a lógica do pensamento histórico, isso é, como o passado passa a fazer algum tipo de sentido para

aqueles que se debruçam sobre ele, é construída a partir de um processo que envolve alguns princípios sequenciais, onde um acaba por levar ao próximo. Para Rüsen, o pensamento histórico nasce das necessidades de orientação na dimensão temporal da vida humana. Podemos resumir como uma inquietação do presente que gera uma necessidade de orientação. A partir dessa necessidade, surgem os conceitos para compreender o passado como história. Esses conceitos só podem ser analisados dentro de regras para tratamento das fontes, ou seja, dentro dos métodos da pesquisa histórica. O resultado dessa análise metodológica surge em forma de representação do passado dentro de explicações racionais, se tornando uma narrativa histórica. Por fim, essa narrativa atende a função de orientação do presente, projetando um horizonte de expectativa do futuro (RÜSEN, 2022, p. 76-77).

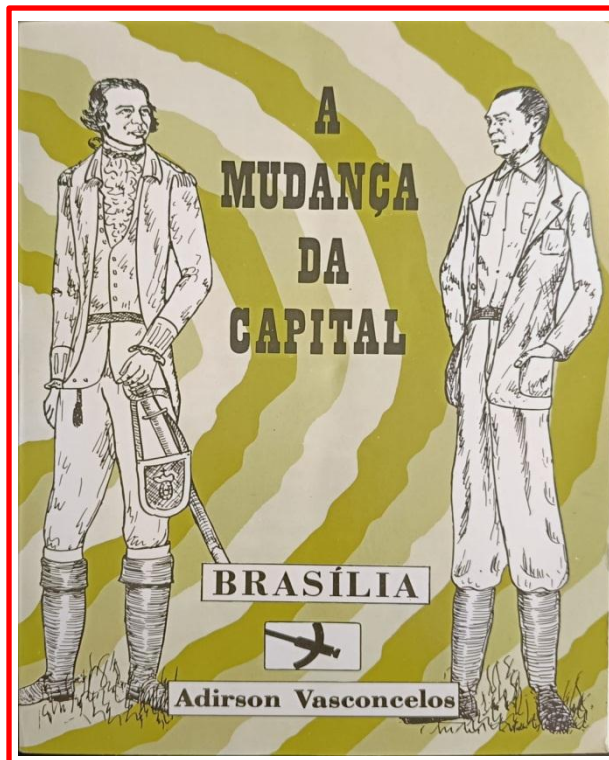
Portanto, de acordo com Rüsen, todo pensamento histórico nasce de uma inquietação com o presente e retorna como orientação ao próprio presente. Vemos muito bem esse processo ao se debruçar sobre a historiografia apologética em torno da cidade, que surge a partir da necessidade daquele momento em defender a ideia de Brasília, contextualizando-a como uma sequência lógica e final de séculos de planos de interiorização que finalmente se faziam realizados, protegendo-a de todo e qualquer ataque ideológico, e retorna como orientação ao próprio presente, transformando-a em símbolo de um país em pleno progresso e desenvolvimento, sinal de esperança futura da nação brasileira. E é esse primeiro movimento da historiografia de Brasília o responsável pela perpetuação de uma narrativa que se mantém até hoje de forma hegemônica, consolidada dentro de uma forte cultura histórica.

Mas, se a história da cidade nasce antes dela própria, estamos, portanto, falando da história de uma ideia. Muitos são os textos produzidos durante o governo do presidente Juscelino Kubitschek que resgatam fortemente o ideal de transferência da capital do país para o seu sertão, tirando-a dos perigos e estorvos das já populosas cidades do litoral brasileiro, principalmente o Rio de Janeiro. Afinal de contas, “Brasília não foi uma improvisação, mas o resultado de um amadurecimento” (SILVA, 1970, p.9), como menciona Ernesto Silva² na obra “História de Brasília: um sonho, uma esperança, uma realidade”, um dos grandes expoentes desse primeiro movimento historiográfico.

² Engenheiro, médico e militar carioca, atuou como secretário da Comissão de Localização da Nova Capital do Brasil entre 1953 e 1955. Foi posteriormente diretor da Companhia de Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – Novacap, durante o período das obras. Publicou “Histórias de Brasília” (obra citada) em 1970, além de diversos textos escritos para o jornal Correio Braziliense ao longo da carreira.

Uma ideia que remonta a algum momento do século XVIII, tendo algum ou outro idealizador como precursor. Os textos não são unânimes ao afirmar quem foi o pioneiro nessa defesa da interiorização. Geraldo Irineo Joffily, na obra “Brasília e sua ideologia” exalta o papel de Francisco Tosi Colombina e sua proposta em 1750 de construção de uma estrada ligando o porto de Santos até Cuiabá. Apesar de não defender explicitamente a construção de uma nova cidade, Colombina teria sido o primeiro a enxergar vantagens da ocupação do território do Brasil central, elaborando inclusive um projeto técnico demonstrando a viabilidade e importância do empreendimento (JOFFILY, 1977, p.21). Já Horácio Mendes (1960, p.31), prefere ressaltar o papel da Inconfidência Mineira no texto “Brasília e seus antecedentes”, publicado na edição especial da Revista Brasília em abril de 1960, versão essa posteriormente reproduzida por Adirson Vasconcelos que vai além e especifica Tiradentes como o dono da ideia de mudar a capital para o interior do Brasil, no caso, São João Del Rey em Minas Gerais (VASCONCELOS, 1978, p.13).

Figura 1 – Capa da obra “A Mudança da Capital” – Adirson Vasconcelos



Transcrito de: VASCONCELOS, Adirson. **A mudança da capital**. Brasília: Gráfica e Editora Independência, 1978.

Se o primeiro não foi um consenso, os variados nomes que seguem essa narrativa dos idealizadores da interiorização são figurinhas carimbadas e repetidas: José Hipólito da Costa, representando a defesa constante da ideia em seu jornal “Correio Braziliense” no início do século XIX. José Bonifácio seria a primeira recomendação formal de um homem do governo para a transferência da capital para o interior. Francisco Adolfo de Varnhagen e suas viagens ao planalto central brasileiro com objetivos de demonstrar tecnicamente a importância e viabilidade dessa transferência. Louis Ferdinand Cruls, conhecido aqui como Luís Cruls, astrônomo belga que liderou a Comissão Exploradora do Planalto Central com o objetivo de escolher e demarcar a região para a Nova Capital do Brasil nos primeiros anos da República, e por fim, Juscelino Kubitschek, o presidente que enfim tiraria da gaveta esse plano já secular, fazendo cumprir a Constituição que o previa. Cria-se, portanto, uma homogeneidade nos discursos que defendem o sentimento de expectativa para Brasília, gerada e amadurecida ao longo dos séculos.

Brasília não nasceu ontem, nem se materializou agora. Porque era um ideal que atravessou séculos e é uma realidade que deverá projetar-se nos milênios (...). Singela e antiga, simples e litúrgica, responderia aos ideais de um povo que nasceu à sombra da cruz e nela se projeta (...) O nascimento de uma cidade, mais do que isso, da Metrópole administrativa e política, não é apenas uma efemeridade, mas o início de um longo processo de desenvolvimento. Brasília apenas começou. (CORREIO BRAZILIENSE, 1960, p.4).

“O sonho de tantas gerações” (VASCONCELOS, 1978, p. 349) foi antes sonho de um homem santo: São João Bosco, padre italiano quem em 1883 teria previsto a terra prometida entre os paralelos 15° e 20°, local onde se formava um lago e de riqueza inconcebível. O relato de tal profecia, publicado na Revista Brasília, periódico oficial da NOVACAP – Companhia de Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, se constituiu para os historiadores apologéticos de Brasília como uma confirmação mitológica que mereceu ter amplo destaque na historicização da cidade. O texto intitulado “A profecia de S. João Bosco” (1957, p.16) trata não somente de apresentar ao leitor o sonho profético, mas também de interpreta-lo, dando grande destaque a formação do lago, a localização geográfica e um ênfase a uma suposta “Grande Civilização” que nem sequer é mencionada nos relatos do sonho, porém uma inclusão que confirmaria ser Brasília o objeto da profecia do passado e destinada a grandiosidade em seu futuro.

Mesmo tendo sido decifrado seis meses depois do início da construção de Brasília, o importante é que o signo divino que designou Brasília seja anterior à construção. A propaganda em favor de Brasília conserva apenas a data do signo e não a de sua interpretação, para evitar qualquer acusação de justificação *a posteriori* do local. Desde então, a data de 1883 ocupa um lugar privilegiado na cronologia oficial do projeto de Brasília: ela simboliza o anúncio profético do nascimento de Brasília. (VIDAL, 2009, p.248)

Para essa historiografia, o século XVIII representa o nascimento de uma ideia, ao longo do século XIX os nomes exaltados representam a defesa e a maturação intelectual dessa ideia. O relato de D. Bosco, interpretado tardiamente em 1957, se encaixa nessa cronologia como a revelação divina e confirmação do local escolhido. A primeira metade do século XX seria, portanto, o alinhamento técnico final para a concretização de uma ideia secular. Essas são as bases dos antecedentes de Brasília presentes na historiografia do *primeiro movimento*, que fazem questão de contextualizar a construção da nova capital dentro de um “casulo mitológico” (VIDAL, 2009, p.243) ancorado em três aspectos fundamentais: o aspecto religioso, ou divino, revelado pelo sonho profético de Dom Bosco; o aspecto técnico e científico, obedecendo relatórios da Missão Cruls para escolha do local e organização da nova cidade fora dos padrões de todas as grandes cidades brasileiras do litoral, planejada, com um plano urbanístico escolhido por um júri técnico; por fim, o aspecto político, dando a Juscelino Kubitschek o destaque de homem que conduziria o país ao futuro de progresso e desenvolvimento.

Consideramos um marco da historiografia de Brasília³ as publicações da já mencionada Revista Brasília, periódico oficial da NOVACAP – Companhia de Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, publicadas mensalmente entre janeiro de 1957 e março de 1963. Criada com o objetivo de dar publicidade a todos os atos administrativos assinados em decorrência das obras em Brasília, porém, não se limitou a isso. Serviu como um claro e forte instrumento de propaganda e defesa da transferência, atuando por vezes com uma dupla finalidade histórica: historicizar e relatar Brasília. Historiciza ao resgatar seus antecedentes, relata ao documentar o tempo presente, através de fotografias, depoimentos e biografias de seus construtores ilustres, dando a

³ A partir de uma percepção de Barros (2022), entendemos historiografia “como o vasto universo de realizações produzidas até hoje por todos os historiadores e autores de História”, onde essas produções podem ser de múltiplos e variados meios linguísticos tais como textos escritos (acadêmicos ou não), fotografias, documentos audiovisuais como filmes, entre outros, sejam eles produzidos por historiadores profissionais por formação ou por profissionais de outras áreas que se dedicam de alguma forma ao estudo e relato do passado. De maneira simplificada, podemos entender historiografia como o exercício de interpretar ideias, autores e a própria escrita da História.

tônica de uma epopeia grandiosa, deixando claro ser esse tempo um marco histórico para ser eternizado, bem como seus protagonistas.

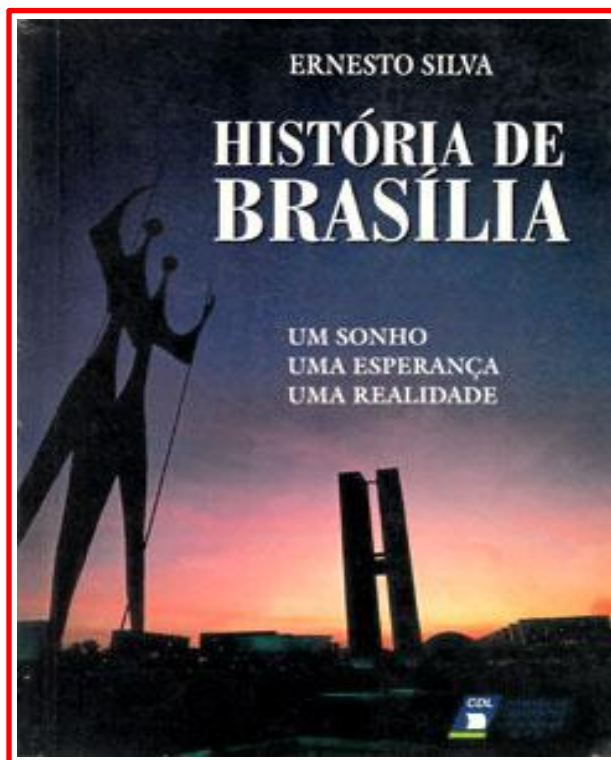
Figura 2 – Capa da Revista Brasília – 21/04/1960



Transcrito de: Revista Brasília/ Acervo: Fundo NOCACAP - ArPDF.

Soma-se a Revista Brasília diversos outros trabalhos que documentaram a cidade, como a obra audiovisual “As primeiras imagens de Brasília” de Jean Manzon, produzido em 1957, ou as fotografias de Mario Fontenelle, fotógrafo oficial do governo Juscelino Kubitschek, responsável por mais de 5 mil fotografias dos primeiros anos da cidade. Esses trabalhos foram a base principal para textos historiográficos que consolidaram essa narrativa. Uma tese oficial que se tornou hegemônica (LIMA, 2025), reproduzida em obras hoje consideradas clássicas da historiografia local, como “História de Brasília” (1970) de Ernesto Silva, “A Mudança da Capital” (1978) e “A epopeia da construção de Brasília” (1989) de Adirson Vasconcelos e algumas mais recentes, como “Brasília Kubitschek de Oliveira” (2002), de Ronaldo Costa Couto.

Figura 3 – Capa da obra “História de Brasília” – Ernesto Silva



Transcrito de: SILVA, Ernesto. **História de Brasília**: um sonho, uma esperança, uma realidade. Brasília, Coordenada, 1970.

1.2 – Outros olhares sobre Brasília: da crítica a uma história plural.

Obviamente que essa tradição da historiografia de Brasília apresenta lacunas e é por si só incapaz de trazer uma compreensão mais ampla da história do Distrito Federal. Esse primeiro movimento historiográfico sofreu e sofre diversas críticas por, entre outros motivos, invisibilizar sujeitos e lugares históricos importantes dentro do processo histórico da cidade e por metodologicamente pouco (ou nada) problematizar os documentos oficiais, meramente reproduzindo suas narrativas e fazendo ressoar a voz dos fundadores. Vânia Moreira ressalta que para essa historiografia, “a ideologia vestiu-se de história e de forma sistemática buscou legitimar a construção da nova capital”, abandonando pressupostos básicos de uma historiografia crítica. (MOREIRA, 1998, p.66).

Nesse contexto, em diálogo com Lima (2025), destacamos o *segundo movimento* da historiografia do Distrito Federal. É importante ressaltar que apesar de utilizar o termo “segundo”, as produções que classificamos como parte desse movimento não são cronologicamente posteriores ou mesmo sequenciais ao primeiro movimento apologético, sendo algumas delas contemporâneas às obras de construção da

cidade. Classificamos assim por representarem uma resposta, ou uma crítica, à historiografia oficial que já se apresentava forte propagandeando a cidade e seus fundadores.

Mudam-se os objetos e os olhares. A capital da esperança, cidade utópica, sonhada e construída heroicamente sob a tutela de Juscelino Kubistchek é agora problematizada como um espaço de exclusão e desigualdade. Os trabalhos desse segundo movimento colocam suas atenções nas pessoas simples, nos comuns, nos trabalhadores, fazendo o contraponto do modernismo e desenvolvimentismo ao qual simbolizava Brasília com a desilusão e falta de esperança dos homens e mulheres que trabalhavam para construí-la. Um trecho do documentário de Gerson Tavares tenta retratar com pessimismo essa contradição:

“Protegidos por uma cúpula ampla, sentar-se-ão os futuros legisladores do Brasil. Não para esse operoso aglomerado de raças e de cores serão elaboradas as leis, pois este desaparecerá com o início da vida de Brasília, a capital do amanhã” (TAVARES, 1959).

Produzido ainda em 1959, antes da inauguração oficial da cidade, “Brasília, capital do século” é um exemplo de como o cinema já fazia contraponto ao relato oficial da cidade, enxergando os dilemas e dramas de seu povo. “Acabado o trabalho, Brasília perde sua própria alma. Morta é em verdade toda a cidade sem a presença humana” (TAVARES, 1959). Outro exemplo vindo do universo audiovisual é o cine documentário “Brasília, contradições de uma cidade nova”, de Joaquim Pedro Andrade (1967), que parte da modernidade do centro para explorar a dura realidade da periferia ignorada de Brasília. Após analisar os eixos que se cruzam (rodoviário e monumental), suas superquadras e a qualidade de vida de seus moradores, o documentário se concentra na periferia, onde foi deslocada uma grande massa de trabalhadores das obras da cidade, que naquele momento angustiavam-se sem emprego com a diminuição das construções públicas. Joaquim Pedro Andrade conclui assim sua análise sobre a cidade após seus sete primeiros anos:

Ao expelir de seu seio os homens humildes que a construíram e os que a ela ainda hoje a correm, Brasília encarna o conflito básico da arte brasileira fora do alcance da maioria do povo. O plano dos arquitetos propôs uma cidade justa, sem discriminações sociais. Mas a medida que o plano se tornava realidade, os problemas cresciam para além das fronteiras urbanas em que se procurava conter. Na verdade, são problemas nacionais de todas as cidades brasileiras, que nesta, generosamente concebida, se revelam com insuportável

clareza. É preciso mudar essa realidade, para que no rosto do povo se descubra quanto uma cidade pode ser bela. (ANDRADE, 1967).

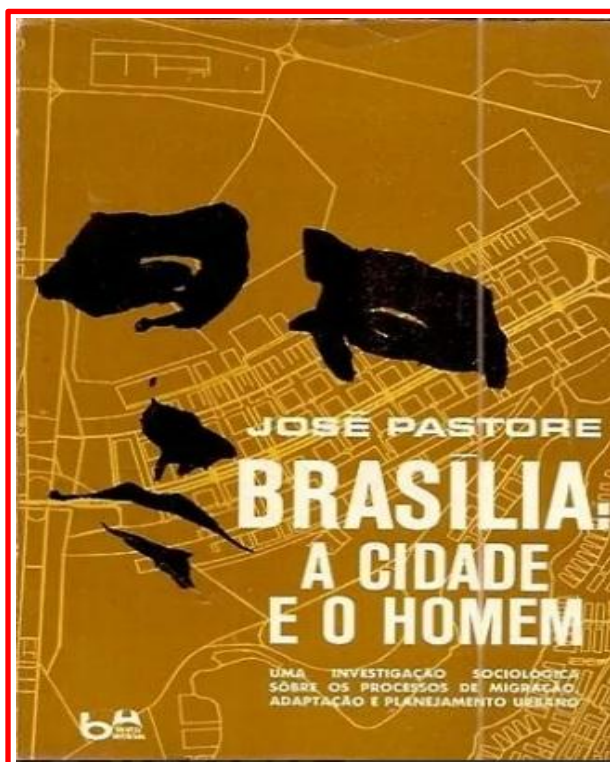
Ambas as obras audiovisuais citadas tem forte ponto em comum: o foco no povo e nas pessoas, ao contrário do primeiro movimento que se propõe a relatar o feito dos considerados ilustres, da epopeia grandiosa da cidade e na exaltação dos trabalhadores como heróis coletivos, sem jamais reduzir o olhar as demandas e aflições desse povo. Já no universo da pesquisa acadêmica, destacamos o livro de José Pastore, “Brasília: a cidade e o homem” (1969), que analisa os deslocamentos populacionais para entender a dinâmica de crescimento da cidade antes mesmo de sua inauguração, apresentando uma população heterogênea que estabeleceu diferentes relações de pertencimento à cidade onde construíam ano a ano. O que Pastore se propõe é um estudo sociológico para entender o nível de satisfação dos habitantes de Brasília com a cidade em que vivem, e para isso, seu olhar não está preso ao centro planejado. Condições de moradia, empregabilidade, deslocamento urbano, áreas de lazer, tudo isso posto em equação na tentativa de quantificar essa satisfação dos brasilienses. O autor classifica assim seu trabalho:

Assim, do ponto de vista prático, este estudo parece constituir um primeiro passo para a avaliação de Brasília do ponto de vista do seu contingente populacional. Os dados desta investigação podem proporcionar um diagnóstico geral de como o povo se sente na nova área e, ao mesmo tempo, um delineamento geral dos padrões de comportamento de indivíduos socialmente distintos. Neste particular, o estudo pode ser considerado como uma contribuição aos programas de desenvolvimento de Brasília e para a colonização do Brasil Central. (PASTORE, 1969, p. 122 – 123).

Esses estudos serviram de gancho posterior a diversas críticas ao discurso oficial que continuou prevalecendo nas décadas seguintes. Mais recentemente, outros autores partiram da crítica ao hegemônico para tentar destrinchar os artifícios retóricos e desconstruir o que chamaram de “mitos” que envolveram a fundação e os relatos iniciais da cidade. Noções de uma arquitetura que promoveria a igualdade e solidariedade entre os habitantes vão sendo desmentidas dentro por novos trabalhos. Destacamos o texto de Paulo Bicca (1985), intitulado “Brasília: mitos e realidades”, James Houston (1993), com a obra “A cidade Modernista: uma crítica a Brasília e sua utopia” e o já citado Laurent Vidal (2009).

A trama do relato de Brasília fornece a estrutura do mito de Brasília que afirma em primeiro lugar uma certa quantidade de princípios em torno dos quais deverá se organizar o Brasil moderno: o espírito independentista e nacionalista, a legalidade republicana, a racionalidade científica e a fé católica. Cada uma das datas do relato de Brasília ilustra um desses princípios. Cada personagem incarna um ou mais de um desses princípios. Isto é um elemento notável do mito de Brasília: o projeto e sua construção são o fato de personagens heroicos (José Bonifácio, Varnhagen, Dom Bosco, Luis Cruls, Juscelino Kubitschek,...) ou heróis coletivos (os construtores de Brasília, os candangos). Entre os dois extremos, nenhum grupo de defesa de interesses particulares intervem. (VIDAL, 2009, p. 271-272).

Figura 4 – Capa da obra “Brasília: a cidade e o homem” – José Pastore



Transcrito de: PASTORE, José. **Brasília: a cidade e o homem**; uma investigação sociológica sobre os processos de migração, adaptação e planejamento urbano. São Paulo: Editora Nacional, 1969.

A década de 1980 representou uma expansão nos estudos sociais sobre as cidades de uma maneira geral. A interdisciplinaridade entre áreas de pesquisas diferentes se amplia, tais como História, Geografia, Antropologia, Sociologia e Urbanismo, gerando novas e diversas possibilidades de análise. Fernandes e Gomes (2004, p, 23) analisam que o momento de distensão política que envolvia o período da redemocratização contribuiu para o aumento da problematização de questões sociais, com destaque ao movimento operário, nas relações de trabalho e a questão da moradia.

Na História, se fortalece o campo de pesquisa da História da Cidade, em intenso diálogo com o campo marxista e a história social.

Dentro desse cenário de produções que incluímos o *terceiro movimento* da historiografia sobre o Distrito Federal, que mantém a análise crítica em relação à historiografia tradicional e inverte os protagonismos. Propõe a analisar Brasília sob o ponto de vista dos trabalhadores, adotando (e problematizando) o termo “candango”. A construção de Brasília e o período das obras são fortemente abordados, porém, sem o viés romantizado de epopeia heroica presente no primeiro movimento. As duras condições de trabalho e moradia, o cotidiano de violência e incerteza somados a forte exclusão pós-inauguração definem o objeto de estudo desse terceiro movimento (LIMA, 2025).

Como grande expoente, destacamos o trabalho de Nair Heloísa Bicalho de Sousa, “Construtores de Brasília. Estudo de operários e sua participação política” (1983), em que a autora debate a participação política sindical dos trabalhadores durante os anos 1960, transpassando pelas relações de exploração e exclusão das quais esses trabalhadores estavam sujeitos no cotidiano das obras. O antropólogo Gustavo Lins Ribeiro, na obra “A capital da esperança: a experiência dos trabalhadores na construção de Brasília” é também um exemplo dessa interdisciplinaridade crítica que marca o terceiro movimento. O livro se divide em quatro capítulos (Os trabalhadores, O acampamento, O trabalho, Os conflitos) destacando a experiência vivida pelos operários nos canteiros de obra da nova capital, expondo relações de exploração dessa mão de obra com jornadas de trabalho ilegais que iam muito além das 12 horas diárias permitidas por lei, nas chamadas viradas de turnos (RIBEIRO, 2008, p. 162), os acidentes das quais estavam sujeitos e que se tornaram algo cotidiano, o descaso das autoridades com os mortos e suas famílias, chegando até a enterra-los em valas comuns dentro do próprio canteiro de obras, onde posteriormente seriam concretados. Afinal de contas, Brasília não poderia parar. (RIBEIRO, 2008, p. 168).

No universo cinematográfico, podemos mencionar a obra “Conterrâneos Velhos de Guerra”, do diretor Vladimir Carvalho (1990), que também apresenta o cotidiano das obras e o desenvolvimento da cidade ao longo das suas primeiras décadas, porém sem romantiza-los, expondo a miséria e desigualdade surgida na capital da esperança como reflexo de uma estrutura de classe segregadora da qual Brasília nunca esteve apartada, destacando um cenário de violência sistêmica que envolveu expulsão da população mais pobre do centro e morte de trabalhadores operários, muitas delas

negadas pela narrativa oficial. Tanto o trabalho de Vladimir de Carvalho, como a obra de Gustavo Lins Ribeiro, expõem os abusos policiais promovidos pela Guarda Especial de Brasília (GEB), em especial o ocorrido no carnaval de 1959, onde trabalhadores manifestantes foram brutalmente assassinados e seus corpos ocultados. Assunto que virou tabu em Brasília por décadas, sendo constantemente negado por autoridades, inclusive pelo próprio Oscar Niemeyer quando questionado.

Noite de Carnaval. Operários (três no máximo) chegam do trabalho para comer na cantina e não encontram comida que deveria ter sido provida pela administração. Restos lhes é servido, comida de má qualidade. Irritam-se, ou um deles se irrita e arremessa o prato no encarregado da cozinha, no cantineiro ou no cozinheiro. Outros operários se solidarizam. Alguém (o agredido, um sargento, um engenheiro, o chefe de cozinha, o dono da cantina, "gente da alta") chama a polícia. A polícia enviada é pouca. Os operários não deixam seus companheiros serem presos. Um reforço de grande número de soldados chegam atirando. Grande tiroteio. A polícia não pergunta nada, já vai atirando contra os alojamentos. Mataram muita gente. Muitos morreram em sua cama. Outros são despertados violentamente e colocados em fila com as mãos na cabeça, espancados e humilhados. Não se sabe se morreram vinte, quarenta, oitenta, cento e quarenta. Mortos são transportados em caminhões basculantes para uma vala no meio do cerrado. Não há divulgações do que realmente aconteceu. Em Brasília era duro. Tinha ordem, a GEB era pra isso mesmo. Não houve providências. (RIBEIRO, 2008, p.225).

Figura 5 – Capa da obra “Capital da esperança” – Gustavo Lins Ribeiro



Transcrito de: RIBEIRO, Gustavo Lins. **O capital da esperança**: a experiência dos trabalhadores na construção de Brasília. Brasília, Editora UnB, 2008.

Para além da abordagem marxista com viés na luta de classe, consideramos a principal característica desse terceiro movimento a inversão dos protagonismos na narrativa histórica. O foco está nos trabalhadores e esses são os sujeitos históricos ouvidos por esse movimento. Utilizando-se bastante da metodologia da História Oral, trabalhos mais recentes surgiram que se encaixam dentro do terceiro movimento de historiografia do Distrito Federal, dessa vez atentos as novas questões como pertencimento e identidade desses trabalhadores com a nova capital e sua periferia. Podemos citar como exemplo o trabalho de Edson Beú Luiz, ao ouvir trabalhadores e posteriormente os filhos de trabalhadores, sendo esses ainda crianças durante o período das obras e remoções para cidades afastadas do centro planejado, e como o discurso oficial gerou diferentes impactos em cada geração. (LUIZ, 2007).

O último e *quarto movimento* identificado dentro da historiografia do Distrito Federal é um movimento vivo e em constante transformação. Todos os eixos da narrativa hegemônica são rompidos, inclusive a temporalidade normalmente abordada (dos antecedentes até a inauguração). Novos olhares, novos objetos, novos lugares: a periferia se torna o centro e seus formadores os protagonistas. A preocupação não está mais em investigar questões da transferência da Nova Capital ou a exaltação de seus idealizadores. A caixa preta que envolve o termo “candangos” é aberta, revelando uma diversidade de pessoas que continuavam invisibilizadas atrás desse termo. Mulheres, indígenas, quilombolas. Gama, Ceilândia, Taguatinga, Recanto das Emas, São Sebastião⁴. Outras Brasília que formam a Brasília, outras histórias dentro desse espaço. Consideramos o quarto movimento o responsável por apresentar uma história plural e pluriperspectivada.

Recentemente, muita coisa tem sido produzida dentro da Universidade a partir desses pressupostos de pluralidade. Citamos como exemplo, estudos que tentam reconstruir uma história das regiões administrativas que formam o DF, tendo inclusive o Ensino de História na Educação Básica como um dos objetivos definidos. Destacamos o trabalho do professor da rede pública de ensino Jorge Santos, com a tese de doutorado defendida na Universidade de Brasília em 2018 intitulado “(Re)canto de memórias”, onde busca historicizar a cidade do Recanto das Emas, surgida em 1993 e localizada a cerca de 32km do centro do plano piloto, a partir dos testemunhos e memórias das avós

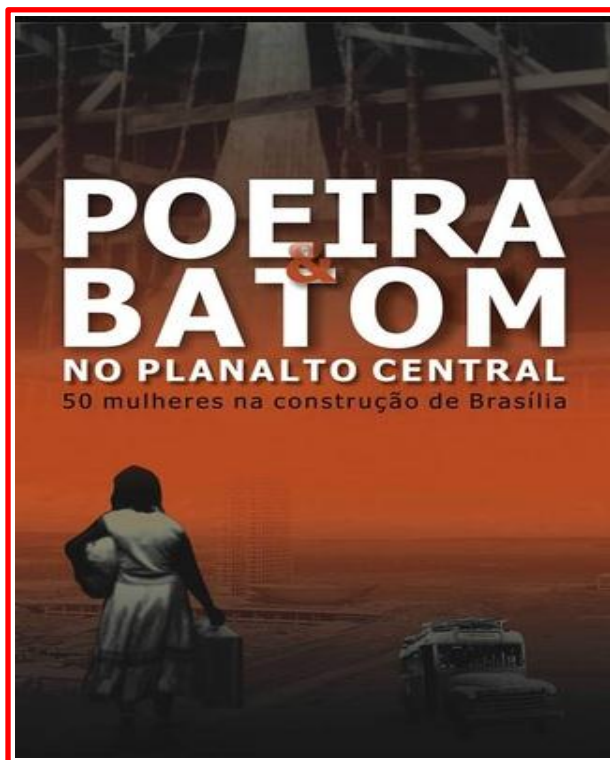
⁴ Gama, Ceilândia, Taguatinga, Recanto das Emas, São Sebastião são alguns exemplos de Regiões Administrativas de Brasília (RA's). Ao todo, o DF é formado atualmente por 35 RA's, que são subdivisões territoriais para fins de descentralização dos serviços públicos.

dos alunos dos quais lecionava no Centro de Ensino Fundamental 308 da cidade, atribuindo sentido as memórias dessas pessoas. Santos afirma que a vivência em sala de aula e as experiências como professor o conduziram a essa pesquisa, num caminho que parte do chão da sala de aula para a universidade.(SANTOS, 2018, p.65).

Outro exemplo de como o conhecimento histórico escolar pode nortear pesquisas acadêmicas para então retornar ao ensino de história como práticas pedagógicas está no trabalho de Vinícius Oliveira, dentro do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória), defendido em 2022 pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Oliveira propôs a construção em conjunto com os alunos do Centro Educacional 06 da Ceilândia de um museu virtual da cidade, a mais populosa região administrativa do Distrito Federal, surgida em 1971 fruto de remoções de moradias precárias próximas ao centro do Plano Piloto de Brasília. Esse trabalho permitiu que os próprios alunos organizassem o acervo, as histórias, os testemunhos, identificando “os fundamentos da pesquisa histórica, as intencionalidades e as disputas em torno das narrativas históricas a partir da própria experiência prática.” (OLIVEIRA, 2022, p.11). Ainda dentro do ProfHistória, Diogo Lacerda (2025) buscou preencher a enorme lacuna no Ensino de História sobre a cidade do Gama, reconstruindo a história da cidade também a partir de testemunhos de seus moradores, indo além da formação da cidade em 1960: cotidiano de violência das gangues nos anos 1980, a cultura do futebol como elemento formador de identidade nos anos 1990, o surgimento das periferias dentro da periferia com novas ocupações urbanas dentro da própria cidade. Ou seja, uma história viva e em construção.

Outras obras recolocam os olhares sob sujeitos pouco abordados pela historiografia tradicional, como mulheres, comunidades quilombolas ou indígenas na construção e formação do Distrito Federal. Podemos mencionar como primeiro exemplo o livro “Poeira e Batom no Planalto Central: 50 mulheres na construção de Brasília”, também lançado em documentário em 2010, de Tânia Fontenele Mourão e Mônica Ferreira Gaspar de Oliveira, que resgata as experiências vividas por mulheres durante a construção da nova capital e suas trajetórias no desenvolvimento da cidade. O livro reúne depoimentos e fotografias numa sincera tentativa de inserir a presença feminina dentro da narrativa oficial, porém não necessariamente consegue supera-la. Relações de trabalho, moradia, preconceito e violências são temas abordados com as entrevistadas, um grupo de mulheres socialmente heterogêneo, o que nos leva a perceber as diferentes vivências dessas mulheres a partir de outros marcadores de classe ou raça.

Figura 6 – Capa da obra “Poeira e Batom no Planalto Central” – Tânia Fontenele Morão e Mônica de Oliveira



Transcrito de: **MOURÃO, Tânia Fontenele; OLIVEIRA, Mônica Ferreira Gaspar de.** *Poeira e batom no Planalto Central: 50 mulheres na construção de Brasília*. 1. ed. Brasília: Petrobras, 2010. 100 p.

No âmbito acadêmico podemos mencionar o projeto coordenado pela professora Cristiane Portela com objetivo de analisar representações construídas por e sobre mulheres durante a construção de Brasília, analisando e mapeando um valioso acervo de fontes documentais, entre eles boletins de ocorrências⁵ tendo mulheres vítimas ou denunciantes de crimes, carteiras de trabalho de mulheres, registros de óbitos e recortes de jornais que relatam vivências femininas normalmente invisibilizadas na historiografia tradicional. (NASCIMENTO, ALMEIDA, SILVA, PORTELA, 2016, p.11). Um outro trabalho dentro do ProfHistória, dessa vez defendido na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), é a pesquisa de Sandra Maria Rodrigues, que abordou a história da Ceilândia a partir da vivência e do protagonismo feminino, principalmente na construção dos patrimônios culturais da cidade. (RODRIGUES, 2021). Memória e identidade são os conceitos chave norteadores dessas pesquisas, em muitos casos com um importante uso da metodologia da História Oral.

⁵ Essa documentação será abordada no Capítulo 4, sendo base para uma das oficinas pedagógicas apresentadas no anexo deste trabalho.

Portanto, podemos afirmar que o quarto movimento da historiografia de Brasília ainda está em pleno desenvolvimento e muito já tem sido produzido rompendo os eixos da história única estabelecidos pelo primeiro movimento, sempre em busca das histórias possíveis dentro deste mesmo território. Mais uma vez, cabe ressaltar que essa categorização não é uniforme e linear, nem mesmo são movimentos consecutivos, e toda produção historiográfica está sujeita a influências diversas, sejam elas acadêmicas ou mesmo de uma cultura histórica mais ampla.

1.3 – Cultura histórica: a vitória da tradição e a permanência da história hegemônica.

De acordo com Gontijo (2019), o trabalho de interpretar, atribuir sentido e transmitir experiências relacionadas ao passado envolve múltiplos agentes. Os historiadores não são os detentores únicos do discurso histórico e únicos responsáveis por atribuir sentido e significado ao passado. Jornalistas, artistas, cineastas, literatos também o fazem e todos juntos acabam por contribuir para a existência de uma cultura histórica. A autora conceitua:

O conceito de cultura histórica refere-se ao modo como as pessoas ou os grupos humanos se relacionam com o passado. Em outras palavras, corresponde às formas pelas quais elaboramos experiências situando-as no tempo e no espaço. (...) Toda ação é situada no tempo e no espaço e pressupõe uma interpretação da experiência vivida no passado, além de uma vontade norteada por intenções, metas, objetivos e projetos. A cultura histórica é constituída pelos modos de interpretar essa experiência situando-a no tempo e no espaço, o que resulta em representações com conteúdos empíricos, que podem ser articuladas de diferentes maneiras e submetidas a usos variados. (CONTIJO, 2019, p.66).

Nesse ponto precisamos retomar as ideias do historiador alemão Jörn Rüsen, um dos grandes investigadores da didática histórica. Para Rüsen, todo ser humano atribui significado na sua relação com o tempo, seja o passado, o seu próprio tempo vivido ou suas expectativas de futuro. Esse processo de significação e atribuição de sentido ao tempo passa por algumas etapas: experiência, o pensamento histórico, a consciência histórica e por fim a cultura histórica. Logo, a cultura histórica seria como uma expressão exterior da consciência histórica, que por sua vez tem que ser o objetivo principal de toda aprendizagem histórica. Maria Auxiliadora Schmidt assim descreve essa relação entre os dois conceitos:

Da consciência histórica há apenas um pequeno passo para a cultura histórica (...). É por esse pressuposto que se pode afirmar que a cultura histórica é a própria memória histórica, exercida na e pela consciência histórica, a qual dá ao sujeito uma orientação temporal para a sua práxis vital, oferecendo uma direção para a atuação e autocompreensão de si mesmo. (SCHMIDT, 2014, p.32)

Portanto, um sistema coletivo de interpretação e representação do tempo passado, gerando relações afetivas com esse passado representado, orientando o tempo presente e criando expectativas de futuro a partir dessa orientação (RÜSEN, 2015, p. 217). Uma representação do passado que não necessariamente parte da historiografia profissional, sendo essa somente uma de suas possibilidades. Rüsen completa que a cultura histórica está relacionada com variados lugares de produção sejam eles a universidade, a escola, os museus, mídias, discursos políticos, monumentos ou feriados históricos. Para ele, “a cultura histórica contempla as diferentes estratégias da investigação científico-acadêmica, da criação artística, da luta política pelo poder, da educação escolar e extraescolar, do ócio...” (RÜSEN, 2009, p.2).

Entendemos “cultura histórica” como uma forma específica de experimentar e interpretar o mundo, que descreve e analisa a orientação da vida prática, a autocompreensão e a subjetividade dos seres humanos. Pode-se dizer que a cultura histórica é o resultado de manifestações da consciência histórica que relacionam-se aos diversos meios nos quais a história é utilizada, mesmo que de forma inconsciente, tais como os produtos da comunicação de massa. O saber histórico escolar é sim parte constitutiva dessa cultura, auxiliando, inclusive, a formação de identidades. Mas, como foi dito, a cultura histórica não se resume ao que é ensinado/aprendido no ambiente acadêmico e/ou escolar. (WANDERLEY, 2012, p.3).

Portanto, a maneira como as sociedades lidam com o seu passado passa por diversas representações e interpretações desse mesmo passado que não necessariamente a produção historiográfica acadêmica. Uma intrínseca interação entre passado, presente e expectativa de futuro, numa relação mutuamente dependente e interativa entre essas dimensões e que entrega como resultado dessa interação uma “versão” narrativa que a chama de história. Essa cultura histórica resultante gera um fortalecimento de identidades coletivas, forma coesão de grupos sociais em torno do seu passado, cria e confirma mitos nacionais e contribui para a legitimação de domínios sociais. Existe toda uma cultura histórica sobre a História do Distrito Federal que povoa o imaginário de seus moradores e nem sempre dialoga com produções recentes da historiografia local, ou com paradigmas epistemológicos novos sobre como olhar e representar o passado. Estamos falando mais uma vez de museus, obras audiovisuais, patrimônios públicos

com seus nomes oficiais, jornais, revistas e toda uma cultura histórica que reproduz uma versão do passado.

Brasília completou 65 anos em 2025. A data não passou em branco e uma série de comemorações foram realizadas ao longo do mês de abril, de forma mais forte no final de semana próximo ao feriado do dia 21, data oficial da inauguração da cidade. São em momentos de comemoração coletiva⁶ que a cultura histórica se faz percebida com mais clareza. Exposições fotográficas⁷ e vídeos nas redes sociais oficiais do governo narrando a epopeia da construção foram amplamente divulgados ao longo do evento. O passado de Brasília era assunto central. A Rede Globo de Televisão, em seu jornal local, abriu espaço para uma série de reportagens biográfica sobre Juscelino Kubitschek⁸, com consultoria do historiador Ronaldo Costa Couto, autor de “Brasília Kubitschek de Oliveira”, obra citada no primeiro movimento. Entendemos esses pequenos exemplos como demonstração de uma cultura histórica dominante que reproduz a narrativa tradicional de Brasília, surgida na defesa da cidade e que se faz hegemônica na cultura histórica mesmo após décadas de críticas e revisões.

Portanto, ainda hoje a voz dos que relataram e defenderam Brasília em seus primeiros anos se faz reproduzida e repercutida. A vitória dessa tradição historiográfica, pelo menos dentro da cultura histórica hegemônica, acabou por criar uma espécie de história dominante sobre Brasília que raramente é rompida e raramente se abre para outras histórias. Uma história que apresenta características muito bem marcadas, sempre repetidas nos momentos de rememorar ou recontar o passado da cidade. Chamaremos essas características ao longo desse trabalho de *Eixos Narrativos*. Eixos esses que se cruzam e permanecem através dessa cultura histórica dominante, alguns mais fortes e marcantes que outros, porém sempre se cruzando e se complementando para juntos explicarem o passado de Brasília.

A narrativa dominante da história de Brasília está sempre encaixada dentro de uma temporalidade que enxerga na inauguração da cidade seu auge e fim. Uma temporalidade fechada, que busca os antecedentes da construção, os idealizadores da interiorização da nova capital do Brasil e aqueles que defenderam essa ideia ao longo de

⁶ O termo “Comemorar” tem origem no latim *Co-memorare*, que significa recordar com, lembrar junto com o outro. Partindo desse entendimento, toda comemoração é coletiva e uma forma de experiência do tempo passado no presente. Comemorações são por excelência elementos de uma cultura histórica.

⁷ Exposição “JK e família – fotos históricas”, com imagens do acervo do Arquivo Público do Distrito Federal.

⁸ Série especial de reportagens “Eixo JK”, exibida entre os dias 28 de abril e 2 de maio no telejornal DF2. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/df2/video/a-trajetoria-de-jk-capitulo-i-13559202.ghtml>. Acesso 04 de maio de 2025.

dois séculos. O governo Juscelino Kubitschek (1956-1960) é o palco principal dessa realização e o 21 de abril de 1960 seu clímax, o ponto mais alto de uma grandiosa epopeia moderna. Os anos que se seguiram após a inauguração não interessam e o desenvolvimento da cidade é ignorado nessa narrativa que se encerra com a inauguração.

Dentro dessa temporalidade, outros eixos narrativos dominantes se apresentam. O primeiro deles é o destaque dado ao presidente JK, tido como grande realizador. Chamaremos esse eixo narrativo de uma história “JKcentrada”, em que todo o processo que levou a existência da cidade parte de sua vontade pessoal de a construí-la, transformando-o em ator principal desse processo. O segundo eixo narrativo hegemônico é exaltação a personagens ilustres, idealizadores da cidade, seus artistas oficiais, tidos como gênios isolados que pensaram, criaram e deram forma a Brasília. Sejam eles antecessores da cidade (Tiradentes, José Bonifácio, Varnhagen, Dom Bosco, Luís Cruls) ou seus contemporâneos realizadores (Oscar Niemeyer, Lúcio Costa, Burle Marx, Athos Bulcão, Bernardo Sayão...). São sempre homens, brancos, escolarizados e referências em suas áreas de atuação. Chamaremos esse eixo de “Os donos da história”, pois na narrativa oficial narrar Brasília se torna narrar e louvar seus feitos. O terceiro eixo narrativo se dá em torno dos trabalhadores das obras, que até são tidos como peça importante nessa narrativa heroica, porém inclusos sem rosto e sem nome dentro de uma categoria genérica de “Candangos”, os heróis coletivos que respondendo ao chamado de JK superaram as inúmeras dificuldades na construção da cidade. Por fim, a história hegemônica do Distrito Federal é uma história do centro e do concreto, que se limita a narrar uma obra, exaltar seus monumentos, foca seus olhares no centro planejado. Ignora seu povo, suas relações humanas, manifestações culturais, movimentos migratórios constantes e sua periferia intimamente ligada ao centro.

A historiografia sobre Brasília não está pronta. Ao contrário do que imaginavam aqueles que a construíram e a narraram em seus primeiros anos, ainda há muito que se narrar sobre o passado dessa região e seu povo para além dos relatos oficiais já postos, questionados, criticados, reafirmados e por fim consolidados. O exercício de pensar o passado se demonstra cada vez mais como uma atividade constante e as narrativas que surgem desse exercício podem tomar caminhos diversos a depender das necessidades de orientação que tomarmos no ponto de partida, isso é, o presente de quem o pensa. As mudanças na historiografia sobre Brasília refletem o entendimento de que a História não está pronta e sempre é possível incluir mais gente

nela, outros lugares, outros olhares. Outras Brasília's podem ser narradas, outras Brasília's podem ser historicizadas.

Se a historiografia faz do passado vivo, a cultura histórica insiste em mantê-lo congelado. Os eixos da narrativa hegemônica que se mantem através da cultura histórica podem ser considerados exemplos de que esse passado continua um espaço de disputa, por mais que dentro da historiografia profissional essa disputa apresente sinais de transformação, a hegemonia do passado oficial se mantem firme, ressoada e reproduzida nos nomes dos monumentos e nas comemorações oficiais. Os donos da história ainda se fazem donos, mas as outras Brasília's parecem insistir em querer serem ouvidas.

Figura 7 – Memorial JK. Brasília-DF



Fonte: acervo pessoal do autor.

Figura 8 – Ponte JK. Brasília-DF



Fonte: acervo pessoal do autor.

Figura 9 – Espaço Lúcio Costa



Fonte: acervo pessoal do autor

Figura 10 – Espaço Oscar Niemeyer



Fonte: acervo pessoal do autor

Seria o ensino de História um dos caminhos possíveis para o rompimento dessa versão clássica? Ou esse ensino de História se limitou por reproduzir a cultura histórica sem abrir caminho para novas histórias sobre Brasília? Qual a versão narrativa dominante dentro do ensino de História do Distrito Federal? Entramos agora na principal questão que essa pesquisa se propõe a analisar. Entendemos que muitos caminhos metodológicos seriam possíveis para tentar responde-la, contudo, nenhum isoladamente poderia responder de forma definitiva. Optamos por analisar o Currículo Editado, ou seja, os livros didáticos que foram utilizados em sala de aula para, a partir deles, tentar entender qual versão narrativa o conhecimento histórico escolar tem buscado levantar e o quanto os eixos narrativos hegemônicos tem permanecido.

CAPÍTULO 2: CURRÍCULO EDITADO. O LIVRO DIDÁTICO COMO CULTURA MATERIAL

Qual o espaço a história local tem dentro do Ensino de História? Onde ela se encontra e qual o momento o professor deve inseri-la dentro de seu planejamento? O que ensinar, como ensinar, quando ensinar, para que ensinar. Todas essas questões dizem respeito aos currículos escolares que servem de base e norte para os professores de qualquer disciplina dentro da educação básica na hora de planejar e preparar suas aulas. São em geral, documentos construídos coletivamente e amplamente difundidos pelas secretarias estaduais e municipais do país. Segundo Márcia Pacheco (2007), a expressão “Currículo” vem do termo em latim *curriculum* e significa algo próximo a “lugar onde se corre ou corrida, derivado do verbo *currere* que quer dizer percurso a ser seguido ou carreira” (PACHECO. 2007), portanto, uma clara referência a caminho traçado que já foi ou deve ser percorrido. Em se tratando de currículos escolares, esse caminho diz respeito a uma sequência preestabelecida de conteúdos que deve ser trilhada pelo aluno para alcançar determinado conhecimento.

Podemos então entender o Currículo como um espaço político-pedagógico, onde as relações entre diversos sujeitos, conhecimentos, interesses e objetivos se confluem para uma seleção de saberes e conteúdos que precisam ser abarcados dentro da educação básica. Portanto, é fundamental afirmar que não existe um currículo neutro, uma vez que diversos sujeitos que o constroem partem de uma análise da realidade para selecionar o que deve ser ensinado e aprendido, partindo de intensões e interesses dessa própria análise da realidade.

Para Circe Bittencourt (2009), atualmente a ideia de currículo pode ser concebida em muitas dimensões. Podemos distinguir o *currículo formal*, criado pelo poder estatal, que a pesquisadora chama de pré-ativo ou normativo. O *currículo real*, que tem relação ao que de fato acontece em sala de aula por professores e alunos, é o resultado da prática. E o *currículo oculto*, que segundo ela seria “constituído por ações que impõem normas e comportamentos vividos nas escolas, mas sem registros oficiais, tais como discriminações étnicas e sexuais, valorização do individualismo ou valorização do trabalho coletivo, etc.” (BITTENCOURT, 2009). Por fim, a autora ainda coloca o *currículo avaliado* também como uma dimensão de Currículo que corresponde aos métodos usados por escolas e professores para “medirem” o domínio dos conteúdos propostos no currículo real.

As pesquisadoras Sandra Oliveira e Flávia Caimi aprofundam o debate e estabelecem uma diferenciação entre “currículo prescrito”, “currículo editado” e “currículo em ação” (OLIVEIRA; CAIMI, 2021). Cada um deles a seu modo traça um caminho a ser percorrido pelos alunos para alcançar a aprendizagem. Por *currículo prescrito* podemos entender os documentos legislados pelo Estado que norteiam a educação brasileira. O currículo formal conceituado por Circe Bittencourt. São pilares das quais os professores do país se baseiam no momento de planejar suas aulas e fazer o importante recorte sobre o que e quando ensinar (conteúdos, objetivos de aprendizagem e o ano no qual devem ser trabalhados, por exemplo). O *currículo editado* se refere aos livros didáticos, produzidos de acordo com os currículos prescritos e que muitas vezes servem de principal material de apoio didático ao professor ou mesmo único material disponível aos alunos. Por fim, o *currículo em ação*, quando o estabelecido dos documentos se converte em prática, na ação de cada professor (SACRISTÁN, 2013).

A análise das transformações de cada uma dessas dimensões dos currículos poderia nos dar uma ideia do tipo de conhecimento que é produzido em sala de aula relacionado à História do Distrito Federal. Até porque cada uma dessas dimensões de currículo está interligada a outra. Currículos editados são produzidos seguindo normas prescritas de currículo e influenciam e auxiliam professores no momento de planejamento de ações pedagógicas. Impactam, portanto, na ação. Cada material didático pensado para ser utilizado por professores em sala de aula, por eles próprios ou produzidos por grandes editoras e distribuídos em larga escala, são peças importantes do currículo. Não surgem do nada e compõe um caminho, um *currere*, a ser percorrido na construção do conhecimento escolar. Ao analisarmos um livro didático, temos em mente que estamos diante de um material mais complexo do que aparenta ser.

Numa definição rasa e provisória, podemos entender livro didático como qualquer livro produzido explicitamente para ser utilizado em um ambiente escolar e para fins didáticos, seja ele em qualquer formato, impresso ou digital. (LIVRES, 2005). Bittencourt (2009), por sua vez, o considera um objeto de difícil definição, polêmico e de múltiplas facetas.

(...) referente ao livro didático, remete não apenas à fluidez da sua definição, mas também à profunda ojeriza de que é muitas vezes objeto, sendo acusado como instrumento da anti-educação, da dominação ideológica ou do cancelamento da autonomia do professor. Não vale a pena, contudo, perder tempo com essas condenações, já que a imensa produção sobre livro didático, a partir dos anos 1990, no Brasil e no exterior, tem mostrado que toma-lo

como objeto de pesquisa não significa, necessariamente, elogiá-lo e que há mais questões a comentar a seu respeito do que simplesmente repudiá-lo (MUNAKATA, 2016, p.121)

Conforme afirma Munakata (2016), de fato, muitas são as questões que envolvem um livro didático que podem ser analisadas pelo pesquisador que decida enxergar esse material como objeto de estudo. Talvez por isso a análise de livros didáticos tenha ganhado a atenção de diversos pesquisadores nas últimas décadas. Tratado muitas vezes como uma produção intelectual mais simples, por horas rasa. Em outros momentos criticado pelo seu conteúdo, tido como desconectado da pesquisa acadêmica ou enviesado politicamente, objeto de doutrinação, instrumento para a manutenção de mitos e formador de uma identidade nacional comum. Outros autores preferem entendê-lo sob o ponto de vista de sua produção, aquisição e distribuição, tendo o Estado como principal fomentador através de políticas públicas e, obviamente, as intencionalidades por trás de cada uma dessas etapas.

É um importante material pedagógico e de fácil alcance nas escolas do país, especialmente após a ingerência do Estado na produção e distribuição através do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), e em muitos casos representa o único material didático disponível ao aluno e ao professor, norteador do próprio currículo. Por outro lado, o livro didático, como qualquer outra obra, não é neutro e sempre existem narrativas e interesses políticos-pedagógicos entrelaçados à sua produção, por mais sutis e sérios sejam seus produtores. Não se pode deixar de mencionar que o livro didático é também uma mercadoria, que ligada a uma forte indústria de produção tem como objetivo final o lucro. Portanto, é necessário ser analisado com cautela e rigor, afastando a ideia comum de ser um livro neutro e detentor da verdade histórica absoluta. Entendemos o livro didático como um material que precisa ser valorizado e ao mesmo tempo problematizado.

A presença da história como conteúdo escolar entre os estudantes brasileiros está amplamente condicionada pelos livros didáticos e pelo uso que os professores fazem dele. O livro didático congrega características de sintetizador da cultura da escola e de suporte curricular, pois além de objeto material imprescindível de uso dos atores que intervêm nos processos de ensino e aprendizagem, trata-se de um registro de escritura que revela teorias pedagógicas implícitas, sistemas de valor vigentes nas formas de sociabilidade acadêmica e extra acadêmica, códigos curriculares canônicos que circulam em amplas comunidades de usuários e modelos de comunicação que conformam uma completa pragmática da ação docente e dos processos de formação. (CAIMI, 2017)

Para o historiador da educação, analisar livros escolares representa muito mais do que criticar seus conteúdos propostos ou denunciar possíveis ausências. Livros didáticos, utilizados no presente ou já muito abandonados e substituídos, são fortes documentos da cultura material escolar de seu próprio tempo. É esse material que carrega os saberes escolares, aqueles dos quais se esperavam (ou se esperam) que sejam ensinados e aprendidos. Um livro didático de história produzido no século XIX carrega em si fortes indícios do que se pretendia ensinar naquele período e diz por vezes mais sobre seu próprio tempo do que sobre o tempo do qual se pretendeu relatar. Ampliando a análise, esse livro não funciona somente como um depositário de conteúdos, mas também de métodos de ensino, propostas de fixação de conteúdos e outros aspectos que muito dizem sobre como se entendia o ensino de História em seu tempo de utilização. (MUNAKATA, 2016, p.130). Por fim, Munakata ainda nos lembra de que o livro didático é muito mais do que aquilo em que nele está escrito, ou um conjunto de ideias do qual se pensou em ensinar. Livros são materiais físicos, por mais que existam os digitais, ainda assim o são para serem vistos antes de lidos, com imagens selecionadas e posicionadas, com colunas, fontes e tamanhos de letras escolhidos, títulos, notas de rodapé, boxes com cores em destaque (MUNAKATA, 2016, p. 133). Toda essa materialidade da diagramação do livro didático, com intuito por vezes estético, o confirma como um grande representante da cultura material escolar, e como tal, um profundo documento de análise para historiadores atentos.

2.1 - A história do Livro Didático de História – o Livro Didático no Brasil.

O livro como um objeto da cultura material escolar está presente no Brasil desde o período imperial, principalmente através do colégio Pedro II. Criado em 1837, a tradicional escola do Rio de Janeiro cumpriu sua função civilizatória de formar uma elite nacional ao final do século XIX num modelo de educação inspirado nas sociedades europeias do período, em especial a francesa e alemã. Logo, eram desses países que vinham os livros utilizados no Colégio Pedro II. Marco Antônio Silva, no artigo intitulado “A fetichização do Livro Didático no Brasil” (SILVA, 2012, p. 808) afirma que os primeiros manuais utilizados no país, sejam em francês ou traduzidos para o português, eram em geral importados, uma vez que a imprensa instalada aqui no Brasil desde 1808 ainda não oferecia condições suficientes para a produção e publicação de textos didáticos. Circe Maria Fernandes Bittencourt (1993) ressalta que ao longo do

século XIX dois projetos distintos relacionados aos manuais didáticos se estabeleceram. Um deles defendia exatamente que os livros utilizados no Brasil deveriam seguir estritamente esses modelos estrangeiros, principalmente franceses e alemães. Porém, a segunda metade do século marca o avanço das críticas relacionadas à utilização de obras traduzidas. Era chegado o momento de produzir livros nacionais, principalmente sobre a História do Brasil. A autora destaca que nos dois momentos permaneceu a ideia do livro escolar como peça central na construção de projetos educacionais. (BITTENCOURT, 1993, p. 21)

“A origem do livro didático está vinculada ao poder instituído” (BITTENCOURT, 1993, p. 16). Esse poder instituído no século XIX apresentava objetivos muito bem definidos para o papel da educação, principalmente para o ensino de História: forjar uma identidade nacional.

Assim, é no bojo do processo de consolidação do Estado Nacional que se viabiliza um projeto de pensar a história brasileira de forma sistematizada. A criação, em 1838, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) vem apontar em direção à materialização deste empreendimento, que mantém profundas relações com a proposta ideológica em curso. Uma vez implantado o Estado Nacional, impunha-se como tarefa o delineamento de um perfil para a “Nação brasileira”, capaz de lhe garantir uma identidade própria no conjunto mais amplo das “Nações”, de acordo com os novos princípios organizadores da vida social do século XIX. (GUIMARÃES, 1988, p. 6)

No mesmo contexto da criação do Colégio Pedro II, nasce também o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), com a tarefa de pensar a história do Brasil e a escrevê-la de tal maneira que essa história sirva de fio condutor de uma identidade nacional. Manoel Luís Salgado Guimarães (1988, p. 9) observa que o local de produção dessa historiografia é de dentro do Estado Nacional, uma vez que o próprio Estado Imperial brasileiro atuou fortemente como principal financiador do Instituto desde sua criação. Como era de se esperar, os manuais didáticos pensados para compor o ensino de história do Brasil, e assim completar o projeto de consolidação de uma identidade nacional, refletiram essa produção historiográfica vinda diretamente do IHGB. “O tema da miscigenação das três raças formadoras do povo brasileiro passa a ser bastante recorrente no pensamento social e na produção historiográfica nacional, sendo conteúdo obrigatório dos manuais didáticos” (FERNANDES, 2005, p.12), fruto do trabalho do alemão Karl Friedrich Philipp Von Martius, vencedor do primeiro concurso para a construção da história nacional promovido pelo IHGB.

A partir do IHGB, a produção de livros didáticos de História passa refletir essa missão da construção da identidade nacional brasileira, identidade essa que enxergava a Nação como representante da civilização branca europeia nos trópicos. Alguns dos intelectuais do Instituto, incentivados pelo Estado através de honrarias e prêmios em dinheiro, se destacaram no período por produzir também obras didáticas, como por exemplo, o romancista Joaquim Manuel de Macedo, celebrado por obras como “A Moreninha”, de 1844, escreveu “*Lições de História do Brasil*” (1851) e mais tarde o “*Manual Didático Lições de História de Brazil para uso das Escolas de Instrução Primária*” (1861-1863). Destacamos a diferença entre os dois últimos citados, um como produção acadêmica, outro com finalidade didática, para ensino e instrução. Tanto Joaquim Manuel de Macedo, como os demais autores de manuais didáticos do período produziam suas obras voltadas para a construção dessa identidade nacional, sempre apoiados, por vezes financiados, por interesses do Estado. O Ensino de História atendia interesses de formação de uma identidade nacional oficial, construindo mitos, escolhendo heróis e alimentando a visão patriótica que o Império buscava.

É apropriado ressaltar que inicialmente as obras didáticas tinham a finalidade de atender ao professor, tentando sanar as defasagens em relação à sua formação. No decorrer do século XIX é que a ideia de estender as obras didáticas aos alunos foi expandida, cabendo aos responsáveis pelos projetos educacionais a preocupação de como esses livros didáticos deveriam ser elaborados, assim como quem escreveria os textos destinados aos alunos. A tarefa para a elaboração de livros didáticos vinha imbuída da ideologia de construção da nação brasileira, constituindo desta forma algo ufanista. Neste intuito, destacados intelectuais eram encarregados de sua produção. (ZACHEU; CASTRO, 2015, p.4)

Com o advento da República, a preocupação com o passado se transforma em valorização do novo regime em detrimento do anterior. Costa e Schwarcz (2000, p.127) ressaltam a importância de ressignificar os símbolos do Império, em uma verdadeira “batalha simbólica”, onde ruas e locais não poderiam mais lembrar a família real e novos heróis, a exemplo Tiradentes, surgiam como símbolos dessa nova pátria. José Murilo de Carvalho complementa ao dizer que “tratava-se de uma batalha em torno da imagem do novo regime, cuja finalidade era atingir o imaginário popular para recriá-lo dentro dos valores republicanos” (CARVALHO, 1990, p.10).

A manipulação do imaginário social é particularmente importante em momentos de mudança política e social, em momentos de redefinição de identidades coletivas. Não foi por acaso que a Revolução Francesa, em suas várias fases, tornou-se um exemplo clássico de tentativa de manipular os

sentimentos coletivos no esforço de criar um novo sistema político, uma nova sociedade, um homem novo. Mirabeau disse-o com clareza: não basta mostrar a verdade, é necessário fazer com que o povo a ame, é necessário apoderar-se da imaginação do povo. Para a Revolução, a educação pública significava acima de tudo isto: formar as almas. (CARVALHO, 1990, p.11)

Nesse contexto de reformulação da escrita da história nacional para atender a novos interesses, os livros didáticos já consagrados foram alvos de diversas críticas dos historiadores do período. Entre eles, destacamos Capistrano de Abreu, autor de *Capítulos de História Colonial – 1500 a 1800*, publicado em 1907. As obras então vigentes de Varnhagen e Joaquim Manuel de Macedo sofreram críticas por serem consideradas ultrapassadas e por apresentarem ausências de temas, tais como as Bandeiras e Jesuítas. (MOREIRA, 2001, p. 25). Ou seja, se os historiadores do início do século XX, entre eles Capistrano de Abreu, denunciavam a ausência de temáticas, o faziam por perceber a predominância de uma narrativa historiográfica dominante sobre outras esquecidas.

No novo regime republicano, a educação cumpre também o papel de formar uma população apta para exercer a cidadania, uma vez que o direito ao voto estaria agora ligado à alfabetização. Junta-se a isso necessidade de construir uma República unida, uma nação coesa ao redor destes ideais. A disciplina histórica exerce a função de explicar o presente e apresenta-lo como o momento ideal. Os exemplos do passado confirmam que o presente é o caminho natural da evolução linear, progressiva e positivista. Exalta-se a nação, cultiva o nacionalismo, porém sem dar brechas a ideais monarquistas ultrapassados, ou separatistas perigosos.

A atenção com livros escolares está presente na história brasileira desde a época do Império. Incentivo a produção, distribuição e conteúdos presentes em livros sempre receberam atenção especial do poder estatal. Porém, foi a partir do governo de Getúlio Vargas que o Estado cria uma legislação específica para o livro didático. Ainda no governo provisório, surge o Ministério da Educação e Saúde Pública, tendo Francisco Campos como o primeiro titular da pasta entre 1931 e 1934. Gustavo Capanema assume em seguida, atuando como ministro entre 1934 e 1945. Ambos os ministros são responsáveis por mudanças significativas no ensino secundário que resultaram numa expansão nacional do segmento no país (MOREIRA, 2001, p. 55). Surge nesse contexto o Instituto Nacional do Livro – INL. Órgão responsável pela produção de livros didáticos no país. (ZACHEU; CASTRO, 2015, p. 9). O Estado Novo amplia esse controle por parte do Estado na produção e distribuição dos livros didáticos

com a criação em 1938 da Comissão Nacional do Livro Didático – CNLD, que passou a estabelecer regras para produção, compra e utilização dos livros didáticos pelo país (MIRANDA; LUCA, 2004, p.124). A pesquisadora Juliana Miranda Filgueiras (2013) descreve assim algumas das funções desta comissão:

(...) examinar e autorizar o uso dos livros didáticos que deveriam ser adotados no ensino das escolas pré-primárias, primárias, normais, profissionais e secundárias de todo país. A CNLD deveria ser integrada por sete membros, designados pelo presidente da República, divididos em especializações: metodologia das línguas, metodologia das ciências e metodologia das técnicas (FILGUEIRAS, 2013, p. 166).

O livro didático se tornava então uma ferramenta central para a reprodução ideológica do Estado Novo. Através da atuação da CNLD, sua produção e seus conteúdos estavam interligados aos interesses econômicos e políticos do momento, servindo de currículo norteador da história ensinada em sala de aula, agora em escala nacional e uniformizada. Esse fenômeno de controle ideológico estatal não foi somente exclusivo das ditaduras brasileiras, tendo o CNLD mantido sua atuação nas décadas seguintes, sendo substituído por outros órgãos semelhantes a partir da década de 1960.

Silva destaca que naquele momento os livros didáticos eram adotados por períodos de tempo extremamente longos, com numerosas e sucessivas edições, alguns chegando a serem utilizados por várias gerações diferentes. *História do Brasil* de Rocha Pombo é um exemplo disso. Editado pela primeira vez em 1919, teve sua última edição em 1960, chegando a ser utilizado por alunos e professores por cerca de cinquenta anos ininterruptos (SILVA, 2012, p. 808 - 809). Atualmente, também por controle estatal via Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), os livros didáticos são utilizados por um período de quatro anos, sendo obrigatoriamente descartados após esse período para a adoção de novas obras. Por não poucas vezes, a mesma obra revista e atualizada, mas após passar por novas avaliações dentro do programa em um novo edital.

O controle estatal iniciado na década de 1930 jamais foi perdido. Desde a criação do INL em 1938, diversos outros órgãos foram surgindo e sendo substituídos no decorrer dos anos, sempre em consonância com a estratégia política vigente. Em 1966, já durante a Ditadura Militar, foi criada a Comissão do livro técnico e livro didático – COLTED, através de um acordo entre o Ministério da Educação e a Agência norte-americana para o desenvolvimento internacional (USAID). Uma aproximação entre

Brasil e EUA que dispôs de grandes recursos para financiar uma distribuição em massa de livros didáticos, chegando a distribuir 51 milhões de livros no Ensino Fundamental (ZACHEU; CASTRO, p.8). O pesquisador Celeste Filho destaca a intervenção estadunidense no país com o claro intuito de revisar livros didáticos, eliminando de seus conteúdos todas as referências negativas ao parceiro brasileiro norte americano (CELESTE FILHO, 2010, p. 258).

Em 1967, foi criada a Fundação Nacional do Material Escolar – FENAME, responsável também por subsidiar a distribuição em massa de materiais escolares a preço de custo, diante do crescimento do número de estudantes na educação pública (SILVA, 2012, p. 809). Já em 1971 o INL cria o Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental – PLIFED, que surge para assumir as funções da COLTED, extinta após o fim da parceria com a agência norte americana que o financiava. (FILGUEIRAS, 2013, p.8). Após a extinção do próprio INL em 1976, a FENAME se torna responsável direta pelo Programa do Livro Didático – PLD. Isso fez da FENAME uma das maiores instituições ligadas ao Ministério da Educação (MEC) no período, sendo ao mesmo tempo produtora de livros e financiadora do mercado editorial privado (FILGUEIRAS, 2013, p. 12). Toda a produção, adoção, distribuição de qualquer obra didática passava por esse órgão. Obviamente, o controle de seus conteúdos era uma de suas preocupações.

Refletindo o momento histórico de redemocratização e busca de participação política, surge em 1985 o Programa Nacional do Livro Didático – PNLD, substituindo o PLIFED. Consideramos um marco na produção e distribuição de Livros Didáticos no país, uma vez que esse programa ainda está em vigor, passando por todos os governos desde então, diversos processos de avaliações e sobrevivendo a políticas públicas distintas ao longo dos últimos 40 anos. É a partir do PNLD que de forma progressiva os professores passaram a ser incorporados dentro do processo de escolha do livro didático a ser adotado em sua região de atuação. Bezerra (2017) avalia que em sua primeira década, o Estado, via PNLD, atuava como um financiador e distribuidor dos livros didáticos utilizados em escolas públicas de 1º a 4º série em todo o país, sem interferir no campo da produção editorial, ficando a cargo da iniciativa privada. Já quanto à adoção, essa passou a ser feita pelos próprios professores. Logo, o Estado atuou como um mediador entre iniciativa privada e instituições de ensino públicas. (BEZERRA, 2017, p.70)

A primeira década de programa foi alvo de reformulações e avaliações a partir de 1995. Surgem as primeiras avaliações pedagógicas de livros didáticos, que se intensificaram nos anos seguintes, dando origem a documentos importantes para a produção e escolha de livros pelo país. O *Guia de livros Didáticos* destinado a auxiliar o processo de escolha pelos professores é criado em 1998 e em 1999 são fixados os critérios classificatórios e eliminatórios das obras, dando norte aos escritores, bem como as editoras privadas, principais interessadas no processo. (BEZERRA, 2017, p. 72). O PNLD se torna ano após ano em um grande e lucrativo negócio.

É possível constatar que, ao longo desses anos em que a avaliação foi se desenvolvendo, houve alguns ganhos: demarcação de referências de qualidade para os livros didáticos, melhoria da qualidade de muitos livros por parte de alguns autores e editores; provocação de debate sobre o assunto nos meios de comunicação; despertar para o tema LD entre professores do meio científico e da universidade. Enfim, o LD deixou, em certa medida, de ser um assunto de segunda categoria, nos meios científicos e acadêmicos, e começou a inquietar as pessoas interessadas e responsáveis pela educação no país; trouxe uma saudável inquietação à lucrativa empresa editorial de livros didáticos; e, principalmente, conseguiu retirar do acervo de livros distribuídos pelo MEC às escolas públicas uma série considerável de livros com problemas graves em relação ao conteúdo e a concepções danosas referentes ao ensino e à aprendizagem. (BEZERRA, 2017, p. 79-80)

Prestes a completar 40 anos, o Programa Nacional do Livro e do Material Didático⁹ ainda é alvo de constantes avaliações e reformulações, apresentando no geral avanço na distribuição de materiais didáticos para estudantes de todo o país. De acordo com dados oficiais, no edital de 2024, mais de 194 milhões de exemplares de livros didáticos foram adquiridos, gerando um montante total de R\$ 2.134.385.678,83 investidos. O gigantismo dos números se confirma nos editais anteriores, onde entre 2020 e 2023 foram investidos mais de cinco bilhões de reais na compra desses materiais¹⁰. O governo brasileiro, bem como as editoras privadas, os autores, a universidade, os professores de escolas públicas estão todos com seus olhos voltados para o Livro Didático. Cada um atento por um ângulo diferente de analisar esse complexo e valioso material, com interesses e preocupações distintas.

⁹ Via Decreto nº 9.009, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), incorporou o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), visando unificar as ações de ambas políticas públicas, passando a se chamar Programa Nacional do Livro e do Material Didático, mantendo a sigla PNLD.

¹⁰ Dados disponíveis no site oficial do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/acao-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro/pnld/dados-estatisticos>. Consultado em 12 set.2024.

Esses múltiplos interesses colocam o Livro Didático como um objeto em disputa, no centro de uma variação de forças que o puxam para um lado e para o outro, onde nem todos os agentes saem vencedores no resultado final. Mesmo com o aumento dos investimentos públicos ao longo do tempo, bem como da ampliação democrática no processo de escolha do material adotado, o PNLD ainda pode e merece ser alvo de críticas, avaliações e reformulações. A trajetória de quatro décadas não demonstra uma linha contínua de evolução e melhora no decorrer dos anos, mas sim esse conflituoso jogo de interesses, sejam eles interesses políticos, privados, pedagógicos, logísticos e acadêmicos. Atualmente, o interesse vencedor refletido nos Livros Didáticos de História distribuídos nacionalmente em escolas públicas é o interesse de outro currículo prescrito e uniformizante ainda aqui não mencionado: A Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

2.2 - Da Base ao Livro: BNCC como “ponte de mão única” para o PNLD

Homologada em 20 de dezembro de 2017, por meio da Resolução CNE/CP nº2, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é atualmente o principal documento norteador de conhecimentos, competências e habilidades que devem compor os currículos regionais. O processo de elaboração até sua homologação pelo qual esse documento passou refletiu muito bem uma intensa disputa de interesses diversos e entendimentos diferentes do que deveria ser estudado em História nas escolas brasileiras. Prevista na Meta 7¹¹ das 20 metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação em 2014, os debates para a criação de uma Base Comum Curricular se iniciaram em 2015, com uma comissão de especialistas específica para a elaboração da proposta. A primeira versão do documento disponibilizada no mesmo ano apresentava uma forte ruptura com a tradição historiográfica escolar ao focar na História indígena, africana, afro-brasileira e das Américas. Um expressivo fruto das reivindicações do Movimento Negro e da aplicação da lei 10.639/2003¹². Mas como já mencionado,

¹¹ A Meta 7 consiste em “fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidade da educação escolar com melhoria do fluxo e da aprendizagem...”. Uma das estratégias aprovadas para alcançar essa Meta é “estabelecer e implantar, mediante pactuação interfederativa, diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos (as) alunos (as) para cada ano do ensino fundamental e médio, respeitada a diversidade regional, estadual e local”.

¹² Lei 10.639/2003, que estabelece, entre outras coisas, a obrigatoriedade em todos os estabelecimentos de ensino fundamental e médio, particulares ou públicos, o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira (BRASIL, 2017).

currículo é também espaço de disputa. A segunda versão disponibilizada em 2016 trouxe o resultado da mobilização de historiadores defensores de uma História eurocentrada, já que o Mundo Antigo e Medieval a partir de marcos e perspectivas europeias haviam perdido espaço na primeira versão.

O rompimento institucional pelo qual passou o país nesse mesmo ano, com a deposição da presidente Dilma Rousseff, trouxe consequências também para o então democrático campo de batalha da construção BNCC. A terceira, e até o momento, definitiva versão do documento ignorou os intensos debates das versões anteriores e deu à iniciativa privada o poder de decisão sobre o currículo comum nacional. O golpe político através da derrubada de uma presidente eleita e a ascensão de um governo fortemente inclinado a políticas neoliberais deixaram sua marca nesse processo. Sobre isso Rocha e Silva (2022), no artigo intitulado “Transgredindo a Base Nacional Comum Curricular por meio do Ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira”, comentam:

Essa iniciativa privada, composta por organismos nacionais e internacionais, buscou aprovar junto ao Conselho Nacional de Educação uma BNCC extremamente prescritiva e centralizadora, com um currículo (...) tecnicista, conteudista e disciplinarista, no intuito de uniformizar, desconsiderando assim, conquistas democráticas, bem como as diferenças regionais e a própria produção coletiva do conhecimento por parte dos sujeitos que constroem a educação brasileira. (ROCHA; SILVA, 2022)

Portanto, a controversa Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada de forma vertical pelo governo federal para servir de documento curricular base para a educação em todo o país em sua versão final ignorou o longo debate de professores, historiadores e especialistas em educação para aprovar um documento visto por muitos como “engessado”. Os pesquisadores Amauri Santos, Osvaldo Junior e Renilson Ribeiro, no artigo intitulado “A construção de um acontecimento: a Base Nacional Comum Curricular e o papel da História” enxergam a BNCC como um resultado de um longo processo da atuação do neoliberalismo no país. Dentro desse contexto, a educação atende as transformações da divisão internacional do trabalho na era global e é somente uma ferramenta para capacitação profissional das sociedades trabalhadoras, orientadas pela agenda da classe empresarial. Educar para estimular a empregabilidade e não estimular pensamento crítico e consciência do cidadão. Os autores concluem que isso só é possível de ser concretizado dentro de um cenário de

crise econômica, desemprego estrutural e precarização do trabalho. (SANTOS; RIBEIRO, 2021, p.180-181).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), fruto de embates, lutas e enfrentamentos, resulta, em sua versão homologada, em um texto que se propõe a definir e listar os direitos de aprendizagem. No entanto, tais direitos estão fundamentados em pressupostos e metas construídas e propostas, mais uma vez por organismos internacionais, que no Brasil ganharam o apoio do movimento empresarial-educacional “Todos pela educação” (...) Dessa forma, este acontecimento se torna emblemático para compreendermos que a educação é um dos caminhos para “mudar as almas e o coração”. Para isso, algumas “competências” e “habilidades” são vendidas como solução para preparar o indivíduo para o mundo do trabalho precarizado. (SANTOS; RIBEIRO, 2021, p. 186).

Era de se esperar que um currículo prescrito como a BNCC, homologado de forma normativa e controversa, tivesse impacto imediato nas produções dos currículos editados. A Base Nacional Comum Curricular de 2017 passou a ter relações diretas e imediatas com os editais do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD). O primeiro edital do PNLD da “era da Base” foi publicado ainda em 2017, meses antes da homologação final do documento em dezembro, o que levou autores e editoras a adaptarem suas coleções de acordo com as diretrizes do documento que ainda estava por vir (FRANCO; SILVA JUNIOR; GUIMARÃES, 2018, p. 1032). Os livros didáticos que passariam a ser produzidos, adquiridos e distribuídos em todo o país seguiriam, portanto, somente aquilo que estava previsto dentro da Base Nacional Comum Curricular, numa continuidade de um projeto neoliberal que predominou na queda de braço em torno da sua construção. Não é exagero dizer que a BNCC moldou o PNLD, que por sua vez padronizaram os livros didáticos produzidos e culminaram por padronizar o Ensino de História de norte a sul do território nacional.

Com base nestas análises, observa-se que a metáfora da “ponte” usada para representar a relação entre a BNCC e o PNLD expressa uma política educacional verticalizada, da prescrição curricular do Estado ao cotidiano escolar, sem rotas alternativas, sem idas e vindas, mas uma via de mão única, reforçando o controle sobre a história ensinada. Assim, a BNCC cumpre um papel radical de regulação externa, pois determina o que será ensinado (os conteúdos), como será ensinado (as metodologias), quando (a ordenação do tempo escolar), o que e como será avaliado, enfim o que deve e pode ser ensinado e aprendido. O controle exercido por meio do PNLD explicita as funções de organização unificadora, uma padronização e controle dos diferentes agentes: autores, professores, gestores, alunos. (FRANCO; SILVA JUNIOR; GUIMARÃES, 2018, p.1032).

Que versão dominante é essa para o ensino de História no Brasil, de acordo com a BNCC? Analisando o documento na parte de História, percebemos que ele é dividido em *Unidades Temáticas*. Cada unidade é subdividida em *Objetos de Conhecimento*. Para atingir esses objetos, são definidas as *Habilidades*, que nada mais são que objetivos de aprendizagem do qual se espera que os alunos atinjam ao final do processo. O professor que planejar suas aulas a partir da BNCC vai, por exemplo, selecionar os conteúdos e os objetivos de aprendizagem ali listados, quase como quem escolhe um prato em um cardápio de restaurante. Porém, currículo jamais será somente uma seleção neutra e ingênua de conteúdos. Currículos são sempre uma versão dominante de visões de mundo, um entendimento hegemônico daquilo que deva ser ensinado. Entendemos, em diálogo mais uma vez com Oliveira e Caimi (2021) que esta terceira versão da BNCC:

(...) guarda estreitas relações com a tradição historiográfica que privilegia uma abordagem cronológica linear, justaposta, do passado para o presente, quadripartite/tripartite, eurocêntrica. Ainda que anuncie que a relação passado-presente é orientadora do estudo, ao adotar como um dos procedimentos básicos a identificação dos eventos considerados importantes na história do ocidente, de forma cronológica e linear, acaba por restringir outras possibilidades de seleção e organização do conhecimento histórico, fortalecendo uma perspectiva eurocentrada. (OLIVEIRA; CAIMI, p.7).

E essa tradição, como efeito cascata, se reflete homogeneizadora nos livros didáticos adotados em todo o país, afinal de contas o PNLD atua como uma “ponte de mão única” (FRANCO; SILVA JUNIOR; GUIMARÃES, 2018, p. 1025), onde de forma vertical, é ditado aquilo que deve ser ensinado e aprendido, partindo do nacional para o todo, sem espaços para a História Local, por exemplo. Essa homogeneização teve consequências diretas e imediatas na produção de livros didáticos em todo o país.

Este trabalho aponta como crítica recente dentro do PNLD a exclusão total de livros didáticos relacionados à História Regional a partir do edital de 2019. De acordo com os relatórios de valores de aquisição, as últimas coleções voltadas para a história do Distrito Federal foram selecionadas e adotadas via PNLD em 2015, para o triênio 2015-2017. Já no relatório de valores de aquisição para o ano de 2018 permaneceram coleções de história regional para outros estados, como São Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco, e não para o DF. Logo, o edital de 2018 foi o último a contemplar coleções voltadas para história regional em todo o país. Uma clara consequência da “ponte de mão única” que representou a BNCC, que universalizou o ensino de história

em todo o país e moldou com isso os editais do PNLD, que passaram a ser estritamente produzidos a imagem e semelhança da Base. Um duro golpe para o ensino de história, principalmente para os professores que utilizam a História Local como metodologia para romper com o eurocentrismo dos currículos editados.

2.3 – O lugar da história local

Se entendermos Currículo como caminho a ser percorrido, onde o ensino de História Local entraria nesse percurso? Afinal de contas, a BNCC abre espaço para professores trabalharem sobre as especificidades do passado da região onde atuam, sejam elas localizadas em qualquer canto desse enorme país? Obviamente, por se tratar de um documento uniformizante e nacional, a Base não dedica espaço de seu texto para especificidades regionais, sejam com temáticas, objetos de conhecimento ou habilidades específicas sobre a história local. O termo “história local” é mencionado uma única vez no documento, dentro de uma habilidade destinada ao 9º ano: “(EF09HI02) Caracterizar e compreender os ciclos da história republicana, identificando particularidades da *história local e regional* até 1954.” (BRASIL, 2017, p. 429). Ainda de acordo com o documento, essa habilidade estaria inserida numa aula sobre a primeira experiência republicana no país e os reflexos da Proclamação da República após 1889. Uma brecha, ou um parêntese, para o professor trabalhar sobre mecanismos republicanos e oligárquicos dentro da região em que atua, pontuando particularidades e possíveis permanências.

Parece pouco. Parece limitante. O professor que insistir trabalhar a partir da história local precisará ir além da BNCC, enxergar lacunas aonde elas não se apresentam claramente, transgredi-la, traçar outros caminhos para isso. Rocha e Silva, porém, apresentam esperanças finais em relação à BNCC:

Por fim, faz-se importante dizer que embora sabe-se que os currículos determinam os conteúdos a serem ensinados nas escolas, eles são moldados a cada região, a cada comunidade escolar e a cada educador que o executa. (ROCHA; SILVA, 2022, p.40)

Damos destaque aqui ao trecho mencionado pelos autores em relação a cada região e a cada comunidade escolar. De acordo com portal oficial online da Base Nacional Comum Curricular, “a Base deve nortear os currículos dos sistemas e redes de

ensino das Unidades Federativas” (BRASIL. 2017). Logo, podemos entender que a BNCC não precisa ser o fim quando se trata de documentos curriculares. Cada estado pode elaborar o seu documento tomando a BNCC somente como base. Eis aqui uma oportunidade de melhorá-la, adaptando-a as particularidades regionais. Tomaremos como exemplo o Currículo Em Movimento do Distrito Federal, na sua 2º edição. Formulado em 2018, após a 1º versão passar por uma revisão justamente por conta da homologação da BNCC um ano antes. Porém, de acordo com o texto de apresentação a principal referência não foi a BNCC e sim o documento já em vigor no DF em sua 1º edição, formulado em 2014.

Optou-se por manter as concepções teóricas e os princípios pedagógicos da 1º edição do Currículo em Movimento: (...) Pedagogia Histórico-Crítica e Psicologia Histórico-Cultural; (...) e Eixos Transversais (Educação para a Diversidade, Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos e Educação para a Sustentabilidade). (DISTRITO FEDERAL. 2018, p. 8)

A 1º edição do Currículo em Movimento, que entrou em vigor em 2014, surgiu para substituir outro documento curricular formulado em 2010 dentro de um contexto conturbado na política do Distrito Federal. O então governador interino Rogério Rosso, que havia assumido o cargo após eleição indireta promovida pela Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), sancionou a versão curricular que foi chamada de “experimental” e assumidamente demandava discussões mais amplas. Os debates que se iniciaram a partir de 2011 com participação dos professores da própria Secretaria de Educação (SEEDF) deram o nome de “Currículo em Movimento” a uma versão preliminar já em 2012. De acordo com o próprio texto (DISTRITO FEDERAL, 2014), seria um documento que necessitaria passar por constantes avaliações, partindo da prática dos professores e estudantes na sala de aula.

Já em 2018, com a obrigatoriedade de todos os currículos regionais se adequarem à recém aprovada BNCC, a 2º edição do Currículo em Movimento foi aprovada pelo então governador Rodrigo Rollemberg. O documento divide os anos de ensinamentos em ciclos e blocos, dentro da política de ciclos de aprendizagem, onde cada bloco corresponde a dois anos. Por exemplo, os alunos do 6º e 7º ano do Ensino Fundamental estão dentro do 3º ciclo, 1º bloco. Já os alunos do 8º e 9º ano englobam o 3º ciclo, 2º bloco. De maneira um pouco mais simplificada que a BNCC, os blocos são divididos em Eixos Integradores para os dois anos e cada ano apresenta somente os *Objetivos* e os *Conteúdos*. Diferentemente da BNCC, o Currículo em Movimento do

Distrito Federal abre possibilidades interessantes para o ensino de história do Distrito Federal, de forma direta e clara, inclusive abrindo espaços que a BNCC não oferece. O maior e mais expressivo está destinado ao 4º ano (2º ciclo, 2º bloco). Vejamos no quadro a seguir:

Quadro 1 – Objetivos e Conteúdos para o 4º ano, componente curricular História (DISTRITO FEDERAL, 2018, p. 281-282)

| 4º ano | |
|--|---|
| Objetivos | Conteúdos |
| <p>Migrações como uma característica humana: trajetórias dos grupos humanos e a formação do Distrito Federal.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Identificar atores que contribuíram com a idealização de Brasília por meio de várias linguagens, principalmente aqueles invisibilizados pela historiografia, utilizando referências fílmicas, literárias e outras disponíveis em vários acervos de museus no DF. • Compreender a importância dos candangos no processo de edificação e formação da cidade conhecendo as grandes ações e obras realizadas por eles. • Entender aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais do Distrito Federal e Entorno; • Analisar a influência da procedência histórica e cultural das famílias que se fixaram no DF; • Conhecer os grupos indígenas no DF e suas lutas pelo direito à terra; • Identificar os grupos remanescentes de quilombos nas áreas próximas ao DF; | <p>Migrações como uma característica humana: trajetórias dos grupos humanos e a formação do Distrito Federal.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Antigas capitais, Missão Cruls, a história de JK, os idealizadores de Brasília (Lúcio Costa e Niemeyer), os candangos. Povos indígenas que migraram para a região e ajudaram na construção como os Taouias-Fulniôs, os Cariri-Xocó e os Xikrin; • A vida dos sujeitos no DF: economia, hábitos, costumes, religiões, organização social, modos de viver, convivência; • Fluxo migratório para o DF, características dos povos que migraram para o DF; • Formação dos Quilombos rurais e urbanos próximas ao DF, com ênfase aos remanescentes quilombolas da Cidade ocidental (Quilombo Mesquita). |

O centro e a periferia. Grandes figuras políticas e sujeitos “invisibilizados”. Negros, indígenas e quilombolas. Política, economia e cultura. Parecem ricas as possibilidades de se trabalhar a história de Brasília tendo o Currículo em Movimento do Distrito Federal como norte. Apesar do engessamento nacional proposto pela BNCC, é no 4º ano do Ensino Fundamental que os estudantes do DF têm o contato em sala de aula com o passado de sua própria região. Essa abertura proposta pelo Currículo em Movimento do Distrito Federal não se repete para outras séries, logo, é somente no 4º ano que a história local encontra espaço dentro do currículo prescrito.

Conforme já mencionado, a produção de livros didáticos via PNLD acabou se uniformizando à BNCC após 2018, seguindo um caminho contrário do que foi feito pelo Currículo em Movimento do Distrito Federal. Não houve adequações dos livros didáticos para as realidades locais e sim uma produção nacional. Atualmente, os livros didáticos distribuídos em escolas públicas do DF não estão de acordo com o Currículo em Movimento do Distrito Federal e sim de acordo com a BNCC. O professor atuando em turmas de 4º ano se encontra diante de uma bifurcação curricular, uma escolha de qual caminho trilhar: seguir o Currículo em Movimento do Distrito Federal levando seus alunos a refletirem e conhecerem sobre a história de Brasília a partir de múltiplas possibilidades de recortes, porém sem o apoio do livro didático que é distribuído gratuitamente aos estudantes no início do ano letivo, uma vez que esse não contempla a história local, ou optar pela segurança da Base Nacional Comum Curricular, tendo o currículo editado adotado como um norte seguro, aplicando suas metodologias propostas e ignorando a história local.

Mencionamos *Currículo Prescrito* e *Currículo Editado*, porém não podemos nos esquecer do “Currículo Real”, ou “Currículo em ação”, que consiste na prática de cada professor (SACRISTAN, 2013), nas escolhas pedagógicas e metodológicas que somente o professor em sala de aula é capaz de tomar, por vezes ignorando determinações escritas, adaptando suas aulas a realidade de sua turma. É aqui onde o ensino de História Local pode encontrar espaço para extrapolar documentos norteadores, a depender da ação e sensibilidade docente.

Os livros didáticos de História do Distrito Federal destinados ao 4º ano do Ensino Fundamental não são mais adotados. Em seu lugar, professores e alunos tem contato com outro material construído a partir da prescrição da BNCC, que não contempla as especificidades do passado da região. Esses livros, porém, fizeram parte da rotina das salas de aula ao longo das últimas décadas nas escolas públicas e privadas

do Distrito Federal. Vários deles ainda sobrevivem, encontrados nas bibliotecas públicas ou mesmo bibliotecas das escolas onde foram um dia utilizados. Como exemplos da cultura material escolar, carregam consigo importantes indícios do que foi, ou do que se pretendeu ensinar sobre a História de Brasília. São memoriais no presente do tipo de narrativa que se propunha ensinar num passado recente sobre um outro passado mais distante acerca do local. Que história era essa presente em cada um desses materiais? Qual versão narrativa se fez predominante sobre a História do Distrito Federal em livros produzidos e utilizados anos antes dos atuais documentos curriculares prescritos? Sabemos que esses livros estiveram presentes na formação de algumas gerações de moradores do Distrito Federal e contribuíram, em alguma medida, na consolidação de uma cultura histórica acerca do passado, quem sabe até um importante papel na construção de uma identidade. Enxergamos valor nesse material abandonado, e são eles agora o centro de nossa pesquisa. A partir de algumas categorias de análise, buscaremos no próximo capítulo identificar qual história se pretendeu ensinar a partir dessas coleções.

CAPÍTULO 3: O DF EM SALA DE AULA. O QUE SE ENSINOU E O QUE SE APRENDEU A PARTIR DOS LIVROS DIDÁTICOS.

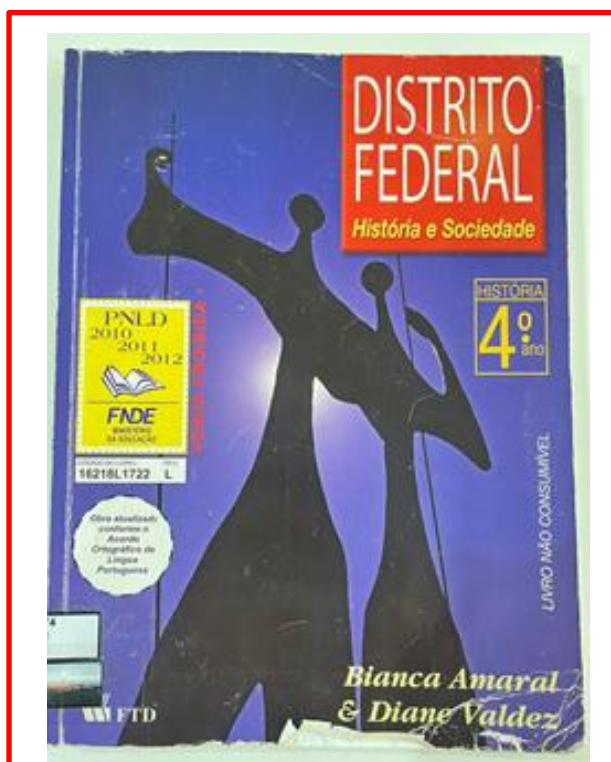
3.1 – Apresentação dos livros didáticos

De acordo com o Edital do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), os professores são os responsáveis finais pela escolha do material que será comprado e adotado em sua escola. No ano anterior ao início de um triênio, na fase final do processo de escolha, as escolas precisam enviar uma lista com duas opções para livros didáticos. Caso não seja possível a aquisição da primeira opção, por questões logísticas, a segunda opção será adquirida, via Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Tanto para os editais do triênio 2010 – 2012 e 2013 – 2015, os livros didáticos de História Local figuravam somente como livro complementar. Uma vez solicitado pela escola seria adquirido também um livro de História do Distrito Federal, além da primeira ou segunda escolha de um livro de “História Geral”, produzido nacionalmente e pensado para ser adotado de forma uniforme em qualquer unidade da federação.

Segundo dados oficiais do Portal do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, duas coleções complementares de História Local dominaram o processo de seleção do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) no Distrito Federal entre 2010 e 2015. *Distrito Federal: História e Sociedade*, das autoras Bianca Amaral e Diane Valdez, lançado pela Editora FTD e *História do Distrito Federal*, escrito por Cristiano Alencar Arrais e Eliezer Cardoso de Oliveira, produzido pela Editora Scipione. Somente essas duas coleções foram contempladas nos editais dos dois triênios analisados: 2010 – 2012 e 2013 – 2015. Juntas, as duas obras ao longo desse período foram responsáveis pela compra de 124.060 unidades de livros didáticos de História do Distrito Federal para serem distribuídos aos estudantes nas escolas públicas do DF. Os valores envolvidos ao longo desse período ultrapassam meio milhão de reais, incluindo a compra de manuais específicos para professores.¹³.

¹³ Dados disponíveis no site oficial do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro/pnld/dados-estatisticos>. Consultado em 12 set.2024.

Figura 11 – Capa da obra “Distrito Federal: História e Sociedade”



Transcrito de: RIBEIRO, Miriam Bianca do Amaral; VALDEZ, Diane. **Distrito Federal: história e Sociedade** – 1º Ed – São Paulo: FTD, 2008.

Para o triênio 2010 – 2012, a coleção com maior número de aquisições como material complementar foi a obra *Distrito Federal: História e Sociedade*. Produzido em 2008 pela editora FTD e assinado por Miriam Bianca do Amaral Ribeiro e Diane Valdez. Com uma trajetória acadêmica dentro da Universidade Federal de Goiás (UFG), Míriam Bianca do Amaral Ribeiro se destaca atualmente por ser professora adjunta na Faculdade de Educação da Universidade onde cursou a graduação em História (1988), concluiu seu mestrado também em História (1996) e doutorado (2011), esse último com o título “Cultura Histórica e história ensinada em Goiás (1846 – 1934)”. Diane Valdez é formada em História pela Universidade Católica Dom Bosco (1990), concluiu seu mestrado em História pela UFG em 1999 e Doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) em 2006. A coleção assinada pelas duas pesquisadoras representou uma compra de mais de 67 mil exemplares distribuídos aos alunos do 4º ano em todo o Distrito Federal, em valores que giraram em torno de 280 mil reais no período, conforme a tabela a seguir:

Tabela 1 – Quantidade de livros adquiridos da coleção *Distrito Federal – História e Sociedade* via PNLD entre 2010 e 2015

| Ano | Aquisições: Livro do Aluno | Aquisições Manual do Professor | Total de aquisições | Valor total investido |
|--------------|---------------------------------------|---|--------------------------------|----------------------------------|
| 2010 | 24.266 | 789 | 25.055 | R\$100.008,73 |
| 2011 | 8.025 | 491 | 8.516 | R\$35.152,65 |
| 2012 | 11.763 | 273 | 12.036 | R\$49.478,16 |
| 2013 | 14.153 | 471 | 14.624 | R\$65.773,88 |
| 2014 | 3.836 | 14 | 3.850 | R\$17.577,88 |
| 2015 | 3.371 | 37 | 3.408 | R\$15.596,72 |
| Total | 65.414 | 2.075 | 67.489 | R\$283.587,42 |

Fonte: Valores de aquisição por título – Ensino Fundamental – PNLD entre os anos 2010 e 2015¹⁴. Período de consulta: julho e setembro de 2024. Sistematização do autor (2024).

De acordo com dados oficiais do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, *Distrito Federal: História e Sociedade, 1º edição*, representou cerca de 65% dos livros complementares de história local adquiridos via PNLD para o triênio 2010-2012, sendo o mais adotado e utilizado no período. É exatamente essa edição que analisaremos nesse capítulo. Como podemos ver na tabela 1, a coleção continuou sendo escolhida por professores do DF para o triênio 2013 – 2015, dessa vez deixou de ser a principal escolha, mantendo-se ainda responsável por cerca de 36% das aquisições de livros didáticos locais no período.

A conta se inverte de um triênio para o outro. O segundo livro mais adotado em 2010 – 2012 se torna o mais adotado entre 2013 – 2015. Estamos falando da obra *História do Distrito Federal*, assinada por Cristiano Alencar Arrais e Eliezer Cardoso de Oliveira, publicado em 2009 pela editora Scipione. Curiosamente, assim como a obra de Míriam Bianca do Amaral e Diane Valdez, os autores de *História do Distrito Federal* também trilharam boa parte de sua carreira acadêmica em Goiás. Atualmente professor da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás (UFG), onde concluiu sua graduação em História (2000) e Mestrado em História (2003), Cristiano Alencar Arrais é doutor em História e Culturas Políticas pela Universidade Federal de

¹⁴ Dados disponíveis no site oficial do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro/pnld/dados-estatisticos>. Consultado em 12 set.2024.

Minas Gerais (UFMG) e atua como professor nos programas de Pós Graduação em História (PPGH) e do Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória) da UFG. Eliézer Cardoso de Oliveira graduou-se em História em 1996 pela UFG onde também concluiu o mestrado em História em 1999. É doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB - 2006) e atualmente é professor efetivo do curso de História e do Programa de Pós Graduação em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado da Universidade Estadual de Goiás (UEG).

Figura 12 – Capa da obra “História do Distrito Federal”



Transcrito de: ARRAIS, Cristiano Pereira Alencar; OLIVEIRA, Eliézer Cardoso de. **História do Distrito Federal** – 1º Ed – São Paulo: Scipione, 2008.

História do Distrito Federal apresenta números semelhantes de compras que *Distrito Federal: História e Sociedade*, cada um dominante em um triênio específico e com presença ainda forte no outro. Ao todo, mais de 63 mil exemplares foram adquiridos pelo Estado no período analisado, movimentando um valor próximo de 230 mil reais investidos no processo. Foi o segundo livro complementar de História Local mais adotado no triênio 2010 – 2012, representando 35% das aquisições. Em sua segunda edição, para o triênio 2013 – 2015, alcança o posto de livro mais escolhido e adotado por professores no Distrito Federal, representando 64% das aquisições via

PNLD e FNDE. Mais uma vez, os dados são do portal oficial do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação. Detalhamos os números na tabela 2:

Tabela 2 – Quantidade de livros adquiridos da coleção História do *Distrito Federal* via PNLD entre 2010 e 2015

| Ano | Aquisições: Livro do Aluno | Aquisições Manual do Professor | Total de aquisições | Valor total investido |
|--------------|---------------------------------------|---|--------------------------------|----------------------------------|
| 2010 | 15.532 | 514 | 16.046 | R\$51.970,26 |
| 2011 | 3.997 | 212 | 4.209 | R\$13.190,25 |
| 2012 | 4.839 | 33 | 4.872 | R\$15.180,63 |
| 2013 | 25.650 | 837 | 26.487 | R\$96.636,24 |
| 2014 | 6.854 | 19 | 6.873 | R\$30.694,94 |
| 2015 | 5.231 | 53 | 5.284 | R\$22.195,61 |
| Total | 62.103 | 1.668 | 63.771 | R\$229.867,93 |

Fonte: Valores de aquisição por título – Ensino Fundamental – PNLD entre os anos 2010 e 2015¹⁵. Período de consulta: julho e setembro de 2024. Sistematização do autor (2024).

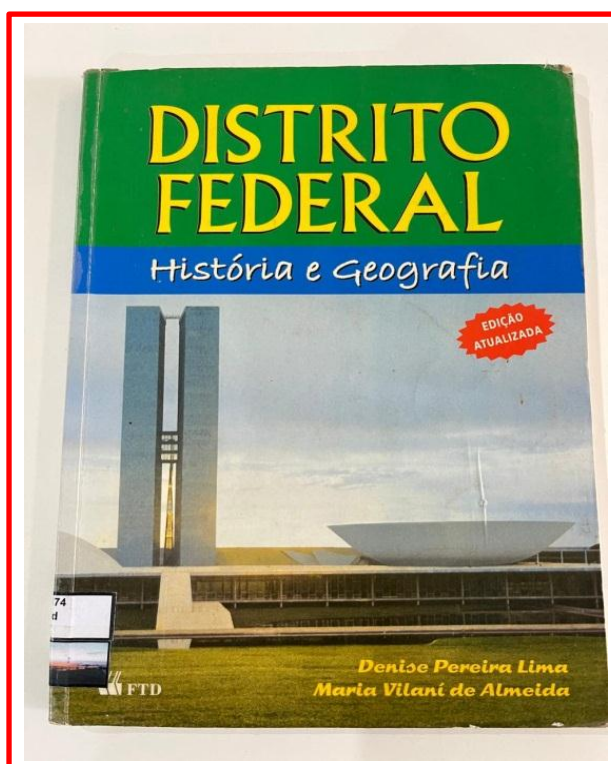
Pensar o ensino de história do Distrito Federal em escolas públicas no período é pensar a importância e o tamanho do alcance dessas duas obras, sejam em 1º edição ou em edições posteriores. Todavia, existiu outra literatura presente e influente nas escolas de Brasília ao longo do mesmo período, principalmente se ampliarmos nosso olhar para as escolas da rede privada. *Distrito Federal: História e Geografia*, lançada originalmente em 2002 pela editora FTD, com outras quatro edições publicadas nos anos seguintes (2007, 2010, 2013 e 2015) e assinadas por Denise Pereira Lima e Maria Vilani de Almeida. Curioso notar que, ao contrário das obras contempladas via PNLD para escolas públicas, a coleção *Distrito Federal: História e Geografia* não se preocupa em apresentar as autoras em sua folha de rosto. Seus nomes são sempre creditados na capa e na folha de rosto, porém sem maiores informações acadêmicas nas edições de 2002, 2007 e 2010. Essas informações só são apresentadas ao leitor na edição de 2013, com as seguintes informações: Denise Pereira Lima é licenciada em Pedagogia pela

¹⁵ Dados disponíveis no site oficial do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro/pnld/dados-estatisticos>. Consultado em 12 set.2024.

Universidade de Brasília (UNB) com habilitação em Orientação Educacional para exercício no Ensino Fundamental e no Ensino Médio. Professora do Ensino Fundamental. Maria Vilani de Almeida é bacharela em Pedagogia pelas Faculdades do Planalto Central, bacharelada em História pela UPIS e Professora do Ensino Fundamental das redes pública e privada.

Facilmente encontradas em acervos de bibliotecas públicas da região, essa controversa obra figurou em diversas listas de materiais escolares de escolas particulares do Distrito Federal. Possuem, em média que varia pouco de edição para edição, 180 páginas. Uma obra que se destaca pela simplicidade de linguagem e praticidade para o professor, uma vez que engloba duas disciplinas em um mesmo livro: História e Geografia. Para a nossa pesquisa, nos propomos a analisar quatro diferentes edições: 2002, 2007, 2010 e 2013, com destaque para as diferenças que se apresentam entre a mais antiga e a mais recente dentre elas.

Figura 13 – Capa da obra “Distrito Federal: História e Geografia”



Transcrito de: LIMA, Denise Pereira; ALMEIDA, Maria Vilani de. **Distrito Federal: história e Geografia** – Ed. atualizada – São Paulo: FTD, 2002.

3.2 – Eixos Narrativos: categorias de análise

Conforme debatido no primeiro capítulo, a narrativa tradicional que envolve a História do Distrito Federal apresenta características bem marcadas, todas encaixadas dentro de uma temporalidade fechada com início, meio, clímax e fim, escrita e narrada de forma linear. Narrativa essa consolidada não somente pela historiografia profissional, ou pelo Ensino de História na educação básica, mas também através de uma forte cultura histórica e pelo modo ao qual as pessoas se relacionam com o passado de sua própria região. A partir desse momento, utilizaremos essas características principais do que chamamos de narrativa tradicional como categorias de análises das coleções analisadas, na tentativa de entender quais desses eixos narrativos se repetem e se cruzam dentro da narrativa didática presente em cada livro.

A começar pela temporalidade, a versão narrativa dominante da história de Brasília tem na construção e no período das obras da Nova Capital seu grande clímax, o momento do qual tudo gira em torno e tudo se converge. Partindo daí, seus antecedentes são geralmente definidos a partir do início do Governo Juscelino Kubitschek (1956 – 1960). As origens mitológicas do sonho de Dom Bosco são invocadas para dar contexto a essa construção, assim como todos os planos de interiorização do país durante o período imperial e republicano para justificar a atrasada e sonhada empreitada. A inauguração da cidade em abril de 1960, além do ponto alto, é o fim dessa narrativa, deixando poucos espaços para as décadas que se seguiram. A História de Brasília é, portanto, uma história épica, a história de uma construção, seus desafios e as dificuldades. O desenvolvimento dessa cidade, sua população, seus problemas, suas contradições são pouco abordadas dentro dessa narrativa fortemente consolidada.

E essa história tem características muito bem definidas, o que mais uma vez chamaremos de Eixos narrativos da história hegemônica. A primeira delas é a centralidade na figura do presidente Juscelino Kubitschek, ou seja, uma história “*JKcentrada*”. Brasília se torna fruto de sua vontade pessoal e política, tirando do papel antigos planos ignorados e sendo o fundador da nova capital do Brasil. A segunda característica é o grande destaque a figuras tidas como ilustres e centrais na existência de Brasília, os *donos da História*. Todos eles homens, brancos, escolarizados e referências em suas áreas de atuação. Personalidades como Lúcio Costa, Oscar Niemeyer, Bernardo Sayão, Roberto Burle Marx, Athon Bulcão formam um conhecido e louvado panteão de homens dentro da narrativa hegemônica sobre Brasília. A terceira

característica gira em torno dos “Candangos” e como são retratados. Os trabalhadores são figura central nessa empreitada, impossível se furtar de anuncia-los, porém aparecem sem rosto, sem voz, vindos de cantos distantes do país obedecendo ao chamado de JK para aqui superar os inúmeros desafios de erguer uma cidade em tempo recorde. Nota-se o caráter romantizado dessa narrativa, que trata as inúmeras e conhecidas negações de direitos em torno desses trabalhadores como mais uma dificuldade a ser superada em nome do avanço das obras e cria um cenário apologético em torno da construção. Por último, a história hegemônica do Distrito Federal é uma *história do centro e do concreto*, tendo seu foco nos prédios, nos monumentos, nas grandes obras do centro da cidade e pouco em seu povo, nas relações humanas, nas manifestações culturais, nos movimentos migratórios e na periferia intimamente ligada ao centro.

Esse trabalho não se propõe a fazer uma denúncia dos livros didáticos analisados, apontando falta de conteúdos, supostas invisibilizações, ou acusando-os de estarem “atrasados” ou desconexos de um suposto conhecimento acadêmico hierarquicamente tido como superior. Longe disso, entendemos que a versão tida como tradicional não é a única narrativa possível dentro da multiplicidade do conhecimento histórico sobre Brasília, mas ainda assim é uma narrativa possível, dotada de método, intencionalidades e que persiste através da cultura histórica.

Perceber determinado viés em um livro escolar implica em compreender a perspectiva e a visão de mundo que se imbuem em sua narrativa, ainda que esta seja controlada por aspectos legais e epistemológicos, pois não se “escreve e publica o que quer”. Omissões, silenciamento e/ou pouco esforço em debater algum tema podem ser estratégias, que se pretendem sutis, para reforçar alguma interpretação do passado e seus desdobramentos no tempo presente. (FERNANDES, 2022, p. 57).

Portanto, uma coleção reproduzir ou não, em maior ou menor grau, a narrativa canônica pode ser resultado de diversos fatores e forças que operam até o resultado final presente no livro didático, desde interesses econômicos editoriais, viés acadêmico dos autores, limitações legislativas de currículos prescritos ou até recortes e seleções para encaixar determinado conteúdo didaticamente, adequando-os a faixa etária ao qual o livro se propõe. Cabe aqui retomarmos o objetivo principal desse trabalho de tentar de alguma forma entender como essa cultura histórica dominante se fez presente dentro do Ensino de História através dos currículos editados, ou seja, os livros didáticos produzidos para serem utilizados por professores e alunos da educação básica no

Distrito Federal. Passaremos agora a analisar em que medida essas características da história tradicional, o que chamamos de eixos narrativos, se apresentam nas coleções, em que medida elas se repetem e se porventura elas são problematizadas.

3.3 – Análise dos livros didáticos

3.3.1 – Recorte temporal

A organização e seleção de conteúdos dentro do Ensino de História, por consequência também na formulação de um livro didático de História, se articula em torno de três perspectivas diferentes: história cronológica, história temática e/ou história integrada. A primeira delas é a predominante, presente nas formulações curriculares e na grande maioria das coleções didáticas produzidas no país. Apesar do grande debate em torno da renovação e reformulação do ensino de história no Brasil desde a década de 1980, a *história cronológica* se mantém, apresentando uma disposição linear de conteúdos, em muitos casos, enxergando a história como um avanço progressivo do tempo. Os livros didáticos de História refletem essa perspectiva ao tentarem encaixotar os conteúdos da “pré-história” até momentos da história contemporânea, por exemplo. Essa organização sofre grandes críticas ao longo das últimas décadas, a principal delas é a de que o tempo na história não é uma linha reta e que a tentativa de embarcar todos os conteúdos nessa linha, apesar de pretender-se universal, acaba por priorizar os marcos cronológicos do continente europeu, desembocando numa versão eurocêntrica do passado (TEIXEIRA, 2019, p. 124).

Uma das alternativas a história cronológica ganhou destaque no Brasil durante a redemocratização: a *história temática*, que busca organizar e selecionar os conteúdos ao redor de um tema gerador, permitindo sua problematização e aprofundamento durante as aulas de história. (ROCHA, 2019, p. 137). Fortemente influenciados pela Nova História francesa, a experiência da história temática escolar no Brasil entendia que a vivência dos alunos e dos problemas presentes dentro da comunidade escolar serviriam de elementos motivadores para a própria seleção de temas trabalhados. Essa perspectiva foi fundamental na formulação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e ainda se fazem presente através dos Temas Transversais. (BITTENCOURT, 2009, p. 128).

Como alternativa à forma de organização curricular da história que veio sendo praticada e criticada no Brasil, ao longo do século XX, a história temática se caracterizou positivamente por: problematizar o conhecimento histórico em articulação com a prática social dos estudantes; abrir a possibilidade de estabelecer relações entre o passado e o tempo presente, contribuindo para a compreensão das experiências sociais e culturais da atualidade em comparação historicizada com o passado; reconquistar a apropriação de conceitos históricos, reconhecendo o domínio dos conteúdos como meios, não como fins da aprendizagem; romper com as noções absolutas de linearidade, progresso e evolução, alargando a dimensão da temporalidade histórica que não reduza o múltiplo ao uno (ROCHA, 2019, p.140).

Por sua vez, a *história integrada* busca romper com as definições de História Geral e História do Brasil, por muito tempo consideradas esferas separadas, entendendo os processos da história brasileira amplamente conectados aos eventos de cunho global e internacional. Bittencourt (2009, p. 157) destaca a introdução do tempo síncrono, “que permite estabelecer novas posturas nas relações entre tempo e espaço e entre a história nacional e a mundial”. Essa perspectiva permite não somente uma integração com conteúdos relacionados à história da Europa, tida como história geral numa visão profundamente eurocêntrica, mas também com conexões com outras histórias, a exemplo de regiões africanas, conectando-as a nossa própria história.

Porém, para Guglielmo (2019, p. 129), essa conexão tem sido um desafio não tão simples de ser superado. Em livros didáticos que tentam integrar, a história do Brasil acaba por ser eclipsada, mais uma vez dependente de processos globais tratados sutilmente como prioritários. Partindo da história integrada, muitos livros didáticos de História produzidos no Brasil acabam por se tornar livros somente intercalados, uma espécie de adequação mais simples da história integrada. Entretanto, livros integrados, ou intercalados, não são capazes por si só de romperem com a tradição da história cronológica, já que conteúdos selecionados em capítulos de história do Brasil e história geral se alternam cronologicamente, formando uma linha do tempo para quem tem a experiência de folhear suas páginas.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para o Ensino Fundamental, “História Local e do Cotidiano” configuram o primeiro Eixo Temático, destinado ao primeiro ciclo. (BRASIL, 1997, p. 40). Portanto, poderíamos entender que todo livro didático de história regional destinado aos professores e estudantes do 4º ano é naturalmente um livro dentro de uma abordagem temática. Esse entendimento não parece se sustentar quando analisamos a organização e o recorte temporal escolhido e abordado em cada coleção. É possível estar dentro de um recorte temático (história

local) e ao mesmo tempo reproduzir uma história cronológica linear dentro desse recorte temático. Da mesma forma, é possível estar dentro desse mesmo recorte temático amplo e ainda assim se organizar para outros temas ao redor desse principal (meio ambiente, relações de trabalho, cidadania, cultura...).

A coleção *Distrito Federal: História e Geografia*, aparentemente buscou fazer uma organização ao redor de macro temas, relacionando-os ao Distrito Federal. Suas páginas destinadas à disciplina de História¹⁶ são divididas em quatro unidades, onde três delas abordam já em seus títulos temas como cultura, organização política e cidadania. Mas é a unidade 1 que nos revela qual a relação principal com a temporalidade e o recorte temporal escolhido ao se trabalhar a história da região do Distrito Federal. Com cerca de 45 páginas em cada uma das quatro diferentes edições, a unidade 1 traz sempre o mesmo título: “A história do Distrito Federal” e é subdividida em 11 subtítulos que vão apresentando de forma cronológica e linear a narrativa histórica presente na obra. Essa divisão adotada é facilmente percebida no sumário, conforme mostra a Figura 4.

Figura 14 – Sumário da obra “Distrito Federal: História e Geografia”.

O sumário da obra é dividido em quatro unidades, cada uma com um subtítulo principal e uma lista de tópicos com suas respectivas páginas. A unidade 1, 'A história do Distrito Federal', contém 11 tópicos. A unidade 2, 'Vida e cultura no Distrito Federal', contém 3 tópicos. A unidade 3, 'A organização política do Distrito Federal', contém 4 tópicos. A unidade 4, 'Aprendendo a exercer a cidadania', contém 3 tópicos.

| Unidade | Título da Unidade | Tópico | Página |
|-----------|--|--|--------|
| UNIDADE 1 | A história do Distrito Federal | Povos indígenas: primeiros habitantes | 8 |
| | | As capitais que o Brasil já teve | 11 |
| | | Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil | 14 |
| | | JK, início e desafio | 21 |
| | | Vencedor: Lúcio Costa | 24 |
| | | Oscar Niemeyer: escultor da sua própria imaginação | 25 |
| | | Catetinho | 28 |
| | | Os construtores | 30 |
| | | Inauguração de Brasília | 37 |
| | | Brasília foi planejada | 43 |
| | | Galeria de pioneiros | 47 |
| UNIDADE 2 | Vida e cultura no Distrito Federal | Cultura e tradição | 49 |
| | | Festas populares | 50 |
| | | População | 54 |
| UNIDADE 3 | A organização política do Distrito Federal | Brasília: centro das grandes decisões nacionais | 58 |
| | | Representação política do Distrito Federal | 59 |
| | | A representatividade das embaixadas | 62 |
| | | Algumas instituições e seus símbolos | 64 |
| UNIDADE 4 | Aprendendo a exercer a cidadania | Todo cidadão tem direitos | 71 |
| | | O povo tem o poder | 74 |
| | | Eleições | 76 |

Transcrito de: LIMA, Denise Pereira; ALMEIDA, Maria Vilani de. **Distrito Federal: história e Geografia** – Ed. renovada – São Paulo: FTD, 2007.

¹⁶ A coleção *Distrito Federal – História e Geografia*, das autoras Denise Pereira Lima e Maria Vilani de Almeida é uma obra destinada a duas disciplinas diferentes: História e Geografia. O livro se divide em duas partes, uma para a cada disciplina, iniciando com História e tendo Geografia na segunda metade do livro. Em média, destina cerca de 90 páginas para cada divisão. Essa separação aparenta demonstrar que a interdisciplinaridade não foi o objetivo na construção da obra, uma vez que os conteúdos não dialogam entre si dentro dos capítulos e unidades.

A adoção de uma história cronológica e linear acaba por gerar alguns outros questionamentos, como por exemplo: por onde deveria começar uma narrativa histórica em um livro de história regional? Qual o ponto de partida seguro para iniciar? Essa história tem um início? Em *Distrito Federal: História e Geografia*, as autoras optaram por seguir uma das determinações de Marc Bloch ao anunciar que a História é a “ciência dos homens no tempo” (BLOCH, 2002, p. 55) e buscaram nos primeiros registros da presença humana na região onde hoje se localiza o Distrito Federal o marco inicial ao começar a narrativa com o subtítulo “Povos indígenas: os primeiros habitantes” (LIMA; ALMEIDA, 2013, p. 8). Seguindo a listagem dos subtópicos da unidade 1 encontramos a seguinte ordem:

- Povos indígenas: primeiros habitantes;
- As capitais que o Brasil já teve;
- Missão Cruls e Comissão Polli Coelho;
- JK, início e desafio;
- Vencedor: Lúcio Costa;
- Oscar Niemeyer: escultor da sua própria imaginação;
- Catetinho, o palácio de tábuas;
- Construtores;
- Inauguração de Brasília;
- Brasília foi planejada;
- Alguns pioneiros¹⁷.

A partir dessa estrutura podemos perceber a relação linear do tempo proposta nas obras, construindo uma narrativa que se inicia com os povoamentos indígenas que habitavam e circulavam pela região do atual Distrito Federal e avança para contextos políticos e capitais anteriores à Brasília, chegando ao movimento de interiorização e transferência, exemplificado nas comissões exploradoras com funções demarcativas até alcançar o clímax narrativo no governo JK e as obras de construção da cidade.

¹⁷ As edições apresentam algumas diferenças entre si nos subtítulos, mantendo no geral a mesma estrutura narrativa. A maior diferença é percebida na edição de 2002, a mais antiga analisada, onde o último subtítulo sobre os pioneiros não existe, apresentando a seguinte ordem: “A pré-história do Distrito Federal; A mudança da capital; Brasília: sonho antigo, cidade nova e arrojada; JK, início e desafio; Brasília foi planejada; Vencedor: Lúcio Costa; Oscar Niemeyer: escultor da sua própria imaginação; Catetinho; Os construtores; Inauguração de Brasília”. (LIMA; ALMEIDA, 2002, p. 4).

Enxergamos nessa estrutura apresentada no sumário as características reproduzidas da história canônica do DF, com um início, meio e principalmente um fim. A história parece se encerrar após a inauguração em 1960, onde pouco espaço se dá aos professores e alunos trabalhem sobre as décadas que se seguiram a transferência da nova capital, bem como os reflexos sociais, culturais e econômicos dessa própria transferência.

Intencionalmente ou não, a temporalidade linear e progressiva é abandonada na obra a partir das unidades seguintes. A unidade 2 (LIMA; ALMEIDA, 2013, p. 53 - 60) ganhou o título “Vida e cultura no Distrito Federal” e é a menor unidade de todo o livro, com apenas oito páginas distribuídas entre texto escrito, exercícios, imagens e uma proposta de projeto. Apesar de ser a temática central na unidade, o conceito de cultura não é apresentado ao leitor e a unidade se divide informalmente em dois momentos: a) apresentar eventos culturais considerados tradicionais no Distrito Federal (blocos de carnaval, festa dos estados, Via Sacra de Planaltina, “Micarecandanga”, Festival de Brasília do Cinema Brasileiro), instigando os alunos a pesquisarem sobre eventos culturais de sua região; b) discutir a multiplicidade da população do DF, suas origens e seu crescimento ao longo do tempo, como percebemos no trecho a seguir:

A população que se formou em Brasília ao longo desses mais de cinquenta anos é resultado da miscigenação de tipos étnicos diversos e procedentes de diferentes partes do Brasil e do mundo. Formou-se, em Brasília, uma mistura de etnias, cores, costumes, linguajar e hábitos culturais. (...) Ao longo dos anos, a região da capital brasileira foi mudando, reinventando-se, e novas regiões administrativas foram sendo criadas para se adaptar ao crescimento populacional. (LIMA; ALMEIDA, 2013, p. 58).

Interessante notar que para a obra essa análise está desconectada do que ela própria chama de “História do Distrito Federal”, uma vez que não se encaixa na linha do tempo estabelecida na unidade 1, onde a “história” supostamente começa e termina. Sendo assim, a unidade 2, bem como as demais unidades, não seriam uma continuação linear do tempo e da história proposta na unidade 1 e sim uma tentativa direta de analisar o próprio tempo presente, apresentando aos estudantes quais as manifestações culturais da região hoje e incentivando-os a conhecerem ou escreverem sobre festas populares das quais eles já conheçam que acontecem no presente, próximas de sua vivência.

Entretanto para Rüsen, essa curiosidade, ou inquietação com o presente faz parte da lógica do pensamento histórico, uma vez que esse pensamento histórico sempre

nasce de uma inquietação do presente e retorna ao presente como orientação da vida prática. Levar professores e alunos a pensar sobre crescimento da população, suas origens e fazer a comparação entre o número de nascidos no DF com o número de migrantes ao longo desse período, tendo como base os números do Censo de diferentes décadas (LIMA; ALMEIDA, 2013, p. 58) é trabalhar diretamente para formação do pensamento histórico de forma não linear, abrindo possibilidades para outros possíveis debates em desdobramento da análise. Ainda de acordo com Rüsen, é contribuir para a formação da identidade desses alunos, conectando o conhecimento do passado ao entendimento sobre a própria vida prática de cada um.

[O pensamento histórico] Começa com as necessidades de orientação e termina com orientações para a utilização prática do conhecimento histórico, colocando indivíduos e povos na dimensão temporal de suas vidas. Um dos mais importantes procedimentos dessa orientação está relacionado com a identidade do povo: o pensamento histórico é um elemento necessário para a resposta à pergunta sobre quem eles são. (RÜSEN, 2022, p.76).

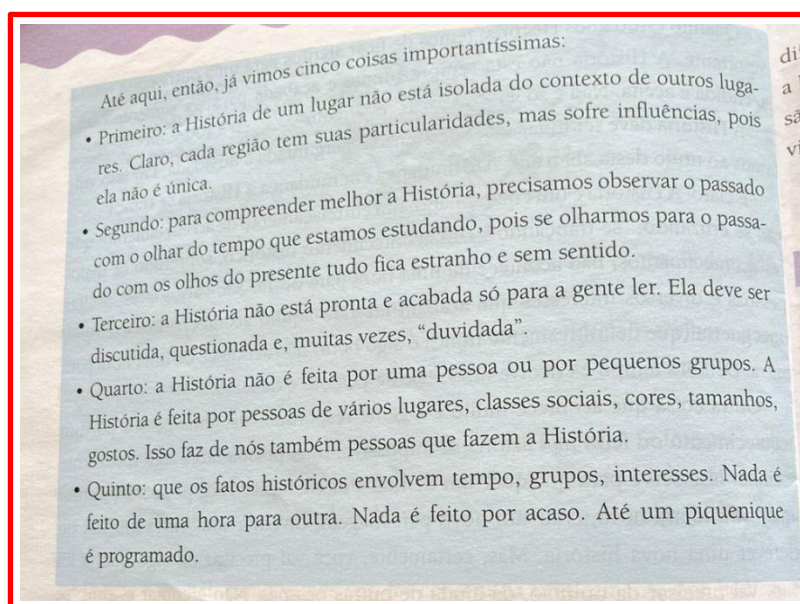
Semelhantes à unidade 2, as unidades 3 e 4 também não seguem a cronologia linear tradicional e abordam temas específicos relacionados ao Distrito Federal. Com cerca de 13 páginas, variando pouco de edição para edição, a Unidade 3 foi nomeada “Organização Política do Distrito Federal” (LIMA; ALMEIDA, 2013, p. 61 - 74), onde mais uma vez tem no presente sua concentração de análise. Percebemos dois momentos distintos dentro da unidade: o primeiro com textos sobre os três poderes da União, os poderes dentro da realidade do Distrito Federal, fotos dos prédios e palácios que representam cada poder e com o claro objetivo de localizar Brasília como a capital do Brasil e sua função dentro disso. O segundo momento trata dos símbolos oficiais, apresentando a bandeira do Distrito Federal, o Brasão e o hino a Brasília, seus criadores e suas descrições. O objetivo da unidade como um todo gira em torno do civismo, do respeito aos símbolos e as conexões presente e passado são abandonadas.

A última unidade da parte destinada a disciplina de História leva o nome “Aprendendo a exercer a Cidadania” (LIMA; ALMEIDA, 2013, p. 75 – 87) e busca apresentar aos estudantes a dimensão política que envolve os debates acerca de Cidadania. Direitos e Deveres, Democracia, participação política popular e eleições são os temas centrais da unidade que, semelhante à unidade 2, se ancora no presente e permite brevemente uma reflexão sobre o passado, mesmo que não pareça ser a

intencionalidade do livro. Presente a partir da edição de 2010¹⁸, a obra apresenta um tópico intitulado “A Constituição e a Democracia” (LIMA; ALMEIDA, 2013, p. 76 – 77), composto por um texto e um quadro comparativo entre a Constituição de 1988 e a Constituição de 1969 acerca de temas como voto, greve, racismo, educação, indígenas e ambiente. Tanto o texto como o quadro se privam de contextualizar a Constituição de 1969, outorgada durante o Regime Militar, porém abrem brechas para um professor atento lidar com o tema.

Passando para outra coleção, o livro *Distrito Federal: História e Sociedade*, das autoras Bianca Amaral e Diane Valdez, está dividido em quatro unidades, com 16 capítulos ao todo. Fora dessa divisão, as autoras separaram algumas páginas no início, antes da Unidade e Capítulo 1, e no final após a Unidade 4 e capítulo 16, um espaço teórico valioso de introdução e conclusão, apesar de não serem assim chamados. A introdução ganha o nome “De mudança em mudança a História se trança: ainda há muita trança por trançar” (RIBEIRO; VALDEZ, 2008, p. 9 – 17). Com linguagem adaptada a faixa etária dos alunos a qual o livro se destina, o texto introduz algumas noções que prometem ser basilares na compreensão da história, como contextualização, anacronismo, problematização e processo histórico sem precisar mencionar os respectivos termos.

Figura 15 – Página da obra “Distrito Federal: História e Sociedade”.



Transcrito de: RIBEIRO, Miriam Bianca do Amaral; VALDEZ, Diane. **Distrito Federal: história e Sociedade** – 1º Ed – São Paulo: FTD, 2008.

¹⁸ O texto e o quadro mencionados não estavam presentes nas edições de 2002 e 2007 do livro.

A conclusão ganhou o nome de “Ainda há muita trança por trançar”, repetindo parte do título apresentado na introdução. Em diálogo, essas duas partes inicial e final dão uma noção de como as autoras buscaram abordar um importante aspecto que envolve a questão da temporalidade no livro: um tempo em construção, aberto tanto ao passado, quanto ao futuro (“horizonte de expectativa”, segundo Koselleck), uma “trança” que ainda não está terminada e vai sendo “trançada” pelo tempo e pelas pessoas, localizando inclusive os estudantes como sujeitos dessa história em construção.

A perspectiva da história cronológica se faz presente na obra, porém não de forma uniforme e linear como na primeira Unidade de *Distrito Federal: História e Geografia*. O grande referencial dessa coleção aparenta ser o tempo presente, não um passado distante e desconectado, levantando questões atuais para então buscar no passado suas explicações, ou problematizações. E é ao analisar o passado que o livro se mostra sutilmente ainda dentro da cronologia linear.

Partindo a princípio de uma análise do sumário (RIBEIRO; VALDEZ, 2008, p. 5 – 8), percebemos através dos títulos de cada unidade a presença dessa escolha cronológica na narrativa. Porém, com um olhar mais atento para os capítulos presentes em cada unidade vemos que o tempo narrativo não segue uma via única progressiva, da presença indígena até a inauguração, por exemplo, como geralmente é narrada a história dominante de Brasília. Uma interessante relação entre tempo presente e passado vai sendo trançada (mais uma vez a metáfora da trança proposta pelas autoras para tratar tanto do tempo, como da narrativa histórica), levando professores e alunos a alternarem seu olhar, ora para o ontem, ora para o hoje e nesse vai e vem, projetam de forma sutil ações futuras.

O histórico como orientação temporal une o passado ao presente de tal forma que confere uma perspectiva futura à realidade atual. Isto implica que a referência ao tempo futuro está contida na interpretação histórica do presente, já que essa interpretação deve permitir-nos atuar, ou seja, deve facilitar a direção de nossas intenções dentro de uma matriz temporal. (RÜSEN, 2010, p. 56).

Retornamos ao alemão Jörn Rüsen, que é categórico ao afirmar que: “a história é o espelho da realidade passada na qual o presente aponta para aprender algo sobre seu futuro.” (RÜSEN, 2010, p. 56-57). Portanto, a própria formação da consciência histórica é esse trançado que une experiência e conhecimento do passado com o tempo

presente em forma de orientação da vida prática e projeta ações futuras dentro do horizonte de expectativa que o livro consegue alcançar.

Vamos a um exemplo prático de como isso se apresenta na obra. O capítulo 1 do livro leva o nome “No Planalto Central, o Distrito Federal” e tem como principal objetivo contextualizar o DF aos estudantes que o manejam. Localização geográfica, divisão política, suas regiões administrativas. Ou seja, o presente é o ponto de partida da coleção, que através de muitas perguntas motivadoras vão conduzindo o leitor para uma reflexão do passado.

As pessoas que construíram Brasília pensaram como queriam a cidade antes de começarem a fazer os prédios, as ruas? Ou foram fazendo e depois é que pensaram no que isso ia dar? Todo mundo que ajudou a construir, ajudou a pensar como ela seria? E antes mesmo de existir a ideia de construir Brasília? O que existia neste lugar? Quem morava aqui? Quem mais já morou no Planalto Central? Ou será que não tinha ninguém morando aqui até a cidade ser pensada e construída? Se já havia, onde estão essas pessoas? Elas moram em Brasília ou nas cidades-satélites? (RIBEIRO; VALDEZ, 2008, p. 22).

Todas essas perguntas motivadoras funcionam como problematizações do tempo presente que conduzem a um ponto de partida para a análise do passado. O capítulo seguinte ganha o nome de “Gente mais antiga do que a gente imagina” (RIBEIRO; VALDEZ, 2008, p. 27 - 35) e objetiva apresentar a forte presença indígena na região do Distrito Federal, fazendo conexões com a história da humanidade, deslocamentos de povos por todos os continentes e como seus vestígios podem ser utilizados como fontes históricas. Já o capítulo 3, “Outras nações na capital da Nação” aborda o contato das múltiplas nações indígenas com os colonizadores, deixando claro o caráter violento dessa interação, puxando o debate mais uma vez para o presente.

Você já deve ter visto na televisão, em jornais e revistas, nos últimos tempos, que muitas crianças indígenas estão morrendo, *nos dias de hoje*, de fome e subnutrição. Isso aconteceu em 2006, com crianças do grupo Kaiowá Guarani, na região da cidade de Dourados, no Mato Grosso do Sul. As áreas destinadas a eles não conseguem mais produzir o que precisam para viver e, então, os índios ficam dependendo de doações dos governos e das pessoas que se preocupam com sua sobrevivência. (RIBEIRO; VALDEZ, 2008, p. 38 - 39).

A narrativa que alia questões do presente com conhecimento de fatos passados chega a sua função de orientação ao fim do capítulo 3. Valorização da cultura indígena, combate ao preconceito e reconhecimento de negações de direitos aparecem no decorrer da unidade. Temos nesses três primeiros capítulos o exemplo de conhecimento do

passado, orientado por questões do tempo presente e que retornam ao tempo presente como função de orientação da vida prática. “Depois de tanta conversa sobre os povos indígenas, não cabe mais nenhum pedacinho de preconceito, não é?” (RIBEIRO; VALDEZ, 2008, p. 44).

Figura 16 – Página da obra “Distrito Federal: História e Sociedade”.

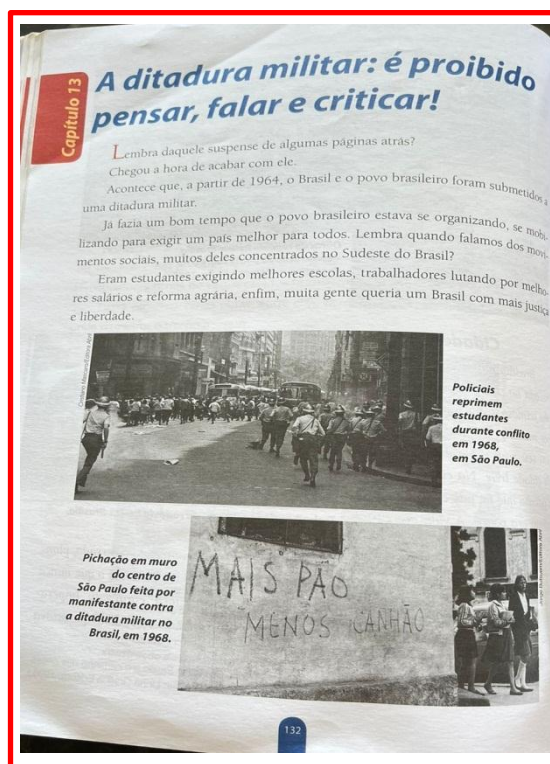


Transcrito de: RIBEIRO, Miriam Bianca do Amaral; VALDEZ, Diane. **Distrito Federal: história e Sociedade** – 1º Ed – São Paulo: FTD, 2008.

Esse diálogo se repete ao longo do livro, sempre tendo o presente como motivador para indagações do passado. Com esse movimento constante que a perspectiva da história cronológica se mostra na estrutura da coleção. As perguntas do presente iniciam o livro conduzindo seus leitores a pensar sobre as primeiras ocupações indígenas e seguem cronologicamente para a questão mudancista (p. 58), o governo JK (p.67), o período das obras (p.75) e a inauguração da cidade (p.111). Porém, percebemos aqui uma grande e importante ruptura com a narrativa tradicional sobre a história de Brasília que não está presente em nenhuma edição de *Distrito Federal: História e Geografia*, por exemplo: essa história continua para além da inauguração da cidade. As autoras permanecem no exercício de conhecer o passado através de problemas do presente em momentos que comumente não entram na narrativa

tradicional e abordam o período da ditadura militar (p.132), adentram em assuntos delicados como movimentos de resistência (p.136), a invasão da Universidade de Brasília em 1968 e a expulsão de alunos em 1977 (p.141), o movimento das “Diretas Já!” em 1984 (p.145) e a constituinte de 1988 (p. 146). O título da Unidade IV, a última do livro, reforça o entendimento das autoras sobre o recorte temporal pretendido na coleção: “O tempo não para” (RIBEIRO; VALDEZ, 2008, p. 143). Uma temporalidade cronológica, relativamente linear, uma vez que demonstra um diálogo entre passado e presente num movimento de vai e vem constante, e aberta, um tempo em construção, afirmando o protagonismo dos próprios estudantes como sujeitos históricos e construtores dessa trança.

Figura 17 – Página da obra “Distrito Federal: História e Sociedade”.

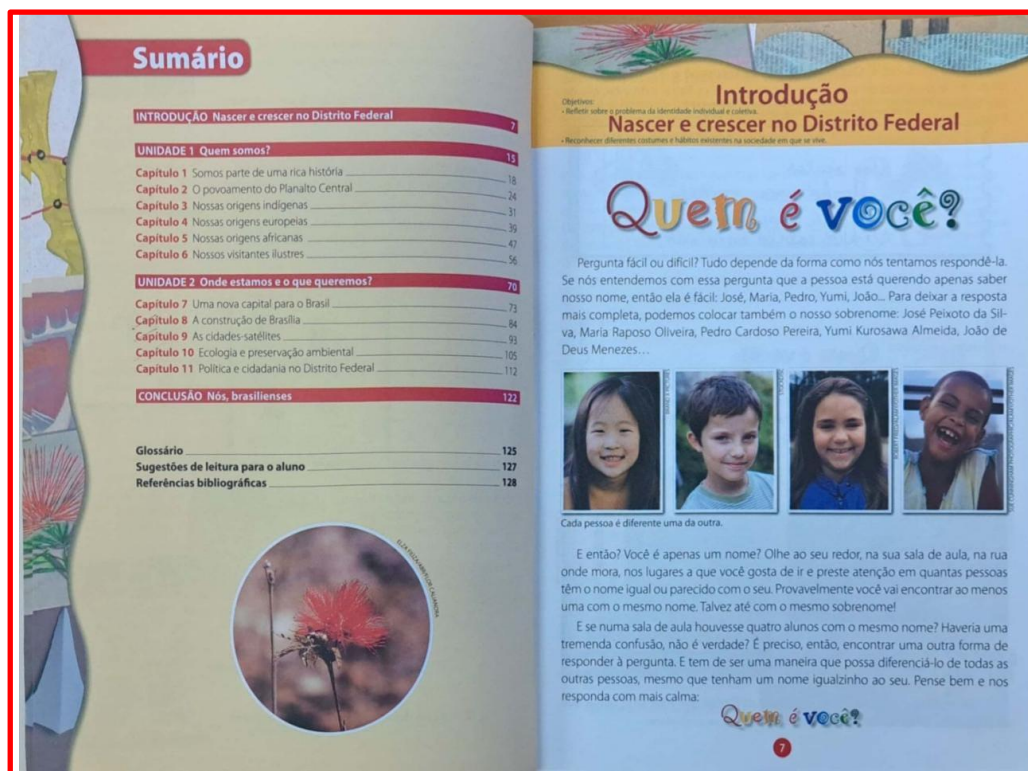


Transcrito de: RIBEIRO, Miriam Bianca do Amaral; VALDEZ, Diane. **Distrito Federal: história e Sociedade** – 1º Ed – São Paulo: FTD, 2008.

A obra *História do Distrito Federal*, terceira coleção que nos propomos a analisar, apresenta 128 páginas no total, divididas em quatro unidades principais, sendo a primeira e a última a Introdução e a Conclusão. A Unidade 1 está dividida em 6 capítulos, enquanto a Unidade 2 outros 5 capítulos, totalizando 11 capítulos. A relação temporal apresentada nessa coleção se difere de todas as outras analisadas, uma vez que

os autores evitaram se enquadrar na tradicional história cronológica que apresenta o passado de forma contínua e linear. *História do Distrito Federal* é um livro que se aproxima mais de uma perspectiva de história temática, onde o passado vai sendo analisado a partir de temas geradores específicos. Identificamos três temas principais na obra: Identidade, Meio ambiente e Cidadania

Figura 18 – Página da obra “História do Distrito Federal”.



Transcrito de: ARRAIS, Cristiano Pereira Alencar; OLIVEIRA, Eliézer Cardoso de. **História do Distrito Federal** – 1º Ed – São Paulo: Scipione, 2008.

O conceito de Identidade nos parece ser o elemento central dessa coleção, localizando o estudante como o ponto de partida e o centro de todas as análises. Não o tempo, não o espaço geográfico. Sim o sujeito, suas origens e seu pertencimento a um local e seu passado que compõem os caminhos metodológicos pretendidos pelos autores na construção da obra. Logo na Introdução, que ganha o título “Nascer e crescer no Distrito Federal”, a pergunta “Quem é você?” se destaca com fonte, cores e tamanho destacados. A pergunta inicial que vai conduzir os leitores, professores e alunos a uma reflexão sobre o passado não é uma pergunta sobre o passado. Ela indica que a busca pela identidade será o fio condutor de toda a coleção. A princípio o conhecer a si próprio, de forma individual que logo se converte em uma busca de identidade coletiva,

expressa no título da Unidade 1, “Quem somos nós?”, e evolui para “Onde estamos e o que queremos?”, título da Unidade 2.

A História ajuda a explicar quem somos. Estudar o passado é uma forma de perceber melhor por que as coisas do presente são como são. A História nos explica a cor de nossa pele, o jeito de nosso cabelo, a nossa maneira de falar, a nossa preferência por determinados alimentos, o nome das nossas cidades, de nossas ruas, de nossos rios. Portanto, para respondermos a pergunta “quem somos nós, os brasilienses?” vamos precisar saber um pouco da história do Distrito Federal. Ao contrário do que muita gente pensa, o Distrito Federal possui uma longa e rica história. Ela é importante para entendermos a nossa relação com o passado, com o presente e com nossas esperanças para o futuro. (ARRAIS; OLIVEIRA, 2008, p. 18)

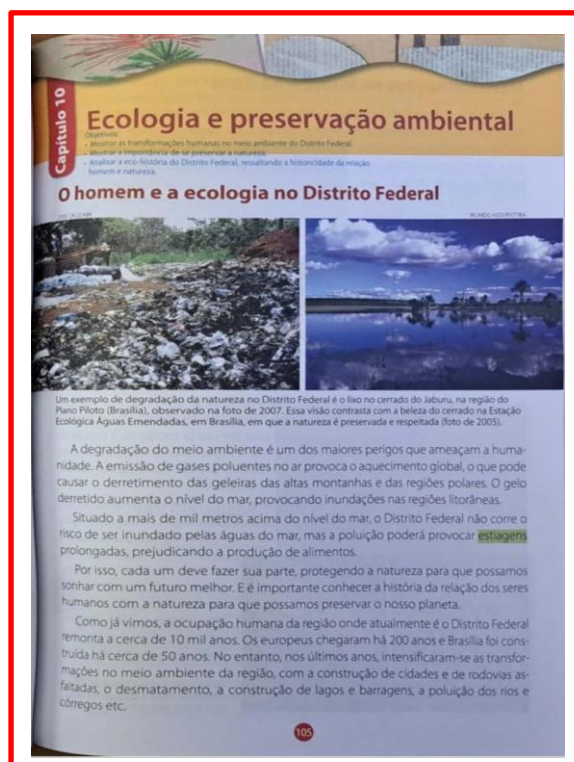
Essas perguntas apresentadas nos títulos de cada Unidade dialogam com o conteúdo histórico apresentado em seus capítulos. Conforme mencionado, o livro busca romper com a apresentação de conteúdos cronológica e linear. Ao contrário de organizar um recorte que expõe fatos e acontecimentos com um início caminhando em direção a um fim, os conteúdos vão sendo apresentados girando em torno de temas mais específicos, sem perder de vista o objetivo de formar a identidade no tempo presente. O capítulo 1 apresenta de forma ampla o conceito de migração, importante para entender a formação da própria população do Distrito Federal atual. De forma parecida com as demais coleções, o Capítulo 2 se dedica a analisar a presença humana na região do atual DF, contextualizando essa presença a movimentos migratórios em todo o planeta. Os capítulos seguintes (3, 4, 5 e 6) tratam das “Nossas origens”: indígenas, europeus, africanos e demais povos que compõe as raízes do povo brasileiro, cada um como um tema motivador de estudo do passado.

Dentro da Unidade 2, três capítulos em sequência tratam especificamente da mudança da nova capital, desde os planos de interiorização no capítulo 7 (p.73), o período das obras (p.84) e a questão das moradias que deu origem as cidades ao redor do Plano Piloto¹⁹ (p.93). Esse seria o momento do livro que mais se aproxima da temporalidade abordada na narrativa dominante da história do Distrito Federal, porém com uma importante ruptura se permitindo analisar as consequências após as obras e incluindo as regiões administrativas como parte dessa história, onde em geral são eclipsadas pela história do centro. Outra ruptura semelhante a temporalidade

¹⁹ O livro utiliza diretamente no título do capítulo 9 o termo “Cidades-Satélites”. Essa denominação surgida oficialmente em 1960 foi substituída em 1964 por Regiões Administrativas (RA’s). O decreto 19040/1998 proibiu o uso do termo em documentos oficiais e outros documentos públicos relacionados ao DF, porém permaneceu corrente na linguagem cotidiana sobre Brasília, adquirindo inclusive um sentido histórico na formação do Distrito Federal (DERNTL, 2018).

hegemônica se apresenta no capítulo 11 (ARRAIS; OLIVEIRA, 2008, p. 112 - 121), em que o conceito de Cidadania se torna a temática central, localizando Brasília não somente como a Capital da República, mas também espaço de manifestações políticas. O recorte temporal inclui outros momentos não abordados pela História hegemônica, como as greves e protestos no início de 1964, o período de repressão e censura da Ditadura Militar, a redemocratização e os movimentos dos “cara-pintadas”.

Figura 19 – Página da obra “História do Distrito Federal”.



Transcrito de: ARRAIS, Cristiano Pereira Alencar; OLIVEIRA, Eliézer Cardoso de. **História do Distrito Federal** – 1º Ed – São Paulo: Scipione, 2008.

As ideias do pensador Jörn Rüsen parecem ter sido uma forte influência na concepção teórica do livro ao adotar uma temporalidade que permite diálogo constante do presente com o passado levando a orientação da vida prática e ações futuras que estão presentes em todas as unidades. Construção de uma identidade, objetivo central da obra é um exemplo de orientação para vida prática. Isso se demonstra mais uma vez ao trazer o tema da Ecologia no capítulo 10 (ARRAIS; OLIVEIRA, 2008, p. 105 - 111). Aqui os autores utilizam uma problemática atual, que permite compreender o passado, a ocupação da terra, a degradação ambiental por ações humanas e projetam orientações urgentes da vida prática no presente, com expectativas de futuro.

3.3.2 – Narrativa “JKcentrada”

Ideal de Tiradentes, antevisão de Hipólito da Costa e José Bonifácio, tema de estudos de Adolfo Varnhagen e tantos outros brasileiros de boa vontade, sonho profético de Dom Bosco, proposta constitucional dos constituintes republicanos e aspirações de toda uma nacionalidade, Brasília tornou-se realidade pela força de vontade e espírito público do Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, que a inaugurou no dia 21 de abril de 1960, depois de uma epopeia de trabalho ininterrupto em que, sob sua liderança, técnicos, candangos e máquinas, ao longo de uma faixa de cerca de mil dias, concretizaram um sonho de tantas gerações de brasileiros, ao plantar no interior central do país a nova Capital do Brasil. (VASCONCELOS, 1978, p. 349).

O primeiro movimento da historiografia de Brasília foi o responsável inicialmente de produzir uma narrativa apologética em torno da construção e da figura do presidente Juscelino Kubitschek. Uma tese oficial que se tornou hegemônica, reproduzida em obras hoje consideradas clássicas da historiografia local, como “História de Brasília” (1971) de Ernesto Silva, “A Mudança da Capital” (1978), de Adirson Vasconcelos e algumas mais recentes, como “Brasília Kubitschek de Oliveira” (2002), de Ronaldo Costa Couto. Narrativa essa que se popularizou e se consolidou através da cultura histórica sobre a cidade e persiste hoje de forma hegemônica, presente em museus, obras audiovisuais, patrimônios públicos com seus nomes oficiais, jornais, revistas e toda uma cultura histórica que reproduz uma versão única do passado.

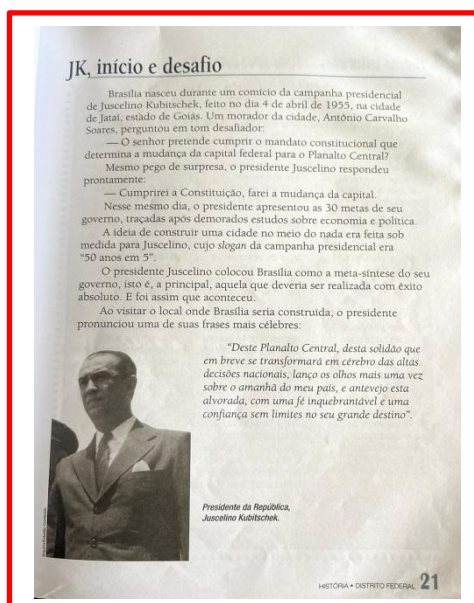
E é essa narrativa hegemônica que enxerga no presidente Juscelino Kubitschek o elemento central e possibilitador da existência da cidade. “O pai fundador” de Brasília, responsável por tirar do papel antigos planos de interiorização da nova capital, que a muito estavam esquecidos e ignorados pelo Império e pela República brasileira. Narrativa essa que foca no caráter empreendedor de JK, sua coragem política e moral que o levou a enfrentar opositores e condições adversas para em menos de cinco anos construir uma cidade “no meio do nada” do sertão goiano. Como exemplo, Adirson Vasconcelos o descreve assim:

Seu estilo de governar e a sua visão de futuro, aliados à sua vontade inquebrantável e à sua capacidade de trabalho, fizeram JK entrar na memória, na imortalidade do seu país e da humanidade toda. Um estadista! (...) A sua visão do futuro e a sua capacidade de construí-lo, no presente, o exaltam, perante a História, como um estadista. Por isso, a cada dia que passa o nome de Juscelino Kubitschek mais se grava e mais se consagra na tradição e nos corações de sua gente. (VASCONCELOS, 2001, 47)

Consideramos esse “JKcentrismo” como um elemento central dessa narrativa hegemônica sobre a história da cidade. Obviamente, a história de Brasília e do Distrito Federal passa pelo governo JK e pelas decisões políticas que permitiram a transferência da Nova Capital em 1960. Dessa maneira, não esperamos que as obras didáticas apaguem Juscelino ou ignorem sua importância. A questão analisada neste trabalho se dá em o quanto a narrativa hegemônica que enxerga em JK e sua vontade pessoal como elemento central se reproduz nas narrativas didáticas ou o quanto essa narrativa é porventura questionada ou problematizada.

A começar pela obra *Distrito Federal: História e Geografia*, que como já abordado, separou toda uma unidade destinada a “história do Distrito Federal”. Dentro dessa Unidade, onde as autoras encaixam o recorte histórico que entendem ser relevante para o ensino do passado da região, tem um subtítulo específico sobre o presidente JK, que se mantém igual em todas as quatro edições analisadas: “JK, início e desafio” (LIMA; ALMEIDA, 2013, p. 21). Enxergamos através do texto escrito a reprodução da versão hegemônica, que relega ao presidente o protagonismo central em torno da história da cidade. Trechos como “Brasília nasceu durante um comício da campanha presidencial de JK” (p.21), “A ideia de construir uma cidade no meio do nada era feita sob medida para Juscelino...” (p.21), “Por Dom Bosco foi sonhada, por gerações foi tentada, Juscelino a construiu.” (p.20) reverberam essa centralidade.

Figura 20 – Sumário da obra “Distrito Federal: História e Geografia”.



Transcrito de: LIMA, Denise Pereira; ALMEIDA, Maria Vilani de. **Distrito Federal: história e Geografia** – Ed. renovada – São Paulo: FTD, 2013.

Porém, essa centralidade em torno da figura de JK não se percebe somente analisando o espaço destinado ao seu governo. Mencionar JK não é suficiente para se construir uma narrativa que chamamos de “JKcentrada”. Para tal, o protagonismo de Juscelino precisa se sobrepôr a todos os processos políticos, econômicos e sociais que convergem na construção da história do Distrito Federal. Na narrativa “JKcentrada” tudo gira em torno do presidente Juscelino Kubitschek. A análise dos planos de interiorização ganha sentido ao mencionar que Juscelino os concretizou. A vinda de trabalhadores para as obras tem como motivação o chamado do presidente, assim como a superação de dificuldades se faz possível a partir da motivação pessoal e presença de JK, para citar alguns exemplos.

Os operários ergueram Brasília em tempo recorde. O presidente Juscelino Kubitschek frequentemente vistoriava a construção para encorajar os trabalhadores que “viravam noites” para atingir o grande objetivo (LIMA; ALMEIDA, 2007, p. 31).

Apesar da clara centralidade no presidente Juscelino Kubitschek na narrativa apresentada na coleção, a imagem de JK não é tão explorada quanto seu nome mencionado. O livro apresenta somente três fotografias de Juscelino Kubitschek: sério e concentrado no trecho destinado ao seu governo, com legenda indicando cargo e nome (p. 21), no momento da inauguração, sorridente e acenando de frente para a multidão, acompanhado da seguinte legenda “O presidente Juscelino Kubitschek saúda o povo no dia da inauguração de Brasília” (p.40) e por fim, outra foto da inauguração em que JK aparece realizando o primeiro hasteamento da bandeira na nova capital, com legenda de referência (p.73). Todas em preto e branco, as duas últimas no canto superior da página, a primeira em tamanho destacado na parte inferior, logo após o texto. A edição de 2013, mais recente analisada, incluiu um quadro intitulado “Outras leituras” com um trecho da biografia de Juscelino Kubitschek em formato de cordel, de autoria de José Severino Cristovão: “Estes versos são autênticos / não tem ninguém inocente / o que escrevi aqui / de tudo estou consciente / Juscelino fundou a capital / mais linda dos continentes (...) Juscelino ficou na história / do Oriente ao Ocidente / ele fundou a capital / mais linda dos continentes / o Brasil nunca esquecerá / do saudoso presidente.” (LIMA; ALMEIDA, 2013, p. 22).

A ideia de Juscelino Kubitschek como fundador da cidade é totalmente abandonada na coleção *Distrito Federal: História e Sociedade*, de Miriam Bianca Amaral e Diane Valdez. Para além de abandonada, é uma ideia problematizada:

Certamente você que mora no Distrito Federal já ouviu falar muito do presidente Juscelino Kubitschek (JK), aquele sujeito sorridente com um chapéu na mão ao qual todos se referem como o fundador de Brasília. É importante a gente conhecer um pouco mais sobre a vida desse presidente. Sempre sem esquecer que a História é feita coletivamente, não individualmente (RIBEIRO; VALDEZ, 2008, p. 67).

O capítulo 6 “Eu vou para o Brasil Central, eu vou!” (p. 66-74), e o capítulo 7 “Anos JK: construção de Brasília, elogios, oposições, críticas, dívidas, dívidas...” (p. 75 – 86) são os que colocam o olhar crítico no presidente JK e no seu período de governo. As autoras dedicam um tempo para contextualizar a eleição de Juscelino, vindo após o governo Vargas. O discurso em Jataí-GO e a provocação de Toniquinho da Farmácia, que o indagou sobre a mudança da capital para o planalto central também são mencionados no livro, assim como o foi em *Distrito Federal: História e Geografia*, mas o trecho anteriormente citado deixa claro que as autoras não pretendem abordar no livro a ideia de Juscelino como responsável único e central na narrativa, contextualizando a construção de Brasília dentro de um “quebra-cabeça histórico” (RIBEIRO, VALDEZ, 2008, p.79) de várias peças.

A primeira delas seria a ideia de interiorizar o país, representado anteriormente nas construções de outras capitais como Belo Horizonte e Goiânia, representantes do ideal de modernidade pretendido no final do século XIX e início do século XX. Outra peça encaixada pelas autoras seria o ideal de “desenvolvimentismo” presente no governo JK, na tentativa de tirar o Brasil de um atraso, modernizando o país, atraindo investimentos estrangeiros. Brasília aqui não seria fruto da vontade e determinação pessoal de um presidente, mas sim de um conjunto de fatores daquele momento específico da história. Depois de conduzir a reflexão crítica a partir de perguntas, as autoras concluem da seguinte maneira: “Juntando todos os pedaços desse quebra-cabeça histórico, percebemos que os interesses políticos daquele momento e a situação do país é que levaram à decisão de construir Brasília naquele momento.” (RIBEIRO, VALDEZ, 2008, p.79).

De um modo menos problematizador, *História do Distrito Federal*, de Cristiano Alencar Arrais e Eliézer Cardoso de Oliveira, também pode ser considerada

uma coleção que rompe com o “JKcentrismo” da narrativa hegemônica. Como vimos anteriormente, a obra se concentra em torno de temáticas específicas e tem em toda a primeira unidade destinada as origens do povo do Distrito Federal numa busca de construção da identidade do leitor. A unidade 2 intitulada “Onde estamos e o que queremos?” mantém o objetivo e coloca o olhar de análise no processo de mudança da capital. *História do Distrito Federal* é entre as obras analisadas a que menos menciona o presidente JK. Não o homenageia como *Distrito Federal: História e Geografia*, porém não o problematiza como *Distrito Federal: História e Sociedade*. Juscelino Kubitschek é meramente citado, encaixado dentro do contexto amplo do processo de transferência da capital para o centro do país, lido como mais um dos múltiplos agentes que o compuseram.

Essas menções estão no Capítulo 8, chamado “A construção de Brasília”, que se inicia fazendo uma relação entre a região demarcada pela comissão Cruls em 1894, com o início das obras em 1956, já no governo Juscelino Kubitschek, e como isso mobilizou certa oposição ao longo de seu governo. (ARRAIS; OLIVEIRA, 2008, p. 84). Mais adiante, em um box específico “Para saber mais”, um curto texto com o título “Construtores de Brasília” resgata a importância do presidente no processo.

Figura 21 – Página da obra “História do Distrito Federal”



Transcrito de: ARRAIS, Cristiano Pereira Alencar; OLIVEIRA, Eliézer Cardoso de. **História do Distrito Federal** – 1º Ed – São Paulo: Scipione, 2008.

Construir Brasília em menos de quatro anos não foi tarefa fácil. Muitas pessoas, cada uma ao seu modo, contribuíram para que a cidade ficasse pronta no prazo estabelecido para a transferência da capital, em 1960. Veja, por exemplo, o caso de Juscelino Kubitschek, ele nasceu em Minas Gerais e tomou posse como presidente do Brasil em 1956. Em sua campanha prometeu construir Brasília e fazer o país se desenvolver rapidamente. Desde então, ultrapassou muitos obstáculos, enfrentou muitas dificuldades até realizar seu objetivo. Outro exemplo é o de Eronildes Guerra de Queiroz, que chegou à região do Planalto Central em 10 de abril de 1957, vindo de Pernambuco, após uma viagem de aproximadamente 15 dias. Ele tinha somente o curso primário e exerceu as funções de motorista, servente e cozinheiro na edificação da nova capital. (ARRAIS; OLIVEIRA, 2008, p. 86).

O box em destaque, com uma imagem colorida do presidente ostentando a faixa presidencial e com o título “Construtores de Brasília” não tem o objetivo de colocar Juscelino Kubitschek como elemento central na construção da cidade. É exatamente o oposto: o texto e as imagens trazem um protagonismo dividido, indicando Juscelino como mais um importante “construtor da cidade”, em igual importância, porém em funções diferentes, que trabalhadores da construção. A imagem do presidente está posicionada ao lado de uma outra imagem, dessa vez uma fotografia retratando trabalhadores na construção tendo o Palácio do Planalto ao fundo. Juntando-se a isso, o parágrafo seguinte no texto relacionado ao papel do presidente completa a ideia de divisão de protagonismos, rompendo não somente com o “JKcentrismo”, mas também com outro Eixo da narrativa hegemônica relacionado aos trabalhadores, do qual abordaremos mais para frente.

3.3.3 – Os donos da História

Conectado ao que chamamos de “JKcentrismo”, outro eixo central notado na narrativa tradicional dominante da história de Brasília é o grande destaque dado a algumas figuras políticas ilustres na construção da cidade. Seus nomes sobrevivem ao tempo, presentes em monumentos, dignos de museu em sua memória, em alguns momentos tidos como “inventores de Brasília”²⁰. Os arquitetos Lúcio Costa e Oscar Niemeyer somam-se a Juscelino Kubitschek formando uma espécie de santíssima

²⁰ Como exemplo podemos citar a entrevista com Maria Elisa Costa, filha do arquiteto Lúcio Costa, dada ao jornal Correio Braziliense em 20/06/2015: “‘Todo mundo quer meter a mão em Brasília’, diz filha de Lúcio Costa. A arquiteta Maria Elisa Costa, filha do inventor de Brasília, sugere uma comissão deliberativa para cuidar do Plano Piloto”. Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/cidades/2015/06/20/interna_cidadesdf,487288/todo-mundo-quer-meter-a-mao-em-brasilia-diz-filha-de-lucio-costa.shtml>.

trindade dos pais fundadores da cidade. Mas não somente eles, outros nomes ingressam nesse importante panteão de homens, todos ilustres dentro de sua área de atuação. Na história hegemônica, narrar Brasília se torna narrar seus feitos. Nomes heroicos como José Bonifácio, Varnhagem, Dom Bosco e Luís Cruls constroem a imagem mítica da cidade e aparecem como os precursores, ou idealizadores de Brasília. Já para os contemporâneos de JK, fica o status de “pioneiros” e executores da cidade. Figuras ilustres como Israel Pinheiro, Athos Bulcão, Burle Marx, Bernardo Sayão, Ernesto Silva, dentre outros.

James Holston (1993) consegue identificar pelo menos quatro termos de diferenciação para os profissionais e trabalhadores que atuaram no planalto central durante as obras da nova capital: candango, pioneiro, piotário e brasiliense. Para o autor, o nobre termo “Pioneiro” identificava trabalhadores de média e alta qualificação, entre eles engenheiros e funcionários da administração pública. Já os trabalhadores braçais, operários, peões de obra com baixa qualificação profissional ficaram conhecidos pelo termo pejorativo de “Candangos”. Portanto, a primeira grande diferenciação destacada se dá através do recorte de classe, uma vez que a divisão “Pioneiros x Candangos” ainda permanece no imaginário social como categorias hierarquicamente diferentes. Homens escolarizados e brancos. O recorte de raça também merece ser citado, uma vez que boa parte da massa de trabalhadores eram negros e pardos, porém, entre os homenageados “donos da história” não há menções a personalidades negras.

Outra diferenciação importante se dá através do recorte de gênero. A história tradicional de Brasília é a história dos grandes homens, uma história masculina de trabalho e suor, em condições desconfortáveis que a lógica do patriarcado não costuma atribuir a características femininas. Para além disso, as figuras femininas na construção de Brasília (e também depois da construção) são invisibilizadas até mesmo em posições que no recorte de classe se encaixariam como “pioneiras”. Essa narrativa “falocêntrica” está consonante com toda uma tradição historiográfica positivista que destina o protagonismo histórico a sujeitos masculinos, elevando-os ao status de heróis, gerando uma grande gama de invisibilizações. Quanto a isso Michelle Perrot destaca:

O “ofício do historiador” é um ofício de homens que escrevem a história no masculino. Os campos que abordam são os da ação e do poder masculinos, mesmo quando anexam novos territórios. [...] Célebres – piedosas ou escandalosas -, as mulheres alimentam as crônicas da “pequena” história, meras coadjuvantes da História. (PERROT, 1988, p. 185).

Como isso se reflete nos livros didáticos? Mais uma vez iniciamos nossa análise por *Distrito Federal: História e Geografia*, de Denise Pereira Lima e Maria Vilani de Almeida. As quatro coleções analisadas apresentam poucas diferenças entre si que vão de pequenos acréscimos de textos, inclusão de boxes, troca de imagens ou fotografias. As principais diferenças são na visualidade da obra, onde as cores e imagens das capas sempre mudaram. O que não mudou em nenhuma das coleções foi a inclusão de uma grande linha do tempo em referência as ideias de mudança da capital federal, num espaço de duas páginas abertas. As primeiras edições (2002 e 2007) a apresentam de forma ilustrada e colorida, alternando boxes com pequenos textos escritos sobre uma data específica e desenhos que representam momentos históricos selecionados. Nas edições mais recentes (2010 e 2013) a maioria das ilustrações coloridas são substituídas por fotos ou gravuras de personalidades, como vemos na figura 22.

Figura 22 – Página da obra “Distrito Federal: História e Geografia”.



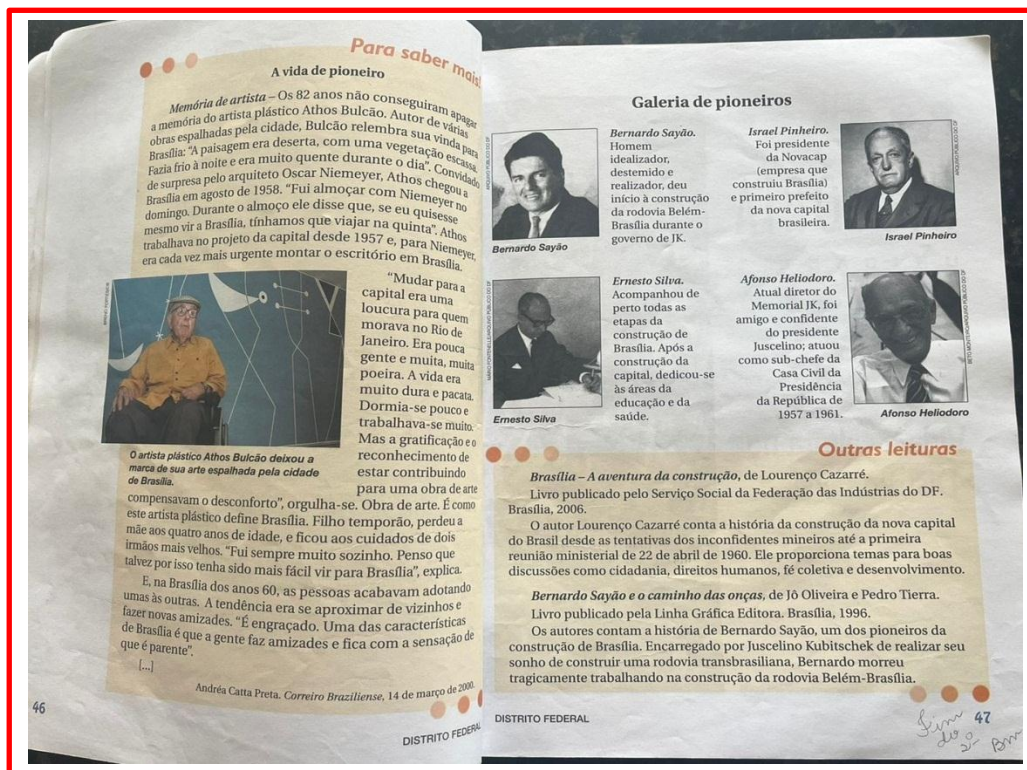
Transcrito de: LIMA, Denise Pereira; ALMEIDA, Maria Vilani de. **Distrito Federal: história e Geografia** – Ed. renovada – São Paulo: FTD, 2013.

Observamos já aqui a predominância da história personalista presente no livro didático, enxergando nas ações de figuras políticas ilustres a força motora da narrativa,

conduzindo a linha do tempo até o ápice da construção e inauguração da nova capital. Nomes como José Bonifácio de Andrada e Silva, Francisco Adolfo Varnhagen, o presidente Epitácio Pessoa, além do presidente Juscelino Kubitschek são destaques. O aspecto personalista da narrativa se mantém nas páginas seguintes, apresentando a biografia de Luiz Cruls (p.17), astrônomo belga que chefiou a Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil e uma página inteira dedicada a Dom Bosco e o sonho mítico de uma terra entre os paralelos 15° e 20° que verteria leite e mel com riquezas inconcebíveis (p. 19).

Destaque maior ainda ganham os arquitetos Lúcio Costa e Oscar Niemeyer. Conforme apresentamos anteriormente analisando o sumário, a coleção destina um subtítulo específico dentro da Unidade 1 para cada um dos personagens históricos: “Vencedor: Lúcio Costa” (p. 24) e “Oscar Niemeyer: escultor da sua própria imaginação” (p.28). Amplamente ilustradas, com fotos de cada um e imagens de suas obras, esses dois subtítulos do livro exaltam a genialidade e criatividade de ambos, tidos como homens a frente de sua época (LIMA; ALMEIDA, 2007, p. 25).

Figura 23 – Página da obra “Distrito Federal: História e Geografia”.



Transcrito de: LIMA, Denise Pereira; ALMEIDA, Maria Vilani de. **Distrito Federal: história e Geografia** – Ed. renovada – São Paulo: FTD, 2007.

A Unidade 1 chamada “A história do Distrito Federal” encerra numa perfeita exemplificação do que podemos chamar de panteão de homens. Um quadro “Para Saber mais!” (p. 46) em página inteira dedicado a memória de Athos Bulcão, com um título “A vida de pioneiro”. Na página seguinte, um espaço intitulado de “Galeria de pioneiros” com fotos e homenagem de algumas personalidades da construção de Brasília. Todos eles homens, escolarizados, pertencentes a uma elite econômica e política daquele momento. Esse espaço foi ampliado na última edição analisada da coleção (2013), passando de quatro personalidades como vemos na Figura 23 para oito personalidades ao todo: Afonso Heliodoro dos Santos, Edson Porto, Célio Menicucci, José Adirson de Vasconcelos, César Prates, Israel Pinheiro, Ernesto Silva e Roberto Burle Max. Bernardo Sayão, presente no espaço das três primeiras edições, é mencionado na edição de 2013 em um box especial destacado, com o título “Um pioneiro muito especial...” (p. 38).

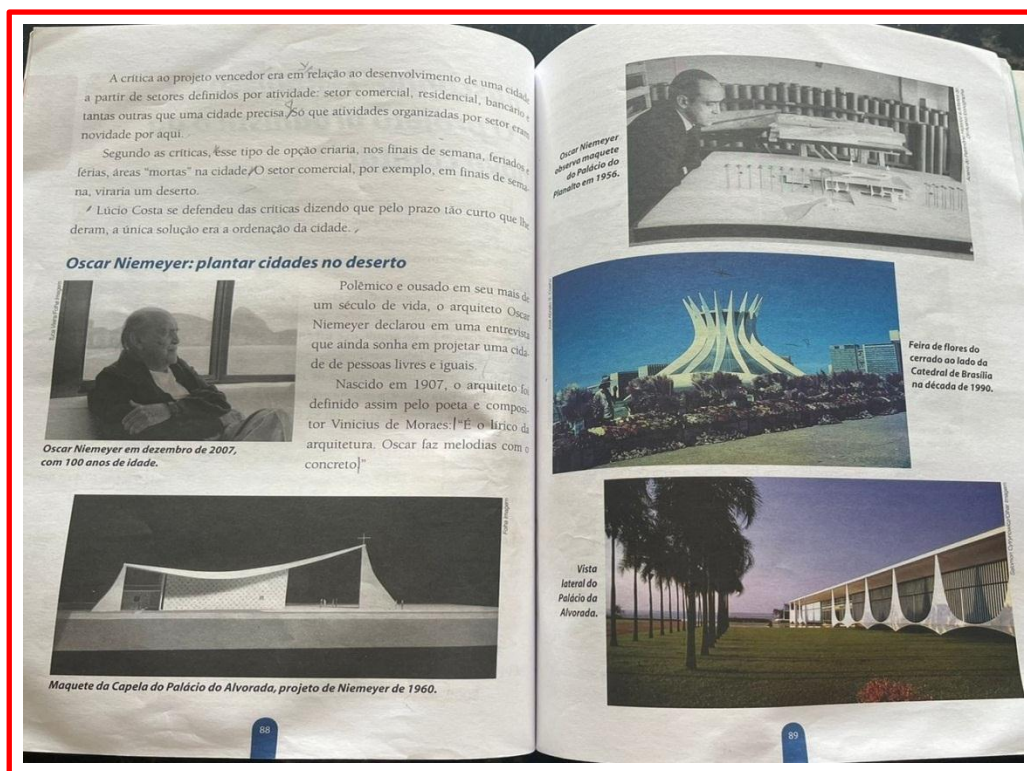
Essa homenagem a pioneiros considerados ilustres na construção da cidade não se repete na coleção *Distrito Federal: História e Sociedade*, de Bianca Amaral e Diane Valdez. Coerente com a ideia central de uma história construída de forma coletiva e mantendo a linha problematizadora da narrativa tradicional que enxerga nas ações de Juscelino Kubitschek como a engrenagem principal da história de Brasília, as autoras abordam a questão mudancista dentro de um processo longo e antigo, sem personalizar especificamente os donos da ideia de transferência. Marquês de Pombal é mencionado como um defensor da ideia ainda no século XVII, assim como o movimento da Inconfidência Mineira (p. 59). Sem muitos detalhes, as autoras saltam para a primeira constituição republicana, em 1891, que previu a instalação da futura capital federal na região do planalto central e menciona a Comissão Cruls que demarcou a região (p. 60-61). Nomes como José Bonifácio e Francisco Adolfo de Varnhagen são citados sem muito destaque na página 63. A mitologia envolvendo o sonho de Dom Bosco, por exemplo, não é mencionada em momento algum do livro.

O mesmo não acontece com personalidades como Lúcio Costa e Oscar Niemeyer. Para ambos é destinado todo um capítulo com o título “Rascunho? Rabiscos? – O projeto urbanístico da nova capital” (RIBEIRO, VALDEZ, 2008, p.87 - 93), que tem como objetivo principal apresentar os arquitetos e urbanistas, bem como suas obras e seu papel na construção da cidade. Percebemos um destaque maior a Oscar Niemeyer, descrito como “polêmico e ousado”, com diversas imagens de seus trabalhos em Brasília e fora dela, como o complexo da Pampulha em Belo Horizonte. Oscar e Lúcio

tem um inegável destaque na coleção, seja ao exaltar seus projetos, seja ao apresentar críticas que ambos sofreram no período. Quanto ao protagonismo, as autoras destacaram um trecho escrito pelo próprio Niemeyer, durante uma exposição em Paris intitulada “Oscar Niemeyer, construtor de Brasília”:

Não me importa dizerem que sou o arquiteto de Brasília, se ao mesmo tempo disserem que Lúcio Costa é o seu urbanista. A ele coube a tarefa principal: projetou a cidade, as ruas, as praças, os volumes e espaços livres. Minha colaboração foi mais modesta, apenas os palácios governamentais. Não sou o construtor de Brasília. Construíram-na o entusiasmo de Juscelino Kubitschek, a perseverança de Israel Pinheiro e milhares de operários anônimos, que por ela se sacrificaram mais do que nós” (RIBEIRO, VALDEZ, 2008, p.90).

Figura 24 – Página da obra “Distrito Federal: História e Sociedade”.



Transcrito de: RIBEIRO, Miriam Bianca do Amaral; VALDEZ, Diane. **Distrito Federal: história e Sociedade** – 1º Ed – São Paulo: FTD, 2008.

Assim como acontece com Juscelino Kubitschek, mencionar o papel desses atores centrais da construção de Brasília não significa por si só reproduzir a narrativa hegemônica. Romper com ela não passa necessariamente por apagar e ignorar esses sujeitos históricos. A questão se dá em torno do quanto suas histórias, biografias, contribuições encobrem ou invisibilizam outras histórias dentro desse processo. O

quanto eles monopolizam o protagonismo histórico, relegando diversos atores sociais, individuais ou coletivos, com importantes funções durante e após a construção um papel secundário, por vezes inexistente. Percebemos em *Distrito Federal: História e Sociedade* uma preocupação e até uma tentativa em romper com esse forte eixo da história hegemônica, porém sem grandes efeitos na narrativa principal apresentada na obra, para além de diminuir o destaque nos feitos dos considerados “pioneiros”. Oscar Niemeyer e Lúcio Costa ainda figuram como grandes homenageados centrais, por mais que as críticas que receberam também sejam abordadas. O livro abre poucos espaços para as “histórias pequenas”²¹, a outros sujeitos históricos, mulheres, trabalhadores, migrantes, quilombolas ou indígenas na formação da cidade, ou mesmo das demais cidades chamadas oficialmente de Regiões Administrativas.

Esses poucos espaços, quando aparecem, estão presentes em atividades propostas ao longo do livro. São sutis, porém demonstram uma intencionalidade das autoras em levar professores e estudantes a pensar além da narrativa hegemônica e construir conhecimento histórico sobre a cidade e seu povo. O primeiro exemplo se apresenta na página 24, a última questão dentro do box de atividades:

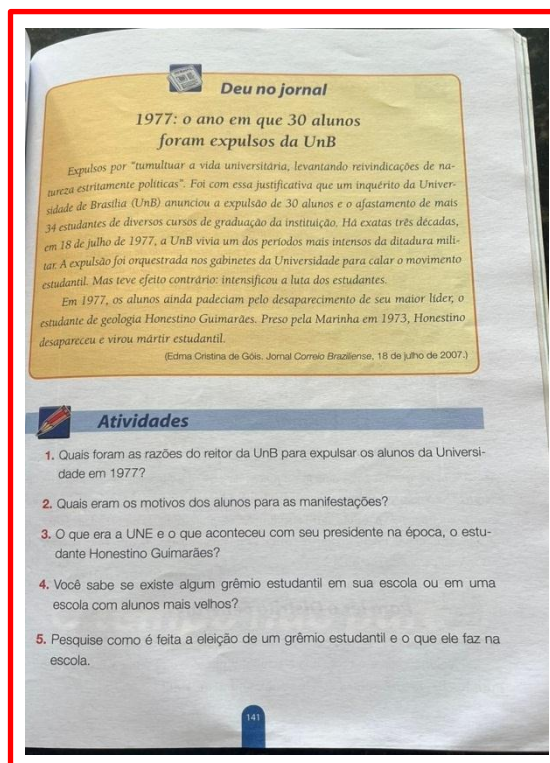
E agora, que tal conhecer pessoas de seu bairro ou região que moram no Distrito Federal há mais de 30 ou 40 anos? Procure saber sua história; por que vieram para cá; mudanças que ocorreram em suas vidas desde que estão aqui e tudo mais que sua curiosidade de pesquisador pedir. (RIBEIRO, VALDEZ, 2008, p.25).

Algumas atividades de pesquisa semelhantes estão presentes no livro didático, todas levando os estudantes a acessarem algum tipo de informação e conhecimento que o livro em si não apresenta. Dessa forma, o livro didático atua como guia orientador na produção de conhecimento histórico, que por sua vez será produzido fora do conteúdo presente no livro. Para Chervel, “se os conteúdos explícitos são o eixo central da disciplina ensinada, o exercício é a contrapartida quase indispensável (...). Sem exercícios e seu controle, não há fixação possível de uma disciplina.” (CHERVEL, 1990, p.204). Esse tipo de atividade demanda do professor uma condução delicada, assim como um trato específico com a metodologia de pesquisa presente na história oral, por exemplo. O melhor exemplo desse tipo de atividade está presente ao final do

²¹ Erinaldo Cavalcanti, em “História e História local: desafios, limites e possibilidades” (CAVALCANTE, 2018) alerta para o desafio de se trabalhar a História Local como “história pequena”, não no sentido de menos importante, mas que sua repercussão não excede aos limites geográficos do qual ela é produzida.

capítulo 13, relacionado à Ditadura Militar, onde os estudantes, após terem contato com um trecho de jornal atual como documento histórico, são levados a pesquisar mais sobre protestos e desaparecimentos durante a repressão a alunos manifestantes da Universidade de Brasília em 1977. Honestino Guimarães surge como um dos objetos de pesquisa sugeridos pela atividade. (RIBEIRO, VALDEZ, 2008, p.87 - 93).

Figura 25 – Página da obra “Distrito Federal: História e Sociedade”.



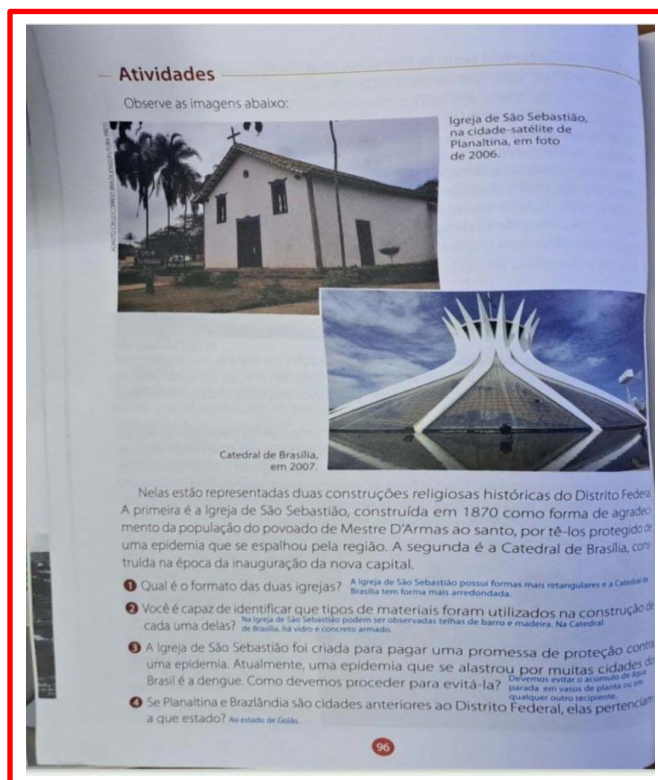
Transcrito de: RIBEIRO, Miriam Bianca do Amaral; VALDEZ, Diane. **Distrito Federal: história e Sociedade** – 1º Ed – São Paulo: FTD, 2008.

História do Distrito Federal, de Cristiano Alencar Arrais e Eliézer Cardoso, se confirma como uma obra que evita totalmente personalismos em sua narrativa. Se Juscelino Kubitschek é pouco mencionado, tido como mais um importante agente dentre muitos outros sujeitos históricos, algo já abordado nesse capítulo, não mais poderíamos encontrar sobre outros sujeitos históricos que a narrativa tradicional normalmente coloca os holofotes. Não há homenagens aos ditos pioneiros, não há biografias pessoais de personalidades, nem exaltação da genialidade de arquitetos ou urbanistas. Na obra, a construção e transferência da capital é um processo amplo e coletivo, que envolveu múltiplos agentes ao longo do tempo e estava conectada com os ideais de modernidade vigentes no período, mantendo afastada a ideia de Brasília ser

fruto de vontades pessoais e determinações políticas de grandes homens. Em *História do Distrito Federal*, a história não tem donos.

O plano urbanístico de Lúcio Costa é bem analisado no livro, através de uma proposta de atividade onde os alunos são levados a analisar em detalhes os croquis, comparando distâncias e pensando ocupações do espaço a partir deles (p. 87 – 88). Enxergamos nessa atividade a tentativa dos autores de construir uma relação de identidade com o espaço vivido, levando os alunos a se apropriarem das representações criadas por Lúcio Costa com a cidade da qual pertencem no presente. Não há menções ao urbanista como “inventor” ou “criador” da cidade. Em outro momento, a Catedral de Brasília é creditada e apresentada como uma das obras de Oscar Niemeyer, porém em uma comparação com a igreja de São Sebastião, em Planaltina, construída em 1870. A atividade proposta tem como objetivo levar os estudantes a estabelecer relações entre antigo e moderno, e localizando Planaltina como uma ocupação anterior ao próprio Distrito Federal. Mais contextos e processos, nada de personalizações individuais.

Figura 26 – Página da obra “História do Distrito Federal”



Transcrito de: ARRAIS, Cristiano Pereira Alencar; OLIVEIRA, Eliézer Cardoso de. **História do Distrito Federal** – 1º Ed – São Paulo: Scipione, 2008.

3.3.4 – Os “Candangos” sem rosto e sem voz

Localizada no meio da praça dos três poderes, a obra “Os Guerreiros” de Bruno Giorgi se tornou rapidamente um símbolo da cidade. Uma imponente estátua de bronze que representa dois guerreiros abraçados lateralmente, simbolizando a união e a luta por um país igualitário. Nada mais representativo do que a praça localizada entre as sedes dos três poderes do país ser o espaço escolhido para abrigar essa escultura. Mas é exatamente o local e o contexto da época em que foi produzida e posicionada que acabou dando um novo significado à obra, além de um novo nome: “Os Candangos”. Uma nova interpretação de dois trabalhadores unidos em um espaço em que ajudaram a construir, felizes e contemplativos do resultado final.

Retomando aos termos utilizados em referência aos trabalhadores durante a construção da nova capital, “Candango” foi a principal categoria para se referir aos trabalhadores braçais, com pouca ou nenhuma escolarização e baixa qualificação profissional. Gente simples, vindos de diversos cantos do país em busca de trabalho no planalto central. O termo, porém, é mais antigo que a construção de Brasília e é uma variação de “candongo”, da língua quimbundo, originária dos bantos de Angola. Um termo pejorativo em referência aos colonizadores brancos que permaneceu em território brasileiro direcionado aos senhores de escravos portugueses e depois aos próprios brasileiros. Com o tempo, o alvo depreciativo do termo se inverteu, se tornando referência a trabalhadores itinerantes do interior do país, exatamente como aqueles que chegavam aos milhares aos canteiros de obras da futura nova capital (LUIZ, 2010, p.258-259).

Em Brasília esse termo ganha novo significado. Candangos aqui são exaltados dentro dos discursos oficiais do presidente, elogiados pela sua força de vontade e determinação que faziam possível os ritmos alucinantes de trabalho interminável. Surge na historiografia apologética da capital o mito do “herói-povo” (LUIZ, 2010, p.259), que exalta esses trabalhadores como agentes centrais, os verdadeiros construtores de Brasília, conforme podemos perceber nas palavras de Juscelino Kubitschek:

Brasília só pode estar aí, como a vemos, e já deixando entender o que será amanhã, porque a Fé em Deus e no Brasil nos sustentou a todos nós, a esta família aqui reunida, a vós todos, candangos, a que me orgulho de pertencer. Viestes, alguns de Minas Gerais, outros de Estados limítrofes, a maioria do Nordeste. Caminhastes de qualquer maneira até aqui, por estradas largas e ásperas, porque ouvistes, de longe, a mensagem de Brasília; porque vos

contaram que uma estrela nova iria acrescentar-se às outras vinte e uma da bandeira da Pátria. Reconheço e proclamo, neste momento, que sois expressão da força propulsora do Brasil. (OLIVEIRA, 2010, p.49).

O segundo e principalmente o terceiro movimentos da historiografia do Distrito Federal buscaram tirar os olhares das grandes personalidades políticas e enxergaram nos trabalhadores da construção como um sujeito histórico central, complexo e múltiplo. Contranarrativas a história apologética da construção ganharam espaço, denunciando as péssimas condições de trabalho, negações de direitos e dando luz a histórias individuais de trabalhadores migrantes, suas famílias e busca por moradia no Distrito Federal que ajudou a construir. Destacamos mais uma vez a obra de Nair Heloisa Bicalho de Sousa, “Construtores de Brasília: estudo de operários e sua participação política”, dentro desse contexto historiográfico, além da obra cinematográfica “Conterrâneos Velhos de Guerra”, do diretor Vladimir Carvalho, dentre vários outros trabalhos.

Apesar da vasta historiografia que chega inclusive a problematizar e negar o termo “candangos”, a narrativa heroica dos trabalhadores da construção permanece através de uma cultura histórica fortemente consolidada. Engana-se, porém quem acha que simplesmente incluir os trabalhadores como parte central nessa narrativa seja por si só uma maneira de romper com a história tradicional. Incluí-los como heróis coletivos, sem rosto e sem voz assim como a estátua de bronze na Praça dos Três Poderes de Bruno Giorgi, ignorando a complexidade das relações sociais das quais estavam envolvidos é o terceiro eixo narrativo dessa história hegemônica.

Distrito Federal: História e Geografia, de Denise Pereira Lima e Maria Vilani de Almeida, apresenta o subtítulo “Os construtores”, dentro da Unidade 1 dedicada ao que as autoras chamaram de “História do Distrito Federal”. O texto aborda com linguagem leve a trajetória, de forma geral e coletiva, da rotina dos trabalhadores a partir de 1956, quando segundo o texto erguiam-se as primeiras barracas de lona e casas de tábuas para abrigar os operários, e segue descrevendo o ritmo intenso das obras e da chegada de pessoas de todas as regiões em busca de trabalho. (LIMA; ALMEIDA, 2007, p. 30-31).

Em fevereiro, 3.000 pessoas e 200 máquinas trabalhavam dia e noite. Operários chegavam de todas as regiões do país em busca de trabalho. Eram os candangos, que vinham do Nordeste, do interior de Goiás, dos municípios das fronteiras de Minas Gerais e do Mato Grosso, a fim de “dar uma mão” na obra de desenvolvimento do Planalto. Surgiam sem bagagem, apenas com a roupa do corpo. Acertavam as condições com os mestres-de-obra e, depois de alojados num barraco de madeira, seguiam para as frentes de trabalho.

Aqueles trabalhadores tinham um objetivo nobre: construir uma nova cidade, e mais, construir aquela que seria o símbolo do poder de sua pátria. Os operários ergueram Brasília em tempo recorde. (LIMA; ALMEIDA, 2007, p. 31)

Percebemos a narrativa romantizada em torno das relações de trabalho dos quais os milhares de operários estavam sujeitos. A imagem escolhida para abrir o tema é bastante representativa: retrata diversos trabalhadores alegres, correndo em direção ao fotógrafo, tendo o prédio do Supremo Tribunal Federal ao fundo, em plena praça dos três poderes. Trata-se de um dos muitos registros do fotógrafo Mário Fontenelle no dia 21 de abril de 1960, na ocasião da inauguração de Brasília. No caso dessa obra didática, a fotografia confirma o texto escrito, apresentando trabalhadores sorridentes e felizes na praça da qual ajudaram a construir.

Figura 27 – Página da obra “Distrito Federal: História e Geografia”.



Transcrito de: LIMA, Denise Pereira; ALMEIDA, Maria Vilani de. **Distrito Federal: história e Geografia** – Ed. renovada – São Paulo: FTD, 2007.

“Construtores de Brasília: estudo de operários e sua participação política”, de Nair Heloísa de Sousa Bicalho, surge como uma referência das autoras nesse capítulo, citado como fonte de pesquisa após alguns trechos de texto escrito. Nos chama atenção o quadro “Para ler, refletir e discutir” (p.33), que separa alguns trechos de depoimentos

de trabalhadores, extraídos da obra de Bicalho. Inicia-se o debate com o título “Isto é ser candango”, explica brevemente que candangos eram os trabalhadores durante a construção e apresenta três depoimentos em sequência. Os trabalhadores, porém, não são em momento algum identificados. Não tem menção ao nome, fotografias, locais de moradia, contextos da entrevista e dos depoimentos. Cada trecho é creditado a uma ocupação específica, a um ofício exercido durante o período: carpinteiro, servente e comerciante do Núcleo Bandeirante. Sem rostos, sem nomes, somente uma função.

Quanto ao conteúdo dos depoimentos, eles mais uma vez reforçam a narrativa romantizada, difícil, porém feliz das obras. “Era uma época boa porque a época que nós chegou era uma época de ilusão, né? A época da esperança”, diz o carpinteiro. “Agora dentro da obra, nós procuramos mais amizade uns com os outros porque um precisa do favor do outro toda hora, não é? Evitar um do perigo (...), ensinar o outro a fazer”, relata o servente. (LIMA; ALMEIDA, 2007, p. 33). Percebemos a intencionalidade na seleção e recorte desses trechos específicos sugerindo ideias como esperança, superação de desafios e companheirismo que nada mais que reforçam o caráter mitológico em torno do período das obras e dos próprios operários.

O subtópico relacionado aos trabalhadores se encerra com a seguinte sugestão de atividade: “Caso seja possível, entreviste um pioneiro ou um candango. Você irá perceber quantas curiosidades e riquezas estão guardadas na memória de quem participou da nossa capital.” (LIMA; ALMEIDA, 2013, p. 39). A diferenciação entre pioneiros e candangos se apresenta mais uma vez na coleção como eixos que se cruzam. Os pioneiros foram anteriormente apresentados na galeria especial, com foto e feitos. Aos Candangos restou serem conhecidos pelo ofício, perpetuando a ideia de grupos diferentes e hierarquicamente postos dentro da história do Distrito Federal. O livro não se propõe em momento algum problematizar essa divisão, ou levar o estudante a se reconhecer de alguma maneira dentro dela. Somente a reproduz.

Por outro lado, *Distrito Federal: História e Sociedade*, de Bianca Amaral e Diane Valdez, se confirma como uma coleção problematizadora da narrativa oficial ao abordar fortemente a vida dos operários durante a construção da Nova Capital, focando especialmente nas duras condições de trabalho e moradia. O Capítulo 9, nomeado “Enfim, mãos à obra!” (RIBEIRO, VALDEZ, 2008, p.94 - 101), é dedicado ao período das obras com foco especial nos “Candangos”. Interessante notar que a obra não se priva de utilizar o termo, poucas vezes o substituindo por “trabalhadores” ou “operários”. A origem pejorativa, assim como sua ressignificação até passar a definir

aqueles trabalhadores específicos é também pouco abordada, somente em um box na página 100, de forma breve. O capítulo analisa a vinda desses trabalhadores, dando destaque as múltiplas origens geográficas, dificuldades durante a viagem e difícil alimentação. Em seguida, o subtítulo “A vida nada fácil dos trabalhadores” não se priva de detalhar um cotidiano de dificuldades no dia a dia das obras.

A vida dos trabalhadores definitivamente não era uma maravilha. Os peões dormiam em barracões improvisados, sem condição alguma, acordavam com o corpo cheio de percevejos que tomavam conta do colchão de palha. A comida era péssima, os sanitários apresentavam muita sujeira e mau-cheiro. Muitas vezes, quando chovia a água invadia os barracões (...). O cansaço da dupla jornada era insuportável. Quando um peão morria, o responsável pela obra rapidamente cobria o morto com uma lona. Assim, o peão não era identificado e a família não receberia indenização. A família, longe de tudo, achava que tinha sido abandonada. (RIBEIRO, VALDEZ, 2008, p.96 - 97).

Figura 28 – Página da obra “Distrito Federal: História e Sociedade”.



Transcrito de: RIBEIRO, Miriam Bianca do Amaral; VALDEZ, Diane. **Distrito Federal: história e Sociedade** – 1º Ed – São Paulo: FTD, 2008.

Apesar de ser um livro destinado a faixa etária entre 8 e 10 anos de idade, aspectos sensíveis da dura vida dos trabalhadores são abertamente abordados, como número de mortes, as relações exaustivas de trabalho, sem maquia-las dentro da narrativa romantizada de superação e determinação que o discurso oficial buscava produzir. A violência das forças policiais também é mencionada no livro, apresentando

o caso do massacre da GEB²² no carnaval de 1959, onde dezenas de trabalhadores foram assassinados após protestos relacionados à alimentação e atrasos nos pagamentos. (RIBEIRO, VALDEZ, 2008, p.111).

O capítulo 11, “Ai, ai, ai, ai, está chegando a hora!” (RIBEIRO, VALDEZ, 2008, p.111-119) retoma a narrativa aos candangos, tendo a inauguração da cidade como eixo central de análise. Mais uma vez, o livro rompe com eixos da narrativa tradicional ao não colocar um destaque da inauguração da cidade nas figuras políticas centrais já abordadas neste trabalho, e segue seu objetivo de problematizar a história hegemônica: “A História não é feita só de coisas alegres. O dia a dia das pessoas que construíram o lugar bonito e tão visitado por gente do mundo todo, que é Brasília, não foi feito só de orgulho e comemorações” (RIBEIRO, VALDEZ, 2008, p.111). Encontramos também aqui a consagrada fotografia de Mario Fontenelle da inauguração, com os trabalhadores alegres na praça dos três poderes. Porém, ao contrário do que acontece em *Distrito Federal: História e Geografia*, o texto escrito contradiz o sentimento de felicidade transpassado pela imagem, e estabelece um fino paralelo entre a alegria dos candangos e sua exclusão após o término das obras, sem direito a moradia.

O sonho de ter uma cidade sua não se concretizou. Durante a construção de Brasília havia a expectativa dos candangos de fazerem parte de tudo aquilo que construíram. Só que o produto final ficou para poucos. A cidade parecia estranha aos pioneiros que aqui chegaram. Morar no local das residências estava distante. Os peões que construíram a capital tiveram que arrumar um lugar para morar. Isso não foi fácil. (RIBEIRO, VALDEZ, 2008, p.112-113).

O trecho citado, além de expor mais uma vez as contradições e desigualdades em torno do mito do “herói-povo”, nos dá um pequeno elemento de desconstrução em torno dos trabalhadores. São aqui mencionados também como “pioneiros”, utilizando o sentido original da palavra para aqueles que chegam primeiro. As autoras não se resignam a chamar somente os ilustres assim, ampliando também para os peões trabalhadores.

Passando nossa análise para a coleção *História do Distrito Federal*, de Cristiano Alencar Arrais e Eliézer Cardoso de Oliveira, percebemos elementos que comprovam na obra a busca por uma ruptura com a versão hegemônica da História e seus principais eixos narrativos. O capítulo 8 intitulado “A construção de Brasília”, já mencionado neste trabalho, dedica nove páginas ao período da construção, com textos,

²² Guarda Especial de Brasília (GEB), instituição de vigilância e força policial em Brasília durante o período das obras. Foi posteriormente incorporada a Polícia Militar do Distrito Federal.

imagens, boxes especiais e propostas de atividades. Ao analisar o eixo da narrativa JKcentrada, destacamos mais uma vez o box que o protagonismo da construção é dividido entre o presidente Juscelino Kubitschek e os trabalhadores, apresentando o pernambucano Eronildes Guerra de Queiroz como um trabalhador da obra (ARRAIS; OLIVEIRA, 2008, p. 86). Nesse momento, tanto o eixo da narrativa “JKcentrada” quanto o eixo dos candangos como heróis anônimos se cruzam a todo momento nos textos do livro didático, por exemplo ao destacar a fuga da seca e das questões econômicas, especialmente da região nordeste, como um dos motivos da migração para as obras onde trabalhadores vinham em busca de oportunidades de melhorar suas condições de vida, rompendo com a versão que coloca na obediência ao chamado para cumprir o sonho de JK como motivação primária.

O livro não se priva de relatar no texto as condições ruins de habitação, moradia e trabalho, bem como a violência policial. Porém, sem o aprofundamento que *Distrito Federal: História e Sociedade* apresenta. O termo “candango” é mencionado somente duas vezes em toda a coleção, sendo uma delas em um box “Para saber mais...” (p. 91) onde as origens africanas da palavra são apresentadas. Percebemos um cuidado dos autores de não estabelecer a relação hierárquica entre “Candangos” e “Pioneiros”, sem em momento algum apresentar as utilizações negativas que o termo carregou como trabalhadores subalternos. Para a coleção, os candangos foram os verdadeiros construtores de Brasília:

O termo “Candango” foi utilizado no período da construção de Brasília para se referir aos trabalhadores da construção civil que vinham geralmente do Nordeste brasileiro e que não tinham muita qualificação profissional. Os candangos foram de fato os pioneiros de Brasília e seus verdadeiros exploradores. (ARRAIS; OLIVEIRA, 2008, p. 91).

A mera valorização dos candangos como construtores de Brasília poderia facilmente se encaixar na construção do mito do “herói-povo” (LUIZ, 2010, p.259), característica presente na narrativa tradicional de Brasília. Não é o caso da obra, que se propõe a ir além ao trabalhar a vida dos trabalhadores das obras após a inauguração. O capítulo 9, “As cidades-satélites”, tira a atenção principal do centro e leva os alunos a conhecer a formação das cidades surgidas ao redor do plano-piloto de Lúcio Costa, tendo a luta por moradia e o protagonismo dos trabalhadores no surgimento de núcleos habitacionais anteriores, contemporâneos e posteriores as obras da Nova Capital, já se

conectando a outro Eixo narrativo hegemônico da história de Brasília, que por fim analisaremos.

3.3.5 – História do centro e do concreto

Brasília nasceu, ao mesmo tempo, vitrine e afirmação do ideal de modernidade e progresso pretendido para o novo Brasil. Planejada em detalhes para ter uma paisagem urbana totalmente distinta das antigas cidades e capitais do país, com palácios projetados pelo já renomado arquiteto Oscar Niemeyer, e com um projeto de Plano Piloto que buscava estabelecer um modo de vida igualitário e ordenado, vencedor de um concurso internacional, avaliado e escolhido por um júri técnico. A representação do progresso e do moderno pautados pelo domínio da racionalidade que faziam parte do Nacional Desenvolvimentismo dominante no período. Para Roland Corbísier, nenhuma dessas características estavam presentes nos grandes centros urbanos brasileiros, que carregavam em si vícios coloniais incompatíveis com esse desejo de modernidade.

Harmoniosas e equilibradas (...) as cidades brasileiras, construídas no período colonial, não apresentavam as condições que lhe permitissem tornar-se os centros propulsores do desenvolvimento nacional. Contemporâneas de uma economia primária de exportação, configuram-se também de acordo com as exigências dessa economia, construindo-se no litoral ou perto do litoral. Com exceção de São Paulo (...) as outras cidades antigas, como Recife, Salvador, Rio de Janeiro, têm crescido sobrepondo o novo ao antigo, amontoando construções disformes e heterogêneas, justapondo nas mesmas ruas, nas mesmas praças, estilos das mais diferentes épocas, em um aglomerado inorgânico e caótico, que, destruindo a antiga unidade de estilo e de composição, não a substituíam por nenhuma outra (...). Embora modernas, nossas cidades não se estão expandindo em obediência a planos racionais que as tornassem cômodas, funcionais e harmoniosas, mas estão crescendo desordenadamente, em função da especulação imobiliária e dos interesses privatistas. (CORBISIER, 1960, p.51-52)

A construção de Brasília é, portanto, resultado da busca de uma cidade moderna e adaptada às novas demandas econômicas sociais do século XX. Se as antigas não se encaixam nesse ideal, construir uma cidade inteiramente nova, diferente de todo e qualquer contexto urbano preexistente e sem os “vícios incorrigíveis” (CORBISIER, 1960, p.54) dos grandes centros do litoral se apresentou como a melhor solução. Uma cidade que já nasce capital, logo toda a sua estrutura é desde o princípio direcionada a essa função.

É na busca por uma cidade moderna adaptada às novas exigências econômicas e sociais que se deve compreender a construção de Brasília. Essa visão determina a organização urbana e social da futura capital. Ela não pode ser uma cidade qualquer. Ela deve encenar, racionalmente, a nova organização social imaginada para a sociedade brasileira, tanto quanto a nova dimensão e a nova prática do Estado. (VIDAL, 2009, p. 197).

Foi mais uma vez o primeiro movimento da historiografia do Distrito Federal o responsável por difundir uma narrativa que tem na exaltação desse projeto de modernidade expresso na cidade, seu plano urbanístico, seus palácios e monumentos como grandes realizações nacionais, construindo a aura mística de Brasília como confirmação do progresso rumo a um futuro inevitável. Maria Fernanda Derntl (2021) ressalta que essa historiografia apresenta intencionalidades bem definidas na defesa de Brasília, dentro de um contexto de forte oposição a construção e transferência da Capital da República para o Planalto Central.

Movimentos historiográficos seguintes romperam com a defesa apologética de Brasília, ampliando seus olhares para além da “imagem consagrada pelo cartão postal” (PESAVENTO, 2008, p.5), seja através da crítica, como James Houston (1993), Laurent Vidal (2009), Márcio Oliveira (2005), Viviane Ceballos (2005), ou de uma abordagem descentralizada do Plano Piloto tombado, enxergando sua periferia viva e em constante crescimento. Destacamos Aldo Paviani (1996) e a mais uma vez Maria Fernanda Derntl (2018). Mas a apologia da cidade símbolo do modernismo e a exaltação a gênios da arquitetura e do urbanismo se consolidaram forte na cultura histórica dominante, enxergando Brasília somente como o centro planejado, ignorando as relações de codependência entre esse centro e a periferia ao redor, apagando o crescimento e desenvolvimento dessa mesma periferia das narrativas históricas.

A história do centro e do concreto, último eixo narrativo proposto, se conecta (eixo que se cruza) com praticamente todos os outros já analisados nesse trabalho: resume a temporalidade, ao enxergar na inauguração da cidade moderna e seus monumentos o grande ápice da História de Brasília. Consagra os grandes donos da história, principalmente os arquitetos e urbanistas, exaltados como gênios isolados. Aparece a incluir os trabalhadores, com grande destaque na epopeia das obras, mas de fato os exclui ao ignorar as cidades ao redor, também erguidas por cada um deles, tratadas como uma “não Brasília” (LEITE, GARCIA-FILICE, 2015, p.66).

Voltamos nossa atenção para como as narrativas dos livros didáticos lidaram acerca desse eixo. Vimos que *Distrito Federal: História e Geografia*, de Denise Pereira

Lima e Maria Vilani de Almeida, representou a obra que melhor reproduziu o discurso hegemônico sobre o passado do Distrito Federal e isso se mantém nesse último eixo narrativo analisado. A Unidade 1, nomeada “A história do Distrito Federal”, separou onze²³ subtítulos que por si só narram de forma linear o que a obra entende como a história do DF. Desses onze, seis colocam o destaque nas obras, nos palácios, no plano urbanístico e na inauguração. A história de Brasília é entendida somente como a história do Plano Piloto, do centro planejado. A rigor, encerra-se ali, com a inauguração. As décadas seguintes são mencionadas dentro do subtópico “Inauguração de Brasília” (LIMA; ALMEIDA, 2013, p. 40 - 44), com pequenos textos relacionados à década de 1960, 1970, 1980, 1990 e anos 2000. Um curto parágrafo para cada década que menciona quais os monumentos e obras foram inaugurados no respectivo período, com o objetivo de apresentar ao leitor o crescimento da cidade ao longo dos anos:

Anos 2000. Diversas obras de adequação do sistema viário do Distrito Federal são realizadas. Surgem viadutos importantes, como o do Catetinho e o do Torto. Começam as obras da Ponte JK, inaugurada em 2002. Conclui-se a maior parte do sistema metroviário, que passa a operar regularmente. (LIMA; ALMEIDA, 2013, p. 43).

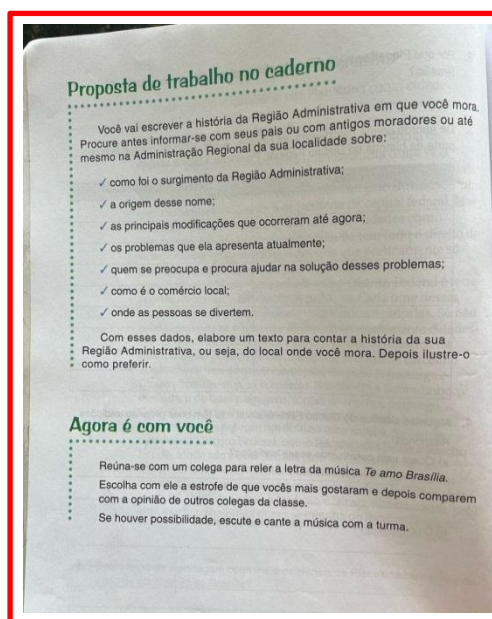
Interessante notar, comparando as diferenças entre as variadas edições de *Distrito Federal: História e Geografia*, que na edição de 2002 os textos relacionados às décadas posteriores a inauguração não aparecem. Foram incluídos na edição seguinte, de 2007 e permaneceram nas edições de 2010 e 2013, sem alterações de conteúdo. A edição de 2002 apresenta no lugar um espaço de três páginas relacionado às outras cidades de Brasília, para além do plano piloto planejado, principalmente as que já existiam antes mesmo da construção da nova capital. Um extrato do jornal *Correio Braziliense*, creditado como sendo de novembro de 1999 e com o título “Vida própria, sim senhor” (LIMA; ALMEIDA, 2002, p. 46) é o texto motivador para uma atividade que vem a seguir sobre algumas regiões administrativas. O texto selecionado, por si só, pode ser considerado uma importante tentativa de descentralizar a análise do plano piloto, desconstruindo ideias comuns de que as cidades ao redor do centro planejado não teriam “vida própria”:

²³ A edição de 2002, mais antiga analisada neste trabalho, apresenta dez subtópicos ao invés dos onze apresentados nas edições seguintes. O subtópico destinado a “Galeria dos pioneiros” foi acrescentado a obra a partir da edição de 2007 e se manteve presente nas demais edições, alterando o nome para “Alguns pioneiros” na edição de 2013.

Quem mora em cidades como Taguatinga, Guará, Ceilândia e Brazlândia tem todo o direito de se incomodar quando aquelas pessoas que praticamente só transitam entre o aeroporto internacional de Brasília e a Esplanada dos Ministérios acham que o Distrito Federal é terra apenas de órgãos e funcionários públicos. Cada uma dessas localidades vem desenvolvendo vida e cultura próprias. Só não sabe quem não as conhece e ainda crê serem somente cidades-dormitório.(...) Se outras cidades do Distrito Federal, como Recanto das Emas e Riacho Fundo, ainda são novas demais para terem suas próprias tradições, uma coisa é certa: a história desses locais está em construção. Como aconteceu com os fazendeiros de Planaltina ou os feirantes de Guará, a tradição é feita cotidianamente, pela vida e pelo trabalho de quem se orgulha do local onde mora. (CORREIO BRAZILIENSE, 1999, apud LIMA; ALMEIDA, 2002, p. 46).

A leitura, a análise e o debate a partir desse texto em sala de aula seria um excelente caminho para romper com o eixo temático da história do concreto, levando professores e estudantes a pensar o passado tendo a periferia como centro, locais onde seus moradores são os protagonistas dessa história, dialogando inclusive com a cidade em que os próprios alunos vivem, a depender da cidade em que o livro foi adotado. A edição de 2002 conclui a unidade 1, “A história do Distrito Federal”, com uma proposta de trabalho que pede aos alunos que pesquisem e escrevam a história da Região Administrativa em que mora, e dá tópicos para guiar essa pesquisa. Conforme mencionamos, esse espaço foi excluído das edições posteriores, dando lugar à “galeria de pioneiros” e os breves resumos das inaugurações década a década, extinguindo um dos poucos espaços de rompimento com a narrativa tradicional.

Figura 29 – Página da obra “Distrito Federal: História e Geografia”.



Transcrito de: LIMA, Denise Pereira; ALMEIDA, Maria Vilani de. **Distrito Federal: história e Geografia** – Ed. atualizada – São Paulo: FTD, 2002.

Ao analisar o recorte temporal de cada obra, ressaltamos que *Distrito Federal: História e Sociedade*, de Miriam Bianca Amaral e Diane Valdez, destaca-se por romper com o recorte temporal fechado da narrativa hegemônica, e se propõe a ir além da inauguração, enxergando a história como “uma trança por trançar”, trançada por pessoas ilustres e comuns, construída a cada dia e analisada posteriormente pelos historiadores (RIBEIRO, VALDEZ, 2008, p.9). Os próprios alunos são em alguns momentos instigados a se enxergarem como parte dessa trança. Para a obra, a história é apresentada como uma construção coletiva e faz questão em diversos momentos em desconstruir a narrativa hegemônica que gira em torno de ações individuais de heróis e gênios isolados, rompendo assim com mais de um eixo narrativo da história tradicional com essa abordagem, inclusive tirando o foco no concreto modernista e o colocando nas pessoas que o levantaram.

O já analisado capítulo 8, nomeado “Rascunho? Rabiscos? – O projeto urbanístico da nova capital” (RIBEIRO, VALDEZ, 2008, p.87-93) é o momento do livro que se dedica a apresentar e analisar os trabalhos de Lúcio Costa e Oscar Niemeyer dentro do planejamento da Nova Capital. Os prédios e os monumentos assinados pelos renomados arquitetos ganham grande destaque na obra, com fotos e imagens colorizadas do presente e em preto e branco do momento de sua construção, conforme visto na figura 24. Mais imagens são abundantemente apresentadas aos leitores no capítulo seguinte, “Enfim, mãos à obra!” (RIBEIRO, VALDEZ, 2008, p.94-101), que se dedica a estudar o período das obras de Brasília. Contudo, nesse capítulo específico o destaque não está nos prédios e monumentos e sim na dura rotina dos trabalhadores ao construí-los. As imagens, assim como as legendas que os acompanham, reforçam o destaque nos operários. O texto escrito confirma isso ao relatar rotinas de cansaço, violência e negações de direitos básicos durante a construção, passando longe da exaltação da construção da cidade que levaria o país em direção ao futuro.

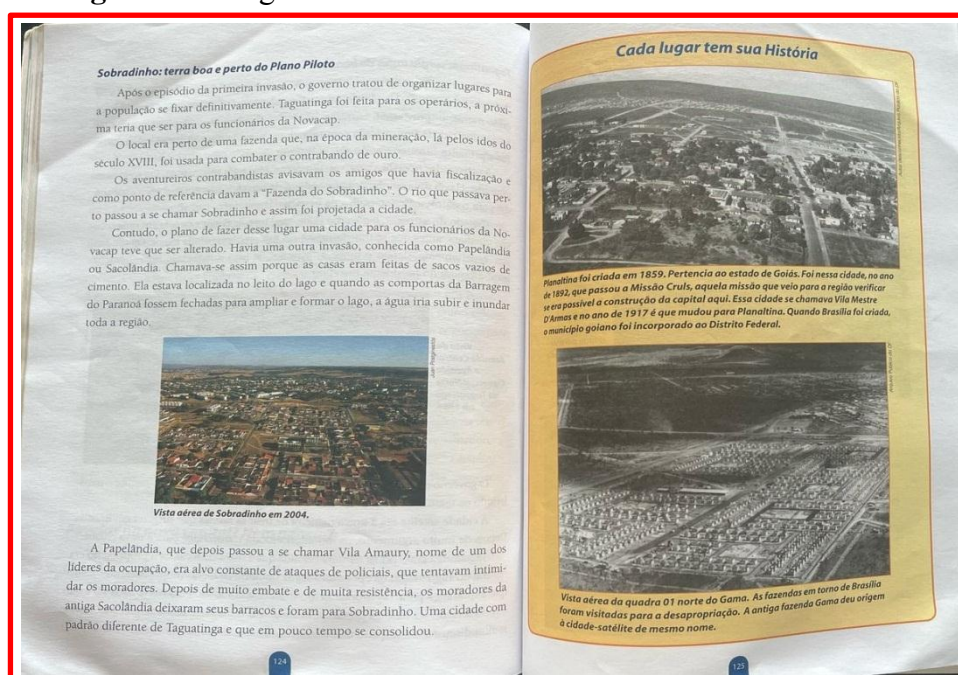
O Capítulo 12, que leva o nome “Quero casa para morar: do provisório ao permanente” (RIBEIRO, VALDEZ, 2008, p.120-131), é o principal momento de quebra da narrativa hegemônica que relega ao centro planejado e seus monumentos o objeto central dessa história. A intensa luta por moradia por parte dos trabalhadores operários e a negação desse direito na cidade em que estavam construindo por parte do governo ganham destaque na obra, descentralizando e desromantizando o olhar sobre Brasília. “Outras Brasília” se tornam o destaque, intimamente ligadas à Brasília planejada, mas

dessa vez existente para abrigar aqueles que não eram bem-vindos na capital da modernidade.

Para falar do Distrito Federal não podemos limitar a História somente a Brasília. (...) Você já leu expressões como cidade-satélite, entorno da capital, invasão e outras. São vários os nomes que foram dados aos lugares que conhecemos hoje como Região Administrativa (RA). Veja algumas dessas RAs: Guará, Taguatinga, Ceilândia, Gama, Recanto das Emas, Sobradinho, Paranoá, etc. (RIBEIRO, VALDEZ, 2008, p.120).

O capítulo em questão dedica um espaço para alguns dos principais locais de moradia dos trabalhadores durante a construção e como eles se desenvolveram após a inauguração. Assim como foi feito com a região do Plano Piloto, muitas imagens são apresentadas ao leitor, fotografias que levam os estudantes a comparar passado e presente. Vilas extintas, como a Vila Amaury, desocupada para a inundação do que viria a ser o Lago Paranoá em 1959, são apresentadas no texto escrito, servindo de debate sobre a condição dos moradores naquele momento e mais uma vez resgatando um importante debate do tempo presente, com os condomínios irregulares e a grilagem de terras em Brasília. (RIBEIRO, VALDEZ, 2008, p.129). Mais um exemplo do presente, guiando o entendimento do passado e retornando ao presente como orientação (RÜSEN, 2010, p.56).

Figura 30 – Página da obra “Distrito Federal: História e Sociedade”.



Transcrito de: RIBEIRO, Miriam Bianca do Amaral; VALDEZ, Diane. **Distrito Federal: história e Sociedade** – 1º Ed – São Paulo: FTD, 2008.

Cidades como Taguatinga e Sobradinho ganham um destaque inicial, relacionando suas origens com a luta pela moradia durante as obras e como o receio do governo no surgimento de favelas levou a organização rápida desses núcleos urbanos. Planaltina, Gama, Ceilândia e Brazlândia também são destacadas no quadro “Cada lugar tem sua história” (RIBEIRO, VALDEZ, 2008, p.125-126), através de fotos da formação, conforme podemos ver na Figura 30. O livro não se dedica a apresentar todas as cidades do Distrito Federal, chamadas oficialmente de Regiões Administrativas (RA’s). Porém, tenta preencher esse espaço na atividade proposta na página 127, dividida em dois objetivos: listar e conhecer outras cidades não mencionadas no texto do livro e problematizar o termo “invasão”, utilizado pelas autoridades durante as remoções no passado e no presente de Brasília, contrapondo com o termo “ocupação”.

O livro *História do Distrito Federal*, de Cristiano Alencar Arrais e Eliézer Cardoso de Oliveira, também dá um grande destaque para as cidades ao redor do Plano Piloto planejado de Brasília. Confirmando seu principal objetivo de construir a identidade dos estudantes e rompendo totalmente com uma história personalista, a obra dedica todo o capítulo 9, chamado de “As cidades-satélites” (ARRAIS; OLIVEIRA, 2008, p. 93-104), para analisar a origem dos núcleos populacionais do Distrito Federal. O concreto armado, assim como seus idealizadores, nunca estiveram no centro da narrativa de *História do Distrito Federal*, uma vez que o conceito de modernidade da cidade e seu ideal de transferência são contextualizados como frutos do período histórico dos anos 1950 e 1960.

Assim como em *Distrito Federal: História e Sociedade*, a luta pelo direito de morar na cidade em que construíram também é bastante abordada pelos autores de *História do Distrito Federal* e essa é a problemática principal para trabalhar a periferia de Brasília na coleção. Os autores dividem as cidades em três principais grupos: os núcleos urbanos pré-existentes a construção, entre eles Brazlândia e Planaltina (p. 94); as cidades resultado da luta pela moradia durante e após a inauguração da Capital, como Taguatinga, Ceilândia, Candangolândia, Sobradinho e Núcleo Bandeirante (p. 97); e por fim, as cidades mais próximas ao centro planejado que surgiram como incentivo para atrair servidores públicos federais a morarem em Brasília, como Cruzeiro e Guará. (p. 100). Cidades que surgiram e se estabeleceram de processos semelhantes. O livro apresenta fotografias do passado e do presente de algumas delas, localizando todas em mapas do Distrito Federal. Dentro do livro, nem os prédios, nem os monumentos do centro planejado são exaltados.

3.4 – Considerações finais

Necessário ressaltar que todas as três coleções analisadas neste trabalho foram produzidas e adotadas antes da homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), portanto, antes da adequação que os editais do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) passaram após a Base. Adequações essas que contribuíram para o fim da distribuição via PNLD de livros didáticos de história regional, fazendo desaparecer das escolas públicas materiais como os que acabamos de analisar. Esses livros, porém, fizeram parte da vida escolar de uma geração de estudantes, tornando-se hoje importantes indícios de cultura material escolar, mesmo atualmente abandonados e descontinuados. Em maior ou menor grau, o abandono dessas obras em salas de aula do Distrito Federal significou um duro golpe para um ensino de história local com objetivos de construir uma identidade coletiva e romper com o discurso homogeneizador escondido atrás das categorias “História Geral” ou “História do Brasil”.

Curioso notar que cada coleção apresenta características bem distintas acerca do passado da região do Distrito Federal, sendo as três diferentes entre si. Inclusive em relação à narrativa tradicional e hegemônica sobre Brasília e seus principais Eixos narrativos. Ter o mesmo objeto de estudo ou estar dentro da mesma temática, no caso, história local, não faz com que os livros sejam iguais e abordem os mesmos momentos históricos de forma uniforme e padronizada. Crítica essa que alguns estudiosos fazem agora sobre livros produzidos após a adequação dos editais do PNLD com a BNCC, a partir de 2017. Fernandes (2022, p.98) destaca que as narrativas apresentadas nas coleções de maior aquisição do PNLD de 2020 são construídas com diferenças pequenas sutis, onde um livro no máximo escolhe enfatizar um fato ou outro, um aspecto ou outro em relação a outro livro, e no fim estão todos encaixados no mesmo molde. Não é o caso ao compararmos essas três coleções sobre a História do Distrito Federal que, em acerca da história hegemônica, tem relações bem diferentes entre si.

Essa padronização atual à luz da BNCC não é de todo negativa, uma vez que o rigor dos editais contribui por retirar do processo livros com qualidade abaixo da esperada, com erros metodológicos ou narrativas profundamente enviesadas. Porém, por outro lado engessou e padronizou o Ensino de História de norte a sul do território nacional, ignorando suas particularidades regionais (FRANCO; SILVA JUNIOR; GUIMARÃES, 2018, p.1032).

Concluimos que todas as três coleções apresentam relações diferentes com a narrativa histórica dominante sobre Brasília. Em duas delas, a narrativa hegemônica está fortemente presente e em outra ela é sutilmente ignorada. A começar por *Distrito Federal: História e Geografia*, de Denise Pereira Lima e Maria Vilani de Almeida, que representa a confirmação e a reprodução fiel da história única, apresentando claramente todos os seus eixos narrativos. Profundamente inspirada em uma historiografia apologética da cidade, que se mantém em forma de exaltação de Brasília e seus construtores como um suposto elemento construtor de identidades. Tal obra jamais esteve contemplada nos editais do PNL, portanto não foi adotada em escolas públicas. Porém sua presença é ainda fortemente perceptível, sendo facilmente encontrada em bibliotecas públicas da cidade. Todas as quatro edições analisadas nesse trabalho foram um dia utilizadas em sala de aula, ainda com rasuras, marcações, respostas em exercícios ou nomes na capa. A edição de 2007 foi utilizada por um(a) professor(a) e guarda em si anotações relacionadas ao planejamento anual, separando quais capítulos seriam trabalhados ao longo dos bimestres, demonstrando o poder curricular do livro didático. Esses indícios podem ser excelentes pontos de partida para pesquisas futuras, enxergando mais uma vez o livro didático como um objeto da cultura material escolar, para além dos conteúdos neles propostos.

Por sua vez, *Distrito Federal: História e Sociedade*, de Bianca Amaral e Diane Valdez, também tem uma relação particular com a narrativa histórica hegemônica sobre Brasília. Porém, ao contrário de *Distrito Federal: História e Geografia*, não a reproduz. Pelo contrário, a coleção se destaca por buscar problematizar e desconstruir os eixos narrativos tradicionais, criando a partir deles novos olhares e diferentes objetos. Representa a problematização de uma narrativa que parte da própria narrativa para então desconstruí-la, e ao fazer não a desconsidera. Essa abordagem confirma o entendimento das autoras de que tanto professores como alunos carregam em si conhecimentos históricos prévios, provenientes de uma forte cultura histórica dominante que também cumpre um papel de ensinar sobre o passado. O livro entende esses conhecimentos como válidos e os toma como ponto de partida, com olhar crítico e questionador, buscando ampliar e construir um diferente tipo de conhecimento histórico.

Por fim, *História do Distrito Federal*, de Cristiano Alencar Arrais e Eliézer Cardoso de Oliveira, é a única coleção analisada que não aparenta apresentar relações com a história hegemônica de Brasília em sua narrativa. Não a reproduz como *Distrito Federal: História e Geografia*, nem parte dela para desconstruí-la, como *Distrito*

Federal: História e Sociedade. O livro busca a partir de diferentes pressupostos construir uma outra história de Brasília, e fazendo isso ignora a narrativa dominante focada no centro, nas grandes obras e nos grandes sujeitos. A construção de uma identidade aliada ao entendimento do passado como orientador de ações do presente são o ponto de partida e norte dos autores, que ao ignorar a história hegemônica acabam por também rompe-la, contribuindo para diferentes tipos de conhecimentos históricos para professores e alunos que o utilizarem.

CAPÍTULO 4: DETETIVES DA HISTÓRIA – OFICINAS PEDAGÓGICAS SOBRE A HISTÓRIA DO DISTRITO FEDERAL.

4.1 – O uso de documentos históricos em sala de aula

Na tentativa de superar uma narrativa clássica e hegemônica sobre o passado do Distrito Federal e, quem sabe, contribuir um pouco com o ensino de História de Brasília dentro da educação básica, ensino esse duramente afetado pela descontinuidade dos livros didáticos via Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) como os aqui analisados, consequência direta da política homogeneizadora da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), este trabalho pretende apresentar como parte propositiva oficinas de História, que tem como metodologia a utilização de documentos históricos em sala de aula para serem analisados e problematizados por estudantes.

Partimos da ideia apresentada por Nilton Mullet Pereira e Fernando Seffner (2008) de que o uso de fontes históricas no ensino de História é uma importante estratégia para ensinar história a indivíduos que não almejam inicialmente se tornarem historiadores profissionais, porém o contato com elementos da metodologia de pesquisa e trato com documentos históricos propiciam o entendimento de que o conhecimento histórico é produzido, resultado de um trabalho intelectual do historiador. Os autores ressaltam que:

A produtividade do uso das fontes está na possibilidade de mostrar às novas gerações a natureza e a especificidade do conhecimento histórico. Nosso objetivo, ao ensinar história às novas gerações utilizando fontes, não consiste em ensinar a ler documentos, separá-los por séries, descrever suas regularidades (...). Ensinamos os estudantes a ler o relato histórico e ensinamos a ler as representações sobre o passado que circulam na sua sociedade. Ensinar utilizando fontes não quer dizer ensinar a produzir representações através das fontes, mas ensinar como os historiadores produzem conhecimento sobre o passado a partir das fontes disponíveis e quais os problemas implicados nessa produção (PEREIRA; SEFFNER, 2008, p. 126-127).

O uso de documentos históricos em sala de aula não é uma novidade no ensino de História no Brasil. A Carta de Pero Vaz de Caminha, os quadros de Victor Meirelles retratando a Primeira Missa, os de Pedro Américo exibindo um Tiradentes esquartejado ou o texto da Lei Áurea de 1888 podem ser exemplos de como documentos históricos estão presentes nas aulas de História. Essa preocupação pedagógica não é um fenômeno recente. Flávia Eloísa Caimi analisou, por exemplo, manuais didáticos do início do

século XX, entre eles “Nossa Pátria”, escrito por José Francisco da Rocha Pombo em 1917 e que alcançou 88 edições posteriores até a década de 1970. Caimi destaca o amplo uso de imagens e documentos históricos ao longo do livro, todos eles com função ilustrativa e confirmadora de um conteúdo apresentado na obra. (CAIMI, 2008, p. 137). Essa prática persiste hoje em modelos de aula em que o professor, após apresentar determinado conteúdo aos estudantes, traz um documento histórico que comprove a narrativa apresentada. Uma espécie de “documento-prova” que garante autoridade e veracidade à aula, mas abre mão de uma problematização e da análise crítica desse documento. O trata meramente como uma fonte histórica no sentido positivista do qual se acreditava que a verdade dos fatos poderia simplesmente ser colhida e revelada (narrada) a partir dos documentos oficiais escritos. Portanto, a utilização de documentos históricos dentro da educação básica não consiste exatamente em uma grande inovação pedagógica, ou significam por si só em uma estratégia eficaz de aprendizagem histórica, uma vez que já faz parte de uma velha tradição no ensino de História no Brasil. A maneira como professores e alunos lidam com essa documentação é o elemento chave dentro de um planejamento que se propõe a priorizar o processo de construção do conhecimento histórico ao invés de meramente ilustrar uma narrativa histórica previamente dada, tal qual Rocha Pombo o fazia no início do século passado.

No sentido inverso ao do “documento-prova” meramente ilustrativo, vários são os pesquisadores que alertam os professores interessados em lidar com fontes históricas e sua análise em sala de aula para o perigo de pretender criar o que chamam de “pequenos historiadores” (CAIMI, 2008, p. 143; PEREIRA e SEFFNER, 2008, p. 126; BITTENCOURT, 2009, p. 327; SCHIMIDT e CAINELLI, 2010, p. 117; ALMEIDA e GRINBERG, 2019, p. 200). Essa preocupação legítima se coloca no outro extremo do uso de documentos históricos em sala de aula, que seria o risco de banalizar a produção do conhecimento histórico e o método de pesquisa em História, passando uma falsa noção de que qualquer pessoa, inclusive estudantes da educação básica podem produzir historiografia desde que simplesmente tenham um contato básico com uma fonte histórica. É necessário delimitar bem os objetivos de aprendizagem durante o uso, levando estudantes de variadas idades a compreenderem a especificidade da construção do conhecimento histórico sem que com isso exija deles condições intelectuais amplas das quais eles não possuem para executar o ofício do historiador profissional.

Para tanto, nossos objetivos aqui serão construir oficinas temáticas de história que levem os alunos a estudar a história de Brasília, evitando, ou rompendo com os

eixos narrativos clássicos apresentados ao longo da dissertação. Optamos por uma metodologia baseada em práticas investigativas onde o aluno será desafiado a analisar documentos históricos para tentar extrair alguma interpretação a partir dessa análise. Essa metodologia tem como base o trabalho das professoras Ana Mascia Lagôa, Keila Grinberg e Lúcia Grinberg intitulado “Oficinas de História” (2000). Trataremos o uso destes documentos para além da mera ilustração, uma vez que os alunos partirão da análise deles para buscar conexões que os permitam formular hipóteses, por vezes comparar documentos distintos, reconhecer diferenças e semelhanças e até a crítica dessas fontes. Entretanto, evitando a ideia de “pequenos historiadores”, responsáveis por criar representações históricas complexas a partir da análise documental. Nossos objetivos estarão ancorados naquilo que Caimi já propõe:

Quanto ao uso de tais documentos/fontes em sala de aula, há importantes indicações metodológicas que preconizam o papel ativo do estudante nos procedimentos de compreensão e interpretação. Mais do que objetos ilustrativos, as fontes são trabalhadas no sentido de desenvolver habilidades de observação, problematização, análise, comparação, formulação de hipóteses, crítica, produção de sínteses, reconhecimento de diferenças e semelhanças, enfim, capacidades que favorecem a construção do conhecimento histórico numa perspectiva autônoma. (CAIMI, 2008, p. 141).

Identificar o contexto de produção, problematização, análise, comparação entre documentos reconhecendo semelhanças e diferenças, formulação de hipóteses, crítica e síntese. Acreditamos serem objetivos metodológicos importantes e preciosos, que somados contribuirão para um aprendizado histórico significativo, tanto em relação ao objeto de estudo, no caso a história do Distrito Federal, quanto da construção do conhecimento histórico como ciência. Ao fazer isso, seguimos de acordo com determinações teóricas do próprio Currículo em Movimento do Distrito Federal, em sua segunda edição, que ressalta que o ensino de História deve proporcionar uma “atitude historiadora” diante dos conteúdos propostos, isso a partir da análise das mais variadas fontes históricas disponíveis (DISTRITO FEDERAL, 2018, p. 272-273).

Buscamos assim que os estudantes tenham acesso aos conhecimentos históricos sobre o passado do Distrito Federal ao mesmo tempo em que tenham também acesso com o processo de produção de conhecimento, ampliando o contato de cada um com documentos históricos. Aqui reforçamos: a sala de aula também é espaço para construção de conhecimento histórico, por isso as oficinas de História apresentadas buscam ao mesmo tempo ensinar história de Brasília, hora evitando, hora

desconstruindo narrativas tradicionais hegemônicas e seus eixos principais, mas também ensinar como o conhecimento histórico é produzido, rompendo a noção de que o passado já está dado, já está contado. Trata-se de permitir que os próprios estudantes aprendam a “fazer História”, entender como esse conhecimento do passado é produzido, ter contato com o ofício do historiador e poder eles próprios questionarem documentos dos quais terão contato. Partimos da ideia de Ulpiano Meneses (1995) de ensinar História é ensinar a fazer História. Aprender História é aprender a fazer História:

Enfim, do ponto de vista metodológico (base também para uma sólida exploração educacional), as possibilidades da exposição histórica são privilegiadas. Não sendo a História um conjunto a priori de noções, afirmações e informações – mas uma leitura em que ela mesma institui, em última instância, aquilo que pretende tornar inteligível – ensinar História, só pode ser, obrigatoriamente, ensinar a fazer História (e aprender História, aprender a fazer História). (MENESES, 1995, p.39-40).

4.2 – Oficinas de História – investigando o passado do Distrito Federal

As oficinas têm como paralelo o trabalho de um detetive investigador, que analisa pistas e vestígios para levantar hipóteses e quem sabe chegar a uma conclusão sobre um determinado caso. Buscamos essa ambientação em cada dossiê temático, transformando os estudantes em “detetives da história”, sendo as pistas apresentadas os próprios documentos históricos que deverão ser analisados dentro de cada caso. Todas as oficinas foram construídas sobre um esquema básico e estão divididas em “área do professor” e a parte pensada para ser apresentada diretamente aos estudantes. Na área do professor, apresentamos a descrição da oficina, sobre o que ela se trata e qual o conjunto de documentos serão analisados. Uma exposição dos objetivos de aprendizagem, sejam eles metodológicos ou conceituais, e dos conteúdos trabalhados com esse dossiê. Nem todos os conteúdos de todas as oficinas estarão abarcados dentro de documentos curriculares norteadores, tais como Base Nacional Comum Curricular (BNCC) ou o Currículo em Movimento do Distrito Federal, sendo essas oficinas específicas um instrumento que permite ir além desses documentos. Encerramos a parte destinada ao professor com a estratégia prevista para aplicação de cada oficina, com um texto orientador de como ela pode ser aplicada, dando espaços para a autonomia de cada professor adaptá-las de acordo com seus objetivos, com o tempo disponível e outras especificidades que cada turma apresenta. Essas oficinas são flexíveis, podem ser aplicadas em sua totalidade ou podem ser base para que o professor crie suas próprias

atividades utilizando as pistas, alterando problemas de pesquisa, aprofundando ou simplificando de acordo com a faixa etária a ser aplicada. Não pretendemos criar um manual a ser seguido, ou um novo currículo obrigatório, mas um instrumento que venha a ser útil em sala de aula, seja em sua totalidade, seja a partir de recortes e adaptações deste instrumento.

Já na parte pensada para ser apresentada diretamente aos estudantes iniciamos com uma apresentação do caso, que nada mais é que uma descrição do mistério a ser “resolvido” pelos alunos, uma breve contextualização e às vezes alguns indícios de como conduzir a leitura das fontes. Evitamos apresentar o conteúdo completo a ser estudado, transformando assim os documentos em mera ilustração deste texto. Buscamos somente uma contextualização necessária para o desenvolvimento da tarefa, apresentando dados importantes, e permitindo conexões entre possíveis conhecimentos prévios dos estudantes ou intervenções didáticas dos professores no decorrer da análise. Em seguida, a listagem básica das pistas inclusas no dossiê, sempre com um *Qrcode link* disponível para que todos possam ter acesso a esses documentos de forma digital, seja por um computador, tablete ou celular smartphone em uma melhor qualidade que a impressão permite. Professores podem incentiva-los a acessar e analisar cada documento com mais cuidado a partir desse link. Concluimos com o importante guia de investigação, que são perguntas norteadoras simples, mas pensadas para que os estudantes coloquem o olhar sobre determinados aspectos dos documentos que poderiam passar despercebido. Espera-se que após se dedicarem a análise das pistas tendo as perguntas do guia de investigação como fio condutor os alunos consigam formar hipóteses para o problema central que envolve a investigação.

O **dossiê 1** ganha o nome de “O desaparecimento de Zeca”. Trata-se de uma atividade introdutória, com poucos documentos históricos reais, girando em torno de um caso fictício de desaparecimento ocorrido no interior da Bahia em 1958. O objetivo principal dessa primeira oficina é, de forma leve e divertida, introduzir elementos do método de pesquisa histórica, levando jovens estudantes a analisarem documentos e suas narrativas para a partir dessa análise elaborar uma hipótese sobre um acontecimento do passado. Para tanto, é fundamental a leitura atenta de cada documento individualmente, enxergando possíveis lacunas e conexões entre eles, completando essas lacunas com teorias (hipóteses) que não estão diretamente dadas nos documentos, enxergando-as como fruto de sua própria observação. O paralelo entre essa investigação e o ofício do historiador precisa ficar claro para os estudantes, que ao final poderão

perceber todo o conhecimento histórico como algo produzido a partir desse trabalho intelectual de pesquisa e análise criteriosa de fontes.

Nosso personagem central no dossiê 1 se chama José Feliciano da Silva Borges, conhecido somente como Zeca. A investigação de seu repentino desaparecimento se dá a partir de um boletim de ocorrência registrado na pequena cidade de Ibicaraí-BA e dois registros policiais de testemunhos prestados por sua mãe e irmã mais nova. Uma carta escrita à mão pelo pai de Zeca, com relatos emotivos de saudades e de uma dura rotina nas obras da construção da Nova Capital completam os documentos a serem lidos pelos estudantes. Reforçamos se tratar de um caso fictício, com elementos históricos relacionados à forte migração de trabalhadores para a região do planalto central no contexto da construção de Brasília e inspirado na obra “Expresso Brasília” do escritor, jornalista e historiador Edson Beú (LUIZ, 2012, p.15-37). Utilizamos recursos de inteligência artificial para a criação dos documentos mencionados. É preciso deixar claro aos professores e alunos que tenham contato com esse material desde o início que não se trata de um exercício de historiografia e que todos esses documentos são fictícios, para evitar o risco de acreditar-se estarmos diante de uma história real. O que nos interessa aqui não é a veracidade da história ou de seus documentos, mas sim a maneira como nos debruçaremos sobre eles.

Completam as pistas do dossiê um conjunto de sete fotografias, os únicos documentos históricos reais da atividade. Trata-se de parte do acervo proveniente do Fundo da Novacap, pertencentes ao Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF). Registros de Mário Fontenelle, fotógrafo oficial da Novacap, que tinha como objetivo registrar o cotidiano das obras, bem como a idas e vindas do presidente JK, com a intenção de relatar e divulgar (propagandear) o andamento da construção. Os registros selecionados são de 1959. Dois deles retratam os trabalhadores nos canteiros de obra principais da cidade. Três registram o deslocamento desses trabalhadores para o trabalho. Um mostra uma fila de trabalhadores a espera do transporte e um registrou o interior do refeitório onde as refeições coletivas eram realizadas. As fotografias não são documentos principais para a solução do caso, mas direcionam o olhar dos estudantes para Brasília, permitindo uma conexão com os outros documentos fictícios para inferir que nosso personagem principal se tornou um desses trabalhadores.

O professor interessado em aplicar essa oficina com seus estudantes estará diretamente rompendo com os eixos da narrativa clássica dominante sobre a história de Brasília, uma vez que retira o olhar das figuras políticas e artistas oficiais e tenta se

deslocar para dentro da realidade de um migrante, nordestino e jovem adolescente. Os estudantes terão contato com as motivações pessoais que podem ter feito nosso personagem sair de casa rumo ao planalto central que dialogam com motivações relatadas por trabalhadores reais que fizeram esse movimento (LUIZ, 2010), fixando-se em Brasília: procura por emprego, sonho de prosperidade, busca de algum parente próximo que já estava aqui, tentativa de transformar sua realidade material. Indo além da oficina, os professores poderão aprofundar a aula rompendo a ideia romântica de epopeia heroica, que ajudaram a construir o mito do “herói-povo” (LUIZ, 2010, p.259).

O **dossiê 2** leva o nome de “Terra Vazia, terra de ninguém!” e se propõe a analisar as preexistências da região do Distrito Federal (BARBO, 2010) para além do discurso oficial de um grande vazio na região. Buscamos aqui aprofundar o contato dos estudantes e professores com documentos históricos e sua problematização a partir de um problema de pesquisa central: a região do atual Distrito Federal era uma terra vazia? Uma terra de ninguém? Todas as pistas deste segundo dossiê são documentos históricos reais e não se trata mais de um caso fictício. Iniciamos com um trecho selecionado do discurso de Juscelino Kubitschek direcionado aos trabalhadores no dia da grande inauguração da cidade. Em seguida apresentamos mais uma foto de Mario Fontenelle, fotógrafo oficial da construção. Dessa vez não dos trabalhadores, mas do próprio JK na primeira viagem a região em 1956, parado e contemplando solitário o local. Um trecho do jornal carioca “Correio da Manhã” de 3 de outubro de 1956 com o título “República do Nada”, em que uma dura crítica é direcionada a ideia de transferência da capital, mencionando Brasília ser “por enquanto mato”.

Esse primeiro conjunto de pistas apresenta uma narrativa central da região ser um grande vazio, dialogando com a ideia de sertão a ser ocupado, colonizado. A seleção desses documentos tem por objetivo levar alunos e enxergar a construção dessa narrativa, mas ir além dela, questioná-la, problematiza-la. Os outros documentos apresentados geram o contraponto a narrativa oficial de um grande nada: uma fotografia do acampamento da Missão Exploradora do Planalto Central, a Missão Cruels, de 1892 na Vila de Santa Luzia, atual Luziânia-GO, que indica que na região já haviam vilas estruturadas, inclusive com uma elite local interessada na transferência. Completa o dossiê o mapa “Novo Distrito Federal – Planta Índice Cadastral”, popularmente conhecido como “Mapa da Fazendas”, produzido entre 1955 e 1958 até chegar a sua versão final. Esse documento serviu de base para o mapeamento de todas as fazendas e vilas da região e serviria de base para a desapropriação de terras para o estabelecimento

do Distrito Federal (SILVA; VIEIRA JR, 2018). Trata-se de um documento rico, com múltiplas possibilidades de uso em sala de aula: identificação das fazendas da região, análise de topônimos, suas origens apagamentos e permanências, a existência de outras vilas dentro do quadrilátero do DF, tais como “Braslândia”, atual Brazlândia e Planaltina, além da vila de Formosa fora do quadrilátero, porém registrada na carta, o registro do quilombo Mesquita, na divisa sul do DF bem como outros topônimos de origem indígena. Cabe ao professor decidir o nível de análise do qual irá proporcionar aos estudantes.

Metodologicamente, a oficina permite não apenas uma análise simples do documento para preencher lacunas e formular uma hipótese, como no dossiê 1. Aqui é necessário enxergar as intencionalidades de produção de cada documento, as narrativas históricas produzidas a partir dessas intencionalidades e comparar com outras narrativas possíveis a partir de outros documentos. Reconhecemos que esse objetivo é um tanto quanto complexo para estudantes da educação básica, por isso a oficina divide objetivos de acordo com faixas etárias diferentes, seja nível Ensino Fundamental ou Ensino Médio. Quanto aos conteúdos, o dossiê 2 permite romper com os eixos hegemônicos da história do Distrito Federal ao desconstruir a narrativa de colonização do planalto central, abrindo possibilidades de enxergar heranças culturais anteriores à Brasília que são em geral apagadas da narrativa oficial.

O confronto de diferentes narrativas retorna no **dossiê 3**, intitulado “Túmulo do Candango Desconhecido”. Nessa oficina, nossos alunos serão colocados diante de um caso de crime real que aconteceu em um dos acampamentos de trabalhadores durante a construção de Brasília: o massacre da Pacheco Fernandes Dantas, ou como também é conhecido, o massacre da GEB. Evento ocorrido no carnaval de 1959 em que trabalhadores teriam sido brutalmente assassinados em seus dormitórios pela violenta força policial da cidade a época, a Guarda Especial de Brasília (GEB), já marcada por truculência dentro dos canteiros de obras. As causas, os motivos e os responsáveis pela chacina ainda hoje não são tão claros, muito pelo processo de apagamento histórico que esse evento passou, sendo ignorado pela narrativa oficial que trata as questões sociais graves envolvendo os trabalhadores como superação de dificuldades em prol de um objetivo mais amplo: Brasília.

Conforme apresentado no Capítulo 1, o massacre da GEB foi fortemente denunciado pelo terceiro movimento da historiografia do Distrito Federal. Obras como “Construtores de Brasília. Estudo de operários e sua participação política” (1983), de

Nair Heloísa Bicalho de Souza e “A capital da esperança: a experiência dos trabalhadores na construção de Brasília” (2008), de Gustavo Lins Ribeiro analisam o período. O cine-documentário “Conterrâneos Velhos de Guerra”, do diretor Vladimir de Carvalho (1991) também aborda o evento, contrapondo testemunhos de trabalhadores sobreviventes que moravam no acampamento da construtora Pacheco Fernandes Dantas com depoimentos de figuras políticas ilustres da cidade, como Lúcio Costa, Oscar Niemeyer e Israel Pinheiro, que mesmo sendo questionados anos após os eventos, o negaram ou o minimizaram.

Dividimos a oficina em três grupos de pistas. A primeira é um monumento em formato de lápide feito pelos moradores da Vila Planalto no local onde o evento ocorreu. Tentativa de resgate de uma memória apagada em 2009, 50 anos após o massacre. Abrimos o caso com as fotos do local e uma apresentação da localização atual, o que leva os estudantes a pesquisarem e conhecerem sobre os eventos ocorridos na noite de 8 de fevereiro de 1959. Ressaltamos que conhecer a história do massacre não é o principal objetivo dessa oficina, mas sim que os alunos através dos documentos consigam contextualiza-lo dentro de um amplo cenário de violência e negações de direitos aos trabalhadores durante todo o período da construção. O segundo grupo de documentos são as narrativas presentes nos jornais que noticiaram o fato, com divergências no número de mortos, feridos, nas causas e nos responsáveis. Por fim, o terceiro grupo de documentos são os testemunhos orais de pessoas envolvidas direta e indiretamente com o evento. Quatro trechos separados do filme “Conterrâneos Velhos de Guerra” com depoimentos de trabalhadores e de personalidades políticas, abarcando as duas versões conflitantes sobre o ocorrido.

Nair Heloísa Bicalho de Sousa analisa o violento episódio a partir dessas duas versão conflitantes, o que ela chama de “memória dos candangos *versus* memória oficial” (SOUSA, 2011, p.1). A autora enquadra o que seria a memória vivida e narrada pelos candangos para o cineasta Vladimir de Carvalho como um exemplo do que Pollack conceitua como “memórias subterrâneas”, que num jogo de forças acabam por ser silenciadas diante de uma memória oficial. (POLLACK, 1989, p.3). Diante disso, levar os estudantes a identificar elementos dessas memórias subterrâneas e o intrínseco jogo de poder entre elas e a narrativa oficial da cidade se torna o objetivo mais complexo pretendido por essa oficina. Mais uma vez, professores podem adaptar esse objetivo de acordo com a faixa etária dos estudantes, elencando o trato com memórias individuais como fonte histórica um objetivo para alunos do Ensino Fundamental.

As noções de rupturas e permanências históricas são fortemente abordadas dentro do **Dossiê 4** ao trabalhar a violência de gênero como temática central de análise. “O caso das Marias sem Pena” coloca professores e estudantes em contato com boletins de ocorrência policial registrados entre 1957 e 1958 que também fazem parte do acervo histórico do Arquivo Público do Distrito Federal – ArPDF. São ao todo 6 ocorrências, todas elas envolvendo casos de violência contra mulheres, alguns deles tendo as próprias mulheres como denunciantes. A luz da legislação atual, os boletins de ocorrência apresentam casos como importunação sexual, violência física, psicológica, moral e sexual, mas que na época não foram todos assim entendidos. Alguns dos boletins apresentam uma “solução”, escrita a mão pela autoridade policial do momento, que determina a punição ou pena dos acusados, variando desde prisão a mera repreensão verbal.

Estabelecemos contato com essa valiosa documentação histórica a partir da pesquisa da professora Cristiane Portela que coordenou um projeto com objetivo de analisar representações construídas por e sobre mulheres durante a construção de Brasília, mapeando e catalogando essas ocorrências policiais. Um dos objetivos listados no relatório da pesquisa está justamente “o estímulo à utilização de fontes documentais no ensino de História do DF” (NASCIMENTO, ALMEIDA, SILVA, PORTELA, 2016, p.20), que é exatamente o que essa pesquisa também se propõe.

Mais do que analisar um momento histórico ou um acontecimento do passado, a oficina permite estabelecer diálogos com o tempo presente, num debate transversal tendo a temática da violência de gênero como elemento central. No Guia de Investigação, os alunos são orientados a fazer conexões com a legislação atual, como a Lei 11.340/06, conhecida como Lei Maria da Pena, para identificar padrões de violência que ainda persistem em acontecer na sociedade brasileira. Os avanços da legislação também poderão ser percebidos ao comparar a pena atual com a solução descrita nos boletins de ocorrência. A invisibilização da presença feminina no cotidiano das obras é outra temática abordada ao longo do dossiê, permitindo romper com o eixo da história hegemônica que descreve Brasília como um grande universo masculino, ignorando a importante presença de mulheres em todo o cotidiano das obras, em postos de trabalho e no dia a dia da cidade.

A última atividade deste trabalho é o **Dossiê 5**: Caça aos invasores. A proposta nessa oficina é a de descentralizar as análises do Plano Piloto, fazendo um estudo de caso sobre as remoções de trabalhadores para a recém criada cidade do Gama ainda em

1960. Brasília foi uma cidade planejada dentro dos parâmetros da arquitetura moderna para ser a sede dos poderes do país, idealizada por seus artistas oficiais com largas avenidas, superquadras e amplas áreas de comércio e convivência entre seus habitantes. Mas os trabalhadores que participaram dessa empreitada de construção jamais estiveram nos planos de serem eles os habitantes da cidade em que estavam a construir. Ainda em 1958, as autoridades perceberam que o movimento de migração massiva de pessoas para os canteiros de obras de Brasília estava se tornando um prenúncio de um problema grave a ser resolvido. Momentaneamente, permitiram a construção de acampamentos precários e vilas operárias na região do plano piloto, facilitando o deslocamento dos operários para o local de trabalho, viabilizando o ritmo acelerado das obras. Nesse contexto, surgem os planos das “cidades-satélites”, como foram então chamadas, hoje oficialmente denominadas de Regiões Administrativas (RA’s) de Brasília. Taguatinga em 1958, Gama e Sobradinho em 1960 foram planejadas para receber os indesejados provenientes dos antigos acampamentos, agora considerados como “invasões”.

Nesta oficina, os estudantes mais uma vez assumirão o papel de historiadores-detetives em uma investigação sobre a origem da cidade do Gama. Os principais documentos que compõem o caso são trechos do jornal “Correio Braziliense” de dezembro de 1960 descrevendo as primeiras transferências para a já inaugurada cidade, destacando as remoções e as condições de habitação no local destinado, referindo-se a essa população sempre como “invasores”, termo que será colocado em questão ao longo da atividade. Além dos trechos de jornal, abrimos as pistas com um conjunto de 6 fotografias que fazem parte do acervo histórico do Arquivo Público do Distrito Federal – ArPDF, sendo 3 delas relacionadas diretamente a cidade do Gama. Um trecho de um texto acadêmico (SOUSA et al., 1996, p. 56) e uma citação de Oscar Niemeyer (1996, p.55-56) completam as pistas apresentadas aos estudantes.

Essa atividade permite não somente que os estudantes tenham contato com a história da sua cidade, rompendo a história única de uma Brasília focada no centro, colocando o destaque no Gama. Ela pretende metodologicamente levar estudantes a questionarem narrativas oficiais presentes nos periódicos que passaram a tratar a massa populacional em busca de emprego como invasores que se recusavam a ir embora de Brasília e não mais como “candangos” construtores heroicos da cidade. O jornal deve ser visto como uma fonte histórica carregada de interesses e visões de mundo que precisa ser questionada e problematizada para a construção do conhecimento histórico e não como um mero reproduzidor de uma verdade.

Juntos os 5 dossiês não são capazes de abarcar toda a história do Distrito Federal. Tendo certeza dessa impossibilidade, essa jamais foi a intenção ao produzi-los. São recortes, são ferramentas, para de alguma forma desviar os olhares de enfoques que geralmente são retratados dentro da narrativa tradicional da história única. Cada um traz em si um poder de romper com eixos hegemônicos consagrados do passado de Brasília e de dar visibilidade para contra-narrativas, para outras histórias possíveis dentro desse mesmo espaço. Muito mais pode ser incluído dentro dessa abordagem. Não pretendemos aqui esgotar os assuntos e os temas (outra certeza de impossibilidade), mas de alguma forma contribuir para um ensino de história do Distrito Federal mais amplo e plural. Que os dossiês do Detetives da História possam ser gatilhos iniciais para novos projetos, novas aulas, novos olhares, novas aprendizagens.

REFERÊNCIAS:

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. Os perigos de uma história única. Oxford: Conference Annual – Technology, Entertainment and Design – TED Global, 2009. Disponível em < https://www.ted.com/talks/chimamanda_ngozi_adichie_the_danger_of_a_single_story> . Acesso em 04 de junho de 2024.

ANDRADE, Joaquim Pedro de. Brasília – contradições de uma cidade nova. Brasil: Filmes do Serro, 1967. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3Ony7axACE&t=1057s>. Acesso em: 4 maio 2025.

A PROFECIA de São João Bosco. Revista Brasília, Brasília, n.12, p.16, 1957.

BARBO, Lenora de Castro. Preexistências de Brasília: reconstruir o território para construir a memória. Universidade de Brasília, 2010. Programa de Pós Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Dissertação de mestrado. Disponível em: < <http://repositorio2.unb.br/browse?type=author&value=Barbo%2C+Lenora+de+Castro> >. Acesso em: 09/05/2025.

BARROS, José D’Assunção. História e historiografia: todas as interações possíveis. A historiografia como Fonte Histórica. 1.ed. Petrópolis: Vozes, v.1, p.15-77, 2022.

BERTRAN, Paulo. História da terra e do homem no Planalto Central: eco-história do Distrito Federal. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 3a. edição, 2011. [Coleção UnB nos 50 anos de Brasília].

BEZERRA, Holien Gonçalves. O PNLD de História: momentos iniciais. In: ROCHA, Helenice; REZNIK, Luis; MAGALHÃES, Marcelo de Souza (Org). Livros didáticos de história: entre políticas e narrativas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2017, p. 67-82.

BICALHO DE SOUSA, Nair Heloísa. Construtores de Brasília. Estudo de operários e sua participação política. Petrópolis: Editora Vozes, 1983.

BICCA, Paulo. Brasília: mitos e realidades. In PAVIANI, Aldo (Org). Brasília, ideologia e realidade: espaço urbano em questão. São Paulo: Projeto, 1985, p. 101 – 113.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de história: fundamentos e métodos. 3° ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar. Tese de doutorado. São Paulo: Faculdade de Educação da USP, 1993.

BRASIL, Ministério da Educação. Base Nacional Curricular Comum. Educação é a Base. Brasília, DF: MEC: CONSED: UNDIME, 2017. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em: 19 jul. 2023

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais – Primeiro e Segundo Ciclos do ensino fundamental - História e Geografia. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BLOCH, Marc. Apologia da História, ou o Ofício do Historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

CAIMI, Flavia Eloisa. O livro didático de História e suas imperfeições: repercussões do PNLD após 20 anos. In: Rocha, Helenice; REZNIK, Luis; MAGALHÃES, Marcelo S. Livros didáticos de história: entre políticas e narrativas. Rio de Janeiro: FGV, 2017. P. 33-54.

CAIMI, Flávia Eloisa. Fontes históricas na sala de aula: uma possibilidade de produção de conhecimento histórico escolar? In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAIMI, Flávia Eloisa (Org.). *Ensino de história: fundamentos e métodos*. Ijuí: Editora Unijuí, 2008. p. 137–151.

CARVALHO, Vladimir de. Conterrâneos Velhos de Guerra. [S.I.]: Vladimir Carvalho, 1990. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=qMCMJ6N_6xY. Acesso em: 4 de maio de 2025.

CARVALHO, José Murilo de. A formação das almas: o imaginário da República no Brasil – São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CAVALCANTI, Erinaldo. História e história local: desafios, limites e possibilidades. *Revista História Hoje*, 7(13), 272–292. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.20949/rhhj.v7i13.393>.

CEBALLOS, Viviane. E a história se fez cidade...: a construção histórica e historiográfica de Brasília. Dissertação de mestrado. Campinas, IFCH Unicamp, 2005.

CELESTE FILHO, Macioniro. A proposta da Organização dos Estados Americanos para a censura de livros brasileiros de História no auge da ditadura militar. In:

MARTINS, Maria Angélica Seabra Rodrigues. Educação, mídia e cognição. Bauru/SP, Canal 6, 2010, p. 237- 260

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. Teoria & Educação, Porto Alegre, n. 2, 1990, p. 177- 229.

CORBISIER, Roland. Brasília e o desenvolvimento nacional. Rio de Janeiro: Iseb, 1960. 74 p. (Coleção Textos sobre a nova capital, n.1).

CORREIO BRAZILIENSE. Brasília começou. Brasília, 22 abr.1960. p. 4.

COSTA, Ângela Marques da; SCHWARCZ, Lilia Moritz. 1890-1914: no tempo das certezas. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

COSTA, Aryana. História Local. In: FERREIRA, Marieta; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de (orgs.). Dicionário de Ensino de História. Rio de Janeiro: FGV, 2019, p. 132 – 136.

COUTO, Ronaldo Costa. Brasília Kubitschek de Oliveira. Rio de Janeiro: Record, 2002.

DERNTL, Maria Fernanda. Além do Plano. A concepção das cidades-satélites de Brasília. Arqtextos. São Paulo, ano 19, n.221.03, 2018. Disponível em: <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/19.221/7150>> Acesso em 05 fev. 2025.

DERNTL, Maria Fernanda. Vertentes da historiografia e da crítica de Brasília. Arqtextos. São Paulo, ano 21, 249. 06, fev. 2021. Disponível em: <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/21.249/8010>.> Acesso em 25 fev. 2025.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação. Currículo em Movimento da Educação Básica: Pressupostos Teóricos. Brasília, 2014.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do DF. Currículo em Movimento do Distrito Federal - Ensino Fundamental: Anos Iniciais – Anos Finais. 2. ed. Brasília, 2018

FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras. História da cidade e do Urbanismo no Brasil: reflexões sobre a produção recente. *Cienc. Cult.*, São Paulo, v. 56, n. 2, abr. 2024, p. 23-25.

FERNANDES, Gabriel Dias. Ditadura militar em tempos negacionistas: uma análise do tema em livros didáticos. 2022. 173 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2022.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. O livro didático e a pedagogia do cidadão: o papel do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no ensino de História. *Saeculum – Revista de História*, n. 13, jul./dez. 2005, p. 121 – 131.

FILGUEIRAS, Juliana Miranda. As avaliações dos livros didáticos na Comissão Nacional do Livro Didático: a conformação dos saberes escolares nos anos de 1940. *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 13, n. 1 [31], jan./abril de 2013, p. 159-192.

FRANCO, Alécia Pádua; SILVA JÚNIOR, Astrogildo Fernandes da; GUIMARÃES, Selva. Saberes históricos prescritos na BNCC para o ensino fundamental: tensões e concessões. *Ensino em Re-Vista, Uberlândia*, V. 25, n.4, p. 1016 – 1035, 2018.

GONTIJO, Rebeca. Cultura Histórica. In: FERREIRA, Marieta; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de (orgs.). *Dicionário de Ensino de História*. Rio de Janeiro: FGV, 2019.

GRINBERG, Keila; ALMEIDA, Anita. Problematização. In: FERREIRA, Marieta; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de (orgs.). *Dicionário de Ensino de História*. Rio de Janeiro: FGV, 2019. p. 199 – 201.

GRINBERG, Keila; GRINBERG, Lúcia; LAGOÂ, Ana Mascia. *Oficinas de História: projeto curricular de Ciências Sociais e de História*. Belo Horizonte: Dimensão, 2000.

GUIGLIELMO, Mariana. História Integrada. In: FERREIRA, Marieta; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de (orgs.). *Dicionário de Ensino de História*. Rio de Janeiro: FGV, 2019, p. 128 – 131.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.1, 1998, p.5-27.

HOLSTON, James. A cidade modernista, uma crítica de Brasília e sua utopia. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

JOFFILY, Geraldo Irenêo. Brasília e sua Ideologia. Brasília, Thesaurus, 1977.

LACERDA, Diogo Ferreira. O Ensino de História do Gama-DF: explorando a história oral e a memória por meio de crônicas (1960-2000). Tese de mestrado. Goiânia, ProfHistória/UFG, 2025.

LEITE, Cristina Maria Costa; GARCIA-FILICE, Renísia Cristina. O Ensino de História e Geografia no DF: percalços e percursos de uma única História chamada Brasília. História e Diversidade, Brasília, Vo. 6, nº1, p.64-76, 2015.

LIMA, Kayllane Bianca da Costa. Da história que se tornou hegemônica à pluralização de narrativas: análise crítica da historiografia produzida sobre o Distrito Federal. Comunicação oral apresentada no 33º Simpósio Nacional de História – ANPUH, Belo Horizonte, 17 jul. 2025.

LIVRES. Guia de preenchimento da ficha do banco de dados Livres: livros escolares brasileiros (1810 – 2005). São Paulo: USP, 2005.

LUIZ, Edson Beú. Os Filhos dos Candangos: Exclusão e Identidades. Tese de Mestrado. Brasília, PPGH/UnB, 2007.

LUIZ, Edson Beú. Candangos: uma história de trabalho e exclusão. Tempos Históricos, v.14, n.1, p. 257-279, 2010. Disponível em: < <https://e-revista.unioeste.br/index.php/tempohistoricos/article/view/5170>.> Acesso em: 4 fev. 2025.

LUIZ, Edson Beú. *Expresso Brasília: a história contada pelos candangos*. Brasília: Editora UnB, 2012.

MENDES, Horário. Brasília e seus antecedentes. Revista Brasília, (4): 30-43, ano 4, abril de 1960.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. São Paulo. Anais do Museu Paulista. V.3, jan/dez 1995.

MIRANDA, Sonia Regina; LUCA, Tania Regina de. O livro didático de história hoje: um panorama a partir do PNLD. *Revista Brasileira de História*, v. 24, n. 48, dez. de 2004, p. 123-144.

MOREIRA, Kênia Hilda. O Ensino de História do Brasil no Contexto Republicano de 1889 a 1950 pelos livros didáticos: análise historiográfica e didático-pedagógica. 2011. 236 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara, Universidade Estadual Paulista. Araraquara, 2011.

MOREIRA, Vânia. Brasília: a construção da nacionalidade: um meio para muitos fins. Vitória, Edufes. 1998, p.82-87.

MOURÃO, Tânia Fontenele; OLIVEIRA, Mônica Ferreira Gaspar de. Poeira & batom no Planalto Central: 50 mulheres na construção de Brasília. 1. ed. Brasília: Petrobras, 2010. 100 p.

MUNAKATA, Kazumi. Livro didático como indício da cultura escolar. *Revista Histórica da Educação*, Porto Alegre, v. 20, n. 50, p.119-138, set/dez 2016.

NASCIMENTO, José Gomes do; ALMEIDA, Larissa Brunnon Querino de; SILVA, Anna Lorena Moraes; PORTELA, Cristiane de Assis. Representações de mulheres no contexto de construção da nova capital, Brasília (1956-1961). *Programa de Iniciação Científica (PIC/UniCEUB)*, Brasília, 2016.

NEIVA, Ivany Câmara. Uma cidade encantada: Memórias da Vila Amaury em Brasília. Brasília: Edição da Autora, 2017.

OLIVEIRA, Juscelino Kubitschek. Na praça dos Três Poderes, dirigindo-se aos operários que construíram a capital. In: PINTO, Luíza Helena Nunes (Org). *Discursos selecionados do presidente Juscelino Kubitschek*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010, p. 47-50.

OLIVEIRA, Márcio de. Brasília: o mito na trajetória da nação. Brasília, Paralelo 15, 2005.

OLIVEIRA, Sandra Regina Ferreira de.; CAIMI, Flávia Eloisa. Vitória da tradição ou resistência da inovação: o Ensino de História entre a BNCC, o PNLD e a Escola. In: *Educar em Revista*, Curitiba, v.37. 2021.

OLIVEIRA, Vinícius José Duarte de. O processo de construção do Museu Virtual de Ceilândia-DF como possibilidade para o ensino de História. Tese de mestrado. Goiânia, ProfHistória/UFG, 2022.

PACHECO, Márcia. M. Dias. Reis. Currículo, interdisciplinaridade e organização dos processos de ensino. Fundação Hermínio Ometto/ Uniararas, 2007.

PASTORE, José. Brasília: a cidade e o homem; uma investigação sociológica sobre os processos de migração, adaptação e planejamento urbano. São Paulo: Editora Nacional, 1969.

PAVIANI, Aldo (org). Brasília: Moradia e Exclusão. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1996.

PEREIRA, Nilton Mullet; SEFFNER, Fernando. O que pode o ensino de História? Sobre o uso de fontes na sala de aula. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p. 113–128, 2008. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/7961/4750>. Acesso em: 3 jun. 2025.

PERROT, Michelle. Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros. Tradução de Denise Bottmann. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História, Memória e Centralidade Urbana. Mosaico – Revista do Mestrado em História da PUC Goiás, Goiânia, v.1, n.1, p.3-12, jan. 2008.

POLLACK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. *Revista Estudos Históricos*, vol. 2, no. 3, Rio de Janeiro, 1989.

PORTELA, Cristiane de Assis. Representações de mulheres no contexto de construção da nova capital, Brasília (1956-1961). Relatório Final do Programa de Iniciação Científica – PIBIC. Brasília, 2016.

RIBEIRO, Gustavo Lins. O capital da esperança: a experiência dos trabalhadores na construção de Brasília. Brasília, Editora UnB, 2008.

ROCHA, Flávia Rodrigues Lima da.; SILVA, Paulo Vinícius Baptista. Transgredindo a Base Nacional Comum Curricular por meio do Ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira. In: *InterMeio: revista do Programa de Pós-Graduação em Educação*, Campo Grande, MS, v.28, n.56, p.30-43, jul/dez. 2022.

RÜSEN, Jörn. ¿Qué es la cultura histórica?: Reflexiones sobre una nueva manera de abordar la historia. [2009]. Disponível em: <http://culturahistorica.org/wp-content/uploads/2020/02/rusen-cultura_historica.pdf>. Acesso em: 25 out. 2023.

RÜSEN, Jörn. Teoria da História. Uma teoria da histórica como ciência. 1. ed. Curitiba: Editora da UFPR, 2015.

RÜSEN, Jörn. O desenvolvimento da competência narrativa na aprendizagem histórica: uma hipótese ontogenética relativa à consciência moral. In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Rezende (Orgs.). Jörn Rüsen e o ensino de História. Curitiba: Ed. UFPR, 2010, p. 51-77

RÜSEN, Jörn. Engajamento na perspectiva da meta-história. In: OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de; SANTIAGO JÚNIOR, Francisco das Chagas Fernandes; LIMA, Caio Rodrigo Carvalho (Orgs.). Jörn Rüsen: teoria, historiografia, didática. Ananindeua: Cabana, 2022, p. 71-88.

SACRISTÁN, José Gimeno (org.). Saberes e incertezas sobre o currículo. Porto Alegre: Penso, 2013.

SANTOS, Amauri Junior da Silva; RODRIGUES JUNIOR, Osvaldo; RIBEIRO, Renilson Rosa. A construção de um acontecimento: a Base Nacional Comum Curricular e o papel da História. In: ZARBATO, Jaqueline Aparecida Martins; RODRIGUES JUNIOR, Osvaldo (orgs.). Guerras de narrativas em tempos de crise: ensino de história, identidades e agenda democrática. Cárceres: Unemat Editora, 2021, p.175-189.

SANTOS, Jorge Artur Caetano Lopes do. (RE)CANTO DE MEMÓRIAS: histórias do Recanto das Emas e suas moradoras (1993-2017) Tese de doutorado em História. Brasília: Universidade de Brasília, 2018.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. Ensinar História. São Paulo: Scipione, 2010.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos. Cultura histórica e aprendizagem histórica. *Revista NUPEM*, Campo Mourão, v. 6, n. 10, p. 31–50, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://periodicos.unespar.edu.br/nupem/article/view/5398>. Acesso em: 29 abr. 2025.

SILVA, Elias Manoel da; VIEIRA Jr., Wilson (orgs.). GOYAZ - Guia de Cartografia Histórica. Brasília Arquivo Público do Distrito Federal, 2018.

SILVA, Ernesto. História de Brasília: um sonho, uma esperança, uma realidade. Brasília, Coordenada, 1970.

SILVA, Marco Antônio. A Fetichização do Livro Didático no Brasil. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 37, n. 3, p. 803 -821, set/dez. 2012.

SOUSA, Nair Heloisa Bicalho de. *O massacre da Pacheco Fernandes Dantas em 1959: memória dos trabalhadores da construção civil de Brasília*. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HUMANIDADES, 14., 2011, Brasília. Anais [...]. Brasília: UnB, 2011. Disponível em: <https://anais.unb.br/index.php/conidh/article/view/2005>. Acesso em: 23 maio. 2025.

ROCHA, Helenice. História Temática. In: FERREIRA, Marieta; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de (orgs.). Dicionário de Ensino de História. Rio de Janeiro: FGV, 2019, p. 137 – 142.

TAVARES, Gerson. Brasília, a capital do século. Brasil: Cinematográfica Maristela, 1959. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3Ony7axA-CE&t=1057s>. Acesso em: 4 maio 2025.

TEIXEIRA, Juliana. História Cronológica. In: FERREIRA, Marieta; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de (orgs.). Dicionário de Ensino de História. Rio de Janeiro: FGV, 2019, p. 121 – 127.

VASCONCELOS, Adirson. A mudança da capital. Brasília: Gráfica e Editora Independência, 1978.

VASCONCELOS, Adirson. A epopeia da construção de Brasília. Brasília: Thesaurus, 1989.

VASCONCELOS, Adirson. Memorial Juscelino Kubitschek. Brasília: União Editora, 2001.

VIDAL, Laurent. De Nova Lisboa a Brasília: a invenção de uma capital (séculos XIX – XX). Trad. Florence Marie Dravet. Brasília: UnB, 2009.

WANDERLEY, Sônia Maria de Almeida Ignatiuk. Cultura histórica, mídia e ensino de história: problemas políticos de ensinar e aprender. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RJ, 14., 2012, São Gonçalo. Anais... São Gonçalo: ANPUH-RJ, 2012

ZACHEU, Aline Aparecida Pereira; CASTRO, Laura Laís de Oliveira. Dos tempos imperiais ao PNLD: a problemática do livro didático no Brasil. In: 14ª jornada do núcleo de ensino de Marília, 14., 2015, Unesp de Marília. Política educacional. São Paulo: Unesp, 2015. P.1 – 12. Disponível em: < chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.marilia.unesp.br/Home/Eventos/2015/jornadadonucleo/dos-tempos-imperiais-ao-pnld--a-problematica1.pdf >. Acesso em 02 de setembro de 2024.

APÊNDICE (OFICINAS DE HISTÓRIA)

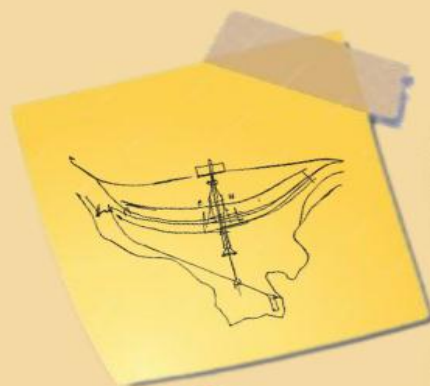


CONFIDENCIAL

DETETIVES DA HISTÓRIA

**OFICINAS PEDAGÓGICAS SOBRE A
HISTÓRIA DO DISTRITO FEDERAL**

ALLAN DOMINGOS B. ALVES



PROFHISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA





SUMÁRIO:

APRESENTAÇÃO: ----- P.02

DOSSIÊ 1:

O DESAPARECIMENTO DE ZECA! ----- P.03

DOSSIÊ 2:

TERRA VAZIA, TERRA DE NINGUÉM! ----- P.13

DOSSIÊ 3:

TÚMULO DO CANDANGO DESCONHECIDO! ---- P.24

DOSSIÊ 4:

O CASO DAS MARIAS SEM PENHA! ----- P.38

DOSSIÊ 5:

CAÇA AOS INVASORES! ----- P.51



CONFIDENCIAL



APRESENTAÇÃO:

As atividades reunidas neste material foram pensadas para transformar a sala de aula em um espaço de investigação histórica. Aqui, alunos e alunas são convidados a assumir o papel de detetives da História, analisando pistas, documentos, imagens e depoimentos para compreender momentos importantes do passado do Distrito Federal que não costumam aparecer nas narrativas oficiais sobre a história da cidade.

Cada caso investigativo propõe um desafio diferente. A partir de perguntas orientadoras e variados documentos históricos reais (mapas, fotografias, trechos de jornal, testemunhos orais...), os estudantes vão mergulhar em situações que envolvem temas como remoções de trabalhadores, presença feminina, disputas por memória, apagamentos e resistências. O objetivo é estimular a leitura crítica do passado, proporcionando uma “atitude historiadora” diante de fontes históricas apresentadas, permitindo que os estudantes percebam que o conhecimento histórico pode ser construído a partir dessa leitura crítica.

Com a mediação do(a) professor(a), as oficinas podem ser realizadas em grupos, promovendo o debate, a análise e a construção coletiva do conhecimento. Tudo foi planejado para que o processo investigativo seja acessível, instigante, significativo e divertido.



CONFIDENCIAL

DOSSIÊ 1:

O DESAPARECIMENTO DE ZECA!

BOLETIM DE OCONRÊNCIA - DESAPARECIMENTO DE PESSOA

Número do Registro: 0457/58

Data do Registro: 05 de abril de 1958

Delegacia: 1ª Delegacia de Polícia Civil -
Município de Ibicarai-BA

RELATO DOS FATOS:

Compareceu a esta unidade policial, por volta das 09h50 do dia 05 de abril de 1956, a Sra. Joana Maria Moreira Alves da Silva Borges, brasileira, residente na Rua 1ª de maio, nº 145, bairro Centro, nesta cidade, para comunicar o desaparecimento de seu filho, Jose Feliciano da Silva, conhecido como Zeca.



De: Feliciano Andrade Alves
Alojamento 18, quarto 7
Acampamento Tamboril, Vila Planalto
Brasília - Nova Capital



Para:
Exma. Sra. Joana Maria Alves
da Silva Borges e filhos
Rua 1ª de Maio, nº 145, Centro
Ibicarai - Bahia



PROFHISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA





DESCRIÇÃO DA OFICINA:

Esta primeira oficina trata-se de uma introdução ao método de pesquisa histórica a partir da análise de fontes. Contém um dossiê de documentos relacionados a um caso fictício de desaparecimento ocorrido na cidade de Ibicaraí-BA em 1958. O documento que levanta o caso é um Boletim de Ocorrência da Polícia Civil da Bahia, somados aos depoimentos de duas testemunhas, uma carta escrita à mão e mais outros documentos que podem guiar a investigação. Como documentos históricos reais, um conjunto de fotografias do Fundo da Novacap pertencentes ao Arquivo Público do Distrito Federal.

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM:

Apesar de introdutória, essa oficina apresenta os seguintes objetivos:

- Que os alunos reconheçam variados tipos de documentos como vestígios que proporcionam uma investigação;
- Analisar os documentos apresentados, identificando um personagem central e narrando um desenrolar de fatos possível a partir dessa análise;
- Formular uma hipótese baseado nos vestígios, identificando lacunas que impedem de chegar a conclusões definitivas.

CONTEÚDOS:

Introdução a História da formação de Brasília, a partir dos movimentos de migração dos trabalhadores para a construção da nova capital ao final da década de 1950:

- Fluxo migratório para o DF, características dos povos que migraram para o DF;
- Analisar a influência da procedência histórica e cultural das famílias que se fixaram no DF;
- Compreender a importância dos candangos no processo de edificação e formação da cidade conhecendo as grandes ações e obras realizadas por eles.



ESTRATÉGIA:

A oficina se inicia a partir de uma breve conversa sobre como podemos descobrir eventos que aconteceram no passado, mesmo não tendo todas as informações possíveis. O professor pode fazer uma pequena apresentação do trabalho dos historiadores na seleção e análise de vestígios do passado, estabelecendo uma comparação com o trabalho de detetive para solucionar um caso a partir de evidências.

Após a formação de grupos de 3 ou 4 alunos, o professor propõe o início da investigação de um caso fictício, onde os estudantes atuarão como detetives com o objetivo de solucionar um desaparecimento, tendo os documentos apresentados como pistas. Recomenda-se não apresentar o caso como parte de um conteúdo relacionado à história do Distrito Federal, para que a partir da análise das pistas e das datas dos documentos os alunos possam estabelecer conexões com possíveis conhecimentos prévios. Após a leitura da apresentação do caso e das perguntas motivadoras, os alunos deverão levantar variadas hipóteses baseadas na análise dos documentos anexados no dossiê investigativo. Importante que cada grupo consiga basear suas hipóteses do caso com os documentos analisados.

Durante a investigação e na apresentação de resultados, o professor atuará como mediador, identificando possíveis lacunas nas hipóteses ou narrativas desconectadas dos documentos. O objetivo não é apontar os erros, mas estabelecer parâmetros para que toda e qualquer hipótese sobre o caso apresente embasamento a partir das fontes. Portanto, para esse primeiro dossiê destacamos que vários dos documentos apresentados serão fictícios em torno da investigação, visando não a busca de uma solução definitiva do caso. Não se trata de encontrar uma única solução ou explicação verdadeira, muito menos de produzir historiografia e sim de aprender a analisar documentos dentro de uma atitude historiadora.



APRESENTAÇÃO DO CASO:

Você já pensou que um historiador pode se parecer muito com um detetive? Ambos buscam entender acontecimentos que já ocorreram, reunindo pistas, analisando informações e montando um quebra-cabeça para chegar o mais próximo possível do evento ocorrido. Enquanto o detetive investiga crimes e mistérios do presente, o historiador mergulha no passado, usando cartas, documentos, fotos, objetos e relatos para descobrir como as pessoas viviam, pensavam e agiam em outras épocas.

Nesta atividade, você vai assumir o papel de um historiador-detetive. Sua missão será investigar um acontecimento histórico a partir de diferentes fontes, fazer perguntas, levantar hipóteses e tirar conclusões baseadas nas pistas disponíveis. Trata-se do desaparecimento do jovem Zeca, morador de uma pequena cidade no interior da Bahia e que não foi mais visto por amigos e familiares. No início da noite de quarta-feira, sua mãe acompanhada de outras duas filhas compareceram a delegacia da cidade para relatar o sumiço.

Para seguir ordenadamente as etapas que o levarão a resolver o caso, você deve iniciar o trabalho com a leitura do Boletim de Ocorrência da polícia e em seguida analisar em detalhes cada um dos documentos selecionados para a investigação. Tente responder os questionamentos levantados no Guia de Investigação. Por fim, reúna-se com seu grupo de investigadores para criar uma hipótese que solucione o caso. Prepare sua lupa, sua curiosidade e sua mente investigativa — o passado está cheio de segredos esperando para serem revelados!



PISTAS:

- A) Boletim de Ocorrência da Polícia Civil da Bahia;
- B) Foto 3x4 da vítima de desaparecimento;
- C) Testemunho de Joana Maria Alves da Silva Borges;
- D) Testemunho de Maria Selma da Silva Borges;
- E) Carta escrita à mão de Feliciano Andrade Borges;
- F) Conjunto de fotografias.

GUIA DE INVESTIGAÇÃO:

- 1- Quem era Zeca? Descreva a vítima de desaparecimento, sua idade, local de nascimento e suas características físicas. Inclua na descrição aspectos de sua personalidade, o que gosta de fazer e possíveis gostos pessoais.
- 2- Enumere as pessoas com as quais Zeca tinha contato. Quem eram e que tipo de relação tinham com a vítima.
- 3- Quais os motivos por trás do desaparecimento de Zeca? Formule hipóteses de onde Zeca possa estar, como chegou lá, e motivações para o desaparecimento. Quais as pistas/documentos reforçam sua hipótese.
- 4- A partir da sua hipótese, você considera o caso encerrado? Quais outras provas você precisaria para concluir a investigação e confirmar sua hipótese?



PISTA A:

BOLETIM DE OCORRÊNCIA DA POLÍCIA CIVIL DA BAHIA

BOLETIM DE OCORRÊNCIA - DESAPARECIMENTO DE PESSOA

Número do Registro: 0457/58

Data do Registro: 05 de abril de 1958

Delegacia: 1Aª Delegacia de Polícia Civil -
Município de Ibicarai-BA



RELATO DOS FATOS:

Compareceu a esta unidade policial, por volta das 09h50 do dia 05 de abril de 1958, a Sra. Joana Maria Alves da Silva Borges, brasileira, residente na Rua 1ª de maio, nº 145, bairro Centro, nesta cidade, para comunicar o desaparecimento de seu filho, Jose Feliciano da Silva Borges, também conhecido como Zeca, de 16 anos de idade.

Segundo relato da comunicante, Zeca foi visto pela última vez por volta das 18 h do dia 15 de fevereiro de 1958, nas dependências da rodoviária municipal, momento em que aparentava estar aguardando um ônibus interestadual. Desde então, não retornou para casa, nem manteve contato com familiares ou amigos. A relatante declara não ter comparecido antes a esta unidade por acreditar que o filho poderia retornar em breve, o que não ocorreu até o presente momento.

Consta nos autos o testemunho de Maria Selma da Silva Borges, 12 anos, irmã do desaparecido, que relatou ter visto Zeca na referida data na companhia de um homem não identificado, vestindo camisa azul e calça jeans, chapéu, segurando uma mala de viagem e que este indivíduo parecia conversar de forma insistente com o desaparecido. Maria Selma acrescenta que Zeca demonstrava nervosismo antes de embarcar.

Diante dos fatos apresentadas, esta autoridade policial lavrou o presente boletim de ocorrência, encaminhando o caso para o setor de investigação para os devidos procedimentos legais,

Assinatura da Autoridade Policial:

Delegado *Antônio Rogêdo da Rocha*
Matricula 218764-9 - Polícia Civil

DOCUMENTO GERADO POR IA

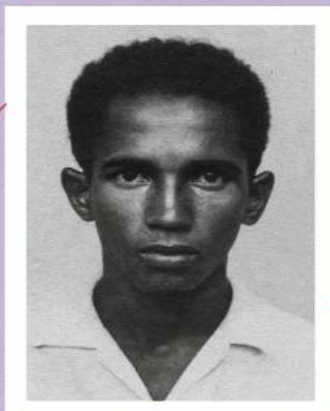
PISTA B:

FOTO 3X4 DA VÍTIMA DESAPARECIDA

Jose Feliciano da Silva Borges

Data de Nascimento: 25 jun. 1941

Visto pela última vez: 15 fev 1958



ZECA



PISTA C:

TESTEMUNHO DE JOANA MARIA ALVES DA SILVA BORGES

TERMO DE DECLARAÇÃO – TESTEMUNHA

Data: 05 de abril de 1958

Local: 14ª Delegacia de Polícia Civil –

Município de Ibicarai-BA

Declarante: Joana Maria Alves da Silva Borges



Aos cinco dias do mês de abril do ano de mil novecentos e cinquenta e oito, nesta Delegacia de Polícia, presente a Sra. Joana Maria Alves da Silva Borges, brasileira, lavadeira, casada com o Sr. Feliciano Andrade Borges, mãe de cinco filhos, residente na rua 1 de Maio, nº 145, bairro Centro, nesta cidade, foi ouvida na condição de declarante, nos seguintes termos:

Afirmou que seu filho, José Feliciano da Silva Borges, conhecido como Zeeca, de 16 anos, encontra-se desaparecido desde o dia 15 de fevereiro de 1958. Disse que Zeeca é um rapas calado, tranquilo e obediente, sempre respeitou os pais e nunca demonstrou comportamento que gerasse preocupação. Relatou que, desde jovem, acompanhava o pai, Feliciano, nas idas à cidade vizinha de Itabuna-BA, onde trabalhavam juntos na feira, carregando mercadorias e ajudando os feirantes. Após a viagem do esposo para o estado do Goiás, há cerca de um ano, Zeeca continuou fazendo esse trajeto sozinho ou em companhia de considos.

A Sra. Joana informou que, apesar da ausência do filho desde o início de maio, evitou procurar a polícia antes de completar um mês, pois acreditava que ele havia ido trabalhar e que logo retornaria, como costumava fazer. Contudo, com o passar dos dias, o silêncio e a falta de notícias aumentaram sua preocupação, principalmente diante das dificuldades financeiras que enfrenta, estando sozinha para sustentar a casa e os outros filhos.

Nada mais havendo a declarar, mandou lavrar o presente termo, que vai por ela assinado, após lido e achado conforme.

Assinatura da Declarante: *Joana Maria Alves da Silva*
Delegado Antônio Rezende da Rocha

DOCUMENTO GERADO POR IA

PISTA D:

TESTEMUNHO DE MARIA SELMA DA SILVA BORGES

TERMO DE DECLARAÇÃO – TESTEMUNHA MENOR

Data: 05 de abril de 1958

Local: 14ª Delegacia de Polícia Civil –

Município de Ibicarai/BA

Declarante: Maria Selma da Silva Borges
(menor de idade)



Aos cinco dias do mês de abril do ano de mil novecentos e cinquenta e oito, nesta Delegacia de Polícia, compareceu a menor Maria Selma da Silva Borges, de 12 anos de idade, residente na rua 1ª de Maio, nº 145, bairro Centro, nesta cidade, acompanhada de sua mãe e responsável legal, Joana Maria Alves da Silva Borges, para prestar esclarecimentos sobre o desaparecimento de seu irmão, José Feliciano da Silva Borges, vulgo Zeeca.

Questionada sobre o que sabia do caso, Maria Selma declarou que gostava muito do irmão, que ele era alegre, brincava com ela e com os outros irmãos, e que sente muita saudade desde que ele foi embora. Relatou que Zeeca costumava escutar os jogos do seu time de futebol pelo rádio junto com o pai, o que fazia quase toda semana, mas que deixou de fazer isso desde que o pai viajou para longe a trabalho há cerca de um ano.

A menor informou que viu o irmão pela última vez no dia 15 de fevereiro de 1958, no final da tarde, na rodoviária municipal. Disse que ele vestia uma camisa de botão, calça social cinza e sapato, e que segurava um papel e uma passagem de ônibus na mão. Ao avista-la, ela tentou se aproximar, mas Zeeca a viu primeiro e disse, de forma rígida e séria, para que ela fosse para casa imediatamente. Assustada com o tom de voz do irmão, ela obedeceu e saiu correndo. Informou que Zeeca estava nervoso.

Assinatura da Responsável Legal: *Joana Maria Alves da Silva*
Assinatura da Autoridade Policial
Delegado Antônio Rezende da Rocha

DOCUMENTO GERADO POR IA

PISTA E:

CARTA ESCRITA À MÃO DE FELICIANO ANDRADE BORGES

Minha amada Joana e meus queridos filhos,

Escrever estas mal trapadas linhas com o coração apertado de saudade, mas cheio de esperança nos dias que virão.

Aqui, no meio do Planalto Central, o vento é frio e a poeira vermelha não dá tréguas, mas o pensamento vai sempre para o calor de nosso lar em Ilhéus.

Como serão estas, meu amor? E as nossas cinco joias? À cada noite, antes de o cansaço me derrubar, olho por cada um de vocês.

A meu filho mais velho, João, que já é o homem da casa, que Deus o abençoe com força e juízo para cuidar sua mãe. A minha doce Maria Antônia, bazar direito de sua mãe, que a bênção de Nossa Senhora a cubra de vitórias e doçura. Ao meu Zea, de não fácil, que Deus lhe dê sempre essa alegria e um caminho bom pela frente. A minha pequenina Selvinha, que a bênção do Pai a proteja de todo mal e o faça crescer com saúde e cora-

DOCUMENTO GERADO POR IA

PÁGINA 1

gem. É a minha florinha, a cocula Maria Isabel, que o anjo da guarda vele seu ser-me e encha seus dias de paz. A bênção de seu pai para todos os cinco, hoje e sempre.

Sobre os negócios, as coisas por aqui continuam a passar longas. O trabalho é duro e não para de crescer ao pé de sol. O que anda era só vendido, um mar de terra vermelha a perder de vista, agora pulou em bonde incessante das máquinas. É impressionante de ver, Joana. Os tratores as betoneiras, os caminhões... parecem montões de ferro que não se cansam. Dia após dia, eles sazem, cavam e aplacimam. É como se estivessem, pouco a pouco, tatuando o corpo da cidade nesta terra virgem, desenhando os ruas, as quadras, as alvenarias de futuro do nosso Brasil. A coisa, fize paradas, olhando para essa imensidão, e me sinto parte de algo muito grande. Todos os dias me lembro de estar longe de vocês e por um futuro melhor, para que nossos filhos possam colher os frutos que estamos plantando hoje.

DOCUMENTO GERADO POR IA

PÁGINA 2

De: Feliciano Andrade Alves
Alojamento 18, quarto 7
Acompanhamento Tamboril, Vila Planalto
Brasília - Nova Capital



Para:
Srma. Sra. Joana Maria Alves da Silva
Borges e filhos
Rua 1ª de Maio, nº 145, Centro
Ilhéus - Bahia

ENVELOPE

DOCUMENTO GERADO POR IA

Não se preocupem comigo. Estou bem, trabalhando firme e guardando cada tostão que consigo. Se Deus quiser, em breve teremos o suficiente para garantir novo conforto. Aqui o trabalho é muito e faltam braços para o serviço. Todos os dias chegam peões, de todos os cantos. Emprego não falta, disso não podemos reclamar. Mas a vida aqui é dura.

A saudade dói, é uma visita constante. Sinto falta do cheiro do seu café, Joana, do riso das crianças cercado pelo quintal, até mesmo do latido do nosso cachorro. Mas fecho os olhos e consigo ver o rosto de cada um, e isso me dá forças para continuar.

Recebem um abraço carregado de amor e de toda a saudade que um homem pode sentir.

Do vosso esposo e pai, que muito vos ama,

Feliciano Andrade Alves

Vila Planalto, 13 de dezembro 1957

DOCUMENTO GERADO POR IA

PÁGINA 3



PROFHISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

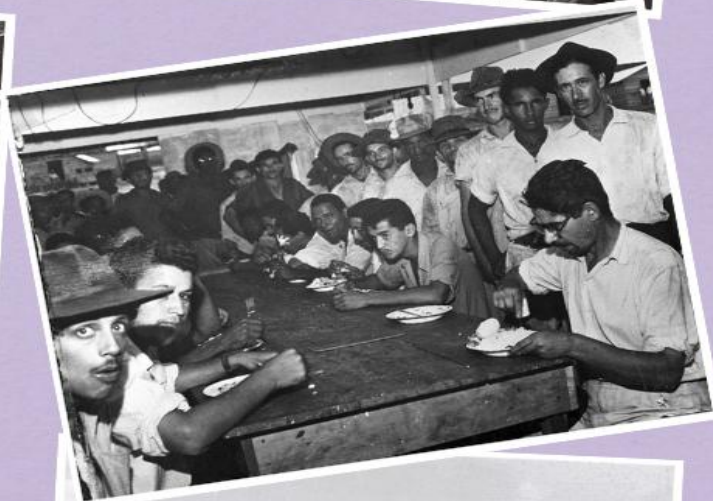
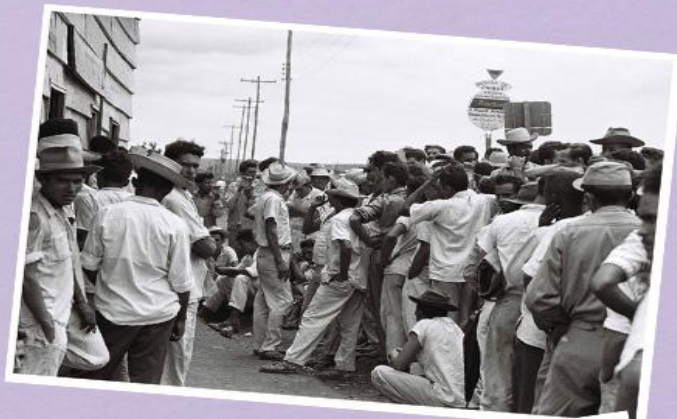




PISTA F: CONJUNTO DE FOTOGRAFIAS



ACESSE TODOS OS DOCUMENTOS
EM ALTA QUALIDADE





REFERÊNCIAS

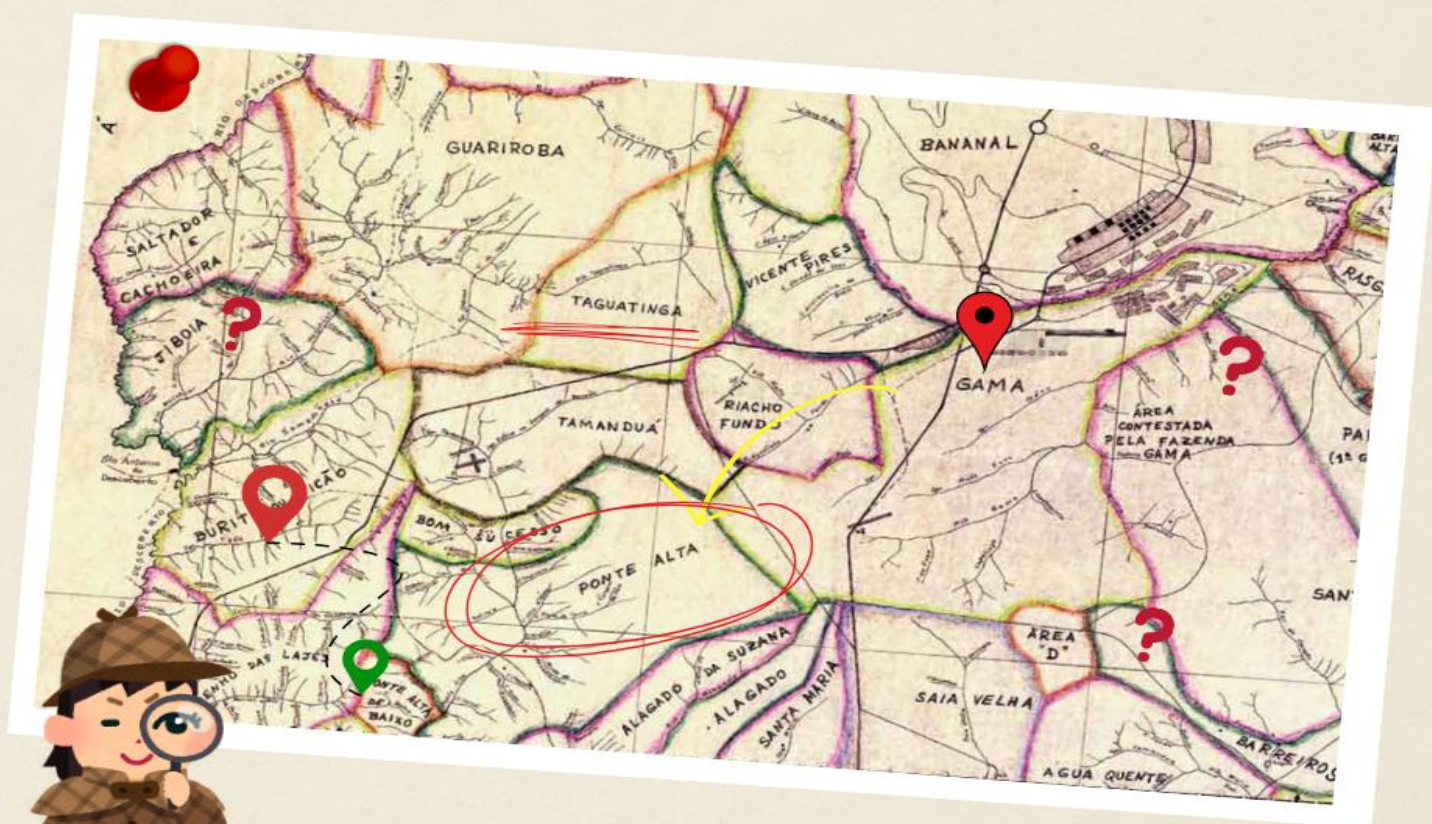
DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do DF. Currículo em Movimento do Distrito Federal - Ensino Fundamental: Anos Iniciais – Anos Finais. 2. ed. Brasília, 2018.

LUIZ, Edson Beú. Expresso Brasília: a história contada pelos candangos. Brasília: Editora UnB, 2012.

GRINBERG, Keila; ALMEIDA, Anita. Detetives do passado no mundo do futuro: divulgação científica, ensino de História e internet. Revista História Hoje, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 315–326, 2017. DOI: 10.20949/rhhj.v1i1.8. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/8>. Acesso em: 20 maio 2025.

GRINBERG, Keila; GRINBERG, Lúcia; LAGÔA, Ana Mascia. Oficinas de História: projeto curricular de Ciências Sociais e de História. Belo Horizonte: Dimensão, 2000.

DOSSIÊ 2: TERRA VAZIA, TERRA DE NINGUÉM!





DESCRIÇÃO DA OFICINA:

Nessa segunda oficina aprofundamos o contato dos estudantes e professores com fontes históricas e sua problematização. O dossiê 2 contém um conjunto de documentos relacionados a narrativa de um vazio total no planalto central antes da construção de Brasília. Essa ideia parte de uma noção de colonização e domínio de uma região supostamente inabitada, entendendo o presidente Juscelino Kubitschek como o líder responsável pelo processo, gerando além de exaltação dos fundadores de Brasília e do ideal de desenvolvimentismo e progresso, uma gama de invisibilizações das preexistências na região do atual Distrito Federal. Apresentaremos como pistas um trecho do discurso de JK na inauguração de Brasília, uma foto do presidente em 1956 na região onde estavam previstas o início das obras e um trecho de jornal de ampla circulação na então capital federal. Completam o dossiê uma foto da vila de Santa Luzia quando da passagem da Missão Cruls pela região e um mapa do “Novo Distrito Federal” elaborado como estudos para a transferência da capital. Encerra o material um guia de investigação mais detalhado que o dossiê 1, levando estudantes a aprofundarem as reflexões, analisando cada documento individualmente e as possíveis relações entre eles.

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

- Comparar documentos, reconhecendo semelhanças e diferenças nas narrativas; (EF)
- Identificar discursos e intencionalidades por trás de cada documento, bem como os objetivos de sua produção; (EM)
- Analisar as preexistências do Distrito Federal que estão excluídas da narrativa tradicional;
- Identificar topônimos que indicam a presença e ocupação humana da região do atual Distrito Federal anterior a construção de Brasília.



CONTEÚDOS:

Os conteúdos conceituais propostos nessa segunda oficina não estão diretamente previstos em documentos curriculares norteadores, tais como BNCC ou o próprio Currículo em Movimento do Distrito Federal. Aqui pretendemos ir além desses documentos com o objetivo de romper com a narrativa clássica presente no ensino de História do Distrito Federal. Estabelecemos como objetivo principal:

- Ocupações humanas anteriores a construção de Brasília: vilas, fazendas, presença indígena e quilombola na região do atual DF.

ESTRATÉGIA:

Essa oficina pode ser iniciada a partir de uma conversa entre professor e alunos em que os questiona sobre o que havia no local onde eles moram décadas ou mesmo séculos atrás. Os conhecimentos prévios sobre a construção de Brasília e a transferência da nova capital para a atual região do Distrito Federal serão o ponto de partida para levá-los a questionar o que existia nessa região antes mesmo de Brasília. As experiências com o Dossiê 1 e a relação detetive/historiador são retomadas, lembrando-os que somente a partir da investigação e análise dos documentos históricos podemos formular hipóteses sobre o que e como algum evento aconteceu.

Formam-se novamente grupos de 3 ou 4 alunos para analisarem todas as pistas disponíveis no Dossiê 2, determinando um tempo para a leitura da apresentação do caso e do guia de investigação. O trecho selecionado do discurso inaugural de Juscelino Kubitschek tem por objetivo principal destacar a ideia de que Brasília foi construída sobre um grande nada, “um planalto central vazio”, confirmada pelo trecho do jornal “Correio da Manhã”.

O DISCURSO E O TRECHO DE JORNAL ABREM
POSSIBILIDADES PARA TRABALHAR A RELAÇÃO DE JK
COM OS OPOSITORES À TRANSFERÊNCIA.



Para alunos de Ensino Fundamental, o professor pode construir essa análise dos documentos junto com os próprios estudantes, os levando direto ao confronto com as outras pistas no dossiê 2.

A fotografia da Vila de Santa Luzia, atual Luziânia, cidade goiana a cerca de 50 km de Brasília, é o primeiro indício direto da presença humana na região. A última e rica pista se trata da versão final do mapa intitulado “Novo Distrito Federal – Planta Índice Cadastral”, produzido entre 1955 e 1958, também conhecido como “mapa das fazendas”, elaborado a partir de mapas individuais pela Comissão de Cooperação para a mudança da Capital Federal, que depois deveria servir para a desapropriação de algumas fazendas na região da nova capital. O trato com o mapa pode gerar abordagens distintas, a depender da faixa etária dos estudantes que tenha contato com o documento.

Aos alunos de Ensino Médio, permite analisar as intencionalidades ao produzir um mapa oficial e estabelecer uma comparação com o Distrito Federal atual, mantendo topônimos ou criando novos nomes na região. Aos alunos dos anos finais do Ensino Fundamental, uma análise de topônimos identificando indícios de presença indígena nos nomes, suas permanências e seus apagamentos. A presença do Quilombo Mesquita, ao sul do Distrito Federal, pode ser um elemento motivador para o professor abordar a presença negra quilombola na região.

Para a apresentação de resultados, espera-se que os grupos consigam identificar elementos da narrativa oficial de ocupação de um espaço vazio presente em alguns documentos e consiga questionar essa narrativa com informações baseadas na análise de outros documentos. Como sugestão avaliativa, o grupo deverá elaborar uma apresentação para as pistas de modo que divulguem suas conclusões baseadas nas respostas do guia de investigação.

APRESENTAÇÃO DO CASO:

“Quando eu cheguei aqui era tudo mato!” Talvez você já tenha escutado essa frase de algum parente ou uma pessoa mais velha que você e que relate como a nossa cidade era um grande cerrado vazio anos atrás. Geralmente essa pessoa conta deslumbrada sobre as mudanças que aconteceram: construções de casas, prédios, asfalto, escolas, hospitais, enfim, uma modernização onde não havia nada.

Brasília foi inaugurada oficialmente em 21 de abril de 1960 para ser a capital da República. Milhares de pessoas migraram para a região em busca de trabalho e participaram das obras de construção (será que nosso amigo Zeca estava entre eles?). Vivenciaram na pele e viram com os próprios olhos a transformação de uma paisagem natural de cerrado e poeira vermelha se transformar em uma cidade moderna de avenidas largas. No dia da inauguração, o então presidente Juscelino Kubitschek pronunciou um discurso na praça dos três poderes, voltado para uma multidão desses trabalhadores, em que os chamava de “companheiros de lutas”, relatando as dificuldades de chegar a essa terra inóspita e selvagem.

Aqui nos surgem algumas dúvidas das quais precisamos da ajuda de detetives experientes como vocês: será que aqui era mesmo “tudo mato”? O que existia nessa região do Distrito Federal antes da construção de Brasília? Aprendemos no caso do desaparecimento de Zeca que historiadores são detetives do passado e que só podem basear suas investigações a partir de pistas, de fontes. Veremos nesse dossiê que as fontes podem dizer muito mais do que realmente dizem, ou que podem esconder muita coisa quando tentam relevar outra. Por isso é necessário olhar atento, curiosidade e mente investigativa. O que elas nos dizem? O que elas não nos dizem?

Contamos com vocês.

Boa investigação, detetives!

PISTAS:

- A) Trecho do discurso de JK;
- B) Fotografia 1;
- C) Fotografia 2;
- D) Trecho de jornal;
- E) Mapa.



ACESSE TODAS AS PISTAS
EM ALTA QUALIDADE

GUIA DE INVESTIGAÇÃO:

1. Como JK se refere ao planalto central em seu discurso de inauguração (Pista A)? Qual trecho isso fica claro?
2. A pista B confirma ou contradiz o discurso de JK? Qual elemento da fotografia indica isso?
3. A pista C confirma ou contradiz o discurso de JK? Quais indicações temos para isso na fotografia?
4. A vila retratada na Pista C existe ainda hoje? Qual seu nome e a distância em relação a Brasília?
5. Além da vila retratada na Pista C, existia alguma outra vila na região próxima ao atual Distrito Federal? Quais? Elas aparecem descritas na Pista E?
6. A pista D confirma ou contradiz o discurso de JK em relação ao planalto central? Quais elementos da reportagem nos indicam isso?
7. Baseado na análise das pistas A e D, qual você acha que era a ideia comum da população brasileira sobre a região do planalto central? Essa ideia estava correta?
8. A pista E confirma ou contradiz o discurso de JK? Quais elementos indicam isso na análise do mapa?
9. Existem indícios na pista E que indicam presença ou herança indígena na região?

A partir do guia de investigações e da análise das pistas, crie uma apresentação apresentando suas hipóteses que respondam a essa pergunta central:

A REGIÃO DO ATUAL DISTRITO FEDERAL ERA UMA TERRA VAZIA?

UMA TERRA DE NINGUÉM?

PISTA A:

TRECHO DO DISCURSO DE JK

NA PRAÇA DOS TRÊS PODERES, DIRIGINDO-SE AOS OPERÁRIOS QUE CONSTRUÍRAM A CAPITAL.

"Meus amigos e companheiros de lutas, soldados da epopeia da construção de Brasília, recebo, profundamente emocionado, a chave simbólica da cidade filha do nosso esforço, da nossa crença, de nosso amor a este País. Sou apenas o guardião desta chave. Ela é tão minha quanto vossa, quanto de todos os brasileiros. (...)

Entre o Presidente da República, que vos fala, e vós, trabalhadores de várias categorias — técnicos, empreiteiros, fornecedores, mestres-de-obras, operários e aprendizes, homens da iniciativa privada, que para cá vos transferistes e me ajudastes — nestes anos de labor incessante, pelos dias e pelas noites, se formou tal vínculo de amizade, se estreitou tal estima, se estabeleceu tal corrente de compreensão, que nos ligamos todos para o mesmo objetivo, que se nos faziam comuns os problemas de cada um. Brasília só pode estar aí, como a vemos, e já deixando entender o que será amanhã, porque a Fé em Deus e no Brasil nos sustentou a todos nós, a esta família aqui reunida, a vós todos, candangos, a que me orgulho de pertencer. Viestes, alguns de Minas Gerais, outros de Estados limítrofes, a maioria do Nordeste. Caminhastes de qualquer maneira até aqui, por estradas largas e ásperas, porque ouvistes, de longe, a mensagem de Brasília; porque vos contaram que uma estrela nova iria acrescentar-se às outras vinte e uma da bandeira da Pátria. Reconheço e proclamo, neste momento, que sois expressão da força propulsora do Brasil. Tínheis fome e sede de trabalho num país em que tudo estava e está ainda por fazer. Os que duvidaram desta vitória; os que nos procuraram impedir a ação; os que e desmandaram em palavras contra esta Cidade da Esperança, desconheciam que o impulso, o ânimo, a fé que nos sustentavam eram mais fortes do que os desejos de obstrução que os instigavam, do que a visão estreita que não lhes permitia alcançar além das ruas citadinas em que transitam.

Mas deixemos entregues ao esquecimento e ao juízo da História os que não compreenderam e não amaram esta obra. Deixemos de lado as dificuldades, as canseiras, as incompreensões, os interesses contrariados, alguns de puro egoísmo, outros compreensíveis; deixemos de lado a tendência do imobilismo, as injustiças, até os desumanos ataques. A hora é de emoção. Atingimos o porto para onde se dirigiam as nossas esperanças. As peripécias da viagem e este mar de trabalho, esta extensão de tarefas que parecia infinita, verificamos hoje como foi rápido vencê-los todos. Quatro anos somente são

transcorridos desde o dia em que dormi aqui numa tenda, em plena solidão do Brasil, no sertão sem fim, vendo rondar o meu acampamento a ameaçadora presença de animais selvagens. Nestes quatro anos, com que febre vos atirastes ao trabalho! Trabalhou-se aqui em três turnos, durante todas as horas do ciclo da terra em redor do sol. O nosso sol era a Cidade que íamos todos construindo, levantando, erguendo. Um sol já existe em nosso desejo e em nossa esperança; estava, porém, invisível quando aqui cheguei com uns poucos colaboradores, no dia dois de outubro de 1956, à grande planície vazia, onde só encontramos, como sinal de presença de homem civilizado, um cruzeiro que a Comissão Demarcadora de Fronteiras mandara erguer em sinal de sua passagem. Brasília começou nesse momento a delinear-se em nossos espíritos. (...)"

Juscelino Kubitschek, 21 de abril de 1960

(PINTO, Luíza Helena Nunes. Discursos Seleccionados do Presidente Juscelino Kubitschek. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010. 64 p. v. 1.)

PISTA B:

PRESIDENTE JK NA PRIMEIRA VIAGEM AO LOCAL EM QUE SERIA CONSTRUÍDA BRASÍLIA (1956)



Autor: Mario Fontenelle/ Acervo Fundo
NOVACAP- ArPDF

PISTA C:**ACAMPAMENTO DA MISSÃO CRULS EM SANTA LUZIA, GOIÁS (1892)**

Autor: Henrique Morize/Acervo:
ArPDF

PISTA D:**TRECHO DO JORNAL "CORREIO DA MANHÃ" - 03/10/1956****República do Nada**

Vouo o sr. Juscelino Kubitschek, em companhia do general Lott, para o Planalto Central. E logo a Agência Nacional entrou a noticiar de Brasília, que por enquanto é mato... Numa declaração, dessa procedência, o sr. Juscelino Kubitschek começa fixando em anos e meses a data da instalação da nova Capital da República. O chefe do Poder Executivo pode assinar atos onde quer que entenda, no território nacional; mas não pode dizer dentro de que prazo despachará ordinariamente na nova Capital. A data da mudança é objeto de lei do Congresso, que ainda não foi votada.

O general Lott declarou-se "adepto fervoroso" da mudança, o mais depressa possível, estando pronto a mandar imediatamente para o local delineado um batalhão de engenharia.

Para o sr. Kubitschek, o problema do go-

vêrno é trocar de sede. Não muda o ministério, mas quer mudar a Capital, onde não existirão mais problemas, sequer os municipais das ruas esburacadas, pois não existem ruas.

Sentir-se-á à vontade no vácuo, na república do Nada, isolado das questões políticas, administrativas, sociais e econômicas, de que vive inçado o Brasil, e que se agravam cada dia mais. Não é do temperamento, não é da competência do sr. Kubitschek resolver problemas ou encaminhar soluções. Precisa de um lugar quieto onde ser presidente da República. De um lugar neutro, onde se dispense a capacidade civil do governo para realizar, e a capacidade militar para pacificar.

E, de resto, se não puder realizar esse desejo, terá preenchido os cinco anos de sua presidência ocupado na mudança; estando à disposição dela, se considerará dispensado de governar. Governe, se puder, o seu sucessor. Passando-lhe a faixa em Brasília, já lhe terá passado um conto de vigário: o da mudança da Capital.

Acervo: Fundo NOVACAP -
ArPDF

BR. ArPDF. NOV.D.04.01.Z

Divisão de Divulgação/ Setor de Documentação

CORREIO DA MANHÃ - Data: 3/10/1956



ACCESSE TODOS OS DOCUMENTOS
EM ALTA QUALIDADE

PISTA E:
MAPA DAS FAZENDAS

NOVO DISTRITO FEDERAL

PLANTA ÍNDICE CADASTRAL



MAPA INTITULADO "NOVO
DISTRITO FEDERAL -
PLANTA ÍNDICE
CADASTRAL", TAMBÉM
CONHECIDO COMO
"MAPA DAS FAZENDAS".
ELABORADO A PARTIR DE
MAPAS INDIVIDUAIS PELA
COMISSÃO DE COOPERAÇÃO
PARA A MUDANÇA DA
CAPITAL FEDERAL, QUE
DEPOIS SERVIU PARA A
DESAPROPRIAÇÃO DE
ALGUMAS FAZENDAS.
PRODUZIDO ENTRE 1955 E
1958

REFERÊNCIAS

BARBO, Lenora de Castro. Preexistências de Brasília: reconstruir o território para construir a memória. Universidade de Brasília, 2010. Programa de Pós Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Dissertação de mestrado. Disponível em: < <http://repositorio2.unb.br/browse?type=author&value=Barbo%2C+Lenora+de+Castro> >. Acesso em: 09/05/2025.

BERTRAN, Paulo. História da terra e do homem no Planalto Central: eco-história do Distrito Federal. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 3a. edição, 2011. [Coleção UnB nos 50 anos de Brasília].

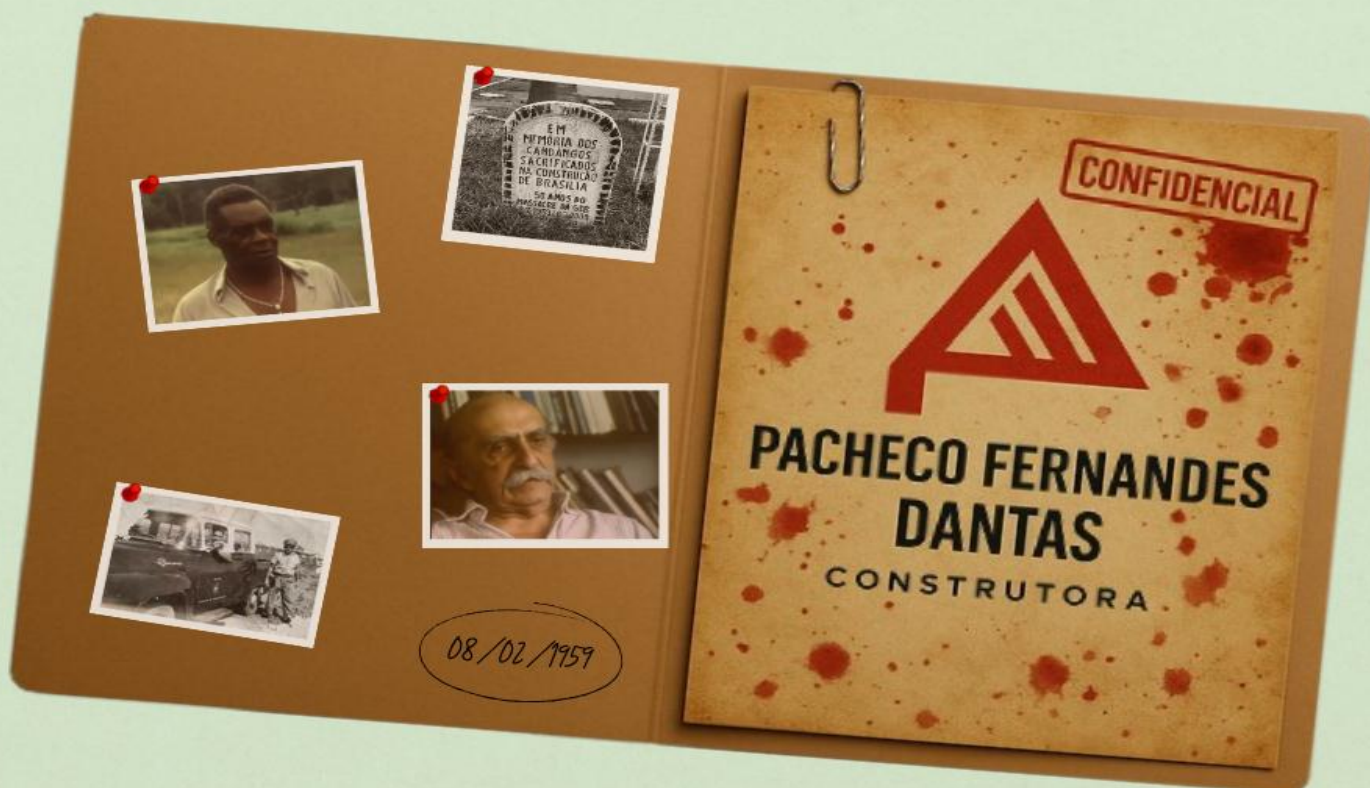
GRINBERG, Keila; GRINBERG, Lúcia; LAGÔA, Ana Mascia. Oficinas de História: projeto curricular de Ciências Sociais e de História. Belo Horizonte: Dimensão, 2000

OLIVEIRA, Juscelino Kubitschek. Na praça dos Três Poderes, dirigindo-se aos operários que construíram a capital. In: PINTO, Luíza Helena Nunes (Org). Discursos selecionados do presidente Juscelino Kubitschek. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010, p. 47-50.

SILVA, Elias Manoel da e VIEIRA Jr., Wilson (orgs.). GOYAZ - Guia de Cartografia Histórica. Brasília Arquivo Público do Distrito Federal, 2018.



DOSSIÊ 3: TÚMULO DO CANDANGO DESCONHECIDO!



PROFHISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA





DESCRIÇÃO DA OFICINA:

O caso do Túmulo do Candango desconhecido permite a partir de um crime real investigar e analisar o cotidiano de luta e violência presente em Brasília durante as obras de construção da cidade. Terça-feira de carnaval, dia 8 de fevereiro de 1959, a Guarda Especial de Brasília (GEB) é chamada para conter episódios de protestos ou brigas de trabalhadores no acampamento da construtora Pacheco Fernandes Dantas. Os eventos que se sucederam após isso são confusos e com versões conflitantes. Algumas autoridades afirmaram desconhecer ou minimizaram o ocorrido, entendendo como um evento natural de violência sem grandes proporções. Outros relatam uma violenta chacina, com grande número de cadáveres que teriam sido ocultados após o ocorrido. Colocamos nossos alunos diante dessas duas versões, apresentando como pistas principais os depoimentos de pessoas envolvidas direta ou indiretamente no evento, bem como o tratamento dado pela mídia impressa em alguns trechos de jornal da época. Uma foto de um memorial erguido pela população da Vila Planalto no local onde o evento teria ocorrido 50 anos antes é a pista inicial para o início das investigações. Completam o dossiê um guia de investigação detalhado, pensado para que os estudantes analisem em detalhes as narrativas presentes em cada pista, seus aspectos divergentes e qual dessas narrativas se tornou dominante.



CONTEÚDOS:

- Construção de Brasília a partir dos trabalhadores: trabalho e violência no cotidiano da obras.

Em diálogo com a habilidade “(EF09HI18): Descrever e analisar as relações entre as transformações urbanas e seus impactos na cultura brasileira entre 1946 e 1964 e na produção das desigualdades regionais e sociais”, prevista na Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

OBJETIVO GERAL:

- Compreender o contexto histórico da construção de Brasília e suas contradições sociais;

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Refletir sobre o cotidiano dos trabalhadores a partir de elementos como jornadas de trabalho, condições de alimentação, moradia, violência e repressão policial;
- Analisar o episódio do massacre da GEB como expressão dos conflitos entre trabalhadores e empresas construtoras;
- Reconhecer a história oral como metodologia possível de construção do conhecimento histórico;
- Analisar diferentes narrativas a partir das memórias individuais analisada;
- Identificar elementos de uma “memória subterrânea” (POLLACK, 1989) que se contrapõe a uma memória oficial, identificando vestígios de apagamentos e silenciamento;




ESTRATÉGIA:

Formando grupos entre 4 e 6 alunos, a oficina pode ser iniciada analisando a **pista A**. Uma foto de um túmulo dedicado ao candango desconhecido, em referência ao chamado “massacre da GEB” ocorrido em Brasília durante o carnaval de 1959. O professor pode ambientar seus alunos/detetives através desse caso concreto a ser investigado, orientando-os a buscar informações sobre o ocorrido. Contudo, conhecer a história da chacina da Pacheco Fernandes Dantas é somente o pano de fundo para essa oficina que proporciona analisar elementos da História Oral como metodologia para a construção de conhecimento histórico.

Necessário orientar os estudantes para que dentro de cada grupo se dividam para as tarefas de análise de pistas. Uma parte pode ser responsável pela análise da **Pista B**, os recortes de jornal. O guia de investigação permite que eles cataloguem as informações importantes em cada um dos quatro jornais selecionados. Três desses trechos acabam por reproduzir uma narrativa oficial de um evento isolado ao relatar o ocorrido, com poucas vítimas. Um trecho em específico, o único a ter um repórter de campo em Brasília e ouvir trabalhadores, aborda o caminho da denuncia.

Uma outra parte de alunos ficaria responsável para a análise da **pista C**, os depoimentos de testemunhas envolvidas no evento. Trata-se de quatro trechos recortados do cine documentário “Conterrâneos Velhos de Guerra”, produzido em 1991 pelo diretor Vladimir de Carvalho. Necessário orientar os alunos para que percebam as diferenças de versões em cada um dos testemunhos, identificando elementos de uma narrativa oficial, apresentada pelas autoridades ouvidas por Carvalho, e os elementos do que Pollack chama de memória subterrânea (POLLACK, 1989, p.3), invisibilizada e apagada dos relatos oficiais.



Por fim, todos os membros do grupo precisam compartilhar entre si suas análises de cada conjunto de pistas para elaborar uma hipótese sobre o ocorrido no carnaval de 1959, selecionando quais pistas baseiam suas hipóteses e quais questionam sua narrativa. Para a conclusão dos casos não esperamos que os estudantes tragam respostas definitivas sobre o evento, mas consigam contextualizar a partir das fontes o duro cotidiano de violência e negação de direitos que envolviam os trabalhadores da construção de Brasília, exemplificado no caso do massacre da Pacheco Fernandes Dantas. Metodologicamente, espera-se que os alunos enxerguem as diferenças de narrativas presentes em cada fragmento de memória a partir dos testemunhos e que o dever do historiador vai além de somente colhê-los para atestar sua veracidade, executando um trabalho de contextualização e problematização dessas memórias.



APRESENTAÇÃO DO CASO:

Ao caminhar por uma pracinha simples na Vila Planalto, região próxima a Esplanada dos Ministérios em Brasília, um pouco escondida atrás de um capim alto e em meio aos quiosques e lanchonetes, podemos encontrar um pequeno e simples monumento. Uma pedra baixa em formato curvo, ornamentada com pedaços de azulejo azul, artesanalmente posicionados formando os seguintes dizeres: “Em memória dos candangos sacrificados na construção de Brasília”. Seria essa praça um cemitério clandestino? Estariam os moradores da Vila Planalto caminhando sobre corpos enterrados? A quem pertence esse túmulo desconhecido?

Trata-se de uma homenagem feita em 2009 pelos próprios moradores da região para lembrar um trágico acontecimento que teria acontecido naquele exato local, ainda no ano de 1959: a **chacina da Pacheco Fernandes Dantas**, ou também conhecida por alguns como **o massacre da GEB**. Convocamos novamente nossos mais experientes detetives para revelar o mistério que ronda esse acontecimento, analisando pistas disponíveis na tentativa de solucionar o caso. O dossiê 3: túmulo do candango desconhecido analisa mais do que fotografias ou documentos oficiais escritos. Tentaremos desvendar esse grave crime a partir de depoimentos de testemunhas sobre o caso. Quem são elas? O que elas nos contam? Qual o grau de envolvimento de cada uma com o fato? Elas nos contam a verdade? A memória de cada uma delas pode ser uma fonte confiável para o evento ocorrido? Questões que somente um historiador-detetive é capaz de responder

Contamos com vocês. Boa investigação, detetives!



PISTAS:

- A) Fotografia: memorial do massacre da GEB;
- B) Trechos de jornal;
- C) Depoimentos das testemunhas;

GUIA DE INVESTIGAÇÃO:

Para essa tarefa vamos precisar de muito trabalho em equipe! Comecem analisando todos juntos a Pista A. Elaborem uma ficha conforme o modelo com o máximo de informações possíveis sobre a pista e o evento. Em seguida, dividam-se em 2 grupos para analisar melhor cada conjunto de pistas (B e C) separadamente. Elabore no caderno uma ficha semelhante ao modelo apresentado no dossiê sobre as informações obtidas em cada pista. Ao final, as equipes do seu grupo deverão apresentar entre si o que conseguiram concluir para formular a hipótese final e apresentá-la ao professor. Lembrem-se: suas hipóteses precisam ser sempre baseadas nas pistas

O QUE OCORREU NO CARNAVAL DE 1959 NO ACAMPAMENTO DA
PACHECO FERNANDES DANTAS?

Guia de investigação - Pista A

- De quem é túmulo apresentado na Pista A?
Existe algum corpo ali enterrado?
A qual evento ele está relacionado?
- Onde está localizado o túmulo da Pista A?
Ele é considerado um monumento oficial
da cidade?

DOSSIÊ 3

ESCREVA SUA ANÁLISE
NO CADERNO!

GUIA DE INVESTIGAÇÃO:

Recorte de jornal n. ____

Análise de recortes de jornal

Nome do jornal, cidade de publicação e data da reportagem:

- ▶ O jornalista estava presente ao fato narrado ou descreveu de outra cidade?
- ▶ Segundo a reportagem, qual o número de vítimas do fato?
- ▶ Segundo a reportagem, quem são os responsáveis pelo ocorrido?
- ▶ Qual a postura do jornal diante do fato? Denunciar ou minimizar?

ESPECIFIQUE QUAL O JORNAL ANALISADO E FAÇA UMA FICHA SEPARADA DE CADA TRECHO

ESCREVA SUA ANÁLISE NO CADERNO!

PISTA B:

ESPECIFIQUE QUAL O DEPOIMENTO (VÍDEO) ANALISADO E FAÇA UMA FICHA SEPARADA PARA CADA

Depoimento ____

Análise dos depoimentos de testemunhas

Caso 3: Túmulo do Candango Desconhecido

- Quantas testemunhas ouvidas nesse depoimento? Quem são e quais as suas ocupações em Brasília?
- Resuma a versão do fato relatado pelas testemunhas desse depoimento, identificando as causas do ocorrido, número de vítimas e responsáveis pela ação.

ESCREVA SUA ANÁLISE NO CADERNO!

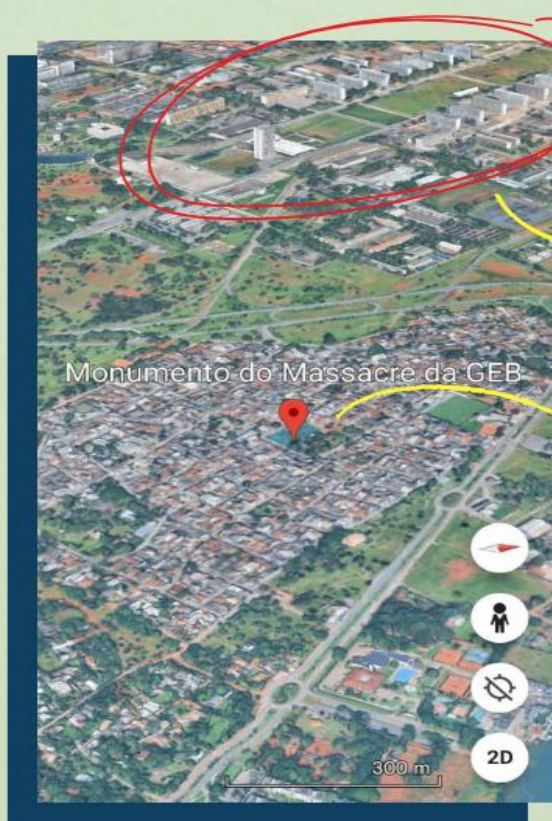
PISTA C:



PISTA A: MEMORIAL DO MASSACRE DA GEB



ACESSE TODAS AS PISTAS EM
ALTA QUALIDADE



ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS

MEMORIAL DO MASSACRE DA GEB
VILA PLANALTO- DF

GOOGLE EARTH, 2025

PISTA B:
TRECHOS DE JORNAL

**TRUCIDAMENTO
EM BRASÍLIA**

GOIÂNIA, 12 — Urgente — Jornais e emissoras goiânienses falam hoje sôbre o trucidamento verificado em Brasília, no acampamento da firma Pacheco Fernandes por policiais do destacamento local que metralharam indefesos operários, dormindo, através de paredes de dormitórios.

Há versões diferentes. Mas a verdadeira é que operários reclamaram contra a má comida e falta de água. Os responsáveis pela chacina foram o mestre de obras e o engenheiro.

Telegramas foram enviados aos Ministro da Guerra, Presidente da República, Congresso Nacional e outras autoridades da República.

Os mortos foram transportados para lugares desconhecidos. Os trabalhadores estão em greve, solidários com os companheiros. Nove mortos e dezenas de feridos. O Exército está procurando manter a calma. (Asp.)

2- JORNAL DO BRASIL. "FOI VER QUE HOUE MESMO EM BRASÍLIA". RIO DE JANEIRO, 14/02/1959.

O CASO REPERCUTIU NA IMPRENSA PELO BRASIL. ALGUNS JORNAIS CHEGARAM A NOTICIAR O OCORRIDO, PORÉM MUITOS DELES NÃO TINHA JORNALISTAS PRESENTES EM BRASÍLIA, RELATANDO TUDO DE LONGE DOS FATOS.

1- CORREIO DA MANHÃ. "TRUCIDAMENTO EM BRASÍLIA". RIO DE JANEIRO, 13/02/1959

**Foi ver que
houve mesmo
em Brasília**

Goiania, 13 (Especial para o JORNAL DO BRASIL) — A Polícia de Goiás acaba de enviar a Brasília, como observador, o Médico Legista Aristoclides, segundo informou o Sr. Cleone Ecelin. Chefe do Gabinete do Secretário de Segurança do Estado.

Em resposta a um rádio daquela Secretaria, disse o Coronel Oscar Dutra, Comandante do Sexto Batalhão de Guardas, sediado na futura Capital do País, que houve um morto e três feridos em estado grave, no conflito entre policiais e operários da firma Pacheco Fernandes ocorrido terça-feira de Carnaval.

Confirmou o Coronel que o incidente fôra provocado pela má acomodação dos trabalhadores, acrescentando, que mais 20 presos deverão ser ouvidos pela Polícia de Brasília e que a situação já se encontra normalizada.

O inquérito para apurar a responsabilidade do conflito está sendo presidido pelo senhor Argelal Gonzaga.

PISTA B:

TRECHOS DE JORNAL

Tiroteio causa morte e feridos na nova Capital

Um operário resistiu à polícia e foi abatido

Um operário morreu, domingo, em Brasília, e cinco ficaram feridos, quando a polícia local interveio para apartar dois trabalhadores que brigavam no acampamento da firma Pacheco Fernandes e, encontrando resistência da parte de um deles, trocou tiros com ele e acabou por abate-lo.

Essa informação foi dada ao "Jornal do Commercio" pelo Sr. João Virgílio Pinheiro, filho do Sr. Israel Pinheiro, presidente da NOVACAP, e que regressou, ontem, ao Rio, trazendo, a respeito do fato, notícias que reduzem as proporções das versões divulgadas nesta capital.

Palácio dos despachos

O Sr. João Virgílio Pinheiro acrescentou que a firma Pacheco Fernandes está construindo, na futura capital, o Palácio dos Despachos e que, em consequência do incidente, as obras ficaram paralisadas por 24 horas, mas já foram reiniciadas.

Notícias da "Asapress"

Antes de ouvirmos o filho do presidente da NOVACAP, recebemos da agência "Asapress" um telegrama que informava terem os jornais e emissoras de Goiânia noticiado um trucidamento no qual policiais do destacamento de Brasília "metralharam indefesos operários" que dormiam, matando nove e ferindo algumas dezenas.

O telegrama, procedente de Goiânia, dizia que a causa da atitude da polícia foi a reclamação, feita pelos operários, contra a má comida e a falta d'água, e acrescentava que os trabalhadores estavam em greve, solidários com os companheiros.



4 - JORNAL BINÔMIO. "POLÍCIA DE FACÍNORAS TRANSFORMOU BRASÍLIA EM CAPITAL DO CANGAÇO". BELO HORIZONTE, 16/02/1959

3- JORNAL DO COMMERCIO. "TIROTEIO CAUSA MORTOS E FERIDOS NA NOVA CAPITAL. RIO DE JANEIRO, 13/02/1959.



PISTA C: DEPOIMENTOS DAS TESTEMUNHAS

SÃO QUATRO VÍDEOS DE DEPOIMENTOS, TOTALIZANDO NOVE TESTEMUNHAS DO CASO. ASSISTA ATENTAMENTE ATRAVÉS DO LINK PELO QR CODE.

TODAS AS TESTEMUNHAS FORAM ENTREVISTADAS PELO CINEASTA VLADIMIR DE CARVALHO E SEUS DEPOIMENTOS ESTÃO PRESENTES NO DOCUMENTÁRIO "CONTERRÂNEOS VELHOS DE GUERRA" (1991). O FILME NÃO APRESENTA NOME E MAIS INFORMAÇÕES PESSOAIS DE NENHUM DOS ENTREVISTADOS, PORÉM ALGUMAS DESSAS INFORMAÇÕES PODEMOS INFERIR DE SEUS DEPOIMENTOS.

DEPOIMENTO 1

CONFIDENCIAL

**CASO: TÚMULO DO
CANDANGO DESCONHECIDO**



LINK PARA DEPOIMENTO 1:



CONFIDENCIAL

DEPOIMENTO 2

**CASO: TÚMULO DO
CANDANGO DESCONHECIDO**



LINK PARA DEPOIMENTO 2:



PISTA C:
DEPOIMENTOS DAS TESTEMUNHAS



DEPOIMENTO 3

CONFIDENCIAL

**CASO: TÚMULO DO
CANDANGO DESCONHECIDO**



LINK PARA DEPOIMENTO 3:



DEPOIMENTO 4

CONFIDENCIAL

**CASO: TÚMULO DO
CANDANGO DESCONHECIDO**



LINK PARA DEPOIMENTO 4:





REFERÊNCIAS

CARVALHO, Vladimir de. Conterrâneos Velhos de Guerra. [S.l.]: Vladimir Carvalho, 1990. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=qMCMJ6N_6xY. Acesso em: 4 de maio de 2025

GRINBERG, Keila; GRINBERG, Lúcia; LAGÔA, Ana Mascia. Oficinas de História: projeto curricular de Ciências Sociais e de História. Belo Horizonte: Dimensão, 2000

POLLACK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. Revista Estudos Históricos, vol. 2, no. 3, Rio de Janeiro, 1989.

RIBEIRO, Gustavo Lins. O capital da esperança: a experiência dos trabalhadores na construção de Brasília. Brasília, Editora UnB, 2008.

SOUSA, Nair Heloisa Bicalho de. O massacre da Pacheco Fernandes Dantas em 1959: memória dos trabalhadores da construção civil de Brasília. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HUMANIDADES, 14., 2011, Brasília. Anais [...]. Brasília: UnB, 2011. Disponível em: <https://anais.unb.br/index.php/conidh/article/view/2005>. Acesso em: 23 maio 2025.

DOSSIÊ 4:

O CASO DAS MARIAS SEM PENHA!

"Eu nunca ouvi falar em violência contra mulheres, estupro, essa coisa toda. Nunca ouvi falar..."
Isis Guimarães

Lei nº11340/06

Art. 3º Serão asseguradas às mulheres as condições para o exercício efetivo dos ~~direitos à vida~~, à segurança, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, à moradia, ao acesso à justiça, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e a convivência familiar e comunitária.

"Muitas mulheres morreram, mortas por ciúmes..."

Ione Rodrigues

180



PROFHISTÓRIA
 MESTRADO PROFISSIONAL
 EM ENSINO DE HISTÓRIA





DESCRIÇÃO DA OFICINA:

No dossiê 4, os estudantes voltam a assumir o papel de historiadores-detetives para analisar documentos históricos relacionados a casos de violência contra mulheres ocorridos no contexto da construção de Brasília, entre os anos de 1956 e 1958. Como pistas, apresentamos cinco boletins de ocorrência registrados pela polícia que fazem parte do acervo histórico do Arquivo Público do Distrito Federal – ArPDF. A partir desses documentos, os alunos poderão identificar situações de violência registradas, estabelecendo uma comparação com os tipos de violência definidos atualmente pela Lei 11.340/06, conhecida como Lei Maria da Penha.

A oficina permite a identificação de rupturas e permanências históricas nos padrões de violência de gênero no Brasil, bem como seu combate, estabelecendo um debate transversal com temas extremamente necessários no tempo presente. Alguns dos boletins de ocorrência selecionados apresentam uma “solução”, ou seja, uma determinação oficial do delegado ou da justiça daquele momento em relação ao crime acusado, que permite aos estudantes estabelecerem comparações com punições e previsões legais atuais. Ao mesmo tempo, a análise crítica desses documentos oficiais pode evidenciar o apagamento histórico das vivências femininas dentro da história de Brasília, vivências essas raramente contempladas nas narrativas oficiais da construção da capital.

Completam o dossiê um link para o site do Instituto Maria da Penha que auxiliará os estudantes na identificação dos tipos de violência (física, psicológica, moral, sexual e patrimonial) da qual o boletim de ocorrência registra e um guia de investigação que orienta a análise de cada pista.



CONTEÚDOS:

- Violência contra a mulher no contexto da construção de Brasília (1956 – 1958).

Em diálogo com a habilidade “(EF09HI26): Discutir e analisar as causas da violência contra populações marginalizadas (negros, indígenas, mulheres, homossexuais, camponeses, pobres etc) com vistas à tomada de consciência e à construção de uma cultura de paz, empatia e respeito às pessoas.”, prevista na Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Para o Ensino Médio, destacamos a habilidade relacionada a Ciências Humanas e Sociais (EM13CHS503): “Identificar diversas formas de violência (física, simbólica, psicológica etc.), suas principais vítimas, suas causas sociais, psicológicas e afetivas, seus significados e usos políticos, sociais e culturais, discutindo e avaliando mecanismos para combatê-las, com base em argumentos éticos.”

OBJETIVO GERAL:

- Analisar o contexto social da construção de Brasília (1956-1958), com ênfase nas experiências das mulheres, identificando desigualdades de gênero e formas de violência vividas no período.



OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Analisar criticamente documentos históricos (boletins de ocorrência) do período da construção de Brasília, enxergando-os como fontes históricas;
- Classificar diferentes tipos de violência contra a mulher conforme definidos na legislação atual (Lei Maria da Penha);
- Identificar elementos de rupturas e permanências históricas no combate a violência de gênero a partir de casos reais do passado;
- Reconhecer a invisibilização da presença feminina nas narrativas oficiais sobre a construção de Brasília.

ESTRATÉGIA:

Para a realização do dossiê 4, recomenda-se mais uma vez a formação de grupos de 3 a 5 estudantes onde juntos farão a leitura da apresentação do caso. As equipes serão orientadas a realizar uma análise criteriosa dos Boletins de Ocorrência tendo como primeira tarefa catalogar os crimes relatados em cada um dos documentos, identificando os tipos de violência conforme definidos atualmente pela Lei Maria da Penha. O link para o site do Instituto Maria da Penha ou mesmo pesquisas simples dos próprios estudantes os auxiliarão a diferenciar violência física, psicológica, moral, sexual e patrimonial para a realização desta tarefa. Os conceitos de cada uma delas não estarão presentes no dossiê, permitindo uma autonomia na busca desses conhecimentos.

É importante o papel mediador do professor para estabelecer que tanto a lei como o entendimento de variados tipos de violência das quais mulheres ainda estão sujeitas são resultados no tempo presente



U de um processo histórico que levou a sociedade a criar mecanismos de combate à violência de gênero e que tais entendimentos ainda não estavam totalmente presentes no período analisado, alertando os estudantes dos perigos de uma análise anacrônica do passado. Porém, as gritantes permanências de violências das quais mulheres estavam e continuam sujeitas devem ser o foco inicial dessa análise.

A comparação entre presente e passado continua no momento seguinte, quando os grupos deverão investigar qual seria a pena atual para os crimes descritos em cada ocorrência, com base na legislação atual. Recomenda-se a pesquisa online, ou mesmo o uso de inteligências artificiais como ferramentas para encontrar essas respostas, que levarão ao passo seguinte na análise: identificar quais as diferenças de tratamento para as denúncias no passado e no presente. O professor pode apresentar brevemente conceitos como ruptura e permanência para que, os tendo em mente, os alunos possam formular conclusões no momento de responder o questionário do guia de investigação.

Mais do que iluminar uma página do passado, o dossiê 4 se pretende a levantar um importante e atual debate dentro de sala de aula. O guia de orientação dessa oficina serve para direcionar questionamentos feitos aos documentos e não demanda nenhuma resposta final, ou hipótese como conclusão. Cabe ao professor regente direcionar a aula após o levantamento de dados feito pelos alunos. A oficina deixa ganchos importantes tanto para um debate acerca da presença e invisibilização feminina nas narrativas oficiais sobre Brasília, bem como o combate a violências de gênero, tendo a aula de história como espaço de formação cidadã.



APRESENTAÇÃO DO CASO:

Bem-vindos, detetives!

Hoje vocês foram convocados para um plantão de investigação na nossa delegacia. Abrimos nossos arquivos e encontramos documentos que podem ser valiosos para a conclusão de um importante caso de violência. Estamos diante de cinco boletins de ocorrência reais, registrados entre 1957 e 1958 na delegacia da antiga Cidade Livre, atual Núcleo Bandeirante, no contexto das obras da cidade. Acreditamos que todos eles tem algumas características em comum que só um olhar atento como o de um historiador-detetive pode identificar. O que seria?

Muito se diz por aí que a construção de Brasília foi uma tarefa para grandes homens, corajosos que se aventuraram no planalto central para erguer essa cidade em tempo recorde. Canteiros de obras eram espaços predominantemente masculinos. Muitos chegaram a dizer que “em Brasília não havia mulheres!”. Isso não é bem verdade, elas estavam aqui, nos postos de trabalhos, nas vilas operárias e presentes no dia a dia da cidade. Suas histórias nem sempre foram ouvidas, seus relatos nem sempre foram contados. Suas dores foram esquecidas.

Vocês estão diante agora de documentos que podem revelar essas histórias de dor, silêncio e injustiças. Sua tarefa é analisar cada um dos boletins de ocorrência, identificando quais as queixas-crime são relatadas. Será que a polícia fez o devido dever de proteção? Será que os acusados foram devidamente investigados e punidos? Será que esses crimes ficaram no passado e não acontecem mais no presente? Essa são algumas perguntas que vocês deverão responder nesse dossiê. Seu trabalho agora é mais do que investigar: é dar voz às histórias que a história oficial tentou apagar.

Contamos com vocês. Boa investigação, detetives!

PISTAS:

- A) Ocorrência 1 - n° 374 de 15 de dezembro de 1957;
- B) Ocorrência 2 - n° 414 de 02 de janeiro de 1958;
- C) Ocorrência 3 - n° 415 de 05 de janeiro de 1958;
- D) Ocorrência 4 - n° 430 de 17 de fevereiro de 1958;
- E) Ocorrência 5 - n° 601 e 602 de 20 de março de 1958;

GUIA DE INVESTIGAÇÃO:

Ficha de análise.
Ocorrência N° _____

1- Descreva brevemente o fato ocorrido;

2- Marque os tipos de violência presentes no caso:

- Física Moral Sexual
 Psicológica Patrimonial

3- Pena prevista atualmente para os crimes relatados:

4- Qual a punição aplicada para o crime na época do ocorrido?

5- O caso analisado, bem como suas punições, demonstram mais aspectos de ruptura ou permanência histórica com o presente?

ESPECIFIQUE QUAL O NÚMERO DA OCORRÊNCIA ANALISADA E FAÇA UMA FICHA SEPARADA DE CADA UMA

TIPOS DE VIOLÊNCIA:

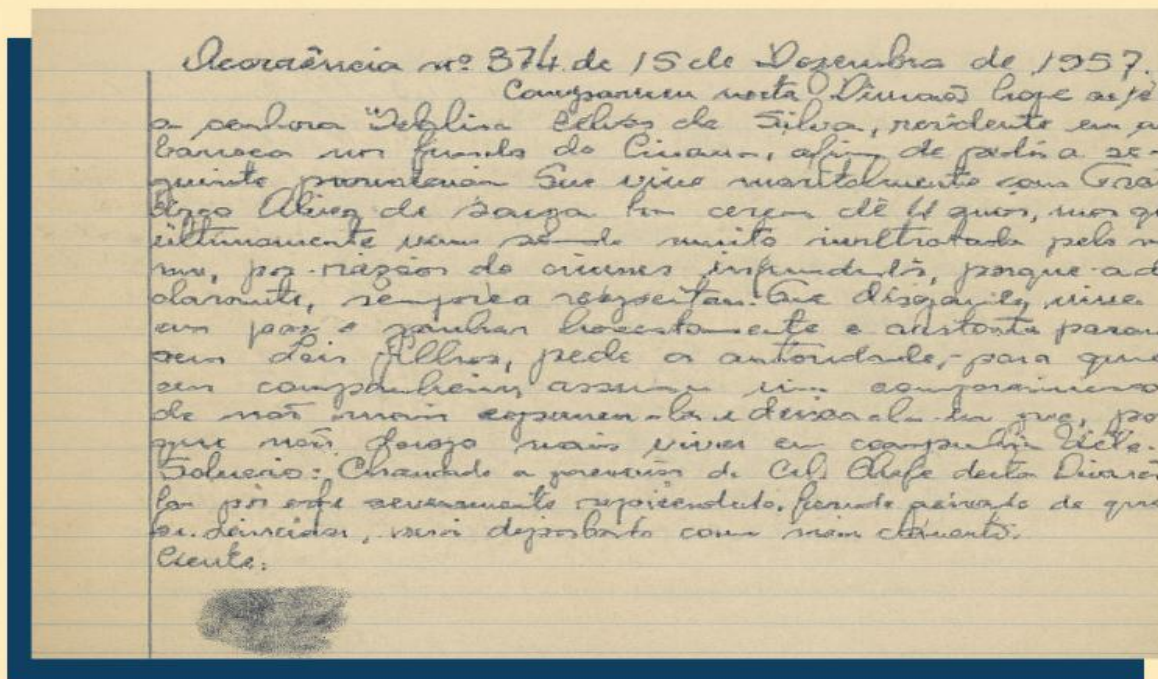


ESCREVAM SUAS ANÁLISES NO CADERNO!



PISTA A:

ACESSE TODOS OS DOCUMENTOS



OCORRÊNCIA N° 374: "COMPARECEU NESTA DIVISÃO HOJE ÀS 10HS. A SENHORA ***** , RESIDENTE EM UMA BARRACA NOS FUNDOS DO CINEMA, AFIM DE PEDIR A SEGUINTE PROVIDÊNCIA: QUE VIVE MARITALMENTE COM ***** HÁ CERCA DE 4 ANOS, MAS QUE ULTIMAMENTE VEM SENDO MUITO MALTRATADA PELO MESMO, POR RAZÕES DE CIÚMES INFUNDADOS, PORQUE A DECLARANTE, SEMPRE O RESPEITOU. QUE DESEJANDO VIVER EM PAZ E GANHAR HONESTAMENTE O SUSTENTO PARA SEUS DOIS FILHOS, PEDE A AUTORIDADE, PARA QUE SEU COMPANHEIRO, ASSUMA UM COMPROMISSO DE NÃO MAIS ESPANCA-LA E DEIXA-LA EM PAZ, PORQUE NÃO DESEJA MAIS VIVER EM COMPANHIA DELE.

SOLUÇÃO: CHAMADO A PRESENÇA DO CEL. CHEFE DESTA DIVISÃO, FOI POR ELE SEVERAMENTE REPREENDIDO, FICANDO AVISADO DE QUE SE REINCIDIR, SERÁ DEPORTADO COMO MAU ELEMENTO; CIENTE."

PISTA B:

OCORRÊNCIA N° 414: FOI PRESO EM FLAGRANTE ÀS 18H30 PELO SR. ***** , NO NÚCLEO BANDEIRANTE, O INDIVÍDUO ***** , O QUAL, ARMADO DE FACA TENTOU MATAR SUA EX AMASIA ***** , PORQUE ESTA NÃO MAIS QUER VIVER EM COMPANHIA DO MESMO. TESTEMUNHARAM O OCORRIDO: ***** E ***** .

28

Janeiro de 1958

Ocorrência no 414 de 2 de Dezembro de 1957.

Foi preso em flagrante às 18,30hs pelo Sr. João Norcimantas, no Núcleo Bandeirante, o indivíduo Gumerindo Rodrigues Pereira, o qual, armado de faca tentou matar sua ex amasia Odalía Brito da Silva, porque esta não mais quer viver em companhia do mesmo. Testemunharam o ocorrido, Celso Cardoso da Silva e João Carlos Solução. Aberto o respectivo processo, foi o criminoso entregue ao Delegado de Planaltina devidamente escoltado, onde responderá pelo crime.

SOLUÇÃO: ABERTO O RESPECTIVO PROCESSO, FOI O CRIMINOSO ENTREGUE AO DELEGADO DE PLANALTINA DEVIDAMENTE ESCOLTADO, ONDE RESPONDERÁ PELO CRIME.

PISTA C:

OCORRÊNCIA N° 415: COMPARECERAM NESTA DIVISÃO ÀS 18 HORAS DE HOJE, OS SRS. ***** E ***** , AMBOS MORADORES NO NÚCLEO BANDEIRANTE, NA 2° AV., AFIM DE APRESENTAR QUEIXA CONTRA O INDIVÍDUO ***** . O PRIMEIRO DECLARA QUE O CITADO INDIVÍDUO PASSOU TODO O DIA DE HOJE RONDANDO SUA CASA E CHEGOU AO CÚMULO DE PERGUNTAR A UMA SUA FILHA MENOR SE ELA QUERIA MANTER RELAÇÕES SEXUAIS COM ÊLE, ALÉM DE OUTRAS PROPOSTAS INDECOROSAS. QUANTO AO SEGUNDO CONFIRMA AS DECLARAÇÕES DO SR. ***** E DECLARA AINDA QUE O REFERIDO INDIVÍDUO DÁ IMPRESSÃO DE SER TOTALMENTE MALUCO OU TARADO.

SOLUÇÃO: FOI PRESO PELO GUARDA RURAL, VICENTE JOSÉ. CHAMADO A PRESENÇA DO CHEFE DA DIVISÃO E FOI SEVERAMENTE REPREENDIDO, FICANDO AVISADO DE QUE SE REINCIDIR SERÁ PUNIDO COM MAIS RIGOR.

Ocorrência n.º 415 de 5 de Janeiro de 1958.

Compareceram nesta Divisão, às 18 horas de hoje, os Srs. Wilson Augusto de Souza e Sílvio Teixeira de Souza ambos moradores no Núcleo Bandeirante na 2ª Av., a fim de apresentar queixa contra o indivíduo de Luis Ferreira Santos; O primeiro declara que o citado indivíduo passou todo o dia de hoje rondando sua casa e chegou ao cúmulo de perguntar a uma sua filha menor se ela queria manter relações sexuais com ele, além de outras propostas indecorosas. Quanto ao segundo confirma as declarações do Sr. Wilson e declara ainda que o referido indivíduo dá impressão de ser totalmente maluco ou tarado.

Solução: Foi preso pelo guarda rural Vicente José da Silva que levou o referido indivíduo ao posto policial n.º 2, Av. Antônio Augusto, Bairro São João, onde foi mantido até as 22h, quando foi encaminhado para o Hospital de Saúde Mental.

PISTA D:

Ocorrência 530 de 12 de Fevereiro de 1957
 Compareceu hoje nesta Divisão, a Sra. R.
 Traciha Silva dos Santos, afim de re-
 latar a seguinte ocorrência:

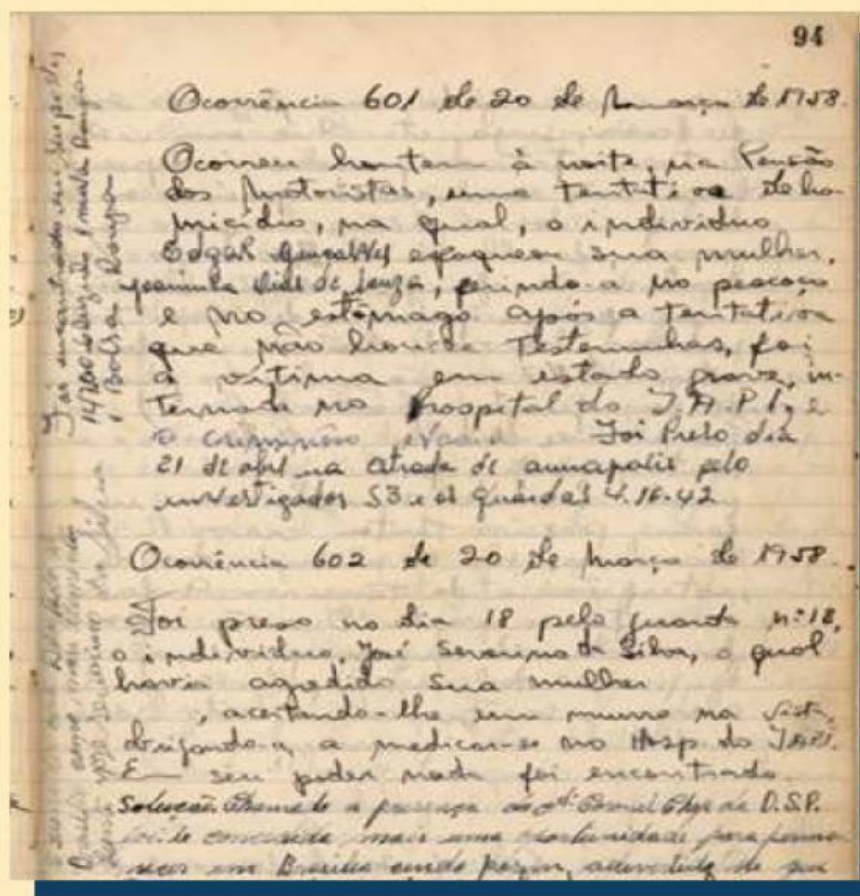
OCORRÊNCIA N° 530: COMPARECEU HOJE NESTA DIVISÃO, A SENHORA ***** , AFIM DE RELATAR A SEGUINTE OCORRÊNCIA: QUE ONTEM, APROXIMADAMENTE ÀS 22H00MIN, ENCONTRAVA-SE EM FRENTE AO HOTEL SOUZA CONVERSANDO COM SEU NAMORADO DE NOME ***** , QUANDO CHEGARAM DOIS INDIVÍDUOS QUE MAIS TARDE VEIO A SABER TRATAREM-SE DE ***** E ***** , OS QUAIS DIZENDO SER POLICIAIS, OBRIGARAM SEU NAMORADO A IR EMBORA, E CARREGARAM-NA PARA UM MATAGAL ATRÁS DA 2° AVENIDA, OBRIGANDO-A A MANTER RELAÇÕES SEXUAIS COM O PRIMEIRO DELES, SOB VIOLÊNCIA. DECLARA A DEPOENTE, QUE ***** DISSE-LHE QUE JÁ ESTÁ ACOSTUMADO A FAZER ISSO, E QUE COM A POLÍCIA ERA ASSIM. AO TERMINAR DE MANTER RELAÇÕES SEXUAIS COM ***** , DECLARA A SENHORA ***** , QUE O MESMO DISSE-LHE QUE PROCURASSE SEU RUMO, PORÉM NESSE MOMENTO CHEGOU O SEU NAMORADO EM UM JEEP DA POLÍCIA COM GUARDAS E EFETUARAM A PRISÃO DOS DOIS ELEMENTOS.



PROVIDÊNCIAS: OS REFERIDOS ELEMENTOS ENCONTRAM-SE RECOLHIDOS AO XADREZ, SENDO SEUS CONDUTORES, O CORONEL DA GUARDA E O GUARDA N° 30. EM PODER DE ***** , NADA FOI ENCONTRADO. EM PODER DE ***** , FOI ENCONTRADA A QUANTIA DE CR\$555,00 E UMA CARTEIRA DE DINHEIRO CONTENDO ALGUNS PARAFUSOS. O DE NOME ***** (QUE MANTEVE RELAÇÕES SEXUAIS COM A VÍTIMA), FOI DEPORTADO DE BRASÍLIA COMO MAU ELEMENTO E ESCOLTADO ATÉ O REFERIDO DESTINO, SENDO AVISADO DE QUE NÃO PODERÁ NUNCA MAIS VOLTAR A BRASÍLIA.

PISTA E:

OCORRÊNCIA N° 601: OCORREU HONTEM À NOITE NA PENSÃO DOS MOTORISTAS, UMA TENTATIVA DE HOMICÍDIO, NA QUAL, O INDIVÍDUO ***** ESFAQUEOU SUA MULHER, ***** , FERINDO-A NO PESCOÇO E NO ESTÔMAGO. APÓS A TENTATIVA, QUE NÃO HOUVE TESTEMUNHAS, FOI A VÍTIMA EM ESTADO GRAVE INTERNADA NO HOSPITAL DO IAPI, E O CRIMINOSO EVADIU E FOI PRESO NO DIA 21 DE ABRIL NA ESTRADA DE ANÁPOLIS PELO INVESTIGADOR 53 E OS GUARDAS 4, 16, 42. FOI ENCONTRADO EM SEU PODER 147,00 CRUZEIROS, 1 MALA ROUPA E 1 BOLSA ROUPA.



OCORRÊNCIA N° 602: FOI PRESO NO DIA 18 PELO GUARDA N.º 18, O INDIVÍDUO ***** , O QUAL HAVIA AGREDIDO SUA MULHER, ACERTANDO-LHE UM MURRO NA VISTA, OBRIGANDO-A A MEDICAR-SE NO HOSP. DO IAPI. EM SEU PODER NADA FOI ENCONTRADO.

SOLUÇÃO: CHAMADO À PRESENÇA DO SR. CORONEL CHEFE DA D.S.P. FOI LHE CONCEDIDA MAIS UMA OPORTUNIDADE PARA PERMANECER EM BRASÍLIA, SENDO PORÉM, ADVERTIDO DE QUE SE REINCIDIR SERÁ DEPORTADO DE BRASÍLIA COMO MAU ELEMENTO. CIENTE.



REFERÊNCIAS

CAPUTO, Denise. A saga das candangas invisíveis. Direção: Denise Caputo. Brasília: [s.n.], 2008. 1 curta-metragem (15 min.). Documentário. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ydj6oWLkfZQ&t=154s>. Acesso em: 18 fev. 2025.

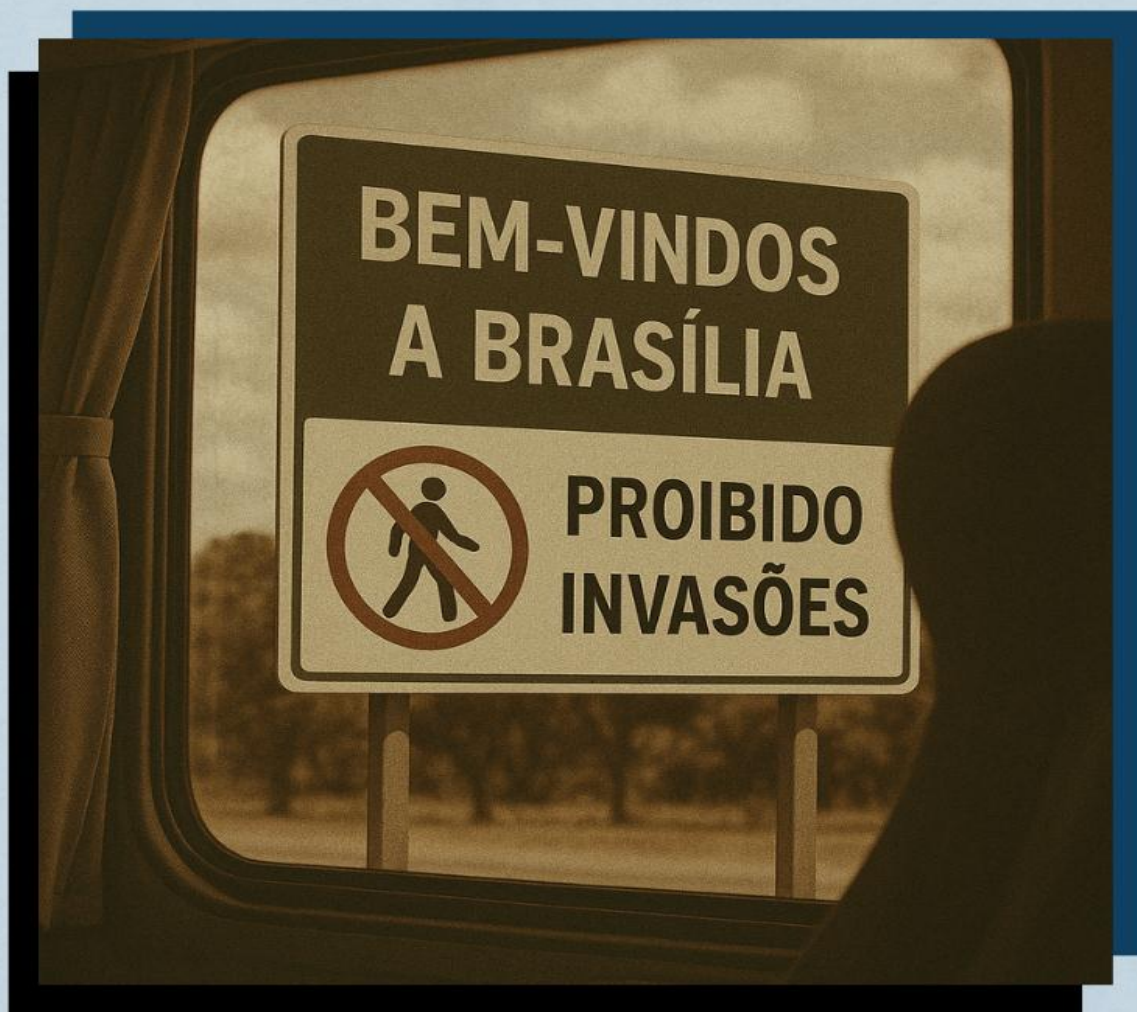
GRINBERG, Keila; GRINBERG, Lúcia; LAGÔA, Ana Mascia. Oficinas de História: projeto curricular de Ciências Sociais e de História. Belo Horizonte: Dimensão, 2000.

MOURÃO, Tânia Fontenele; OLIVEIRA, Mônica Ferreira Gaspar de. Poeira & batom no Planalto Central: 50 mulheres na construção de Brasília. 1. ed. Brasília: Petrobras, 2010. 100 p.

NASCIMENTO, José Gomes do; ALMEIDA, Larissa Brunnon Querino de; SILVA, Anna Lorena Moraes; PORTELA, Cristiane de Assis. Representações de mulheres no contexto de construção da nova capital, Brasília (1956-1961). Programa de Iniciação Científica (PIC/UniCEUB), Brasília, 2016.



DOSSIÊ 5: CAÇA AOS INVASORES!



PROFHISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA






DESCRIÇÃO DA OFICINA:

O dossiê 5, “Caça aos invasores!” propõe uma investigação sobre as origens da cidade do Gama-DF. Inaugurada oficialmente em 12 de outubro de 1960, somente seis meses após a inauguração de Brasília e localizada a cerca de 30km do centro do Plano Piloto, a cidade do Gama nos serve como um estudo de caso sobre as medidas oficiais do governo em relação à população mais pobre que não cessava de chegar a Brasília em busca de trabalho e melhores condições de vida. As então chamadas “cidades-satélites” serviriam de solução ao problema dos crescentes aglomerados urbanos que surgiam e cresciam muito próximas ao centro planejado de Brasília. Nesse contexto, Taguatinga (1958), Gama e Sobradinho (1960) foram planejadas para receber essa massa populacional indesejada do centro.

Nesta oficina, os estudantes mais uma vez assumirão o papel de historiadores-detetives em uma investigação sobre a origem da cidade do Gama. Os principais documentos que compõe o caso são trechos do jornal “Correio Braziliense” de dezembro de 1960 descrevendo as primeiras transferências para a já inaugurada cidade, destacando as remoções e as condições de habitação no local destinado, referindo-se a essa população sempre como “invasores”, termo que será colocado em questão ao longo da atividade. Além dos trechos de jornal, abrimos as pistas com um conjunto de 6 fotografias que fazem parte do acervo histórico do Arquivo Público do Distrito Federal – ArPDF, sendo 3 delas relacionadas diretamente a cidade do Gama. Um trecho de um texto acadêmico assinado por Nair Heloísa Bicalho de Sousa e uma citação de Oscar Niemeyer completam as pistas apresentadas aos estudantes, que serão analisadas a partir do Guia de Investigação.



Ao final da oficina, espera-se que os estudantes sejam capazes de problematizar o uso do termo “invasor” e compreender como ele foi historicamente construído para deslegitimar a presença de trabalhadores em áreas centrais da nova capital. A proposta visa ainda ampliar o olhar sobre a formação do Gama como cidade marcada por disputas territoriais, desigualdades sociais e resistência popular.

CONTEÚDOS:

- A construção de Brasília e a formação das primeiras “cidades-satélites”.¹

Em diálogo com o conteúdo “Discussões acerca da construção de Brasília e das regiões administrativas do Distrito Federal”, com o objetivo de “Descrever e analisar as relações entre as transformações urbanas e seus impactos na cultura brasileira entre 1946 e 1964 e na produção das desigualdades regionais e sociais”, presentes no Currículo em Movimento do Distrito Federal – 2º edição (DISTRITO FEDERAL, 2018, p.294).

OBJETIVO GERAL:

- Analisar os processos de remoção e marginalização de trabalhadores na construção de Brasília, compreendendo a formação da cidade do Gama como inserida nesse processo.

1 A denominação “cidade-satélite” surge oficialmente em 1960 e foi substituída em 1964 por Regiões Administrativas (RA’s). O decreto 19040/1998 proibiu o uso do termo em documentos oficiais e outros documentos públicos relacionados ao DF, porém permaneceu corrente na linguagem cotidiana sobre Brasília, adquirindo inclusive sentido histórico na formação do Distrito Federal (DERNTL, 2018).



OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Analisar criticamente as fontes escritas (trechos de jornais), identificando os interesses e visões de mundo de quem produziu o texto, abandonando a ideia de imparcialidade ou verdade histórica;
- Compreender as remoções como mecanismos do governo de segregação social que permitiram a criação das então “cidades-satélites”, bem como o papel da imprensa na legitimação dessas ações;
- Problematizar o uso do termo “invasores” nos discursos jornalísticos e institucionais da época, reconhecendo o recorte de classe como determinante para as ações públicas de remoção.

ESTRATÉGIA:

Antes de tudo, cabe ressaltar que essa atividade foi elaborada tendo em mente a realidade de uma escola pública localizada no Gama-DF. Sua execução integral em outras regiões é possível, porém sem o forte elemento de identidade que envolve os moradores da cidade do Gama e que certamente estará presente nos estudantes ao analisarem as origens da cidade onde moram e estudam. Uma vez aplicadas em outras localidades, cabe ao professor destacar quais elementos e documentos ache pertinente permanecer e quais documentos podem ser substituídos, adaptando a realidade de cada região. Conforme destacamos, a formação de outras cidades contemporâneas ao Gama apresentaram as mesmas características, sendo essas cidades surgidas para abrigar moradores de ocupações urbanas precárias e irregulares próximas ao plano piloto. Taguatinga, Sobradinho e Ceilândia, assim como o Gama, são frutos do mesmo projeto e processo de exclusão.



O professor pode iniciar a investigação identificando o que os alunos sabem sobre a cidade do Gama, ou sobre a história da região próxima da sua casa. Quantos anos o Gama tem? Quando surgiu a cidade do Gama? Muito provavelmente surja entre eles a resposta de que o Gama foi oficialmente inaugurado em 1960, mesmo ano da inauguração de Brasília. Aqui apresenta-se o dossiê 5 e o conjunto documental das pistas. Importante orientar os estudantes para que analise cada conjunto de pistas isoladamente, para depois consigam fazer as conexões entre todos eles.

Assim como todas as oficinas anteriores, o dossiê 5 é uma atividade coletiva que demanda a formação de grupos de alunos de 3-5 alunos. As análises começam a partir da leitura atenta do dossiê e das Pistas A e B, que são trechos de textos acadêmicos. O recorte selecionado não deve apresentar dificuldades de compreensão para alunos dos anos finais do Ensino Fundamental e alunos do Ensino Médio. O professor deve orientar que para a análise das pistas C (fotografias) e pistas D (recortes de jornal) o grupo deve se dividir, onde alguns alunos se dedicarão ao preenchimento do “Guia de Investigação – Pista C” e outros se dedicarão ao preenchimento do “Guia de Investigação – Pista D”. Ao final, reúnem-se novamente para compartilhar os resultados da análise.

O papel orientador do professor é importante no decorrer da análise das pistas, auxiliando na leitura dos documentos e estimulando o uso de vocabulário crítico (remoção, segregação, exclusão, direito à cidade...), permitindo a conexão entre todos os documentos. Espera-se como resultado final que consigam visualizar a partir das análise das fontes que a formação da cidade do Gama estava inserido dentro de um projeto de expulsão de trabalhadores pobres do centro da cidade, estigmatizando-os a partir do termo “invasores”.



APRESENTAÇÃO DO CASO:

Atenção, detetives! Vocês foram convocados para uma missão urgente: investigar um caso de invasão em Brasília. De acordo com documentos oficiais, um grande número de pessoas ocuparam áreas que não lhes pertencem e estão infestando a nova Capital Federal. As autoridades decidiram removê-las para um novo local, distante do centro. Estamos falando da cidade do **GAMA**! Você conhece?

Sua tarefa é analisar as pistas disponíveis, reunir informações e entender quem são esses “invasores”. As ordens iniciais são claras: identificar as pessoas envolvidas, entender como chegaram até ali, por que vieram e avaliar todas as ações tomadas pelas autoridades.

Porém, como bons investigadores, todos vocês já sabem que nem tudo é o que parece, certo? É preciso observar cada detalhe, questionar as fontes e montar o quebra-cabeça com atenção. Será que as informações que temos são completas? Será que a história contada nos documentos é a única possível? O que será que não está sendo dito pelas pistas? Vocês terão acesso a fotografias, textos, trechos de jornal e depoimentos que podem revelar muito mais do que está sendo dito nas ordens oficiais. Estão preparados?

Preparem suas anotações, analisem tudo com muita atenção e façam as perguntas certas! Boa investigação!

PISTAS:

- A) Fotografias;
- B) Trecho de texto acadêmico;
- C) Testemunho Oscar Niemeyer;
- D) Recortes de jornal.



ACESSE TODAS AS PISTAS EM
ALTA QUALIDADE

GUIA DE INVESTIGAÇÃO:

**ESCREVA SUAS ANÁLISES NO
CADERNO!**

Guia de investigação - Pista A

- 1- Quais motivos levaram tantas pessoas a migrarem para Brasília nesse período?
- 2- O que o texto diz sobre as condições dos acampamentos citados (Vila Amaury, Vila Planalto, Sacolândia)? Como eram as moradias e a infraestrutura?
- 3- Como os trabalhadores foram recebidos pela cidade e pelas autoridades?
- 4- Você percebe alguma contradição entre o discurso de "cidade planejada" e as descrições apresentadas no texto?
- 5- Qual relação esse texto sugere entre os acampamentos e a futura formação de cidades como o Gama?

Guia de investigação - Pista B

- 1- Que ideia Niemeyer expressa sobre o futuro dos operários após a construção de Brasília?
- 2- O que essa fala revela sobre a forma como os trabalhadores foram considerados (ou não) no planejamento da cidade?
- 3- A partir do depoimento de Oscar Niemeyer, podemos considerar que os moradores das Vilas eram "invasores" da cidade?
- 4- Que tipo de cidade estava sendo construída: para quem e por quem?
- 5- Essa fala ajuda a compreender por que algumas pessoas foram parar no Gama?

**ESCREVA SUAS ANÁLISES NO
CADERNO!**

GUIA DE INVESTIGAÇÃO:

Guia de investigação - Pista C

1- O que mostram essas imagens? Quem são os personagens principais? O que você pode observar sobre suas condições de vida?

2- Que tipos de moradia aparecem nas fotos? Há alguma diferença entre os espaços mostrados no início e no fim da sequência?

3- O que a imagem do caminhão da Novacap carregando um barraco sugere sobre a relação entre o governo e os moradores desses locais?

4- Há indícios de que essas pessoas desejavam permanecer em Brasília? Ou foram forçadas a se deslocar?

5- Que impressões essas imagens transmitem sobre a origem da cidade do Gama?

**ESCREVA SUAS ANÁLISES NO
CADERNO!**

Guia de investigação - Pista D

1- Como o jornal se refere às pessoas que estavam morando nos acampamentos ou ocupando áreas? Ele transmite uma imagem positiva ou negativa?

2- O que os moradores do IAPI alegam ao protestar contra a transferência para o Gama? Que problemas eles apontam?

3- O que essas reportagens revelam sobre as condições de vida no Gama naquele momento? Você considera que era um local preparado para receber tantas famílias?

4- A partir desses textos, qual impressão os leitores do jornal provavelmente formavam sobre essas pessoas e o lugar para onde estavam sendo enviadas?

4- Conhecendo a cidade do Gama hoje, você acha que os problemas relatados pelos primeiros moradores ainda existem? Quais novos problemas vocês destacariam?

**APÓS RESPONDER ÀS PERGUNTAS, REÚNAM SUAS
IDEIAS E FORMULEM UMA HIPÓTESE PARA O
SEGUINTE PROBLEMA:**

**QUEM ERAM OS "INVASORES"?
POR QUE FORAM LEVADOS AO GAMA?**

PISTA A: TRECHO DE TEXTO ACADÊMICO

Foi a partir dessa realidade social, econômica e política impondo-se ao projeto arquitetônico que se delinearão os problemas de fixação de um imenso contingente migrante aqui chegado para participar da obra de construção da nova capital. Trabalhadores sem emprego e com esperança de melhoria de vida dirigiram-se maciçamente para o grande canteiro de obras de Brasília, confiantes em certa estabilidade de vida e na possibilidade de realizar algum projeto familiar. “Candangos”, como foram chamados logo de início, uma denominação própria dos construtores da capital, arranjavam-se nos alojamentos das obras sob estreita vigilância da empresa ou improvisavam moradias em barracos de madeira velha, latas, folhas de zinco e sacos de cimento.

Um dos eixos da grande obra foi a proliferação de acampamentos, alguns deles por iniciativa das construtoras (caso da Vila Planalto, voltada para a construção do conjunto da Praça dos Três Poderes, e além de outros (Vila Amauri, Sacolândia, etc.) de caráter espontâneo, como formas improvisadas de fixação das famílias migrantes. Eram alternativas imediatas, sem qualquer planejamento por parte da Novacap, que marcavam desde o início a presença dos excluídos no projeto da nova capital do país. (SOUZA; MACHADO; JACCOUD, 1996, p.56-57).

PISTA B: DEPOIMENTO – OSCAR NIEMEYER

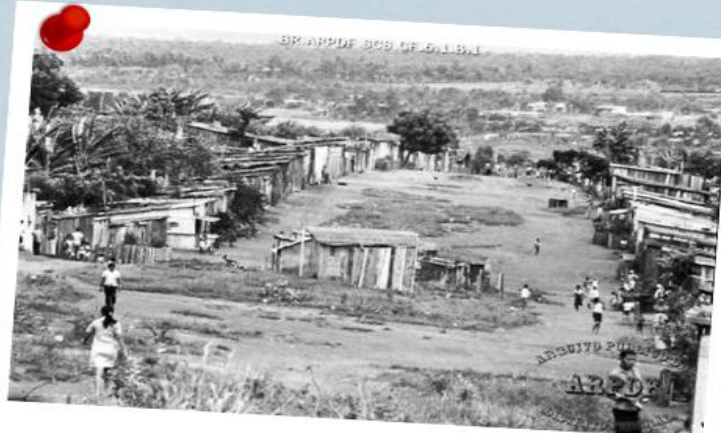
Sentíamos que a atmosfera procurada já estava presente, uma atmosfera de digna monumentalidade, como uma capital requer. (...) Pensávamos em tudo isso, como se a obra já estivesse realizada, antevendo a cidade pronta (...). Constrangia-nos apenas verificar que aos operários seria impraticável manter as condições de vida que o Plano Piloto fixara, situando-os como seria justo, dentro das áreas de habitação coletiva e permitindo que ali seus filhos crescessem fraternalmente com as demais crianças de Brasília, sem complexos, aptos às reivindicações que o tempo lhes irá proporcionar. (NIEMEYER, 1961, p. 56-57)

**PISTA C:
FOTOGRAFIAS**



**FOTO 1: VILA AMAURY - 1960.
FONTE: (NEIVA, 2017, P.12)**

**FOTO 2: VILA DO IAPI - 1969.
FONTE: ARPDF**



**FOTO 3: INAUGURAÇÃO DE BRASÍLIA - 1960
FONTE: ARPDF**

**PISTA C:
FOTOGRAFIAS**

**FOTO 4: CAMINHÃO DA NOVACAP REALIZANDO
MUDANÇA PARA O GAMA - 1960.**

FONTE: ARPDF



**FOTO 5: FAMÍLIA PRÓXIMAS AO CENTRO DE
COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
DO GAMA - 1960**

FONTE: ARPDF



**FOTO 6: PRIMEIRAS CASAS CONSTRUÍDAS NA
SHIS NORTE, GAMA - DÉCADA DE 1960**

FONTE: ARPDF



**PISTA D:
RECORTES DE JORNAL**

ACESSO PARA O GAMA

— A avenida que liga o cinturão de Brasília à cidade-satélite de Gama está sendo alargada — foi o que nos informou o administrador da Cidade, sr. José Maciel de Paiva. A via atualmente com 4 metros, dentro de alguns dias terá 8 metros de largura.

Esclareceu, ainda, o administrador que o Gama vem recebendo cerca de 60 famílias por dia. São, na maioria, invasores de Vila Amauri, já extinta. Os invasores do IAPI deverão ser removidos para o Gama a partir de amanhã.



RECORTE 1:
CORREIO BRAZILIENSE - 07 DEZ. 1960

PISTA D: RECORTES DE JORNAL

(A. OBLIZINER) INVASORES DO I.A.P.I. PROTESTAM

Invasores do IAPI realizaram, ontem, uma concentração na Câmara Federal a fim de protestar contra a forma como estão sendo removidos para a cidade de Gama. Anteontem, promoveram um grande comício dos invasores e organizaram um abaixo-assinado, já com mais de 3.000 assinaturas, para ser entregue aos deputados.

Os invasores informaram à reportagem que não estão se pronunciando contra a cidade de

Gama mas afirmam que a localidade ainda não oferece condições de habitabilidade. Reclamam condução, farmácia, escola e centro abastecedor para poder viver na cidade de Gama.

Sr. Jorge Rievers, encarregado das cidades-satélites pela Prefeitura já tomou conhecimento das reivindicações dos invasores que estão sendo removidos.

"COMISSÁRIAS" DE ONIBUS

Os ônibus da Prefeitura que servirão o Plano Piloto terão cobradoras em lugar de cobra-

das. Isto, porém, esclarece o sr. Júlio Cesar Santos (do Departamento de Concessões do DF), somente no período diurno. "À noite funcionarão os rapazes".

As "cobradoras" ou "comissárias" desempenharão importante papel dentro dos veículos, pois, além de cobrar passagens funcionarão como cicrones e orientadoras, trabalhando, sempre, com mapas de Brasília na mão. Parabéns à iniciativa...

PASSES COM 10%

Outra boa nova do sr. Júlio Cesar Santos: a Prefeitura vai emitir cadernetas com 50 passagens de ônibus e que serão vendidos com 10% de abatimento

INTRANSITÁVEL

O trecho da Avenida "W-3", na altura da buete Pilango, está intransitável. DVO, pelo amor de Deus, dê um jeito nisso...

CIDADE-SATELITE DO GAMA — Em sua última reunião a diretoria da NOVACAP, aprovou o parecer da Comissão Julgadora bem como a Concorrên-

DOS AO DUA

013679 — Manoel R. Belmont; 015856 — Ofélia S. N. Monteiro; 014809 — Hosannah C. Guimarães.

PROCESSOS

ENCAMINHADOS

014137 — Edson G. Nunes; 016654 — SOBRASIL; 016653 Iporan — Engenharia Com. Ind. 016884 — Ribeiro Franco; ... 016707 — COMASA; 000656 — Fábio de Novaes; 002001 — Nagib H. Gazali; 007898 — Francisco H. F. Sobrinho; ... 015711 — Manoel M. Machado; 010884 — Construtora Ker Limitada.

CHAMADOS AO IMPÓSTO DE RENDA

Estão sendo convidados a comparecer, com urgência, na Inspeção do Imposto de Renda, Bloco 5, Esplanada dos Ministérios, para tratar de assuntos de seu interesse, os contribuintes abaixo relacionados:

Carrossel de Brasília

Carrossel de Brasília

Carrossel de Brasília

Carrossel de Brasília

Carrossel de Brasília

Carrossel de Brasília

Carrossel de Brasília

Carrossel de Brasília

Carrossel de Brasília

Carrossel de Brasília

Carrossel de Brasília

Carrossel de Brasília

Carrossel de Brasília

Carrossel de Brasília

Carrossel de Brasília

Carrossel de Brasília

Carrossel de Brasília

Carrossel de Brasília

Carrossel de Brasília

Carrossel de Brasília

Carrossel de Brasília

Carrossel de Brasília

Carrossel de Brasília

Carrossel de Brasília

Carrossel de Brasília

Carrossel de Brasília

Carrossel de Brasília

Carrossel de Brasília

Carrossel de Brasília

Carrossel de Brasília

Carrossel de Brasília

Carrossel de Brasília

Carrossel de Brasília

Carrossel de Brasília

Carrossel de Brasília

Carrossel de Brasília

Carrossel de Brasília

Carrossel de Brasília

Carrossel de Brasília

Carrossel de Brasília

Carrossel de Brasília

Carrossel de Brasília

Carrossel de Brasília

Carrossel de Brasília

Carrossel de Brasília

Carrossel de Brasília

Carrossel de Brasília

Carrossel de Brasília

Carrossel de Brasília

Carrossel de Brasília

Carrossel de Brasília

Carrossel de Brasília

Carrossel de Brasília

Carrossel de Brasília

Carrossel de Brasília

Carrossel de Brasília

Carrossel de Brasília

Carrossel de Brasília

Carrossel de Brasília

Carrossel de Brasília

Carrossel de Brasília

Carrossel de Brasília

Carrossel de Brasília

Carrossel de Brasília

RECORTE 2:
CORREIO BRAZILIENSE - 10 DEZ. 1960

VARIANTES CRÍTICAS A CRIAÇÃO DE UNIVERSIDADES "POR ATACADO"

PREFEITURA E NOVACAP

INVASORES DO I.A.P.I. PROTESTAM

PADARIA E CONFETARIA ROYAL

BAR-RESTAURANTE
BOVETERIA
COMPLETO SERVIÇO DE CONFETOS.

BUFFET PARA COCK-TAILE
ANIVERSÁRIOS, CASAMENTOS

PADARIA E CONFETARIA ROYAL, AVENIDA W-3, TELEFONE 2-0113
Brevemente terá uma grande sua moderna fábrica de massas em Taguatinga.

PISTA D: RECORTES DE JORNAL

RECORTE 3:
CORREIO BRAZILIENSE - 15 DEZ. 1960

INVASORES NO GAMA

Já se encontram instalados na cidade-satélite do **Gama** os invasores de Vila Amauri, foi o que nos informou o sr. Jorge Rievers. "Até o fim da semana terminaremos a remoção dos barracões de invasores de Vila Planalto e do JK, prosseguiu. E, até antes do Natal deveremos ter removido todos os barracões da invasão do IAPI."

Serão transportados cerca de 2.500 barracões, porém, as autoridades devem ser alertadas de que outras invasões estão surgindo e continuarão a aparecer enquanto a Prefeitura não criar na cidade do **Gama**, condições de habitabilidade para seus moradores. E, por outro lado, os invasores continuarão a agir enquanto a polícia se mantiver na posição que vem adotando, quase de conivência com invasores

SÉRGIO APOIA LACERDA NA INTERVENÇÃO TELEFÔNICA

CLOSE UP

...de Sérgio...
...de Lacerda...
...de telefonia...
...de intervenção...
...de apoio...
...de Sérgio...
...de Lacerda...
...de telefonia...
...de intervenção...
...de apoio...

FALHAS E DEFICIÊNCIAS NA ORIENTAÇÃO DA PETROBRAS

...de falhas...
...de deficiências...
...de orientação...
...de Petrobras...
...de falhas...
...de deficiências...
...de orientação...
...de Petrobras...

CHEFE DE COBRANÇAS

PREFEITUR

"ÁGUA", PEDE A POPULAÇÃO

...de água...
...de população...
...de Prefeitura...
...de água...
...de população...

UFOSCAL

PADARIA E CONFEITARIA ROYAL

BAR-RESTAURANTE
SORVETERIA
COMPLETO SERVIÇO DE CONFEITOS
PADARIA E CONFEITARIA ROYAL, AVENIDA W-3, TELEFONE: 2-0115
Brevemente será inaugurada sua moderna fábrica de massas em Taguatinga.

BUFFET PARA COZINHAS,
ANIVERSÁRIOS, CASAMENTOS

PISTA D: RECORTES DE JORNAL

Gama: só dois ônibus...

(Conclusão da 1ª. página)

abrigar os pioneiros das "invasões" localizadas nas proximidades do Plano Piloto.

PROBLEMA DE TRANSPORTE

Informam os habitantes do Gama que a cidade se transformou numa legítima "cidade sem dono". O motivo principal das queixas dos residentes na nova cidade satélite diz respeito aos transportes coletivos. Somente dois ônibus da "Expresso Brasil". Estes dois veículos não são suficientes para atender às necessidades da população do novo núcleo.

REGIME DE MULTAS

No Gama estão residindo trabalhadores na indústria da construção. Estes trabalhadores têm hora marcada para entrar no serviço. Como os ônibus não atendem às suas necessidades de locomoção, procuram pegar "carona" em caminhões. Verifica-se então, um dos maiores absurdos: os fiscais da Prefeitura aplicam, certamente, como medida de proteção à Empresa de ônibus, multa de trezentos cruzeiros a quem é apanhado viajando em carroceria de caminhão:

DESCORTESIA

A comissão faz questão de que registremos a descortesia com são tratados os moradores do Gama pelos motoristas da empresa que serve à cidade. Informaram que, via de regra, quando reclamam contra os serviços respondem que deveriam comprar um ônibus para viagens mais confortáveis. Quando, certa vez, um passageiro reclamou contra a maneira dos motoristas no trato com os passageiros, o volante, incontinentemente, fez o reclamante descer "para ter mais respeito à lei". Outro caso digno de nota foi o do motorista que não sabia o caminho. Perdendo-se dentro do cerrado, achou mais cômodo mandar os passageiros prosseguirem no caminho a pé para encontrarem o rumo certo. Não adiantaram os protestos.

REIVINDICAÇÃO

Diante dessa verdadeira calamidade, os moradores do Gama, por intermédio do CORREIO BRAZILIENSE, pedem que at

culos, rodando somente pela manhã, não pode, absolutamente, atender a mais de 500 trabalhadores que residem ali. Este deficiente sistema de transporte tem feito muitos operários perderem o dia nas companhias em que trabalham.

RECORTE 4:
CORREIO BRAZILIENSE - 28 DEZ. 1960





REFERÊNCIAS

BARROS, José D'Assunção. O jornal como fonte histórica. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2023.

DERNTL, Maria Fernanda. Além do Plano. A concepção das cidades-satélites de Brasília. *Arquitextos*. São Paulo, ano 19, n.221.03, 2018. Disponível em: <
<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/19.221/7150>> Acesso em 05 fev. 2025.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do DF. Currículo em Movimento do Distrito Federal - Ensino Fundamental: Anos Iniciais – Anos Finais. 2. ed. Brasília, 2018

GRINBERG, Keila; GRINBERG, Lúcia; LAGÔA, Ana Mascia. Oficinas de História: projeto curricular de Ciências Sociais e de História. Belo Horizonte: Dimensão, 2000.

NEIVA, Ivany Câmara. Uma cidade encantada: Memórias da Vila Amaury em Brasília. Brasília: Edição da Autora, 2017. 112 p.

NIEMEYER, Oscar. Minha experiência em Brasília. Rio de Janeiro, Vitória, 1961.

SOUZA, Nair Heloísa Bicalho de; MACHADO, Maria Salete; JACCOUD, Luciana de Barros. Taguatinga: uma história candanga. In: PAVIANI, Aldo (org.). Brasília: moradia e exclusão. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996. p.53–79.

VASCONCELOS, Adirson. As cidades satélites de Brasília. Brasília: A. Vasconcelos, 1988.